

2021

Relatório ESG

Environmental, Social, Governance

Somos aquilo que fazemos

SONAE CAPITAL

Enquadramento

O conceito de desempenho está hoje totalmente redesenhado, fruto da crescente consciencialização de todos os *stakeholders* acerca dos impactos ambientais e de governo societário, do incentivo para o contributo das organizações para a promoção de uma sociedade mais diversa e inclusiva, da progressiva preponderância do investimento sustentável e responsável e, finalmente, de uma dinâmica de mercado criada devido às recentes alterações regulamentares, que visam promover a crescente transparência das sociedades no reporte de informação não-financeira.

Na sequência da perda de estatuto de sociedade aberta, em 2020, as obrigações de reporte de informação não financeira na Sonae Capital terminaram. Não obstante, porque nos norteamos por princípios de transparência, mantemos a prática regular de reporte ESG e, em paralelo, trabalhamos continuamente para que o nosso desempenho melhore. Porque sabemos da nossa responsabilidade e porque queremos assumir esse compromisso.

Período de reporte e âmbito

Este relatório incide sobre a actividade da Sonae Capital entre 1 de Janeiro de 2021 e 31 de Dezembro de 2021.

GRI [*Global Reporting Initiative*]

O relatório foi elaborado de acordo com as orientações das Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI – GRI *Standards* – para o nível «De acordo – Essencial».

Decreto-Lei n.º 89/2017

Com o presente relatório, pretendemos igualmente dar resposta aos requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017, publicado a 28 de julho de 2017 do Decreto-Lei n.º 89/2017, publicado a 28 de julho de 2017.

Para esclarecimentos adicionais, por favor entre em contacto com:
sustainability@sonaecapital.pt | Tel.: +351 22 012 95 00.

Foto Capa
Helena Nunes
Mariana Valquaresma
Engenharia Industrial



Andreia Gomes
Fitness

SONAE CAPITAL

Contexto ambiental, social e de governo societário

As agendas políticas e económicas estão, cada vez mais, orientadas por princípios de sustentabilidade baseados na integração das dimensões ambiental, social e de governo societário [*ESG, Environment, Social and Governance*]. Os **Objectivos de Desenvolvimento Sustentável** [ODS] das Nações Unidas foram ratificados em 2015 pelos Estados Membros, definindo as prioridades e aspirações globais para 2030 e requerendo uma acção à escala mundial de governos, empresas e sociedade civil, com o objectivo de erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos, dentro dos limites do planeta. São 17 ODS, em áreas que impactam a qualidade de vida das gerações actuais e futuras.

Reconhecemos a relevância do papel que as empresas desempenham na prossecução efectiva dos ODS e, como tal, os cinco eixos estratégicos de acção onde temos vindo a actuar estão alinhados com os mesmos e assumem um papel central na nossa estratégia de criação de valor.

Durante as últimas três décadas, as Nações Unidas têm vindo a realizar cimeiras globais dedicadas às Alterações Climáticas, designadas por COP ['*Conference Of the Parties*' em inglês, o que significa Conferência das Partes]. A primeira cimeira foi realizada em Berlim, em 1995 e a última foi realizada em 2021, em Glasgow. O ***Paris Pledge for Action*** é uma iniciativa que surgiu no âmbito da COP21, em 2015, com o objectivo de proteger o planeta das alterações climáticas, e que estabelece um compromisso de limitar a temperatura média global do planeta a 2ºC acima dos níveis pré-industriais e prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5ºC, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e impactos das alterações climáticas. Apesar dos compromissos assumidos, a concentração de gases com efeito de estufa atingiu níveis recorde em 2020, mesmo com a desaceleração económica provocada pela pandemia Covid-19. Após intensas negociações, os quase 200 países presentes na COP26 assinaram um acordo para tentar garantir o cumprimento da meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C, o que implica reduzir as emissões em 45% até 2030 [face a 2010] e atingir neutralidade carbónica líquida [ou seja, compensando as emissões não evitáveis] em meados do século.

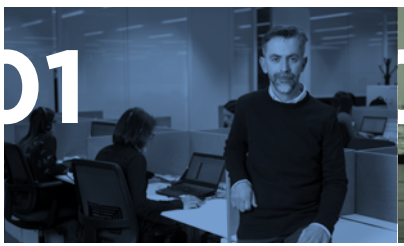
Adicionalmente, a União Europeia, que desde sempre assumiu uma posição de destaque no combate às Alterações Climáticas, renovou em 2021 a sua ambição com a **Lei do Clima**, ao estabelecer um compromisso de redução das emissões de pelo menos 55% até 2030 [face a 1990].

Assumimos que é fundamental desenvolvermos esforços que permitam limitar o aumento médio da temperatura e, como tal, estamos alinhados com o compromisso assumido pelo Grupo, de atingir a **neutralidade carbónica em 2040**. Este compromisso exclui a componente de emissões de âmbito 1 decorrente da operação de cogeração da Capwatt, onde estamos a actuar no sentido de aumentar a sua eficiência, entre outras medidas de inovação tecnológica. Já nas emissões de âmbito 2, estamos em condições de atingir a neutralidade carbónica em 2025.

"Se somos suficientemente fortes para desestabilizar o nosso planeta, também somos suficientemente poderosos para o salvar se trabalharmos juntos",

David Attenborough [COP26]

A Sonae Capital



1.1 A nossa identidade

1.2 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

1.3 Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

1.4 A nossa estratégia

1.5 A nossa sustentabilidade

1.6 O nosso desempenho económico

1.7 As boas práticas dos nossos negócios

Desempenho Ambiental



2.1 CO_2 e Alterações Climáticas

2.2 Natureza e Biodiversidade

2.3 Plásticos

Desempenho Social



3.1 Desigualdades e Desenvolvimento Inclusivo

3.2 Apoio à Comunidade

Desempenho Societário



4.1 Estrutura accionista

4.2 Modelo de Governo Societário

4.3 Códigos e políticas implementadas

4.4 Politica de remuneração dos Órgãos Sociais

4.5 Controlo interno e gestão de riscos

GRI, Global Reporting Initiative



Considerações Finais

06

Anexos

07

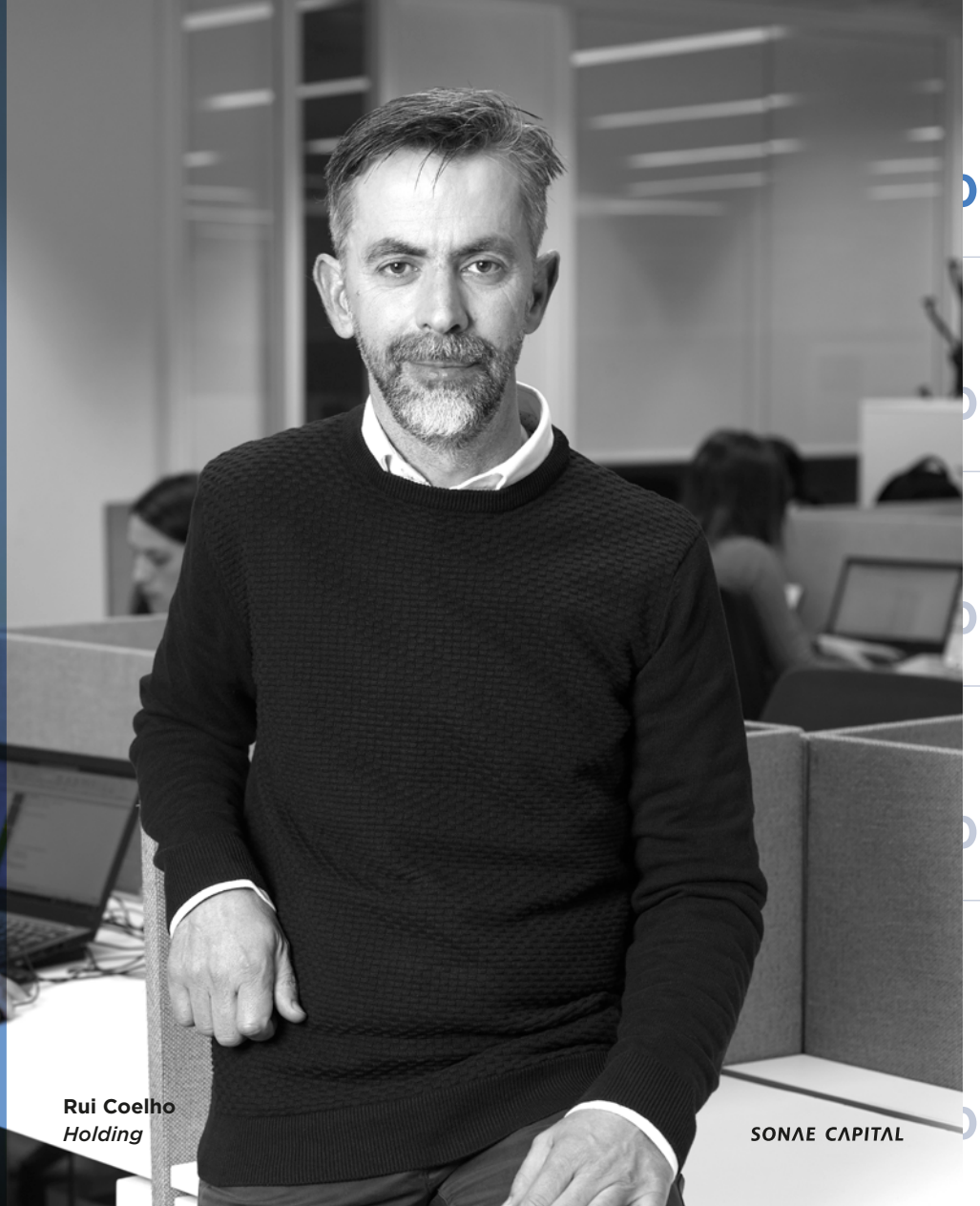
7.1 TCFD

01

Sonae Capital

Confiança

Construímos relações de futuro



Rui Coelho
Holding

SONAE CAPITAL

1.1 A nossa identidade

Propósito

A Sonae Capital aspira ser uma *long-living investment company*, focada na criação sustentada de valor económico, social e ambiental, identificando e desenvolvendo negócios de elevado potencial, integrando-os num ecossistema de recursos e competências de gestão, e perspectivando a sua autonomização.

Os nossos princípios e comportamentos materializam os nossos valores e estabelecem um guia para a nossa actuação, fortalecendo a nossa razão de existir.

Acreditamos que a forma como trabalhamos, como nos desenvolvemos e nos relacionamos, dita aquilo que somos e a Cultura que vivemos na nossa empresa.

Valores

Integridade

Comportamo-nos de forma irrepreensível

- Honramos os nossos compromissos
- Lideramos pelo exemplo
- Actuamos de forma alinhada com o nosso discurso
- Orgulhamo-nos de fazer o que é correcto e não aceitamos excepções
- Valorizamos os recursos da organização e gerimo-los com máximo rigor e critério

Confiança

Construímos relações de futuro

- Estabelecemos relações baseadas numa lógica de boa fé e longo-prazo
- Dizemos sempre a verdade e não evitamos expressar opiniões contrárias
- Assentes na nossa determinação, somos audazes face aos desafios e perseverantes nas adversidades
- Procuramos fazer bem à primeira, mas aceitamos os erros e aprendemos com eles

Ambição

Queremos sempre chegar mais longe

- O nosso legado inspira-nos a ser saudavelmente inquietos e insatisfeitos, procurando incessantemente crescer e fazer mais e melhor
- Traçamos objectivos que desafiam os nossos limites e não desistimos até os atingir
- Promovemos a agilidade e a mudança, factores chave de sucesso
- Procuramos todos os dias ser a melhor versão de nós mesmos

Por e para pessoas

Somos motivados e inspirados pelas pessoas

- Estamos comprometidos com as comunidades em que nos inserimos e conscientes do alcance da nossa actuação
- Partilhamos, como equipa, um sentido claro de missão
- Praticamos uma meritocracia inclusiva, que valoriza a diversidade, respeita a individualidade e estimula a excelência
- Os nossos lideres motivam-se pela sua responsabilidade, inspiram, dão o exemplo e reconhecem o dever de desenvolver as nossas pessoas

História

2007

- Autonomização da Sonae Capital, com *spin-off* da Sonae

2008

- Entrada da Sonae capital em Bolsa, com admissão de acções à negociação
- Venda da Contacto
- Venda da Choice Car
- Aumento da participação na Norscut

2009

- Venda da participação na Sonae Indústria
- Aquisição da Ecociclo II
- Venda da Elmo

2010

- Venda da Box Lines
- Desenvolvimento da Central de cogeração do Colombo

2011

- Venda da UNOP 5 [Tróia]

2014

- Inauguração do The Artist Porto Hotel
- Aquisição de 10 centrais de cogeração [8 das quais maioritariamente detidas pela Sonae Capital]

2016

- Venda da Norscut e Operscut
- Aquisição da Glint Solar Assets e Suncoutim
- Inauguração do The House Ribeira Hotel

2017

- Venda da UNOP 7, 8 e 9 [Tróia]
- Aquisição da ADIRA
- Aquisição da Ventos da Serra, Lusobrisa e Gásflow

2018

- Aquisição da cadeia de ginásios Pump
- Venda do Loteamento Efanor

2019

- Concessão para instalação de Hotel na Estação de Ferroviária Santa Apolónia
- Aquisição da cadeia de ginásios Urban Fit
- Aquisição da Futura Energía Inversiones
- Venda da totalidade da participação RACE

2020

- Lançamento do ginásio.online, ginásio.outdoor e Element
- Venda do activo imobiliário onde opera o Aqualuz Lagos
- Aquisição de portefólio de 6 centrais de cogeração em Espanha
- Oferta Pública de Aquisição da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e consequente saída da Sonae Capital de Bolsa

2021

- Venda do Fundo WTC
- Emissão da primeira linha de financiamento sustentável, Green Bonds no valor de 40,8 M€

Ano

2021

607 M€
Volume de Negócios
[309 M€ em 2020]

49 M€
EBITDA
[17 M€ em 2020]

9 M€
EBIT
[-21 M€ em 2020]

-5,7 M€
Resultado Líquido
[-37 M€ em 2020]

21 M€
CAPEX
[103 M€ em 2020]

180 M€
Dívida Financeira Líquida
[179 M€ em 2020]

1 366
Colaboradores

56% Homens

44% Mulheres

27% Mulheres em cargos de gestão

39 MIL Horas de formação especializada



208 mil tCO_2 eq Evitadas

correspondendo **70%** a produção renovável e **30%** a eficiência energética, na Capwatt

[practicamente o dobro das emissões evitadas em 2020]



482 mil t emissões de CO_2

[âmbito 1 e âmbito 2]

[aumento significativo face a 2020, em virtude da integração da operação de cogeração em Espanha]



Consumo Água

508 mil m^3
[-0,1% versus 2020]



Consumo Plástico

19t
[+12% versus 2020]

1.2 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Em 2021, a Sonae Capital continuou a desenvolver-se com o triplo propósito de acrescentar valor económico, social e ambiental sempre bem presente.

Neste âmbito, o reporte ao CDP [*Carbon Disclosure Project*], na modalidade de *Climate Change*, continuará a ser uma prática a seguir. Ao longo dos últimos dois anos, a Sonae Capital teve classificação B no CDP e continua focada em melhorar o seu desempenho, em especial nas áreas relacionadas com emissões de âmbito 3, energia e *targets*, onde, dado o contexto de emergência climática, o nível de exigência é cada vez maior.

E para que consigamos evoluir traçámos um plano para refletirmos, em todos os negócios da Sonae Capital, quais são os eixos mais materiais em termos de Pessoas e Planeta. Consideramos que só dessa forma conseguiremos estabelecer medidas concretas e mensuráveis sobre a nossa actividade, que permitam o devido acompanhamento e apoio à tomada de decisão.



Paulo Azevedo
Presidente do Conselho de Administração

A nossa cultura obriga-nos a melhorar todos os dias e o facto é que, ao longo de 2021, a Sonae Capital continuou a trabalhar com afinco nos eixos que orientam a actuação das empresas do universo Efanor.

No eixo de **CO_2** e **Alterações Climáticas**, temos vindo a evoluir no inventário de emissões de âmbito 3. Este será sucedido da definição de *targets* alinhados com a *Science Based Target Initiative* para âmbito 3 e do desenvolvimento de um *roadmap* de redução de emissões. Dada a diversidade de negócios da Sonae Capital, este é um processo complexo e desafiante nas vertentes de mapeamento e de gestão da cadeia de valor. Tudo faremos para influenciar de forma positiva e, assim, travar as alterações climáticas. Uma nota para a Capwatt que, pelo sector em que actua, se encontra numa posição privilegiada para esta causa e que, no último ano e em resultado da sua actuação, evitou cerca de 208 mil toneladas de CO_2 equivalente, uma métrica em que continuará a crescer, tanto via eficiência, como via produção de energia de fontes renováveis.

De especial relevância, a Sonae Capital completou este ano a emissão de *green bonds* no valor de cerca de 41 milhões de euros, destinadas ao refinanciamento da central de Biomassa da Capwatt, em Mangualde. Queremos continuar a estabelecer metas que reforcem o nosso compromisso com o valor ambiental e social e, como tal, estamos em crer que outras opções de financiamento sustentável se irão suceder.

Actualmente, o mundo enfrenta uma emergência ambiental global, na qual a biodiversidade está perante um declínio sem precedentes. É necessária uma transformação concertada, na qual as empresas também desempenham um papel essencial. No âmbito do eixo da **Natureza e Biodiversidade**, as empresas do Grupo vão integrar o grupo pioneiro, a nível mundial, na definição de *targets* alinhados com a ciência para a natureza e biodiversidade. Este foi um dos compromissos assumidos em 2021 no act4nature Portugal, uma iniciativa de elevado mérito do BCSD Portugal.

No **Apoio à Comunidade**, arrancámos recentemente com um Grupo de Trabalho que irá debruçar-se sobre a sistematização dos princípios orientadores da actuação das nossas empresas e, tal como nos restantes eixos, será construído um *roadmap* de actuação, adequado à realidade de cada empresa. O Apoio à Comunidade está, desde sempre, gravado na história e ADN das empresas do Grupo Efanor, mas sinto ser altura de o fazer com renovada articulação e ambição.

No eixo das **Desigualdades e Desenvolvimento Inclusivo**, vemos como urgente a criação de metas ambiciosas para a liderança no feminino. A presença de mulheres em cargos de liderança é essencial para assegurar empresas mais inovadoras, equilibradas e tolerantes e, também por esta via, contribuir para a igualdade na sociedade.

Por fim, uma nota para o facto de o nosso desempenho económico-financeira, atendendo à tipologia dos negócios que detemos e aos impactos causados pela pandemia, permanecer abaixo das nossas expectativas. O Resultado Líquido Consolidado do Grupo foi negativo em 5,7 milhões de euros, tendo a Dívida Líquida permanecido relativamente estável em cerca de 180 milhões de euros. Continuamos a acreditar no potencial e no valor dos nossos negócios e, como tal, mantemos a convicção que nos permite investir nos negócios que apresentam planos de crescimento adequados à estratégia corporativa do Grupo.

Encerro esta mensagem com renovada expectativa na Sonae Capital, nos seus negócios e nas suas pessoas. Acredito na sua capacidade para pensar hoje um amanhã ainda melhor, focados continuamente na ambição de gerar valor económico, social e ambiental.

1.3 Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

2021 foi mais um ano desafiante para todos e, mais do que nunca, apelou à capacidade de adaptação e a resiliência das nossas pessoas.

Numa perspectiva consolidada, a Sonae Capital encerrou o ano com um crescimento do Volume de Negócios para 607,1 milhões de euros, e um crescimento do EBITDA para 48,6 milhões de euros. O Resultado Líquido situou-se num patamar ainda negativo, de 5,7 milhões de euros, mas 32 milhões de euros acima do valor registado em 2020. A Dívida Financeira Líquida, não obstante as condições difíceis que nortearam o último ano e a nossa intenção firme em manter níveis de investimento adequados às necessidades dos planos de negócio de cada uma das nossas unidades, manteve-se relativamente estável, em 180 milhões de euros.

Focando-me nas Unidades de Negócio, e começando pela Energia, a escalada para máximos históricos dos preços das *commodities* trouxe desafios sem precedentes para o sector, conduzindo à interrupção temporária do funcionamento das centrais de cogeração da Capwatt em Portugal [afectadas negativamente por um enquadramento regulamentar desfavorável] e penalizando, dessa forma, os resultados.

Ainda assim, nota positiva para o reforço da área de bioenergia da Capwatt, por via da integração de uma equipa especializada, com muita experiência na área da valorização energética de biogás de aterro e digestão anaeróbia. Estamos certos de que esta operação permitirá à Capwatt consolidar, ainda mais, o seu compromisso com a transição energética e a acção climática. Ademais, durante o ano de 2021 foram dados passos importantes no caminho da internacionalização no México, com a assinatura dos primeiros contratos para a construção e operação de centrais de cogeração.



Miguel Gil Mata
Presidente da Comissão Executiva

No Fitness, tal como em 2020, as operações voltaram a estar encerradas devido à pandemia. À perda total de faturação no período do confinamento somou-se a diminuição do número de sócios no momento da reabertura, com impacto negativo nos resultados do ano. Ainda assim, prosseguimos com ambição o plano de crescimento, assente na oferta de uma proposta de valor mais completa: alicerçada na marca Solinca [classic e light] e complementada por um ambicioso *rollout* do plano de expansão do Element, a primeira oferta verdadeiramente *low cost* em Portugal.

Na Hotelaria, ainda que num contexto de pandemia, 2021 trouxe-nos algumas vitórias. Fizemos o melhor período de Verão de sempre em Tróia e prosseguimos com sucesso a estratégia de expansão. À data de hoje, a unidade de Santa Apolónia – que inaugura a nossa entrada na cidade de Lisboa – já se encontra em operação e, muito brevemente, teremos a abertura de mais uma unidade no Porto, desta feita na Avenida dos Aliados. Estas duas unidades, ambas de 5 estrelas, irão trazer um contributo essencial para o nosso portefólio de Hotéis. No entanto, o ano de 2021 foi bastante difícil, com taxas de ocupação baixas, mantendo-se encerrados, durante uma parte significativa do ano, alguns dos nossos hotéis de cidade e praia.

Na ADIRA, a conjuntura manteve-se difícil, quer pela subida do preço das matérias-primas, quer pelo impacto da crise dos semi-condutores na cadeia de abastecimento, pelo que os resultados do ano ficaram muito aquém das expectativas. Estamos em crer que, resolvendo-se a disrupção global das cadeias de abastecimento, o valor acrescentado da nossa oferta será bem reconhecido pelos nossos actuais e potenciais clientes.

Na unidade de Activos Imobiliários, comercializámos activos com um valor global de 114,8 milhões de euros, crucial para o financiamento da estratégia corporativa. Com um sentimento de realização, completámos em Tróia um ciclo de venda de quase 550 unidades turísticas residenciais que iniciámos em 2006 e, adicionalmente, o Fundo WTC, cujas unidades de participação pertenciam exclusivamente a sociedades do Grupo Sonae Capital, vendeu os activos por 62,5 milhões de euros, numa operação que permitiu comprovar o seu justo valor.

Porque encaramos a Sustentabilidade como parte integrante da nossa estratégia, não posso deixar de destacar alguns dos aspectos essenciais no domínio das nossas Pessoas e do Planeta.

Acredito que existe hoje uma consciência generalizada de que é urgente trabalhar de forma assertiva na mitigação e na adaptação climática. As empresas têm um papel fundamental nesta equação e, como tal, estamos comprometidos com a meta de atingir a neutralidade carbónica em 2040 [excluindo as emissões de âmbito 1 da Capwatt], mas vamos continuar a trabalhar para irmos ainda mais além.

Completámos este ano o primeiro estudo do clima social após o início da pandemia. Observámos alguns pontos positivos, mas identificámos várias oportunidades de melhoria que iremos perseguir. Tornar a Sonae Capital num melhor lugar para todos é um compromisso que a Comissão Executiva assume com um elevado sentido de responsabilidade. Também a igualdade de género é fundamental para assegurarmos uma Sonae Capital mais diversa e inclusiva. Encerrámos 2021 com um rácio de 27% dos cargos de liderança atribuídos a mulheres, muito aquém do que desejamos, e vamos dar passos para melhorar também neste campo.

O ano de 2021 foi o primeiro em que a componente variável da remuneração dos colaboradores da Sonae Capital esteve indexada a indicadores ESG. O desempenho das nossas pessoas esteve, portanto, indexado ao cumprimento do *roadmap* de emissões de carbono, à presença de mulheres em cargos de liderança e ao employee NPS *(Net Promoter Score*]. Sabemos que temos de fazer melhor e, portanto, é um compromisso nosso incrementar estes indicadores a curto-prazo.

O ano de 2022 traz-nos um novo começo, mas será um ano desafiante por vários motivos. Agora que o *stock* de Activos Imobiliários se aproxima do final, coloca-se uma responsabilidade acrescida às Unidades de Negócio, que têm que ser ainda mais eficazes e fiáveis na execução da sua estratégia.

Somos já 1.366 colaboradores, mais 14% do que em 2020, o que acontece graças à contínua aposta no crescimento dos nossos negócios. É importante frisar que os resultados dos últimos dois anos são, sobretudo, fruto da resiliência e empenho de cada um, a quem dirijo o meu sincero agradecimento.

Acredito que, para chegar mais longe e estarmos cada vez mais alinhados com o nosso propósito, contamos com as pessoas certas, nos lugares certos.

1.4 A nossa estratégia

Gestão activa de portefólio

Pretendemos investir:

1] Nos actuais negócios:

- dotando-os dos recursos apropriados para melhorarem a sua posição competitiva, perseguindo o plano de crescimento estabelecido.

Financiamos a estratégia corporativa através:

- Da monetização de activos não estratégicos; e
- Do cash flow gerado pelas Unidades de Negócio.

Buscando a criação de valor económico, social e ambiental, a Sonae Capital:

- detém um portefólio de negócios diversificado, em constante evolução;
- constituído por empresas que actuam em diferentes mercados e ciclos económicos; e
- cristaliza valor através de uma gestão de portefólio dinâmica, orientada para um horizonte temporal de médio e longo prazo.

2] Em novos negócios:

- PMEs nacionais com forte posição competitiva no seu nicho de mercado;
- Com amplo potencial de exportação;
- Alavancadas no *know-how* da Engenharia Portuguesa;
- Em sectores fragmentados, onde exista potencial de *build-up*.

Aportamos valor alavancados em:

- práticas de gestão reconhecidas;
- acesso a recursos financeiros adequados;
- capacidade para atrair e reter talento;
- uma forte marca, cultura e valores.

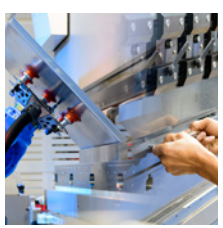
O nosso portefólio

Unidades de Negócio

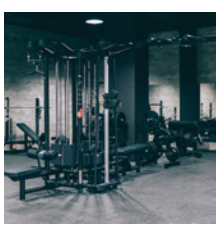
ENERGIA



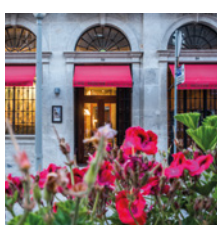
ENGENHARIA INDUSTRIAL



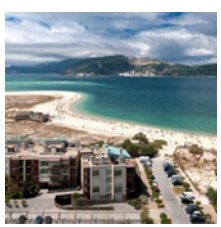
FITNESS



HOTELARIA

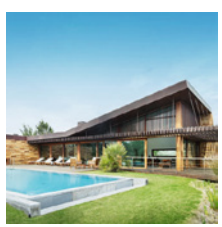


TRÓIA OPERAÇÕES

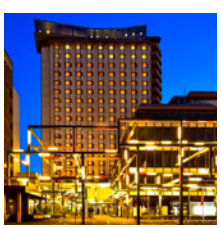


Activos Imobiliários

TRÓIA



OUTROS ACTIVOS



Energia

capWatt
powering your business

A Capwatt promove soluções integradas de energia descentralizada para clientes industriais e de serviços, com destaque em activos que promovem a sustentabilidade das soluções e, por consequência, a redução da pegada carbónica, assumindo a responsabilidade por todas as actividades do ciclo de vida. Nas suas actividades de comercialização de energia e serviços de eficiência energética complementa a sua oferta integrada, assumindo também a gestão energética dos seus clientes, de forma a melhorar o seu desempenho.

A Capwatt tem sob a sua gestão 222 MW de potência elétrica, sendo 28% em energia renovável e 72% em cogeração.

442,1 M€	9,9 M€	235
Volume de Negócios	EBITDA	N.º Colaboradores

Países

Portugal, Espanha e México

Engenharia Industrial

adira

A ADIRA é fabricante e fornecedor global de soluções de engenharia, especializada na produção de quinadoras hidráulicas, eléctricas e híbridas, guilhotinas e células robotizadas.

Mantendo uma relação de proximidade e acompanhamento permanente dos seus clientes, fornece soluções customizadas, promovendo o aumento da produtividade e competitividade.

9,1 M€	-3,3 M€	79
Volume de Negócios	EBITDA	N.º Colaboradores

Países

> 50% Volume de Negócios proveniente mercado internacional

SONAE CAPITAL

Fitness

SC FITNESS

A SC Fitness, que opera sob a marca Solinca [Classic, Light e Element], inclui uma cadeia de *Health Clubs*, focada na actividade física, saúde e bem-estar. Foi no Porto Palácio Hotel que em 1995 se inaugurou o primeiro Clube. Dois anos mais tarde, em 1997, iniciou-se o processo de expansão com a abertura da segunda instalação no Centro Comercial Colombo, em Lisboa. Desde então, o percurso de expansão prosperou, e, no final de 2021, o negócio de Fitness conta com 37 clubes em operação, de Norte a Sul de Portugal.

21,2 M€	0,1 M€	667
Volume de Negócios	EBITDA	N.º Colaboradores

Países

Portugal

Hotelaria

THE EDITORY COLLECTION HOTELS

O negócio de Hotelaria, que opera sob a marca *The Editory Collection Hotels*, conta com seis unidades hoteleiras em exploração nas regiões do Porto, Tróia e Algarve. *The Editory Collection Hotels* imprime o estilo de vida e a singularidade do destino onde cada hotel está integrado, apresentando atmosferas distintas em cada uma das suas unidades. Em 2022, serão inauguradas mais duas unidades nos principais centros urbanos do País – Lisboa e Porto.

14,9 M€	0,5 M€	181
Volume de Negócios	EBITDA	N.º Colaboradores

Países

Portugal

Tróia Operações

TROIA

O negócio de Tróia Operações inclui o desenvolvimento e gestão do TROIA RESORT, que se destaca pela oferta diversificada de serviços, inteiramente focados no compromisso de elevar a experiência de cliente para níveis de excelência. A Península de Tróia é uma restinga arenosa banhada pelo Oceano Atlântico, a poente, e pelo Estuário do Sado, a nascente. Esta localização única confere-lhe uma biodiversidade ímpar, com ambientes de praia, dunas, sapal, estuário e pinhal, onde a salvaguarda e a valorização do património ambiental e cultural são factores diferenciadores.

11,8 M€	2,2 M€	124
Volume de Negócios	EBITDA	N.º Colaboradores

Países

Portugal

Activos Imobiliários

A unidade de Activos Imobiliários integra um bloco de activos não estratégicos, destinados ao financiamento da estratégia corporativa da Sonae Capital. No final de Dezembro de 2021, este bloco estava avaliado em 181,7M€, de acordo com uma avaliação independente realizada pela *Cushman & Wakefield*.

116,4 M€	45,1 M€	4
Volume de Negócios	EBITDA	N.º Colaboradores

Países

Portugal

1.5 A nossa sustentabilidade

O modelo de governo em matéria de sustentabilidade incorpora o Grupo Consultivo de Sustentabilidade, no qual estão presentes todas as empresas do universo Efanor, e cujo propósito é atribuir uma missão comum a todas as empresas, definindo políticas e objectivos transversais, coordenando a definição de *targets* específicos e ganhando tracção na implementação de projectos, processos e procedimentos necessários e capazes de acelerar a aposta, cada vez maior, no desenvolvimento sustentável.

O Grupo Consultivo de Sustentabilidade concentra-se em dois níveis de acção: um grupo transversal de membros *core*, que se reúnem trimestralmente, representando as diferentes empresas do Grupo Efanor, e um conjunto de grupos de trabalho, formados de acordo com cinco eixos de acção estratégicos.



Planeta
Capital Natural

1. CO_2 e Alterações Climáticas
2. Natureza e Biodiversidade
3. Plásticos



Pessoas
Capital Social

4. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo
5. Apoio à comunidade

Estes eixos estratégicos de acção são o resultado de uma análise rigorosa e abrangente realizada em conjunto com os nossos *stakeholders*, durante a qual classificámos as preocupações de acordo com a sua importância para o Grupo Efanor e o alinhamento com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas [ODS]. As preocupações foram agrupadas em três grupos: i] questões intrínsecas aos princípios e valores do Grupo; ii] temas abordados no ciclo anterior e/ou altamente integrados nos negócios; e iii] áreas nas quais o Grupo pode ter um impacto positivo através da natureza e relevância das suas actividades.

Consideramos os eixos de acção estratégica como parte central de um sistema interligado e interdependente, no qual os temas materiais não são interpretados de maneira estrita e isolada, influenciando, portanto, os diferentes eixos de forma directa e multidimensional.

SONAE CAPITAL

Eixos de actuação estratégicos



1. CO_2 e Alterações Climáticas

A actividade das nossas empresas contribui de forma significativa para as alterações climáticas, não só pelo consumo de energia transversal às diferentes fases do ciclo de produção, como também pela emissão de gases com efeito de estufa [GEE] resultantes das suas diferentes actividades. Desta forma, é fundamental desenvolvermos esforços que permitam limitar o aumento médio da temperatura em 1,5ºC, em linha com o compromisso assumido pelo Grupo de empresas Efanor no Paris Pledge for Action.





2. Natureza e Biodiversidade

A dependência das organizações no que toca ao capital natural e o impacto subjacente, juntamente com as potenciais mudanças de habitat, levam-nos a considerar relevantes as questões relacionadas com a protecção da biodiversidade, promoção da agricultura e pesca sustentáveis, combate à poluição, para além das dimensões do consumo sustentável, processos produtivos responsáveis, preservação de ecossistemas como florestas e promoção de uma compreensão mais profunda deste tópico na comunidade.





3. Plásticos

Os plásticos de uso único são, em parte, sinónimo de políticas de reciclagem ineficientes e levantam um enorme desafio ambiental. Adicionalmente, esta é uma área em que as nossas actividades têm um impacto potencialmente forte e é urgente trabalharmos em conjunto para promover processos de produção, logística e consumo mais sustentáveis.



Desigualdades e Desenvolvimento Inclusivo

O Grupo Efanor é um dos maiores empregadores em Portugal, o que realça a relevância da sua contribuição para uma sociedade mais humana e inclusiva. As suas acções devem centrar-se tanto no Grupo internamente, como também nas suas comunidades. A criação de emprego qualificado, a implementação de políticas para o desenvolvimento de cada indivíduo dentro da organização e a promoção da diversidade nas suas diversas formas, são áreas de actuação do Grupo Efanor. Em termos de comunidade, vemos a educação como uma ferramenta importante e poderosa para combater as desigualdades e desenvolver uma sociedade menos discriminatória e mais inclusiva.



Apoio à Comunidade

Comunidades mais fortes são importantes para criar uma sociedade mais sustentável. No âmbito das nossas actividades, o nosso objectivo é aumentar a resiliência e a autonomia das comunidades em que operamos, contribuindo para a eliminação da pobreza em todas as suas diferentes formas. É um aspecto essencial da nossa cultura, e continuamos focados numa abordagem integrada e sustentada, com o objectivo de aumentar o impacto das nossas acções, em favor de comunidades mais capacitadas e resilientes.



1.6 Desempenho económico

Demonstração de Resultados Consolidados

- Volume de Negócios das Unidades de Negócios a crescer, impulsionado pelo desempenho de todos os negócios com excepção de Fitness, ainda fortemente condicionado pela pandemia;
- Unidade de Activos Imobiliários mais do que duplica Volume de Negócios;
- Resultado Líquido permanece em valores negativos de 5,7M€, mas regista uma melhoria de 31M€ face a 2020;
- Capex de 21,2M€, impulsionado pelos negócios de Energia e Hotelaria;
- Dívida Financeira Líquida de 180,0M€ em 2021, um incremento de 1,5M€ face ao final do ano anterior.

Milhões de Euros	2021	2020	Δ 21/20
Volume de Negócios			
Unidades de Negócio	**499,09**	**273,73**	**+82,3%**
Energia	442,16	220,60	>100%
Engenharia Industrial	9,07	6,98	+30,0%
Fitness	21,16	25,02	-15,4%
Hotelaria	14,94	10,59	+41,1%
Troia Resort – Operações	11,76	10,54	+11,6%
Activos Imobiliários	**116,40**	**42,78**	**>100%**
Eliminações & Ajustamentos	-8,39	-8,47	+1,0%
Volume de Negócios Consolidado	**607,10**	**308,04**	**+97,1%**
Outros Proveitos Operacionais	4,83	4,53	+6,7%
Total Proveitos Operacionais	**611,93**	**312,57**	**+95,8%**
EBITDA			
Unidades de Negócio	**9,46**	**21,38**	**-55,8%**
Energia	9,89	19,97	-50,4%
Engenharia Industrial	-3,27	-2,06	-59,2%
Fitness	0,08	4,08	-98,1%
Hotelaria	0,53	-2,03	-
Troia Resort – Operações	2,23	1,41	+58,1%
Activos Imobiliários	**45,08**	**4,46**	**>100%**
Eliminações & Ajustamentos	-5,98	-9,33	+35,9%
EBITDA Consolidado	**48,56**	**16,50**	**>100%**
Gastos de Depreciação e Amortização	37,45	34,65	+8,1%
Provisões e Perdas por Imparidade	-0,31	0,48	-
EBIT			
Unidades de Negócio	**-26,04**	**-10,73**	**<-100%**
Energia	-8,28	6,77	-
Engenharia Industrial	-4,38	-3,42	-28,1%
Fitness	-9,03	-5,81	-55,3%
Hotelaria	-3,82	-6,99	+45,3%
Troia Resort – Operações	-0,54	-1,28	+57,7%
Activos Imobiliários	**41,62**	**-2,04**	**-**
Eliminações & Ajustamentos	-4,16	-5,86	+28,9%
EBIT Recorrente Consolidado	**11,42**	**-18,62**	**-**
Gastos/Rendimentos não recorrentes [1]	2,35	2,32	+1,3%
EBIT Consolidado	**9,07**	**-20,94**	**-**
Resultados Financeiros	-11,74	-6,31	-86,1%
Resultados Investimentos e Empresas Associadas	-0,46	-8,65	+94,6%
EBT	**-3,13**	**-35,89**	**+91,3%**
Impostos	2,57	0,93	>100%
Resultado Líquido – Operações Correntes	-5,71	-36,82	+84,5%
Resultado Líquido – Operações Descontinuadas	**-0,01**	**-0,12**	**+92,2%**
Resultado Líquido	**-5,72**	**-36,94**	**+84,5%**
Atribuível a Accionistas da Empresa-Mãe	-5,89	-37,91	+84,5%
Atribuível a Interesses sem Controlo	0,18	0,97	-82,0%

[1] Gastos de reestruturação e rendimentos extraordinários nas operações continuadas.

O Volume de Negócios das Unidades de Negócio situou-se em 499,1M€, registando um aumento de 82,3% quando comparado com o valor de 273,7M€ registado em 2020. Este desempenho deveu-se, em especial, ao negócio de Energia, que beneficiou da integração, desde o final de 2020, de seis centrais de cogeração localizadas em Espanha, com uma potência total de 88 MW. Apesar do impacto da pandemia, a generalidade dos negócios do portefólio registou um aumento no Volume de Negócios, com excepção do Fitness.

No mesmo período, o Volume de Negócios da unidade de Activos Imobiliários totalizou 116,4M€, mais do dobro do valor registado no ano anterior e beneficiando, em particular, da liquidação do Fundo WTC, após a alienação de todos os seus activos, por 62,5M€. O desempenho de 2021 foi particularmente positivo em Tróia, no segmento de unidades turísticas residenciais, com a realização de 40 escrituras e 4 contratos de promessa compra e venda, no valor global de 24,6M€. À data, permanece disponível para venda apenas um apartamento.

O EBITDA das Unidades de Negócio situou-se em 9,5M€, 55,8% abaixo do ano anterior, motivado quer por efeitos directos da pandemia [particularmente em Fitness], quer por efeitos indirectos: subida do preço das *commodities* [licenças de emissão de CO_2, electricidade e gás natural], que levou ao encerramento temporário das cogerações em Portugal e a algumas imparidades registadas na Unidade de *Retail & Trade* por falta de liquidez da contraparte, assim como a disrupção da cadeia de abastecimento, com impacto no desempenho da ADIRA. Em contrapartida, mesmo considerando o impacto da pandemia, os negócios de Hotelaria e Tróia Operações registaram uma melhoria no EBITDA.

Na Unidade de Activos Imobiliários, o EBITDA registou 45,1M€, substancialmente acima do valor de 4,5M€ referente a 2020.

O Resultado Líquido registou um valor negativo de 5,7M€. Apesar de ainda se situar num patamar negativo, o Resultado Líquido registou uma melhoria de 31,2M€ face a 2020.

Estrutura de capital

Milhões de Euros	2021	2020	Δ 21/20
Capital Investido Líquido	**429,35**	**435,21**	**-1,3%**
Activo Fixo	379,55	428,33	-11,4%
o.w. Direitos de Uso [IFRS16]	86,33	62,96	+37,1%
Investimentos Não Correntes [net]	[1,44]	3,65	-
Fundo Maneio	51,24	3,24	>100%
Investimento Bruto Período	21,2	103,46	-79,5%
% Activo Fixo	5,6%	24,2%	-18,6 pp
Investimento Bruto Período / Amortizações	0,73x	1,00x	-0,27x
Dívida Líquida			
Dívida Líquida Financeira	180,01	178,51	+0,8%
Dívida Líquida Total	280,98	255,02	+10,2%
% Capital Investido Líquido	65,4%	58,6%	+6,8 pp
Debt to Equity	189,4%	141,5%	+47,9 pp
Rácios de Estrutura de Capital			
Loan to Value [Activos Imobiliários]	19,0%	21,2%	-2,2 pp
Net Debt/EBITDA [base recorrente sem IFRS16]	27,01x	8,95x	+18,06x
Net Debt/EBITDA [base recorrente com IFRS16]	[18,1x]	6,35x	[24,5x]

O Capex totalizou 21,2M€ em 2021, em resultado dos projectos de expansão prioritários: a unidade hoteleira de Santa Apolónia, a inaugurar no início de 2022, assim como a estratégia de expansão dos negócios de Energia e Fitness.

A Dívida Líquida situou-se em 281,0M€ no final de Dezembro de 2021, 10,2% acima do final de 2020. A Dívida Financeira Líquida ascendeu a 180,0M€ no mesmo período, registando um aumento marginal de 0,8%. O rácio da Dívida Financeira Líquida face ao EBITDA situou-se em 27,0x e o *Loan-to-Value* em 19,0%. A deterioração verificada no rácio de Dívida Financeira Líquida face ao EBITDA resulta, não só, da forte diminuição verificada no EBITDA das Unidades de Negócio, mas também, do nível de investimento já reflectido nos níveis de endividamento, ainda sem geração expressiva ao nível da liquidez e EBITDA. Com efeito, e atendendo às expectativas de evolução de EBITDA face ao ano anterior e, até que os projectos de investimento tenham um ano de geração completa de EBITDA, é expectável que este rácio continue sob pressão.

O plano de monetização de Activos Imobiliários tem contribuído de forma expressiva para o financiamento da Sonae Capital. Em paralelo, desde o final de 2019, temos vindo a trabalhar o refinanciamento da dívida junto dos principais Bancos de relação, visando não só optimizar a maturidade média e o custo, mas também procurando reforçar a liquidez, no sentido de fazer face a todas as necessidades de financiamento. No final do mês de Dezembro, a Sonae Capital dispunha de liquidez e linhas de crédito no montante aproximado de 87 M€ [excluindo *trapped cash* de 32 M€].

Financiamento sustentável

A Sonae Capital concluiu a sua **primeira linha de financiamento sustentável** em Outubro de 2021, a emissão de green bonds no valor de 40,8M€.

Esta emissão foi organizada pelo BPI e pelo Banco Empresas Montepio, com subscrição particular e maturidade de 12 anos e destinou-se ao refinanciamento da central de biomassa de Mangualde, desenvolvida e operada pela Capwatt desde 2020. Esta central utiliza a melhor tecnologia disponível para produzir energia renovável a partir de biomassa e impulsionar o processo produtivo de painéis derivados de madeira sustentável. A central de biomassa consome 300 mil toneladas de biomassa anualmente, o suficiente para satisfazer 100% das necessidades de energia térmica da fábrica e gerar, adicionalmente, 83 GWh/ano de energia renovável descentralizada. Deste modo, quase 90% de energia consumida na fábrica é gerada a partir de fontes renováveis.

90%

de energia consumida na fábrica é gerada a partir de fontes renováveis.



Balanço consolidado

Milhões de Euros	2021	2020	Δ 21/20
Total Activo	**706,05**	**638,23**	**+10,6%**
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	315,98	364,57	-13,3%
o.w. Direitos de Uso [IFRS16]	86,33	62,96	+37,1%
Goodwill	61,43	61,68	-0,4%
Investimentos Não Correntes	2,15	2,08	+3,4%
Outros Activos Não Correntes	29,43	28,32	+3,9%
Inventários	48,75	46,37	+5,1%
Clientes e Outros Activos Correntes	60,32	79,16	-23,8%
Instrumentos Financeiros	87,48	12,54	>100%
o.w. Outros Activos Financeiros	27,79	9,98	>100%
Caixa e Equivalentes de Caixa	100,53	43,41	>100%
Activos detidos para venda	0,00	0,09	-
Total Capital Próprio	**148,36**	**180,20**	**-17,7%**
Capital Próprio atribuível a Accionistas da Empresa-Mãe	147,68	178,70	-17,4%
Capital Próprio atribuível a interesses sem controlo	0,68	1,49	-54,7%
Total Passivo	**557,69**	**458,03**	**+21,8%**
Total Passivo Não Corrente	**314,33**	**172,91**	**+81,8%**
Empréstimos Não Correntes	190,91	79,31	>100%
Empréstimos Não Correntes – IFRS16	92,56	68,93	
Passivos por Impostos Diferidos	14,67	12,46	+17,8%
Outros Passivos Não Correntes	16,19	12,22	+32,5%
Total Passivo Corrente	**243,36**	**285,12**	**-14,6%**
Empréstimos Correntes	89,63	142,61	-37,1%
Empréstimos Correntes – IFRS16	8,41	7,58	
Fornecedores e Outros Passivos Correntes	96,72	121,09	-20,1%
Instrumentos Financeiros	48,59	13,74	>100%
o.w. Outros Passivos Financeiros	3,14	5,37	-41,5%
Passivos associados a Activos detidos para venda	0,00	0,09	-
Total Capital Próprio e Passivo	**706,05**	**638,23**	**+10,6%**

Demonstrações financeiras individuais

O resultado líquido da Sonae Capital, SGPS, SA, empresa *holding* do Grupo, foi negativo em 13,6M€. O resultado compara com um valor negativo de 23,1M€ do ano anterior, maioritariamente devido a Resultados de Investimentos menos negativos e ao maior impacto da linha de Impostos, no valor de 2,4M€.

Proposta de aplicação de resultados

Os resultados líquidos do exercício foram negativos no montante de €13.579.727,29 [treze milhões, quinhentos e setenta e nove mil, setecentos e vinte e sete euros e vinte e nove cêntimos].

Considerando que existem reservas de cisão no montante de €132.638.252,72 [cento e trinta e dois milhões seiscentos e trinta e oito mil duzentos e cinquenta e dois euros e setenta e dois cêntimos], o Conselho de Administração propõe que os resultados negativos do exercício, bem como os resultados transitados negativos do ano anterior, no montante de €23.145.393,62 [vinte e três milhões, cento e quarenta e cinco mil, trezentos e noventa e três euros e sessenta e dois cêntimos] sejam cobertos, utilizando Reservas de Cisão disponíveis.

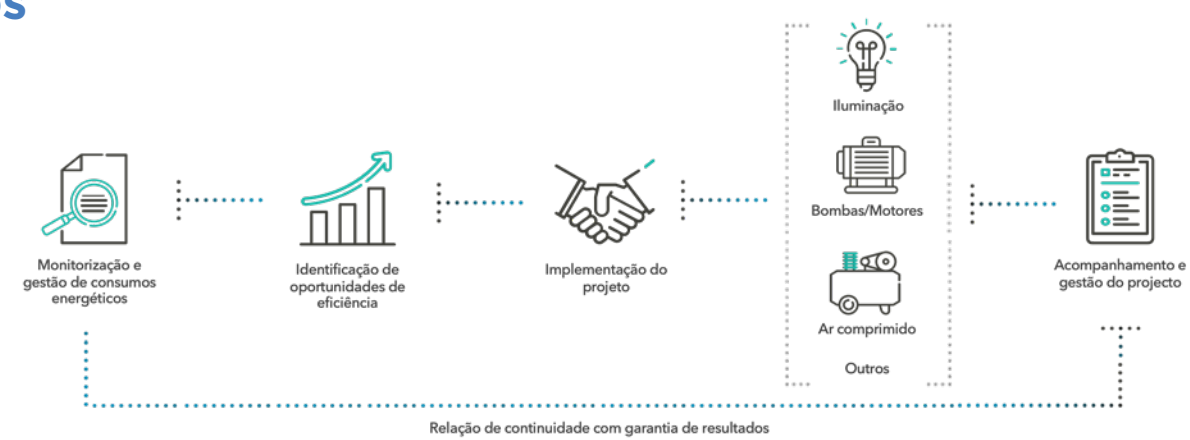
Adicionalmente, propõe-se que se utilize o remanescente no montante de €95.913.131,81 [noventa e cinco milhões, novecentos e treze mil, cento e trinta e um euros e oitenta e um cêntimos] da rubrica Reserva de Cisão para integração da Reserva Legal no montante de €38.831.793,62 [trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e noventa e três euros e sessenta e dois cêntimos], integração na Reserva de ajustamento IFRS16 no montante de €2.602,17 [dois mil seiscentos e dois euros e dezassete cêntimos] e que o valor remanescente das reservas de cisão, no montante de €57.078.736,02 [cinquenta e sete milhões, setenta e oito mil, setecentos e trinta e seis euros e dois cêntimos] seja transferido para reservas livres.

1.7 As boas práticas dos nossos negócios

O papel da Capwatt na promoção da descarbonização

A necessidade de redução de emissões de gases com efeito de estufa, o crescimento económico global e consequentes aumentos do consumo de energia têm vindo a alterar o modo como se produz e utiliza a energia.

Neste contexto, a Capwatt posiciona-se como o promotor de uma solução integrada de energia do cliente, baseando-se numa visão holística das suas necessidades energéticas, sejam estas materializadas em energia térmica, elétrica ou primária, sustentando esta solução em serviços de eficiência energética. Em paralelo, a Capwatt tem vindo a implementar projectos piloto para o desenvolvimento de soluções de abastecimento contínuo de energia e encontra-se a desenvolver projectos na área da bioenergia e na gestão eficiente de recursos naturais.



Fazendo parte da sua solução integrada, a comercialização de energia e serviços de eficiência energética complementam a sua oferta, assumindo também a monitorização do consumo dos seus clientes, de forma a melhorar o seu desempenho energético. Contribui para a redução da pegada ecológica dos seus clientes através da implementação de medidas para a melhoria da eficiência energética, integração de produção de origem renovável e fornecimento de soluções de mobilidade elétrica.

Assim a Capwatt actua como promotora da optimização da eficiência dos consumos dos seus clientes, possibilitando o controlo dos seus consumos de energia através da monitorização, registo, análise e gestão dos mesmos, fomentando medidas de racionalização e obtendo uma poupança efetiva e sustentável.

Os sistemas da Capwatt estão em alguns casos suportados por sistemas de armazenamento de energia, o que permite uma gestão mais eficiente ao nível da produção e também do consumo de energia.

A Capwatt tem sob a sua gestão 222 MW de potência elétrica, sendo 28% em energia renovável e 72% em cogeração. De especial destaque, a Capwatt evitou, no decorrer de 2021, 208 mil toneladas de CO_2 equivalente.

ADIRA, eficiência em toda a linha

O futuro define-se no presente. Este é o mote que leva a ADIRA a procurar as melhores práticas de sustentabilidade ambiental em toda a sua actuação.

Em 2021, a remodelação integral da NAVE A, na fábrica da ADIRA, assumiu um destaque muito significativo na estratégia de optimização de recursos e poupança energética nas suas instalações, sendo de salientar as seguintes vertentes desta «operação-verde»:

- Substituição de toda a iluminação das instalações da ADIRA por soluções LED, que permite, por si só, uma elevada poupança energética diária;
- Monitorização da iluminância através de sensores que permitem uma regulação da intensidade luminosa artificial – de 0%, 50% e 100% – conforme seja necessário, de acordo com as normas actuais;



- Instalação de telhas translúcidas, que possibilitam uma maior incidência de luz natural, contribuindo desta forma para a poupança energética proporcionada pela monitorização através de sensores.

Deste modo, a partir de 2021, as acções da ADIRA quanto às condições de iluminação das suas instalações proporcionam directamente uma redução energética de cerca de 63% por ano.

		2020	2021
	Necessidades globais [KWh]	398 678	348 846
	Rede Elétrica de Serviço Público [KWh]	275 428	217 044
UPAC	Produção Total [KWh]	188 698	198 406
	Energia Autoconsumida [KWh]	123 250	131 802
	Excedente [KWh]	65 448	66 604
	Autoconsumo [%]	**65%**	**66%**
	Autonomia [%]	**31%**	**38%**

Quadro 1 – Consumo eletricidade ADIRA [2020 versus 2021]

Em paralelo, fruto de uma parceria com a Capwatt, a ADIRA conseguiu aumentar o percentual de energia elétrica produzida a partir da sua Unidade de Produção para Autoconsumo [UPAC] em 7% em 2021, face a 2020, tendo gerado 38% da totalidade de energia eléctrica necessária para a operação através de fontes renováveis [tal como indicado no quadro 1].

/SC/
FITNESS

Exercício físico, saúde e bem-estar: equidade e inclusão



O conceito de ginásio tem sofrido uma evolução significativa, transformando-se num local onde o exercício e o bem-estar se unem com o propósito de elevar a qualidade de vida e reduzir significativamente a probabilidade de desenvolvimento de doenças físicas e mentais. Com um portefólio de 37 Clubes no final de Dezembro de 2021, a SC Fitness tem o propósito de encorajar um estilo de vida e saudável a um número cada vez maior de pessoas, disponibilizando soluções de treino que respondem a todas as necessidades.

A missão da SC Fitness, que opera sob a marca Solinca [Classic, Light e Element], é estimular e inspirar hábitos de vida saudáveis, através da prática regular de exercício físico, contribuindo para uma vida mais equilibrada e feliz. Nesse sentido, a Solinca assumiu, desde o primeiro momento, a prática de exercício como uma iniciativa capaz de mobilizar e unir todas as comunidades em prol de uma visão comum – um estilo de vida prolongado e saudável.





Fitness para todos

Na SC Fitness, o exercício físico deve estar ao alcance de todos, independentemente do estatuto sócio económico. Neste contexto, o foco na saúde para todos estendeu-se a um novo patamar, dando origem à criação do conceito low cost Solinca Element, que visa proporcionar o acesso às melhores condições de treino a todos os consumidores.

A estreia do Element surgiu no segundo semestre de 2020, tendo a SC Fitness encerrado o ano de 2021 com três Clubes e a intenção de acelerar o seu plano de expansão durante o ano de 2022.

Programa +Saúde, para uma plena recuperação pós-Covid 19

Face à pandemia vivida nos últimos anos, o programa +Saúde ganhou relevância focando-se em vítimas de recuperação pós-Covid 19. O programa tem como base científica as orientações da *American College of Sports Medicine* e da Organização Mundial de Saúde sobre exercício físico pós covid-19 e também contempla as mais recentes evidências científicas relativas ao impacto de um programa de exercício físico na recuperação e melhoria da capacidade funcional em pessoa infectadas com as variantes de SARS, nomeadamente as variantes anteriores da SARS CoV 1 e MERS. O programa centra a sua intervenção na melhoria da aptidão cardiorrespiratória, força e resistência muscular, flexibilidade, composição corporal, funcionalidade respiratória e também na conquista de um estilo de vida mais saudável.





Programa +Silhueta, destinado a todas as mulheres

O programa +Silhueta é um projecto específico para realçar a forma feminina, destinando-se a todas as mulheres que queiram ver enaltecidas as suas curvas, a sua silhueta, trabalhando a tonificação e equilibrando a sua composição corporal. O programa inclui treino individualizado e aulas de grupo especificas, assim como acompanhamento nutricional como coadjuvante na conquista dos valores considerados os ideais e saudáveis.

THE EDITORY COLLECTION HOTELS

The Editory Collection Hotels, o lançamento de uma nova marca

A marca The Editory Collection Hotels foi lançada em 2021, assumindo um posicionamento mais ambicioso e de maior implementação no mercado nacional, com duas aberturas previstas em Lisboa e Porto no início de 2022.
A nova marca destaca-se pela criação de unidades hoteleiras que se preocupam em servir os visitantes, ao mesmo tempo que proporcionam uma experiência contemporânea e um estilo de vida único.

Mais do que uma mudança de marca, trata-se da afirmação de uma nova mentalidade – assumida pelas equipas e com impacto nos visitantes –, de uma nova forma de estar, inspirada na experiência e *know-how* adquiridos ao longo de 35 anos de experiência em hotelaria.



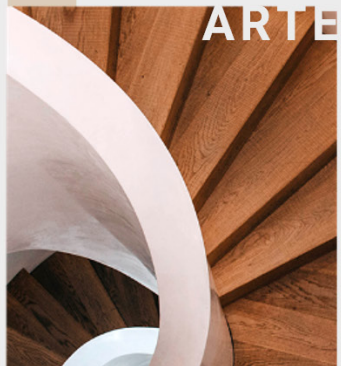


Alicerçada em quatro pilares estratégicos – hospitalidade, arte, local e sustentabilidade –, The Editory Collection Hotels imprime o estilo de vida e a singularidade do destino onde cada hotel está integrado, apresentando atmosferas distintas em cada uma das unidades do portefólio.

SONAE CAPITAL

4 PILARES **ESTRATÉGICOS**









Hospitalidade

Traduzida na missão de transformar cada hotel num embaixador de hospitalidade com um acolhimento de excepção em que cada detalhe faz a diferença. Assumindo uma filosofia própria de interacção com cada Cliente, os hotéis The Editory apostam na personalização do serviço.

Arte

Já com um vasto espólio de arte contemporânea em diferentes unidades, The Editory assume a curadoria na captação de novos artistas para a colecção que distribui pelos diferentes destinos. Viver a arte como forma de expressão e como interpretação das sensações e dos lugares reforça a aposta nos talentos, no património e nas mensagens estéticas – que são também sociais –, transformando cada hotel numa galeria de escolhas pensadas para diferentes estilos.

Local

A marca assume as características de cada local como um compromisso identitário que celebra a realidade de cada destino onde está presente, transformando cada hotel num embaixador da comunidade, através da transmissão de experiências nativas que influenciam os visitantes pelas suas características, tradições e estilo de vida.

Sustentabilidade

The Editory assume a missão de liderar a promoção de boas práticas ambientais. Em algumas unidades, existem já exemplos de certificação que atestam essa orientação, como é o caso do Aqualuz Troia Mar & Rio, Aqualuz Troia Lagoa e Troia Residence, que detêm as certificações ISO 14001, desde 2005, EMAS desde 2008 e do The Editory Riverside, a inaugurar no início de 2022 em Lisboa, que terá certificação BREEAM [nível Very Good].

TROIA

TROIA e a protecção dos golfinhos do estuário do Sado

O estuário do Sado é o segundo maior estuário português e um dos maiores da Europa. A sua localização geográfica e as suas características fazem com que este constitua um verdadeiro «viveiro» para inúmeras espécies. Face à sua riqueza biológica, dispõe de condições que permitem que aqui resida uma população de roaz-corvineiro [*Tursiops truncatus*], também conhecido localmente por «golfinho do Sado».

A população de roazes do Sado, actualmente com cerca de 30 indivíduos, é uma das poucas que residem num estuário, o que a torna singular em Portugal e rara na Europa. A sua atractividade para os visitantes é potenciada pela riqueza do *habitat* em que vivem, que regista uma biodiversidade assinalável. Através de vários projetos, a Tróia-Natura, uma sociedade participada da Sonae Capital, contribui para a conservação desta população, mas também para a sustentabilidade e preservação dos ecossistemas presentes no estuário do Sado e na península de Tróia, que constituem um factor diferenciador da região.



Em 2021, realizou-se a 8ª edição da campanha «Proteger os Golfinhos», uma iniciativa promovida pela Tróia-Natura, em colaboração com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF], e que visa sensibilizar a náutica de recreio do estuário do Sado e área marinha adjacente para o código de conduta a adoptar no caso de avistamento dos roazes. Esta campanha visa sensibilizar para a singularidade desta população e para a importância de todos conhecerem e adoptarem comportamentos que contribuam para a sua conservação, sendo dirigida a todos os actores que directa ou indirectamente intervêm no ecossistema estuarino, nomeadamente as empresas marítimo-turísticas, as embarcações de recreio e todas as outras embarcações quando desenvolvem acções de observação de golfinhos ou simplesmente circulam no mesmo espaço marítimo habitualmente utilizado pelos mesmos. Durante a abordagem, que é feita a partir de uma embarcação identificada, é entregue e explicado o código de conduta a seguir no caso de avistamento de roazes. Trata-se de um conjunto de regras a seguir para que todos possam observar os golfinhos em segurança, uma vez que uma navegação descuidada pode impedir o descanso, a alimentação, socialização e reprodução e, ainda, interferir na comunicação entre os animais.

Realizando-se há já 8 anos, durante o período de Verão, esta campanha tem alcançado resultados muito positivos, tendo impactado mais de 28.000 pessoas.

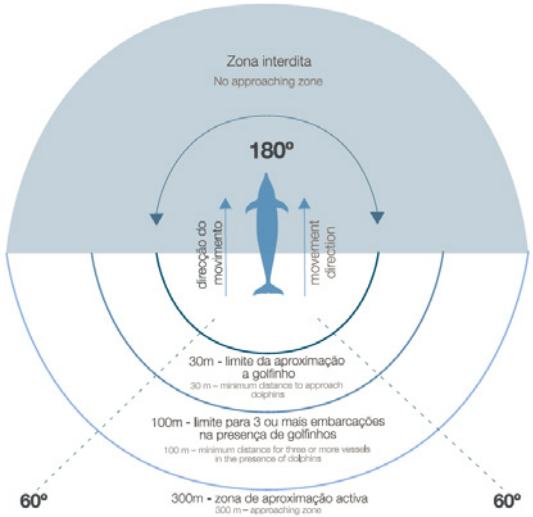


Código de Conduta

- Evite mudanças bruscas de velocidade, direcção e sentido no rumo da sua embarcação;
- Não exceda a velocidade de deslocação dos animais;
- Mantenha um rumo paralelo e pela retaguarda dos golfinhos, de modo a que estes tenham um campo livre de 180º à sua frente;
- Posicione a sua embarcação num sector de 60º à retaguarda dos golfinhos;
- Evite fazer ruídos na proximidade dos roazes, que os perturbem ou atraiam;
- Esteja atento à aproximação de outros golfinhos;
- Não permaneça mais de 30 minutos na proximidade de um grupo de golfinhos;
- É proibida a aproximação activa a menos de 30 metros de qualquer golfinho – devemos deixar que sejam eles a aproximar-se de nós;
- É proibida e permanência de mais de 3 embarcações num raio de 100 metros em redor dos golfinhos;
- É proibido perseguir ou provocar a separação de grupos de golfinhos, especialmente o isolamento das crias;
- É proibido alimentar, tocar e nadar com os golfinhos;
- É proibida a aproximação aos golfinhos cuja proximidade à costa condicione os seus movimentos relativamente à embarcação;
- É proibida a utilização da marcha à ré na proximidade de um grupo de golfinhos, salvo em situações de emergência;
- É proibida a utilização de *jet-skis*, motos de água e veículos afins na observação de golfinhos.

São também mencionadas as situações em que se deve de imediato interromper a observação, como são o caso das seguintes:

- Alteração marcada da direcção e da velocidade do movimento inicial dos golfinhos;
- Natação evasiva e repetido afastamento da embarcação;
- Prolongamento do tempo de mergulho e/ou diminuição do tempo à superfície após a aproximação da embarcação;
- Batimentos repetidos da barbatana caudal na superfície da água;
- Movimentos dos golfinhos adultos para afastarem as crias ou para se interporem entre elas e as embarcações.





A Atlantic Ferries, maioritariamente participada pela Sonae Capital, iniciou a sua actividade em Outubro de 2007, como concessionária do Serviço Público de Transporte Fluvial de Passageiros, Veículos Ligeiros e Pesados e de Mercadorias entre Setúbal e a Península de Tróia.

Esta orgulha-se de manter activo um programa que disponibiliza anualmente cerca de mil viagens gratuitas a Instituições de Solidariedade Social dos Concelhos de Setúbal e Grândola. Já em relação a iniciativas de cariz ambiental, a Atlantic Ferries entrega à Tróia-Natura uma contribuição correspondente a 0,10€ por passageiro transportado e pagador de título de transporte nas carreiras fluviais abrangidas pela concessão, para financiamento de acções de preservação e monitorização no estuário do Sado, já tendo, neste âmbito, entregue mais de 1,3 milhões de euros de contrapartidas ambientais.

SONAE CAPITAL

02

Desempenho Ambiental

Ambição

Queremos sempre chegar mais longe



Joana Mateus
Tróia Operações

SONAE CAPITAL

01 A Sonae Capital
02 Desempenho Ambiental
03 Desempenho Social
04 Desempenho Societário
05 GRI, Global Reporting Initiative

2.1 CO_2 alterações climáticas

CO_2 alterações climáticas

As alterações climáticas, pela ameaça que representam à nossa capacidade e à capacidade das gerações futuras de viver e crescer num mundo pacífico e próspero, ocupam um espaço central da nossa agenda.

Visando a neutralidade carbónica, traçámos na Sonae Capital uma resposta ambiciosa e adaptada ao nosso contexto de negócio e geografia, assente nas melhores práticas conhecidas e no conhecimento tecnológico e científico disponível, privilegiando as soluções que, de uma forma integrada, nos garantem os melhores resultados.

Sendo um caminho desafiante e complexo, que requer uma acção conjunta e concertada, corporizámos a nossa visão através de uma **Carta de Princípios para o CO_2 & Acção Climática**, um documento subscrito por todas as empresas do Grupo Efanor, onde foram definidos os eixos prioritários da nossa acção.

1. **Avaliação da exposição dos negócios aos Riscos Climáticos e definição das medidas de mitigação e aumento da sua resiliência;**
2. **Promoção da eficiência e flexibilidade dos consumos energéticos das nossas actividades;**
3. **Descarbonização da matriz energética, através da electrificação dos consumos, da produção e da aquisição de electricidade efectivamente produzida a partir de fontes renováveis e implementação de acções de compensação carbónica;**
4. **Desenvolvimento de produtos e serviços de baixo carbono, estimulando uma escolha informada por parte dos consumidores;**
5. **Fomento de acções de educação e sensibilização para as alterações climáticas dirigidas a colaboradores, clientes, parceiros;**
6. **Intensificação das parcerias com universidades e instituições de investigação, por forma a estimular a criação de soluções inovadoras que permitam avançar na descarbonização das nossas actividades;**
7. **Monitorização e comunicação do desempenho climático do Grupo.**

Empenhados em contribuir para uma descarbonização efectiva, definimos objectivos de redução das emissões de GEE, de âmbito 1 e de âmbito 2, de acordo com a metodologia da *Science Based Target Initiative* – uma plataforma que apoia as empresas a estabelecer e validar metas de redução de emissões, de acordo com o objectivo global de limitar o aumento médio da temperatura em 1,5°C. Fruto desse exercício, assumimos um compromisso de redução até 2030, face ao registado em 2018: reduzir as emissões específicas de âmbito 1 em 31% [em toneladas equivalentes de CO_2, por MWh de energia produzida] e as emissões consolidadas de âmbito 2 em 100%.

Em paralelo, desenvolvemos um *roadmap* de suporte à prossecução dos objectivos de redução, que tem sido objecto de monitorização todos os anos. Está em curso a definição de objectivos para as emissões de âmbito 3 e o *roadmap* irá ser revisto em conformidade.

Actualmente, as iniciativas estabelecidas para redução das emissões de âmbito 1 centram-se, essencialmente, na actividade de produção de Energia, na Capwatt, uma vez que esta contribui para cerca de 96% das emissões do ano base, devido à operação de cogeração, que assenta no consumo de gás natural. Quanto às iniciativas estabelecidas para redução das emissões de âmbito 2, estas centram-se no consumo de 100% de energia renovável a partir de 2025.



Aumento da Eficiência da Operação de Cogeração

>80%

em 2030

Garantir uma melhoria da eficiência do parque produtivo de cogeração.

Instalação de projectos de produção de energia de origem renovável, aumentando progressivamente a sua participação na potência total instalada instalada.



Aumento da Potência Renovável

>50%

em 2030

Consumo de
100%
de energia renovável

em 2025



Instalação de potência renovável por forma a satisfazer o consumo equivalente de energia eléctrica da Sonae Capital.



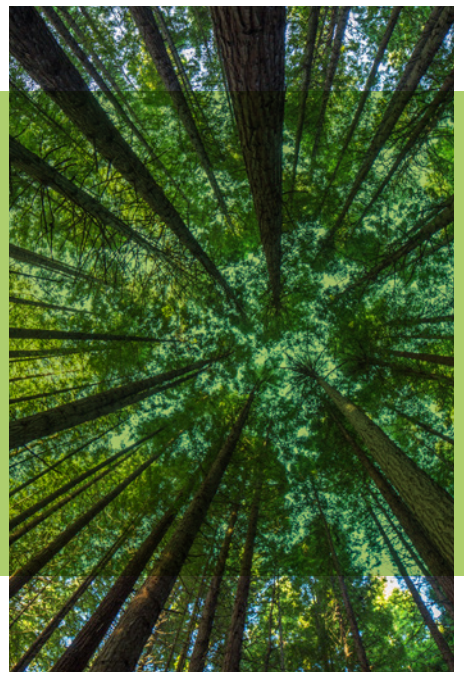
Através de veículos eléctricos ou híbridos.

Electrificação da frota

95%

em 2030

Compensação de emissões



Investimento em projectos de sequestro de carbono, através da Floresta Sonae, com o objectivo de compensar as emissões da frota de veículos da Sonae Capital [compensação desde 2019]

A **Floresta Sonae** é um projecto promovido em conjunto pelas diferentes empresas do Grupo Efanor, e que visa fazer o *offset* de emissões de CO_2 não evitáveis, decorrentes da frota de veículos das sociedades. No final de cada ano, são calculadas as emissões associadas à deslocação de colaboradores em veículos da empresa e, posteriormente, são calculados e plantados os hectares de arborização de floresta necessários para assegurar a compensação das emissões.

Localizada em Mangualde, numa área com 1.100 hectares, a Floresta Sonae resulta de uma parceria entre a Sonae, Sonae Capital e a Sonae Arauco. Constituindo uma das maiores florestas privadas em Portugal, esta pretende aliar produção de madeira, retenção de carbono, biodiversidade e resistência natural ao impacto dos incêndios florestais.

Na sequência das emissões dos anos de 2019 e 2020, a Sonae Capital financiou já a arborização de 9,3 hectares, equivalente a mais de 15.500 árvores. Como espectável, as emissões tenderão a reduzir com a electrificação progressiva da nossa frota automóvel.

CDP
DISCLOSURE INSIGHT ACTION

Em 2021, a Sonae Capital reportou [pelo segundo ano consecutivo] ao *Carbon Disclosure Project* [CDP], na modalidade de Climate Change, tendo sido posicionada no nível B, o que comprova o reconhecimento do CDP em relação à nossa coordenação de medidas de combate às alterações climáticas.

No sector onde a Sonae Capital se insere, 41% das empresas obtiveram nível B e 4% obtiveram nível A. Umas das principais oportunidades de melhoria prende-se com o reporte e *roadmap* de redução de emissões de âmbito 3, no qual tem recaído uma parte do trabalho realizado ao longo dos últimos meses.

O CDP é uma organização global sem fins lucrativos que incentiva empresas e governos a reduzir emissões de gases com efeito de estufa, salvaguardar os recursos hídricos e proteger as florestas. Segundo o estudo «Rate theRaters2020» da SustainAbility, o CDP é dos índices mais cotados em termos de qualidade e utilidade e tem-se mantido como um dos índices mais credíveis, ao longo dos últimos anos. Em 2021, foram mais de 13.000 empresas que divulgaram dados ambientais através do CDP.

* Âmbito 1: Emissões directas de GEE provenientes de fontes que pertencem ou são controladas pela organização. Âmbito 2: Emissões indirectas de GEE provenientes da energia eléctrica adquirida pela organização. Âmbito 3: Outras emissões indirectas, considera todas as emissões provenientes das actividades da organização e que ocorrem em fontes que não pertencem ou não são controladas pela mesma.

2.2 Natureza e Biodiversidade

A dependência das nossas empresas do capital natural e o modo como, directa ou indirectamente, têm potencial para alterar ou contribuir para a destruição dos *habitats* naturais, leva-nos a considerar as questões relacionadas com a protecção da natureza e da biodiversidade como estratégicas. Assim, constituímos um Grupo de Trabalho que tem como missão estruturar uma política transversal para a Conservação da Biodiversidade e definir um conjunto de objectivos e metas a atingir pelas empresas do Grupo Efanor em prol da natureza.

Os nossos negócios na península de Tróia são, onde, desde a sua génese, a conservação da natureza e o fomento da biodiversidade têm merecido maior atenção. A península de Tróia está inserida num território com valores naturais relevantes, desde *habitats* e espécies com estatutos de protecção especial, tanto a nível da vegetação como da avifauna, até à singularidade da sua paisagem única que se estrutura em torno da laguna da Caldeira e da morfologia dunar que domina o território. O desenvolvimento do projecto de Tróia foi acompanhado da implementação de um sistema de gestão ambiental, sucessivamente implementado para as fases de projecto, construção e exploração, certificado de acordo com a norma internacional ISO 14001 desde 2005 e registado no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria [EMAS] desde 2008, caso único em Portugal para empreendimentos desta natureza. Adicionalmente, as praias e a Marina têm sido recorrentemente galardoadas com a Bandeira Azul.

Não obstante, todos os negócios da Sonae Capital reconhecem o seu impacto na natureza e propõem-se a assumir compromissos ambiciosos que visem a proteção e conservação da Natureza e Biodiversidade, devidamente adaptada ao seu contexto e geografia.

act4nature
Empresas pela Biodiversidade

O **act4nature Portugal** é uma iniciativa promovida pelo BCSD Portugal no âmbito da act4nature international, lançada em França, em 2018, com o objectivo de mobilizar as empresas a proteger, promover e restaurar a biodiversidade.

O lançamento desta iniciativa em Portugal integra-se nos compromissos assumidos pelo BCSD Portugal, em 2019, ao integrar a coligação *Business for Nature*, e incluem o objectivo de envolver as empresas em compromissos que contribuam para reverter a perda de biodiversidade a nível global. Em 2021, são já 27 as empresas que em Portugal assumiram compromissos no âmbito do act4nature Portugal.

SONAE CAPITAL

No âmbito deste Grupo de Trabalho, as empresas Sonae aderiram em 2021 à iniciativa **act4nature Portugal**, o que se traduz na na subscrição de **10 compromissos comuns** e de um conjunto de **8 compromissos individuais**, que reforçam o seu empenho na preservação e na promoção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.

Compromissos Individuais

1. Definir metas baseadas na Ciência para a Natureza: desenvolver uma estratégia para a Natureza e Biodiversidade alinhada com o programa *Science Based Targets Network* até 2022, de forma a assegurar que até 2022 serão desenvolvidas metas ambiciosas, robustas e relevantes, alinhadas com a ciência e dirigidas ao contexto das Empresas Sonae.
2. Desenvolver iniciativas e ações-piloto no âmbito do Grupo de Trabalho de Natureza e Biodiversidade, tendo em vista a conservação de espécies e ecossistemas ameaçados.
3. Participar no projecto Floresta Sonae, que visa compensar as emissões de CO_2 da frota de veículos movidos a combustíveis fósseis das Empresas Sonae até à sua substituição total, num esforço que poderá conduzir à plantação de 1.000 hectares de floresta e promover a conservação da biodiversidade, nomeadamente através da plantação de diversas espécies nativas ao longo de linhas de água e corredores ecológicos.
4. Reduzir as perdas e desperdício alimentar nas operações das Empresas Sonae, de forma a contribuir para uma menor pressão sobre a Natureza e a Biodiversidade associada às atividades de produção agrícola e agropecuária e exploração de recursos naturais.
5. Desenvolver e aprovar um compromisso de Zero Desflorestação, que incluirá metas e objectivos para as matérias-primas associadas à desflorestação.
6. Adoptar critérios associados à preservação da biodiversidade nos processos de compra e desenvolvimento sustentável de bens e serviços nas empresas do Grupo, de modo a promover a adopção de práticas produtivas mais sustentáveis e a reduzir a pegada associada à cadeia de abastecimento.
7. Promover a participação em iniciativas bem como acções de sensibilização, formação e divulgação junto de actores internos e externos sobre a temática Natureza e Biodiversidade, incluindo agricultura integrada, desperdício alimentar, capital natural, poluição, sistemas de certificação e outros.
8. Promover a adesão a redes de colaboração que visam o desenvolvimento e partilha de conhecimento sobre a Natureza e Biodiversidade.

Ao longo do ano de 2022, estaremos focados no cumprimento dos compromissos subscritos, dos quais assumem especial relevância a publicação de uma estratégia para a Natureza e Biodiversidade, alinhada com o programa *Science Based Targets Network*, bem como a publicação de um compromisso de Zero Desflorestação.



2.3 Plásticos

Nos últimos anos, o plástico tornou-se num material omnipresente na nossa vida – por ser detentor de um conjunto de características que potenciam a sua utilização num número muito alargado de aplicações – e também no meio ambiente, impondo crescentes e complexos desafios para os quais é urgente encontrar uma resposta.

A proliferação do seu uso em utilizações únicas, a reduzida sensibilidade da população para os impactos gerados pelo encaminhamento inadequado dos resíduos de plástico e a ineficácia das políticas e sistemas de reciclagem [quer pela taxa reduzida de encaminhamento, quer pelo facto de, em muitos casos, a sua reciclagem ser muito difícil e com baixo interesse económico] são alguns dos factores que contribuem para este quadro de urgência ambiental.

Neste contexto tão desafiante, estamos a desenvolver uma resposta adaptada ao contexto e geografias de cada um dos nossos negócios, assente num mesmo conjunto de premissas, integradas numa Carta de Princípios para o Plástico, um documento subscrito por todas as empresas do Grupo Efanor, onde se encontram os eixos prioritários da nossa actuação:

***Self assessment*:** Identificar a quantidade e tipo de plástico que utilizamos nas nossas operações, nos nossos produtos e nos serviços que prestamos;

Reduzir e reutilizar: Reforçar os princípios da circularidade na forma como gerimos a nossa actividade, como concebemos e desenvolvemos os nossos serviços e produtos, evitando sempre que possível os plásticos de utilização única, privilegiar a reutilização e reparação dos materiais, e, quando tal não for possível, encaminhando os resíduos para reciclagem;

Reciclar: Facilitar a reciclabilidade de todos os produtos e embalagens de plástico pelos quais sejamos responsáveis;

Minimizar: A utilização de materiais plásticos virgens de origem fóssil, através da incorporação de material reciclado ou da substituição por materiais alternativos com menor impacte ambiental;

Bioplásticos: Considerar apenas os materiais de origem biológica que não compitam com a produção de alimentos, nem promovam o desperdício de recursos naturais;

Sensibilizar as comunidades: Para a adopção de comportamentos de redução, reutilização, reparação e reciclagem.

Parcerias: Estabelecer parcerias com Universidades e Centros de Investigação, que estejam ou se disponham a trabalhar activamente no desenho de soluções inovadoras e sustentáveis;

Monitorizar e avaliar: Continuamente o desempenho das empresas e comunicar periodicamente, de forma aberta e transparente.

SONAE CAPITAL

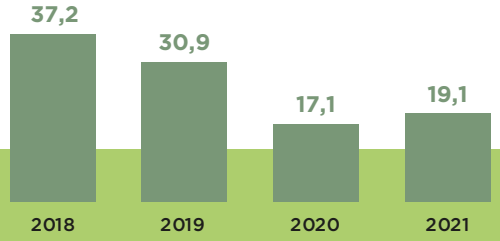
Deste modo, todos os anos tem sido efectuado na Sonae Capital o mapeamento da quantidade e tipo de plástico que utilizamos nas operações e no embalamento [este último, expressivo apenas na ADIRA], o que tem permitido tomar decisões destinadas a promover um uso cada vez mais responsável e informado do plástico.

Ao mesmo tempo, temos vindo a monitorizar um *roadmap* com objectivos concretos de redução, reutilização e reciclagem até 2025.

A implementação de medidas relacionadas com a eliminação de plásticos de utilização única em *Backoffice* foi uma das nossas primeiras *quick wins*, que resultou numa redução anual de 2,2 toneladas de plástico de utilização única em todos os negócios da Sonae Capital.

Desde o ano de 2019, a pegada de plástico da Sonae Capital resulta essencialmente da operação de Hotelaria, Fitness e Engenharia Industrial, assim como de embalamento, em Engenharia Industrial.

Evolução da Pegada de plástico Sonae Capital
[em ton]



Pegada de plástico Sonae Capital
[2021, em ton]



Hotelaria a pegada de Plástico situou-se 14% acima do ano anterior, sobretudo em virtude do aumento do nível de actividade e da preparação das novas aberturas. Cerca de 54% da pegada correspondeu, em 2021, a sacos do lixo [compostos por 90% de plástico reciclado e recicláveis].

Fitness a pegada de Plástico sofreu uma diminuição de 81% face a 2020. Esta diminuição deveu-se à implementação de medidas de optimização, assim como ao impacto positivo da internalização das equipas responsáveis pela limpeza dos Clubes.

Adira a taxa de reciclabilidade registada em 2021 totalizou 75%. A especificidade do embalamento necessário para expedir máquinas por via marítima, no qual o factor oxidação é um risco iminente, coloca algumas restrições no recurso a materiais alternativos, mas a empresa continua muito focada no compromisso de redução de plástico virgem.

SONAE CAPITAL

03

Desempenho Social

Por e para pessoas

Somos motivados e inspirados pelas pessoas



Maria João Pinheiro Torres
Holding

SONAE CAPITAL

3.1 Desigualdades e desenvolvimento inclusivo

Na Sonae Capital, seguimos escrupulosamente a legislação nacional em matéria de Direitos Humanos e do trabalhador e as respectivas orientações das Nações Unidas e da Organização Mundial do Trabalho, eliminando qualquer forma de discriminação e promovendo um ambiente de trabalho saudável e equilibrado.

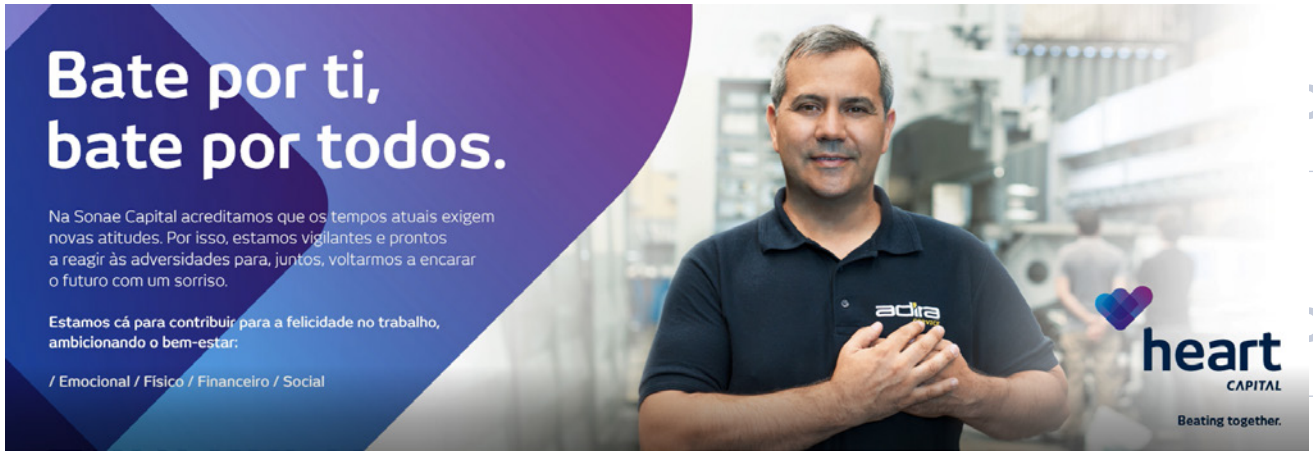
Encaramos as desigualdades como um dos desafios sociais mais complexos e urgentes dos nossos tempos. Um desafio para o qual podemos contribuir enquanto empregador de referência – temos um importante papel na criação de emprego qualificado, na implementação de políticas de desenvolvimento das nossas pessoas e na promoção da diversidade e inclusão – e enquanto instituição activa nas comunidades em que estamos inseridos, através do apoio a diversas iniciativas na área da educação.

Neste contexto, actuamos com o objectivo de contribuir para a minimização das desigualdades e promoção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Criação e divulgação de um plano para a igualdade de género

Tendo presente a importância da igualdade de género, como forma de demonstrar o compromisso da Sonae Capital com este tema, desenvolvemos, desde 2019, um plano anual para a igualdade de género que visa garantir uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre géneros, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. O capítulo 4.3 inclui informação mais detalhada acerca deste plano.

Programa HEART



A Sonae Capital acredita que os tempos actuais exigem novas atitudes. Após dois anos de pandemia, o impacto do Covid-19 é sentido nos negócios, mas sobretudo nas pessoas, que evidenciam mais sintomas de *burnout* e anseiam pela dimensão humana do trabalho, sentindo-se mais valorizadas pelos seus líderes. Adicionalmente, a globalização do mercado de trabalho, aliada ao movimento «great resignation» torna cada vez mais desafiante e premente o cuidado com a saúde e o bem-estar dos colaboradores.

Tendo como foco o equilíbrio e a felicidade das pessoas que colaboram connosco, foi lançado o programa HEART. Este programa consubstancia um conjunto de metas e planos de acção, em larga medida sinalizados pelos próprios colaboradores no âmbito do Estudo de Clima Social, realizado em 2021.

O HEART visa mitigar os obstáculos dos novos tempos e contribuir para a felicidade no trabalho, ambicionando o bem-estar emocional, físico, financeiro e social:

Bem-estar emocional

- Consulta de Psicologia Clínica, via *online*, quando solicitada pelo colaborador, comparticipada via reembolso pelos planos de saúde contratualizados pelo Grupo.
- Divulgação de conteúdos úteis de promoção do bem-estar, através da partilha regular de *newsletters* com dicas úteis para aplicação no quotidiano.

Bem-estar físico

- Oferta de *voucher* para acesso ao solinca-connected.pt, de forma a que os colaboradores possam realizar exercício físico em casa, de acordo com as suas preferências e necessidades.
- Divulgação de vídeos com actividades de ginástica laboral e ergonomia.
- Possibilidade do uso de equipamento do escritório em casa [cadeiras, ecrãs], garantindo um melhor conforto ergonómico em teletrabalho.

heart
CAPITAL

Beating together.















01 A Sonae Capital
02 Desempenho Ambiental
03 Desempenho Social
04 Desempenho Societário
05 GRI, Global Reporting Initiative

Bem-estar social

- Recomendação de sugestão às equipas da Sonae Capital, de criação de momentos online de interacção social.
- Desenvolvimento e implementação de um programa de liderança, LEAP – *Leadership Accelerated Programme*, com o intuito de desenvolver competências de liderança transversais, criar uma identidade própria, apesar da diversidade dos nossos negócios, e consolidar uma cultura que se distinga e alinhe com os valores e princípios do Grupo.

Bem-estar financeiro

- Somos Sonae: integrado no projecto da Cruz Vermelha Portuguesa intitulado Portugal Feliz, esta iniciativa tem como objectivo disponibilizar apoio, com carácter excepcional e temporário, a colaboradores que se encontrem em situação de carência e vulnerabilidade social. Este é um apoio diverso e ajustado à situação específica de cada colaborador de forma totalmente confidencial [aconselhamento jurídico, aconselhamento financeiro, gestão de economia familiar, ajudas técnicas, bens em espécie, etc]. Internamente, esta iniciativa foi divulgada junto de todos os colaboradores, com especial incidência junto dos líderes, que desempenham um papel fundamental na identificação e sinalização de situações de maior vulnerabilidade social e económica.
- Mais Vantagens Sonae Capital: lançamento de uma plataforma para acesso a vantagens e descontos exclusivos da rede de parceiros.

Programa Contacto e a integração de talento

Pioneiro em Portugal, o Programa Contacto foi lançado em 1986 com a missão de atrair e integrar jovens talentos nas empresas do Grupo Efanor. O programa dirige-se a jovens de elevado potencial, finalistas e recém-graduados de licenciatura ou mestrado, de qualquer área de formação, e oferece a estes jovens a possibilidade de explorar diferentes oportunidades e viver experiências profissionais diversificadas, na heterogeneidade de negócios que compõem o Grupo. Em simultâneo, pretende consolidar a longa e estratégica relação de parceria que o Grupo mantém com as Universidades, contribuindo, deste modo, para uma ligação efectiva entre a academia e o mercado de trabalho. Desde a sua criação, o Programa Contacto já recebeu cerca de 48 mil candidaturas, que conduziram à selecção e participação de mais de 4.700 jovens de diferentes áreas de estudo e nacionalidades no «Dia Contacto», sendo que algumas centenas destes acabaram por integrar as equipas do Grupo.



A meritocracia e a definição de planos de carreira

Na Sonae Capital vive-se uma cultura de meritocracia, onde a diferenciação do desempenho e o contributo dos nossos colaboradores e equipas é sustentado por processos e ferramentas de reconhecimento, como a avaliação de competências e o apuramento de KPIs, consubstanciadas no momento da avaliação anual de desempenho. Esta etapa integra o ciclo de gestão de desempenho, ocorrendo no início de cada ano, com o objectivo de analisar o desempenho do colaborador no ano anterior, bem como discutir um conjunto de questões relacionadas com o seu desenvolvimento.

Com efeito, na base da promoção da reflexão e da atribuição de *feedback*, está a avaliação de competências e o cálculo de concretização de KPIs. A avaliação de competências inclui 9 competências comportamentais enquadradas em 6 *clusters*, transversais a todos os níveis funcionais e Negócios e 3 parâmetros de avaliação de competências técnicas [Imagem 1]. O apuramento de KPIs, descritos como metas devidamente mensuráveis que visam o alcance de determinados resultados ou a aquisição de determinadas competências, estrutura-se em 4 níveis: Sonae Capital, segmento de negócio, departamento/equipa e individual.



Imagem 1

No seguimento desta avaliação é atribuída ao colaborador uma classificação global de desempenho, tendo em conta uma escala de 5 níveis [Imagem 2]. Em simultâneo, o colaborador é avaliado quanto ao seu potencial com base numa escala de 3 níveis:

Nível 1: Não é expectável a progressão do colaborador para funções de maior responsabilidade e complexidade, no prazo de 2 a 3 anos.

Nível 2: Caso beneficie de desenvolvimento, poderá ser expectável a progressão do colaborador para funções de maior responsabilidade e complexidade, no prazo de 2 a 3 anos.

Nível 3: É expectável a progressão do colaborador para funções de maior responsabilidade e complexidade, no curto prazo [1 a 3 anos].

Posteriormente, o cruzamento dos eixos de desempenho e potencial permite o posicionamento dos colaboradores numa curva de referência, com a finalidade de garantir a harmonização dos colaboradores pelos diferentes níveis de talento. Este processo permite à Sonae Capital definir planos de carreira concretizáveis para cada colaborador e, simultaneamente, definir acções de desenvolvimento congruentes com as metas a atingir.

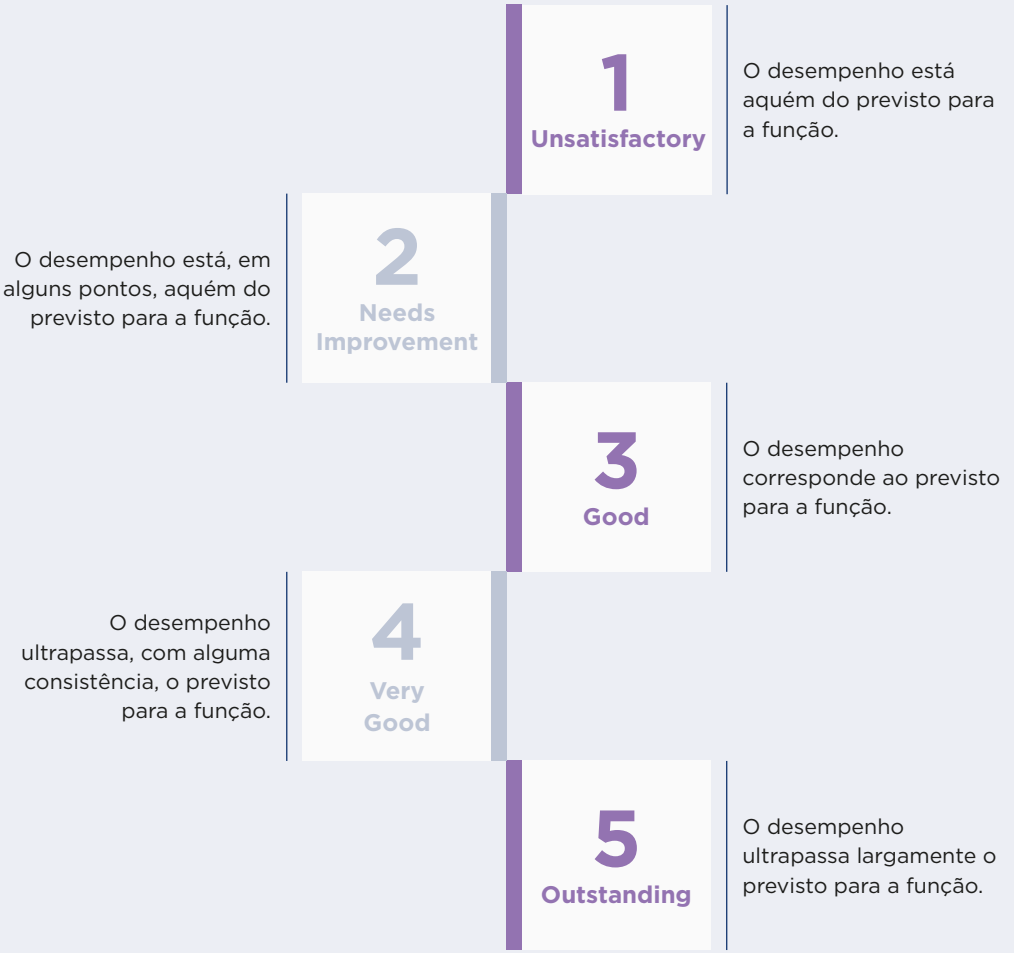


Imagem 2

Promoção da formação e desenvolvimento

Por forma a assegurar um ritmo de crescimento sustentado, a Sonae Capital tem apostado na formação contínua dos seus colaboradores. Neste sentido, foi lançado em 2021 o novo *Learning Management System* [LMS], integrado na solução da SAP Success Factors, que nos permite oferecer aos nossos colaboradores uma plataforma de gestão da formação *user-friendly* e inovadora, integrada com os restantes processos de gestão de pessoas e assente nas melhores práticas de Recursos Humanos. Desta forma, a Sonae Capital reforça o seu compromisso no desenvolvimento do seu Capital Humano.

Neste módulo de gestão da formação, cada colaborador possui um percurso formativo definido de acordo com a sua função e categoria profissional, complementado com as necessidades de desenvolvimento identificadas na avaliação de desempenho. Adicionalmente, o colaborador pode consultar o seu histórico formativo, catálogos de formação e autoinscrever-se nas acções disponibilizadas para o efeito.

Para além de formações baseadas em *soft skills*, a Sonae Capital proporciona também a oportunidade aos colaboradores de frequentarem formações mais técnicas, bem como a participação em programas realizados em parceria com entidades como Harvard, London Business School ou Cornwell.

Em 2021 realizámos mais de 39 mil horas de acções de formação especializada e o número de horas de formação por colaborador situou-se em, aproximadamente, 28 horas.

39.000 horas

de acções de formação especializada

28 horas

de formação por colaborador

Solinca: Mama Move Gaia Comunidade



O MAMA_MOVE GAIA COMUNIDADE é um programa comunitário de exercício físico destinado a mulheres com diagnóstico de cancro da mama após terem completado os tratamentos primários de cirurgia associada, radioterapia e/ou quimioterapia.

Este programa foi desenvolvido pelo grupo de trabalho do ONCOMOVE, com o apoio da AICSO*, em parceria com a Solinca. Conta com uma equipa de trabalho multidisciplinar [Oncologistas, Fisiatras, Psicólogos, Cardiologistas, Enfermeiros, Fisioterapeutas e Fisiologistas] e integra, actualmente, cerca de 40 mulheres sobreviventes de cancro da mama.

A Solinca conta com a participação de três instrutores do Clube de Vila Nova de Gaia, que diariamente acompanham todas as participantes do projecto nas aulas de grupo exclusivas do programa, realizam as suas avaliações físicas iniciais e reavaliações, ao mesmo tempo que mantêm e desenvolvem uma forte relação com o grupo através de partilhas e dinâmicas em grupos online e ainda realizam chamadas de acompanhamento e motivação.

Na Solinca, acreditamos que nos iremos aproximar cada vez de mais pessoas, disponibilizando serviços que lhes façam sentido e, deste modo, contribuam e ajudem Portugal a ser mais activo e consequentemente com mais saúde.

*Associação de Investigação de Cuidados de Suporte em Oncologia.

Solinca: *Active Ageing Community*

O Programa *Active Ageing Community by Europe Active* é dedicado especificamente a idosos. Para além de um programa especifico de exercício físico, este integra acções sociais para evitar a solidão e manter esta classe etária fisica, mental e socialmente activa, promovendo uma qualidade e autonomia na vida de forma prolongada. Implementado no Solinca Dragão e no Solinca Viana, este programa tem o selo de qualidade e referência da EuropeActive.



3.2 Apoio à comunidade

O apoio à comunidade, de forma integrada e sustentada, é um legado da cultura do Grupo desde a sua génese. No âmbito das actividades desenvolvidas, procuramos aumentar a capacidade de resiliência e autonomia das comunidades em que estamos presentes, contribuindo para a erradicação da pobreza nas suas diferentes formas.

Agimos com vista à aproximação das nossas pessoas e empresas às comunidades, onde os nossos recursos são direccionados para iniciativas que, em parceria com outras organizações, contribuem para melhorar contextos mais desfavorecidos.

Já em 2022, demos arranque à constituição do Grupo de Trabalho que, no âmbito do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, terá como missão estruturar uma política transversal para a o Apoio à Comunidade, definindo um conjunto de objectivos e metas a atingir pelas empresas do Grupo Efanor neste eixo tão relevante e com tanto propósito.

Na Sonae Capital, tem sido essencialmente através do voluntariado que actuamos de forma recorrente. Todos os anos são implementadas várias acções, algumas transversais, outras ao nível das Unidades de Negócio, das quais se destacam:

Capwatt: projecto energia verde para todos

No ano de 2021, ao longo de várias acções, a Capwatt associou-se a uma causa de responsabilidade social com a Associação Gesto e Palavra. A Associação Gesto e Palavra, situada no Porto, na freguesia de Campanhã, é uma instituição sem fins lucrativos de cariz social que apoia a comunidade carenciada da zona oriental da cidade, incidindo o seu apoio junto de crianças e jovens carenciados do bairro de Contumil.

Sendo a Associação consumidora de energia elétrica em duas instalações distintas, uma parte do apoio prestado pela Capwatt destinou-se à construção de duas Unidades de Produção para Autoconsumo, permitindo à Associação produzir localmente uma parte da energia eléctrica consumida.



Adicionalmente, a equipa da Capwatt contribuiu para a melhoria de alguns dos espaços interiores e jardins, assim como para a recolha de bens alimentares e de higiene, para distribuição posterior a quem mais destes necessita.

60%
Taxa de adesão
[47 colaboradores envolvidos]

497 horas
de voluntariado

750 €
de poupança/ano em energia

100 Kg
de bens alimentares doados

ADIRA: incentivo da prática desportiva através do Futsal

A equipa de Futsal da ADIRA assume uma importância significativa na cultura e ligação da empresa à comunidade. Esta equipa é composta por jogadores de todos os departamentos e aberta à participação de qualquer colaborador, independentemente da sua capacidade desportiva. A equipa conta com um treinador interno e com cerca de 15 jogadores que treinam regularmente e participam numa liga de competição empresarial [ligaempresarial.pt], que junta mais de 100 equipas do meio empresarial, entre Futsal, Futebol7 e Padel, de norte a sul do país. A ADIRA patrocina os custos de inscrição na liga e os equipamentos, de forma a incentivar a prática desportiva e fomentar o espírito de grupo e o trabalho de equipa. Esta equipa tem conseguido conquistas assinaláveis, das quais a Liga de Outono e a Taça Empresarial Futsal do Porto.



Acção de Natal Sonae Capital

No encontro anual de quadros da Sonae Capital, realizado no final de 2021 em Tróia, uma das actividades destinou-se a apoiar a delegação de Setúbal da APPCDM, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental. Esta Instituição intervém junto de cerca de 1.000 cidadãos, de diversas idades e graus de deficiência, e suas famílias.

Desta actividade resultou a preparação de cabazes de Natal destinados a um conjunto de famílias desta Associação.

APPACDM SETÚBAL

70
colaboradores envolvidos

140 horas
de voluntariado

200 Kg
de bens alimentares doados

04

Desempenho Societário

Integridade

Comportamo-nos de forma irrepreensível



André Couto
Energia

SONAE CAPITAL

01 A Sonae Capital
02 Desempenho Ambiental
03 Desempenho Social
04 Desempenho Societário
05 GRI, Global Reporting Initiative

4.1 Estrutura accionista da Sonae Capital

A Sonae Capital é detida, de forma directa e indirecta, por um acionista único, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A., que detém uma participação de 98,7% no seu capital.

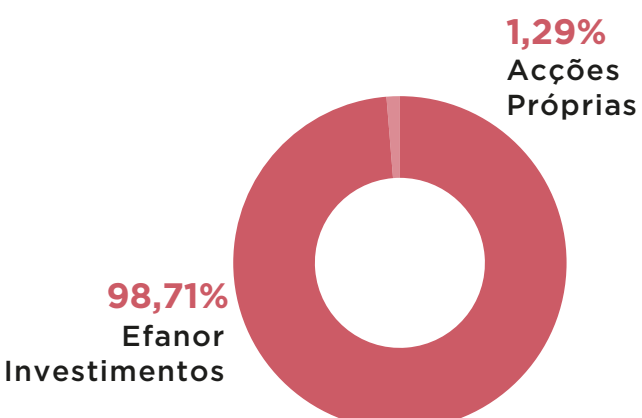


Gráfico 1:
Estrutura accionista da Sonae Capital em 31 de Dezembro de 2021.

A Efanor Investimentos SGPS, S.A. deixou, com efeitos a 29 de Novembro de 2017, de ter um accionista de controlo, nos termos e para os efeitos dos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.

4.2 Modelo de Governo Societário

A Sonae Capital adopta um Modelo de Governo monista, no qual a estrutura de administração é atribuída ao Conselho de Administração, e a estrutura de fiscalização é composta pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade, praticar todos os actos de administração relativos ao objecto social, determinar a orientação estratégica da Sonae Capital, gestão de riscos e proceder à designação e supervisão da actuação da Comissão Executiva, com o objectivo de maximizar a qualidade do seu desempenho e reforçar a competência do seu processo decisório.

Fiscalização

O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão da gestão da Sociedade, nomeadamente através da verificação da adequação das demonstrações financeiras, da supervisão da eficiência do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno da função de auditoria interna.

O Conselho Fiscal é o principal interlocutor entre a Sonae Capital e o Auditor Externo. O Conselho Fiscal supervisiona a actuação do Auditor Externo e a execução dos seus trabalhos ao longo do exercício social, pondera e aprova antecipadamente o âmbito e a remuneração dos trabalhos adicionais por este prestados e procede, anualmente, a uma avaliação global do desempenho e das condições de exercício da sua actividade, ao mesmo tempo que inclui uma apreciação sobre a sua independência.

O Auditor Externo da Sonae Capital é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, registada sob o n.º 9077 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, representada pelo revisor oficial de contas António Joaquim Brochado Correia ou por Nuno Miguel da Costa Guimarães Cordeiro Tavares. No ano de 2021, o representante do Revisor Oficial de Contas da Sonae Capital foi Nuno Miguel da Costa Guimarães Cordeiro Tavares.

Modelo de Governo Societário da Sonae Capital



Composição do Conselho de Administração

O actual mandato do Conselho de Administração da Sonae Capital corresponde ao triénio 2021-2023. Os membros do Conselho de Administração da Sonae Capital têm revelado serem titulares das características individuais, nomeadamente experiência, um conhecimento profundo dos principais sectores de actividade em que a Sonae Capital actua, conhecimento e competências técnicas de gestão e fiscalização determinantes para o sucesso, bem como, qualidades humanas, integridade e disponibilidade para o exercício pleno e cabal das funções que lhes estão atribuídas, em total alinhamento com os interesses da Sonae Capital e dos seus Accionistas.

Adicionalmente, os Administradores Não Executivos desempenham um papel fundamental no Modelo de Governo Societário da Sonae Capital. Seleccionados pela amplitude da sua experiência e alinhamento com os nossos valores corporativos, estes têm um papel fundamental pelo aconselhamento e objectividade que conferem às decisões, ao mesmo tempo que asseguram o grau de supervisão necessário às actividades desenvolvidas pelos Administradores Executivos.



Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Presidente do Conselho de Administração

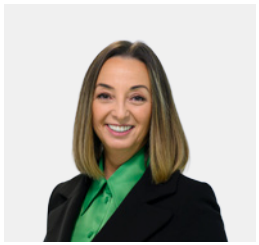
Primeira nomeação: Março 2015



Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata

Presidente da Comissão Executiva

Primeira Nomeação: Abril 2016



Ivone Pinho Teixeira

Membro da Comissão Executiva, CFO

Primeira Nomeação: Março 2013



Pedro Manuel Bruno

Membro do Conselho de Administração, Executivo

Primeira Nomeação: Abril 2019



Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Membro do Conselho de Administração, Não Executivo

Primeira nomeação: Março 2011



Ângelo Gabriel R. dos Santos Paupério

Membro do Conselho de Administração, Não Executivo

Primeira nomeação: Dezembro 2019



Carlos Moreira da Silva

Membro do Conselho de Administração, Não Executivo

Primeira nomeação: Maio 2021

Centro Corporativo e Serviços Partilhados

A Sonae Capital mantém ao nível da *holding* um Centro Corporativo que assume uma função instrumental de apoio à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração, no âmbito da definição e controlo da execução das estratégias, das políticas e objectivos definidos. Composto por funções soberanas e funções partilhadas, que abaixo se descrevem, tem o objectivo de prestar serviços de carácter transversal a todas as empresas do Grupo:

Financiamento e mercados financeiros

Definição e implementação de estratégias e políticas de gestão financeira, garantindo uma visão integrada e transversal das necessidades da Sonae Capital e assegurando a relação com os mercados de dívida e bancários. É, também, responsável pela gestão dos riscos financeiros e pela elaboração e acompanhamento do plano financeiro.

Planeamento e Controlo de Gestão

Apoio ao desenvolvimento da estratégia corporativa e dos negócios, coordenação dos processos anuais de Planeamento Estratégico e de orçamento da Sonae Capital e realização do controlo relativo à sua execução. Desafio aos negócios quanto aos objectivos a que se propõem, de modo a melhorar e optimizar de forma continuada a sua eficiência, desempenho e resultados. Reporte de informação consolidada ao Conselho de Administração.

Reporting, tesouraria e Assessoria Fiscal

Optimização dos fluxos financeiros da Sonae Capital, através da gestão eficiente das entidades externas, nomeadamente clientes, fornecedores e Banca, garantindo a existência de um modelo de gestão contabilística que assegure a integridade e disponibilidade da informação contabilística, financeira e da situação patrimonial de toda a organização através de um sistema integrado.



Fusões e Aquisições

Apoio do Conselho de Administração em projectos de crescimento orgânico e na gestão dos negócios do portefólio, bem como nos projectos de optimização do mesmo, incluindo a análise e negociação de oportunidades de investimento e desinvestimento.

Recursos Humanos

Definição e implementação da estratégia e políticas de recursos humanos da Sonae Capital. Planeamento e gestão do talento e carreiras dos gestores de topo, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração. Definição e gestão da *Employer Value Proposition*, reforço de cultura e identidade, bem como a comunicção interna. Apoio aos negócios e às operações de M&A.

Legal

Prestação de apoio jurídico, garantindo a defesa dos interesses da Sonae Capital e promovendo de forma integrada e transversal a estratégia definida pelo Conselho de Administração e a gestão legal da política do Governo das Sociedade, no suporte ao cumprimento das melhores práticas. Cabe-lhe, ainda, a responsabilidade da elaboração e análise de contratos que permitam maximizar a segurança e reduzir riscos legais e custos potenciais, a gestão de contencioso e o apoio legal nas operações nacionais e internacionais dos negócios do portefólio.

Sistemas e tecnologias de informação

Atestar o alinhamento dos Sistemas de Informação com a estratégica da Sonae Capital, criando valor através da disponibilização de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação dos processos.

Auditoria Interna

Definição e execução das actividades de Auditoria Interna, avaliando de forma sistemática e independente as actividades da Sonae Capital, com o objectivo de garantir a eficácia dos sistemas e processos de gestão e de controlo interno.

Gestão de Risco

Apoio ao Conselho de Administração na identificação, modelização e acompanhamento dos riscos da Sonae Capital, com o objectivo de garantir o seu controlo e mitigação, bem como, possibilitar a inclusão da dimensão do risco nas decisões estratégicas e operacionais.

Sustentabilidade

Definição e implementação da estratégia corporativa de sustentabilidade, assente no eixo ambiental, das pessoas e da comunidade. Desafio, apoio e mobilização das unidades de negócio da Sonae Capital na implementação das suas Agendas de Sustentabilidade.

Serviços Partilhados

Os Serviços Partilhados incluem actividades de processamento, assegurando ganhos de escala. A definição e implementação de processos surge como forma privilegiada de promover a eficiência, prestando serviços às Unidades de Negócio e à *holding*, sendo de destacar as seguintes funções:

- Contas a receber e Contas a pagar;
- Serviços e Sistemas de Recursos Humanos;
- Paralegal;
- Actividades de suporte IT/IS

4.3 Códigos e Políticas Implementadas

Ser Sonae Capital, Código de Ética e Compromisso

O Código de Ética e Compromisso é um guia para a actuação dos nossos negócios e das nossas pessoas. Este documento foi criado com o objectivo de materializar, promover e incentivar os princípios de actuação que traduzem os nossos valores e comportamentos, assegurando a protecção da nossa Cultura. Estabelece a forma como a Sonae Capital se relaciona com as suas pessoas, a forma como a mesma espera que estas se relacionem entre si e como as suas pessoas se relacionam com a sociedade.

Neste Código estabelecem-se os princípios relativos ao que é esperado no dia a dia da actividade desenvolvida em termos de transparência, confiança, idoneidade, clareza de propósito e comportamento expectável, em consonância com os comportamentos estabelecidos nos valores corporativos. O que é esperado nas relações estabelecidas pelos vários negócios da Sonae Capital, ou pessoas que a representem, está vertido neste Código, que se espera que seja cumprido na íntegra.

Este Código pretende, também, estabelecer uma referência para os vários *stakeholders* externos [clientes, fornecedores e parceiros, concorrência, comunidade ou autoridades públicas e entidades de supervisão], entidades que são fulcrais para a sua actividade, no que diz respeito aos padrões de comportamento.

Política de comunicação de irregularidades

Na Sonae Capital, somos todos responsáveis por cumprir e fazer cumprir os nossos princípios e confiamos na actuação dos nossos responsáveis como modelo de conduta para as nossas equipas e encaramos de forma muito positiva a utilização de todos os canais existentes para a apresentação de sugestões que nos façam melhorar.

Neste contexto, irá ser constituída em 2022 uma Comissão de Ética, a estrutura interna independente e imparcial que terá, por excelência, a responsabilidade de intervir e decidir nas situações reportadas. Através de um canal de comunicação específico, garantiremos que todos os temas são cautelosamente analisados e tratados, sendo a protecção e a não retaliação das pessoas visadas uma prioridade máxima.

Código de Conduta para Fornecedores

Reconhecendo os desafios e os riscos associados à cadeia de fornecimento, a Sonae Capital adoptou um Código de Conduta que informa os seus Fornecedores, e a respectiva cadeia de subcontratação, dos requisitos mínimos a assegurar durante todo o período de colaboração, em todos os negócios, tanto local como globalmente.

Pretendemos criar valor baseado em relações de ética e confiança num horizonte de médio e longo prazo e evitar circunstâncias ou situações que possam ser percepcionadas como impróprias ou geradoras de conflito de interesses para o mercado ou restantes partes interessadas.

Este Código é modelado tendo por base as normas da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras normas emitidas por organizações como a Organização Internacional do Trabalho, Responsabilidade Social Internacional e Iniciativa de Comércio Ético.

Assim, esperamos, dos nossos fornecedores e prestadores de serviços, o compromisso de cumprir e fazer cumprir este Código.

Código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho

Este Código pretende concretizar um conjunto de princípios e regras de comportamento para orientação e disciplina das pessoas que integram a Sonae Capital, promovendo a consolidação do respeito, honestidade e integridade que devem reger as relações de trabalho e buscando previr e combater qualquer prática de assédio em contexto de trabalho.

A par da divulgação deste Código, encontra-se em vigor um procedimento interno para reporte e análise de situações de potencial assédio [moral, físico ou sexual] em qualquer empresa do portefólio.

Política de prevenção de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo

Esta Política espelha a definição, pela Sonae Capital, dos princípios basilares – a serem aplicados transversalmente em todos os negócios do portefólio, no que respeita a prevenção, detecção e combate – incluindo-se aqui a definição de procedimentos para dar resposta aos riscos de exposição a transacções com terceiros, do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e de financiamento à proliferação de armas de destruição massiva.

Cada um dos negócios obrigados a cumprir a Lei nº 83/2017, de 18 de Agosto, definiu políticas e procedimentos específicos.

Política de diversidade

Consideramos essencial que, na selecção dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, seja privilegiada a aprovação de propostas de eleição que assentem em critérios de diversidade, de modo a procurar que os mesmos reúnam uma maior amplitude de conhecimentos, competências, experiências e valores.

Assim, na Sonae Capital comprometemo-nos a desenvolver esforços no sentido de promover a diversidade nos nossos quadros, bem como, a privilegiar políticas e recomendações que visem o mesmo fim no que respeita à designação dos Membros dos Órgãos Sociais.

Tendo como factor de ponderação a natureza e a complexidade das actividades da Sonae Capital, assim como, o contexto social e ambiental em que os negócios operam, os seguintes critérios são levados em consideração aquando da selecção de candidatos:

- **Experiência profissional:** a coexistência de percursos profissionais e de *backgrounds* diversificados aporta *know-how* apropriado às actividades da Sonae Capital e à estratégia definida;
- **Género**: a diversidade de género promove a existência de perspectivas e de estilos diferentes, trazendo inovação e criatividade ao órgão respectivo;
- **Habilitações**: a diversidade de qualificações profissionais permite colocar ao dispor da Sonae Capital as competências necessárias ao desenvolvimento das suas actividades e da estratégia definida, tendo em conta a respectiva complexidade. A inclusão de diferentes áreas como engenharia, economia, gestão, direito e outras, promove a diversidade de conhecimentos técnicos, o que permitirá uma melhor compreensão das questões, riscos e oportunidades inerentes às nossas actividades;
- **Idade**: não temos uma visão restritiva dos limites de idade, pois é nossa convicção que a diversidade etária permitirá combinar experiência e inovação, resultando num processo de tomada de decisão mais inovador, ágil e ponderado.

Plano para a igualdade de género

Desde sempre que a igualdade de género reveste particular importância no âmbito da gestão dos nossos negócios, enquanto corolário da igualdade de oportunidades e reconhecimento entre homens e mulheres. Temos vindo a incorporar na nossa estratégia de gestão diversas acções, iniciativas, políticas e procedimentos internos com o objectivo de alcançar uma efectiva igualdade entre géneros e eliminar a discriminação em função do sexo, realçando, ainda, a importância da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional dos nossos colaboradores.

O Plano para a igualdade de género teve como ponto de partida uma análise de diagnóstico, à qual se adicionou um plano de acções, que se encontram ancoradas nos seguintes objectivos:

- Assegurar a implementação do Plano para a Igualdade de género, a sua monitorização, acompanhamento e sustentabilidade;
- Garantir um processo de recrutamento consonante com as políticas de não discriminação;
- Assegurar que o plano de formação interna promove a igualdade de género;
- Garantir que a formação de cargos de liderança incorpora a igualdade de género;
- Consciencializar os colaboradores para a importância da igualdade de género;
- Promover a meritocracia como base para avaliação e progressão de carreira;
- Prevenir e combater o assédio no trabalho;
- Proteger e promover políticas de parentalidade;
- Promover a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.

4.4 Política de remuneração dos Órgãos Sociais

Características da Política de remuneração

1. Competitividade:

A Política da Sonae Capital é definida por comparação com o mercado global e práticas de empresas comparáveis, informações essas fornecidas pelos principais estudos realizados em Portugal e mercados europeus, servindo actualmente de referância os estudos de mercado da *Mercer* e *HayGroup*.

Nessa medida, os parâmetros remuneratórios são fixados e periodicamente revistos, em sintonia com as práticas remuneratórias de empresas nacionais e internacionais comparáveis, alinhando, em termos individuais e agregados, os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos Órgãos Sociais, com as práticas de mercado, sendo os membros dos Órgãos Sociais individual e positivamente discriminados considerando, em concreto, entre outros factores, o perfil e currículo do membro, a natureza e o descritivo de funções e competências do Órgão Social e do próprio membro, bem como, o grau de correlação directa entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.

Para determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a mediana dos valores de mercado aplicável para a remuneração fixa e o terceiro quartil para a remuneração variável. As empresas que constituem o universo de empresas pares para efeitos remuneratórios são as empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon.

2. Orientação para o desempenho:

A Política da Sonae Capital prevê a atribuição de prémios, calculados em função do grau de sucesso alcançado. A componente variável da remuneração encontra-se estruturada de maneira a estabelecer uma ligação entre os prémios atribuídos e o grau de desempenho, quer individual quer colectivo. Em caso de não concretização de objectivos pré-definidos, medidos através de KPIs de negócio e individuais, o valor de incentivos de curto e médio prazo é reduzido, total ou parcialmente.

3. Alinhamento com os interesses dos accionistas:

Uma parte do prémio variável dos Administradores Executivos é diferida por um período mínimo de três anos, sendo o valor condicionado pela evolução do valor da empresa. Desta forma, é assegurado um alinhamento entre a actuação do Administrador e os interesses dos accionistas e com o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade do negócio.

4. Transparência:

Todos os aspectos da estrutura remuneratória são claros e divulgados abertamente, interna e externamente, através da publicação de documentação no webiste corporativo da Sonae Capital. Este processo de comunicação contribui para promover a equidade e independência.

5. Razoabilidade:

A Política de Remuneração pretende assegurar um equilíbrio entre os interesses da Sonae Capital, o posicionamento no mercado, as expectativas e motivações dos membros dos Órgãos Sociais e a necessidade de retenção de talento.

Remuneração do Conselho de Administração

A remuneração fixa dos Administradores Executivos da Sonae Capital é definida em função do seu nível de responsabilidade no Conselho de Administração, sendo revista anualmente.

Adicionalmente, os Administradores Executivos participam num plano de incentivos, designado também por prémio variável. O prémio variável é atribuído no primeiro trimestre do ano seguinte àquele a que diz respeito, encontrando-se vinculado ao desempenho do ano anterior e visa orientar e recompensar a Administração Executiva pelo cumprimento de um conjunto de indicadores de desempenho. Cerca de 70% do seu valor é determinado por KPIs de negócio económico-financeiros e de ESG.

O prémio variável tem natureza discricionária e, dado que a atribuição do respectivo valor está dependente da consecução de objectivos, o seu pagamento não se encontra garantido. O prémio variável é determinado anualmente, variando o valor do objetivo pré-definido entre 30% e 60% da remuneração total anual [remuneração fixa e valor objetivo da remuneração variável] e encontra-se subdividido em duas parcelas:

[i] Prémio Variável de Curto Prazo [PVCP], pago em numerário, através de participação nos lucros ou não, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito;

[ii] Prémio Variável de Médio Prazo [PVMP], correspondente a pelo menos 50% do prémio variável, pago após um diferimento de 3 anos e no ano subsequente ao termo deste último podendo, no entanto, por escolha do Administrador, ser diferido por períodos sucessivos de 3 anos.

O PVMP constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos Administradores Executivos com os objectivos da Sonae Capital, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a percepção da importância do seu desempenho para o sucesso da Sonae Capital, com expressão na evolução do valor da empresa.

Administradores Executivos

Remuneração	Componente	Descrição	Objectivo	Posicionamento no mercado
Fixa	Vencimento base	Vencimento anual [o vencimento fixo anual é pago em 14 prestações mensais]	Adequação ao estatuto e responsabilidade do Administrador	Mediana
Variável	Prémio variável de curto-prazo [PVCP]	Prémio de desempenho pago no primeiro semestre do ano seguinte, depois do apuramento de resultados do exercício	Visa assegurar competitividade do pacote remuneratório e ligação da remuneração aos objectivos da empresa	Terceiro quartil
	Prémio variável de médio-prazo [PVMP]	Compensação diferida por um período mínimo de 3 anos, sendo o montante apurado dependente da evolução do valor da empresa		

Administradores Não Executivos

A remuneração dos Administradores Não Executivos é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, estabelecido tendo em conta os valores praticados no mercado. Não existe qualquer remuneração a título de prémio variável.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da Sociedade e nas práticas de mercado, não existindo qualquer remuneração variável.

4.5 Controlo interno e gestão de riscos

A gestão de risco é uma das componentes centrais da cultura da Sonae Capital e um pilar do Governo da Sociedade e encontra-se presente em todos os processos de gestão, sendo uma responsabilidade de todos os colaboradores, nos diferentes níveis da organização.
Uma adequada gestão dos riscos permite potenciar as oportunidades de negócio, mantendo os riscos em níveis de aceitação e controlo definidos e, assim, melhorar a capacidade de gerar valor.

A Sonae Capital adopta a *Enterprise Wide Risk Management* [EWRM], uma estrutura abrangente que apoia e integra a gestão de riscos em todo o portefólio e avalia todos os riscos, tanto ao nível da *holding*, quanto ao nível das unidades de negócios. Como parte dessa estrutura, as nossas políticas e processos de gestão de riscos são regularmente revistas e ajustadas.

Órgãos e Comissões responsáveis pela gestão de risco e controlo interno

A **Comissão Executiva** procede à avaliação permanente dos Riscos e aprova medidas/planos de acção, modelos e mecanismos de avaliação, controlo e mitigação desses Riscos.

O **Conselho de Administração** é o responsável máximo pelo processo de Gestão de Risco. Compete ao Conselho de Administração a definição e aprovação das políticas de Gestão de Risco da Sonae Capital, bem como a definição dos níveis de risco considerados aceitáveis.

A **Auditoria Interna,** actuando de forma independente, identifica e avalia a eficácia e eficiência da gestão e controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, bem como, dos riscos de não conformidade com a legislação, contratos, políticas e procedimentos das empresas. A sua actividade é reportada ao Conselho Fiscal.

O **Conselho Fiscal** acompanha o sistema de gestão de risco e controlo interno, emite as suas directrizes e recomendações e elabora anualmente, caso entenda, um relatório de apreciação e recomendações dirigido à Administração, actuando com vista a assegurar que os riscos incorridos pela Sociedade são consistentes com os objectivos estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A **Auditoria Externa** avalia e reporta os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira, validando desta forma a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, de acordo com um plano de actividades alinhado com o Conselho Fiscal e a quem, igualmente, reporta as conclusões apuradas.

A função de gestão de risco é complementada, na Sonae Capital, pela participação no **Grupo Consultivo de Gestão de Risco**, onde estão presentes todas as empresas do universo Efanor. O Grupo Consultivo reúne trimestralmente e tem como principais responsabilidades rever as políticas existentes em matéria de Gestão de Risco e propor novas diretrizes na matéria, monitorizar as atividades de Gestão de Risco, nomeadamente através da revisão periódica de relatórios, propondo recomendações, recomendar a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de gestão de risco para o Grupo e, por fim, promover conhecimento especializado em matéria de gestão de risco.

Processo de Gestão de Risco

O Processo de gestão de risco da Sonae Capital apoia-se numa metodologia uniforme e sistemática que tem por base o padrão *Internacional Enterprise Risk Management – Integrated Framework*, do COSO [*The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*] e compreende, nomeadamente, a:

- Definição do enfoque de gestão de risco: execução de um dicionário de riscos, definição de uma matriz de risco do negócio e de uma linguagem comum;
- Identificação e sistematização dos riscos que podem afectar a organização e cada um dos seus negócios e a nomeação de *owners* do risco, a quem cabe a responsabilidade de monitorizar a sua evolução;
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do grau de impacto nos objectivos de negócio e probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos e indicadores para medição desses mesmos riscos;
- Avaliação das estratégias de gestão de risco, nomeadamente aceitar, evitar, mitigar ou transferir;
- Desenvolvimento e implementação de planos de acção de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções dos negócios;
- Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de acções e da evolução dos riscos.

O dicionário de riscos no qual o processo de gestão de risco da actividade da *holding* e das unidades de negócio da Sonae Capital se sustentou ao longo de 2021 é composto por 58 riscos [16 riscos externos e 42 riscos do negócio], sem prejuízo de incluir outros riscos adicionais, ajustados à especificidade de cada um dos negócios do portefólio.

Riscos externos

- Dificuldades de sucesso em mercados altamente competitivos
- Condições macroeconómicas desfavoráveis
- Conflitos entre culturas transfronteiriças
- Condições climáticas extremas
- Crescente pressão legislativa ou regulatória
- Falha no envolvimento com entidades oficiais
- Governo soberano e instabilidade política
- Excesso de população
- Falha em atender às preferências do consumidor
- Perda da confiança accionista
- Proposta de valor inadequada em países estrangeiros
- Crise de meios de subsistência
- Força de trabalho insuficiente para as actividades *core*
- Conflitos entre Estados com consequências regionais
- Propagação rápida e massiva de doenças infecciosas
- Deterioração severa da saúde mental

Riscos do negócio

Riscos Estratégicos

- Falha na abordagem à transformação digital
- Falha no ajuste do portefólio de negócios
- Planeamento estratégico desadequado
- Exposição ao país
- Estratégia da cadeia de abastecimento desajustada
- Falta de inovação
- Parcerias desalinhadas

Riscos Financeiros

- Restrições no acesso ao capital
- Volatilidade das taxas de câmbio
- Aumento das taxas de juro
- Volatilidade dos Activos
- Credit Default
- Decisões de investimento desadequadas
- Informações financeiras enganosas

Riscos Operacionais

- Falha na colocação de activos para venda
- Modelo de Governo e estilo de parenting desadequado
- Gestão de portefólio desadequada
- Indicadores de desempenho de negócio desadequados
- Práticas de gestão desadequadas
- Pricing
- Interrupção do negócio

Riscos Reputacionais

- Interrupção do negócio
- Comunicação externa desalinhada
- Percepção incorrecta sobre produtos e/ou serviços
- Reputação corporativa
- Percepção de sustentabilidade inalcançada
- Falta de Responsabilidade Social Corporativa
- Falha na mitigação e adaptação às alterações climáticas

Riscos de Recursos Humanos

- Incapacidade de recrutar e reter talento
- Falta de habilitações e conhecimento do negócio
- Falha na comunicação da estratégia
- Conduta ilegal da gestão ou colaboradores
- Outsourcing de actividades críticas
- Falta de agilidade e simplicidade organizacional
- Desalinhamento dos negócios

Riscos Tecnológicos

- Cibersegurança
- Investimento insuficiente em Tecnologias da Informação
- Falta de informação de qualidade no processo de decisão
- Falha ou interrupção dos sistemas críticos
- Complexidade da Arquitectura de Tecnologias de Informação
- Incapacidade de entrega de valor pelos Sistemas de Informação
- Incapacidade em acompanhar mudanças tecnológicas

O exercício realizado em 2021 culminou com a aprovação da matriz e fichas de riscos críticos pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal. No caso específico da *holding*, encontram-se definidos os seguintes riscos críticos:

Condições macroeconómicas desfavoráveis

A perspectiva de um crescimento global muito próximo de zero ou muito lento durante muitos anos poderá ter um efeito adverso no desempenho da empresa.

Drivers de Risco

- Evolução desfavorável da pandemia Covid-19
- Cortes no consumo privado decorrentes do aumento do desemprego e exposição à pandemia
- Elevada dívida externa e endividamento público e privado
- Aplicação lenta e ineficiente de fundos europeus
- Potencial crise do sector bancário
- Instabilidade política
- [Re]emergência da turbulência nos mercados financeiros mundiais

Principais níveis de controlo e acções de mitigação

A Sonae Capital monitoriza de forma regular e muito atenta os principais acontecimentos económicos e políticos [nacionais e internacionais], principais indicadores económicos e respectivas previsões, assim como, as principais tendências sectoriais.

Propagação rápida e massiva de doenças infeciosas

A disseminação massiva de doenças infecciosas [bactérias, vírus, parasitas ou fungos] poderá desencadear situações de perturbação económica e colocar em risco a continuidade dos negócios, assim como, o desempenho financeiro da empresa.

Drivers de Risco

- **Globalização e Ambiente:** deterioração dos ecossistemas, migração e livre circulação de pessoas, comércio internacional de animais
- **Sociodemográficos**: crescente densidade populacional e envelhecimento da população, terrorismo [via liberação deliberada de agentes biológicos]
- **Sistema de Saúde Pública**: desigualdades do sistema de saúde, saúde animal e práticas pecuárias intensivas, qualidade dos alimentos e da água, vigilância deficitária e/ou falta de fiscalização.

Principais níveis de controlo e acções de mitigação

Políticas de Recursos Humanos e de Gestão de Risco, assim como, implementação de planos de gestão de crise adequados a cada unidade de negócio. Adicionalmente, implementação de medidas de prevenção e monitorização constante da evolução interna e externamente.

Falha no ajuste do portefólio de negócios

A incapacidade de ajustar o portefólio da empresa e combinar os modelos de negócio para atender às necessidades dos clientes, em constante evolução, ou para dar resposta a mudanças na estratégia, pode impedir a empresa de maximizar o seu desempenho.

Drivers de Risco

- Deterioração das condições macroeconómicas em Portugal
- Redução do consumo privado em Portugal
- Aumento da concorrência e entrada de novos *players* disruptivos
- Maior concorrência decorrente da disrupção digital e falha na adaptação dos modelos de negócios
- Condições de mercado [múltiplos, avaliações, retornos, etc] sem potencial de favorecer movimentos de portefólio

Principais níveis de controlo e acções de mitigação

Alocação de capital nas avenidas de crescimento identificadas, monitorização atenta do nível de execução da estratégia, assim como monitorização constante das condições macroeconómicas, ambiente competitivo e tendências. Revisão assídua de métricas-chave de cada unidade de negócio, assim como de iniciativas estratégicas.

Volatilidade dos Activos

A flutuação do valor dos Activos detidos pela empresa pode causar perdas financeiras e resultados operacionais negativos. Este risco assume especial relevância no contexto da unidade de Activos Imobiliários, destinada ao financiamento da estratégia corporativa da Sonae Capital.

Drivers de Risco

- Deterioração das condições macroeconómicas
- Desempenho das unidades de negócio abaixo das projecções, levando a perdas de capital [imparidades]
- Obsolescência dos Activos Imobiliários
- Alteração do contexto macroeconómico [como por exemplo, alterações das taxas de juro] poderá conduzir a menores avaliações dos Activos

Principais níveis de controlo e acções de mitigação

Monitorização constante das condições macroeconómicas e do desemprenho das Unidades de Negócios.
Realização de testes de imparidade e avaliação assídua e independente do portefólio de Activos Imobiliários.

Credit *Default*

A concessão de crédito a clientes ou fornecedores que não cumpram as suas obrigações pode expor a empresa a perdas financeiras.

Drivers de Risco

- Não cumprimento das obrigações definidas por parte de terceiros envolvidos em transacções financeiras

Principais níveis de controlo e acções de mitigação

As empresas do Grupo Sonae Capital tomam as suas opções de concessão de crédito em cumprimento de um regulamento que pré-estabelece um conjunto de condições para os montantes de crédito concedido em cada momento. Adicionalmente ao regulamento em vigor, são reportados semanalmente os seus incumprimentos e, mensalmente, é realizada uma análise da exposição da empresa aos diferentes níveis de risco de *default*. Como principais acções de mitigação destaca-se a realização de seguros de crédito, a ampliação do número de entidades a requerer colaterais junto da contraparte, assim como mecanismos de controlo a adiantamentos concedidos.

Práticas de gestão desadequadas

As práticas de gestão que apoiam o processo de criação de valor da *holding* devem ser implementadas em todos as unidades de negócio e não podem ser incompatíveis com as práticas específicas dos sectores em que estas actuam.

Drivers de Risco

- O crescimento das unidades de negócio pode conduzir à criação de práticas de gestão não necessariamente em linha com as da Sonae Capital
- A aquisição de empresas de dimensão considerável poderá «importar» diferentes práticas de gestão
- A existência de negócios distintos no portefólio, com diferentes condições de mercado e diferentes fases do ciclo de vida, poderá conduzir ao desalinhamento entre as práticas de gestão e as necessidades específicas dos negócios

Principais níveis de controlo e acções de mitigação

Todos os anos é realizado um ciclo de planeamento estratégico interactivo entre as Unidades de Negócio e a *holding*, com a finalidade de integrar os contributos de todas as áreas. Em simultâneo, são realizados planos de acção e recursos específicos em cada Unidade de Negócio, que dispõem de equipas verticalizadas e autónomas. Os principais indicadores de desempenho são partilhados e discutidos, tanto ao nível dos negócios como ao nível corporativo. Por fim, a *holding* adopta um estilo de liderança funcional para as funções jurídica, de recursos humanos, financeira e Tecnologias de Informação.

Incapacidade de recrutar e reter talento

A actuação num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, associada à falta de planos de carreira atractivos, ou à eventual existência de programas de remuneração e formação desalinhados, pode comprometer a capacidade de retenção dos recursos humanos chave da empresa, com consequente impacto na execução dos objectivos e estratégia do negócio.

Drivers de Risco

- Mudanças significativas nos critérios de valorização dos empregos pelos candidatos e pelos colaboradores
- Surgimento de novos *players* com proposta de valor diferenciada [tecnológicas multinacionais, *startups, fintechs*]
- Globalização do mercado de trabalho com a adopção do trabalho 100% remoto
- Crescimento do «gig market», conduzindo a uma menor procura de trabalho a tempo inteiro
- Excesso de procura por competências críticas no mercado de trabalho
- Falta de conhecimento sobre a Sonae Capital e suas Unidades de Negócio
- Cultura e forma de trabalhar não adaptadas às novas gerações

Principais níveis de controlo e acções de mitigação

Forte cultura da Sonae Capital, com sentido de pertença, transversal a todas as Unidades de Negócio, aliada à proposta de valor da Sonae Capital como empregador, da qual se destaca a forte reputação como «escola» de gestão e liderança. Simultaneamente, implementação de processos robustos de avaliação de desempenho e planos de compensação e benefícios de referência, questionários de satisfação de colaboradores e planos de progressão acelerada para «high performers».

Cibersegurança

A infraestrutura e/ou as medidas de segurança cibernética das empresas, governos e famílias são ultrapassadas ou tornadas obsoletas por via de crimes cibernéticos cada vez mais sofisticados e frequentes, que resultarão em disrupção económica, perdas financeiras, tensões geopolíticas e/ou instabilidade social.

Drivers de Risco

- Monitorização de situações, tais como:
  - fuga de dados [vulnerabilidade dos sistemas de informação organizacionais para facilitar a apropriação de dados/informações]
  - DDoS [o adversário usa vários sistemas de informação expostos para atacar um único alvo, causando assim o denial of service para os utilizadores dos sistemas de informação sob ataque]
  - Phishing – Campanhas coordenadas em várias organizações para adquirir informações específicas ou alcançar o resultado desejado
  - Código Maligno – Entrada de código maligno nos sistemas internos de informações organizacionais [por exemplo, vírus por email]
  - Engenharia social baseada em agentes externos para a obtenção de informações ou desenvolvimento de ataques direcionados e ataques a dispositivos pessoais de colaboradores críticos

Principais níveis de controlo e acções de mitigação

- Modelo de gestão de segurança cibernética
- Parceiro [externo] dedicado à segurança cibernética
- Realização de auditorias a sites previamente ao «go live»
- Procedimento de gestão de incidentes
- Informação de ameaças cibernéticas em colaboração com o Centro Nacional de Cibersegurança
- *Bitsight Cybersecurity rating*
- Perímetro de segurança de rede
- Encriptação de dados críticos
- Antivírus, *malware anti-spam*

05

GRI, Global Reporting Initiative



Pedro Ramos
Fitness

Global Reporting Initiative

GRI 102 – CONTEÚDOS GERAIS		
PERFIL ORGANIZACIONAL		
102 – 1	**Nome da organização**	Sonae Capital, SGPS, S.A. [Sonae Capital]
102 – 2	**Actividades, marcas, produtos e serviços**	https://www.sonaecapital.pt/pt/sonae-capital/portefolio
102 – 3	**Localização da sede**	A Sonae Capital tem a sua sede em Lugar de Espido, Via Norte Maia – Portugal
102 – 4	**Localização das operações**	A sede da Sonae Capital, assim como as operações dos negócios de Engenharia Industrial, Fitness, Hotelaria, Tróia Operações e Activos Imobiliários, encontra-se sediada em Portugal. O negócio de Energia inclui, para além da operação em Portugal, uma operação no México [iniciada em 2018] e uma operação em Espanha [*Futura Energía Inversiones* – unidade de *Retail & Trade*, adquirida em 2019, assim como seis centrais de cogeração adquiridas em 2020, nas regiões da Catalunha, Aragon e Castilla y Leon].
102 – 5	**Propriedade e natureza legal**	Sociedade matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia, sob o número único de matrícula e identificação fiscal 508.276.756.
102 – 6	**Mercados servidos**	Os negócios da Sonae Capital encontram-se maioritariamente expostos a Portugal. Porém: No negócio de Energia, a compontente de Receitas proveniente do mercado Espanhol é bastante relevante. No negócio de Hotelaria, Tróia Operações e Activos Imobiliários, a compontente de Receitas proveniente de Clientes Internacionais é significativa. Em Engenharia Industrial [ADIRA], mais de 50% do Volume de Negócios refere-se a mercados internacionais: https://adira.pt/adira/
102 – 7	**Dimensão da organização**	1 – A Sonae Capital 5 – *Global Reporting Initiative, GRI*

102 – 8 Caracterização da organização		
Colaboradores por tipo de contrato [n.º]	**2020**	**2021**
Contratos permanentes [n.º]	**995**	**998**
Masculino	578	585
Feminino	417	413
Contratos temporários [n.º]	**207**	**368**
Masculino	110	175
Feminino	97	193
Total de colaboradores [n.º]	**1 202**	**1 366**
Colaboradores por região [n.º]	**2020**	**2021**
Portugal [n.º]	**1 083**	**1 245**
Contratos permanentes [n.º]	878	880
Contratos temporários [n.º]	205	365
Internacional [n.º]	**119**	**121**
Contratos permanentes [n.º]	117	118
Contratos temporários [n.º]	2	3
Total de colaboradores [n.º]	**1 202**	**1 366**
Colaboradores por género [n.º]	**2020**	**2021**
Tempo integral [n.º]	**1 149**	**1 224**
Masculino	658	689
Feminino	491	535
Tempo parcial [n.º]	**53**	**142**
Masculino	30	71
Feminino	23	71
Total de colaboradores [n.º]	**1 202**	**1 366**

102 – 9	**Cadeia de fornecedores**	4 – Desempenho societário – Códigos e políticas implementadas
102 – 10	**Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores**	Não se registaram alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores.
102 – 11	**Abordagem ao princípio de precaução**	4 – Desempenho societário – Modelo de Governo Societário – Códigos e políticas implementadas – Controlo interno e gestão de riscos
102 – 12	**Iniciativas externas**	A Sonae Capital subscreve as seguintes políticas e compromissos: – Ser Sonae Capital, Código de Ética e Compromisso; – Código de Conduta para Fornecedores Sonae Capital; – Código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho; – Plano para a Igualdade de Género Sonae Capital; – Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo Sonae Capital; – Carta de Princípios das Empresas Sonae para CO_2 & Alterações Climáticas; – Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico.
102 – 13	**Membro de Associações**	ABS – Associação Baía de Setúbal AEP – Associação Empresarial de Portugal Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo AIMMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal AP2H2 – Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio APESE – Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Energia APGEI – Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial APHORT – Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo APPA Renovables APR – Associação Portuguesa de Resorts

102 – 13 Membro de Associações	APPR – Associação Portuguesa de Portos de Recreio APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis Associação de Hotéis de Portugal ATA – Associação de Turismo do Algarve ATP/PCVB – Associação de Turismo do Porto e Norte Cogen Portugal Cogen España Cogenera Mexico COTEC – COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação IHRSA – International Health, Racquet & Sportsclub Association INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial IPQ – Instituto Português da Qualidade Portugal Activo – AGAP Produtech
PERFIL ORGANIZACIONAL	
102 – 14 Mensagem do Presidente	1 – A Sonae Capital – Mensagem do Presidente do Conselho de Administração – Mensagem do Presidente da Comissão Executiva
102 – 15 Principais impactos, riscos e oportunidades	4 – Desempenho societário – Controlo interno e gestão de riscos
ÉTICA E INTEGRIDADE	
102 – 16 Valores, princípios, *standards* e normas de conduta	Garantir que toda a nossa actividade se rege pela aplicação fiel dos princípios de ética e confiança definidos é uma preocupação transversal a toda a Sonae Capital. Com esse objectivo, desenvolvemos o Código de Ética e Conduta para colaboradores Sonae Capital, que estabelece os padrões pelos quais nos pautamos. Informação sobre os nossos valores e comportamentos encontra-se disponibilizada em: 1 – A Sonae Capital – A nossa identidade

GOVERNANCE		
102 – 18	Estrutura de *Governance*	4 – Desempenho societário – Modelo de Governo Societário
102 – 21	Consulta a *stakeholders* sobre tópicos económicos, ambientais e sociais	1 – A Sonae Capital – A nossa sustentabilidade
102 – 22	Composição do mais alto órgão de *Governance* e dos seus comitês	4 – Desempenho societário – Modelo de Governo Societário
102 – 23	Presidente do mais alto órgão de *Governance*	4 – Desempenho societário – Modelo de Governo Societário
102 – 24	Nomeação e selecção do mais alto órgão de *Governance*	O Conselho de Administração é o órgão social responsável pela gestão da actividade da Sociedade, encontrando-se as suas competências definidas na lei, nos Estatutos da Sociedade e no respectivo Regulamento. Os membros do Conselho de Administração que não desempenham funções executivas promovem a adequada supervisão e vigilância da actuação dos membros da Comissão Executiva. O Conselho de Administração criou e delegou numa Comissão Executiva a administração quotidiana da Sociedade, para o mandato correspondente ao triénio 2021-2023, tendo fixado a respectiva composição, funcionamento e delegação de poderes de gestão. Assim, o Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva os poderes necessários para desenvolver e executar a gestão corrente da Sociedade. Para estes efeitos, não são considerados gestão corrente e não foram como tal delegados pelo Conselho de Administração designadamente: i] a definição da estratégia e das principais políticas da Sociedade; ii] organização e coordenação da estrutura empresarial; iii] matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais. A Comissão Executiva deve, no entanto, no âmbito das suas competências, fazer propostas ao Conselho de Administração quanto a algumas destas matérias.
102 – 25	Conflitos de interesse	4 – Desempenho societário – Códigos e políticas implementadas: Política de comunicação de irregularidades – Controlo interno e gestão de riscos: Órgãos e Comissões responsáveis pela gestão de risco e controlo interno
102 – 35	Políticas de remuneração	4 – Desempenho societário – Política de remuneração dos Órgãos Sociais

ENVOLVIMENTO COM *STAKEHOLDERS*		
102 – 40 Lista dos grupos de *stakeholders*	– Colaboradores; – Accionistas e Investidores; – Clientes; – Fornecedores; – Entidades Reguladoras e Governamentais; – Comunidade; – *Media*.	
102 – 41 Acordos de negociação colectiva		
Acordos de negociação colectiva	**2020**	**2021**
Total de colaboradores abrangidos por acordos de negociação colectiva [n.º]	431	434
Percentagem de colaboradores abrangidos por acordosde negociação colectiva [%]	**36%**	**32%**
Total de colaboradores sindicalizados [n.º]	93	84
Percentagem de colaboradores sindicalizados [%]	**8%**	**6%**
102 – 42 Identificação e seleccção de *stakeholders*	A gestão das nossas actividades tem por base as premissas do desenvolvimento sustentável, cujo contributo ultrapassa o valor económico gerado pelos nossos negócios, e que advém diretamente de um conjunto de valores e princípios que orientam a nossa forma de estar. Esta visão só é possível através do estabelecimento de relações duradouras com os nossos *stakeholders*. Para tal, implementámos ferramentas e processos que nos permitem identificar e compreender as suas necessidades e preocupações actuais e futuras.	
102 – 43 Abordagem adoptada para envolvimento com os *stakeholders*, inclusive a frequência do envolvimento por tipo e por grupo	– **Colaboradores:** Estudos de Clima Social, comunicações e notícias na Intranet, publicações internas, fóruns e grupos de partilha de conhecimento; – **Clientes:** Websites e Sistemas de Sugestões e Reclamações; – **Entidades Reguladoras e Governamentais:** Participação em diversas Associações Sectoriais; – **Comunidade:** Parcerias com Instituições Representativas e Projetos de Envolvimento com as Comunidades; – ***Media*:** Realização de entrevistas e resposta a questões específicas.	

102 – 44	**Principais questões e preocupações apontadas pelos *stakeholders* como resultado do processo de envolvimento e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas**	O negócio de Fitness da Sonae Capital dispõe de um Sistema de Gestão de Ocorrências. Através deste sistema, em 2021 foi efectuado o registo, análise e tratamento de aproximadamente 750 reclamações e mais de 2.800 ocorrências [entre sugestões e elogios] referentes aos vários ginásios Solinca Classic e Solinca Light do seu portefólio. Com o intuito de aprofundar o grau de satisfação dos sócios, recorreu-se a diferente tipos de ferramentas e metodologias, como medição mensal de *Net Promoter Score* [NPS] ao nível de Recomendação de Marca, [7,9 numa escala de 1 a 10, uma melhorias de 0,2pp face a 2020] ou o Questionário de Avaliação Física [9,0 numa escala de 1 a 10, uma melhorias de 0,3pp face a 2020], bem como avaliações de NPS pontuais para questões específicas como o serviço de Personal Training [Recomendação Solinca Classic 8,8 e Solinca Light 9,3, para um total de 295 questionários], Escolas de Natação [Recomendação 8,3, para um total de 331 questionários] e Medidas de Higiene & Segurança 2021 [Recomendação Solinca Classic 8,2 e Solinca Light 8,0, para um total de 7.466 questionários]. Realça-se, ainda, o processo de melhoria continua feito pela SC Fitness na vertente de limpeza dos Clubes, validado pela avaliação referente à Recomendação de limpeza, que evolui de 7,4 em 2019 para 7,9 em 2020 e atinge 8,1 em 2021 [ano em que se procedeu à internalização do processo de limpeza].

PRÁTICA DE REPORTE

102 – 45	**Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas**	0 – Enquadramento
102 – 46	**Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos**	0 – Enquadramento
102 – 47	**Lista dos temas materiais**	1 – A Sonae Capital – A nossa sustentabilidade
102 – 48	**Reformulação de informação**	Não aplicável
102 – 49	**Alterações no relatório**	Não aplicável
102 – 50	**Período de reporte**	0 – Enquadramento
102 – 51	**Data do relatório mais recente**	31 de Dezembro de 2020
102 – 52	**Ciclo de relatórios**	Anual
102 – 53	**Contacto para questões sobre o relatório**	0 – Enquadramento
102 – 54	**Opção «de acordo» com os GRI *Standards***	Este relatório foi preparado de acordo com os *Standards* da GRI: opção Essencial
102 – 55	**Índice de conteúdo GRI**	Presente tabela
102 – 56	**Verificação externa**	A informação reportada no Relatório de Sustentabilidade de 2021 foi submetida a verificação pela *PricewaterhouseCoopers*.

GRI 200 – DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS		
GRI 201 – Desempenho Económico		
201 – 1: Valor económico directo gerado e distribuído	**2020**	**2021**
[em milhões de euros]		
Valor económico gerado	**312,6**	**642,5**
Receitas	312,6	642,5
Valor económico distribuído	**299,4**	**626,9**
Custos operacionais	264,8	560,9
Salários e benefícios dos colaboradores	33,6	38,7
Pagamentos a investidores	0,0	25,0
Pagamentos ao Estado	1,0	2,3
Donativos e outros investimentos na comunidade	0,04	0,04
Valor económico acumulado	**13,2**	**15,6**

GRI 201 – 2: Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização decorrentes das alterações climáticas

7.1 – TCFD.

Adicionalmente, na sua resposta ao CDP, na modalidade de *Climate Change*, a Sonae Capital disponibilizou informação detalhada sobre as implicações financeiras e outros riscos e oportunidades associadas às alterações climáticas. A Sonae Capital reporta ao CDP desde 2019, tendo obtido classificação B, quer em 2019, quer em 2020. Mais informação sobre o reporte da Sonae Capital ao CDP poderá ser consultada no seguinte endereço: https://www.cdp.net/en/formatted_responses/responses?campaign_id=70692136&discloser_id=856723&locale=en&organization_name=Sonae+-Capital+SGPS+SA&organization_number=22913&program=Investor&project_year=2020&redirect=https%3A%2F%2Fcdp.credit360.com%2Fsurveys%2F6sc15v4h%2F88279&survey_id=68887525.

GRI 201 – 3: Cobertura das obrigações previstas no plano de benefícios da organização

A Sonae Capital não dispõe de fundo de pensões.

GRI 203 – Impactos económicos indirectos
GRI 203 – 1: Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados
3 – Desempenho Social – Desigualdades e desenvolvimento inclusivo – Apoio à comunidade
GRI 203 – 2: Impactos económicos indirectos significativos
3 – Desempenho Social – Desigualdades e desenvolvimento inclusivo – Apoio à comunidade
GRI 205 – Combate à corrupção
GRI 205 – 1: Número total e percentagem de Operações submetidas a avaliações de riscos relacionados com corrupção e riscos significativos identificados
A Sonae Capital implementa, no seu processo de gestão de risco, a metodologia internacional *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* [COSO], que permite a identificação dos diferentes tipos de riscos e ameaças ao desenvolvimento dos negócios, tanto ao nível estratégico como ao nível operacional. Não tendo sido identificado o risco de corrupção como um risco prioritário para os negócios e para *holding*, não foram realizadas avaliações neste sentido.
GRI 205 – 3: Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas
Em 2021, não foram identificados factos que pudessem constituir situações de corrupção.

GRI 300 – DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS		
GRI 301 – Materiais		
301 – 1: Consumo de Materiais por peso e volume	**2020**	**2021**
Sonae Capital		
Papel [t]	67	82
Plástico [t]	17	19
Energia		
Gás natural [m^3]	83 800 452	216 614 270
Fitness e Hotelaria		
Hipoclorito de sódio [t]	60	86
Hotelaria		
Vidro [t]	3	5
Adira		
Aço [t]	764	1 059
Nota: O Gás Natural é uma matéria prima utilizada no processo de produção de energia da Capwatt, em cogeração.		
GRI 302 – Energia		
302 – 1: Consumo de Energia dentro da organização	**2020**	**2021**
Sonae Capital		
Consumo de gás natural [m^3]	84 710 415	217 661 682
Consumo de eletricidade [MWh]	19 258	22 428
Consumo de gasolina de viaturas [l]	31 626	32 337
Consumo de gasóleo de viaturas [l]	179 000	196 171
Nota: Exclui consumo Atlantic Ferries. O aumento verificado no consumo de gasolina deve-se ao aumento do número de veículos *plug-in* na frota.		

	2020	2021
Consumo de gás natural [GJ]	3 256 268	8 366 915
Consumo de eletricidade [GJ]	69 328	80 741
Consumo de gasolina de viaturas [GJ]	1 040	1 064
Consumo de gasóleo de viaturas [GJ]	6 382	6 995
Nota: Exclui consumo Atlantic Ferries.		
Fitness		
Frio [MWh]	1 177	1 082
Frio [GJ]	4 238	3 894
Entalpia [MWh]	494	1 471
Entalpia [GJ]	1 779	5 297
Energia		
Eletricidade produzida através de fonte renovável [MWh]	73 228	113 069
Eletricidade produzida através de fonte renovável [GJ]	263 621	407 047
Nota: Informação referente a capacidade de operações sob gestão [Capwatt].		
Tróia Operações [Atlantic Ferries]		
Consumo de gasóleo [l]	1 077 910	1 043 700
Consumo de gasóleo [GJ]	38 434	37 214
Consumo de energia indirecta dentro da organização [electricidade, calor e frio] [GJ]	75 346	89 932
Consumo combustíveis dentro da organização [GJ]	3 302 125	8 412 188
Consumo energia dentro da organização [GJ]	**3 377 471**	**8 502 119**

302 – 3: Intensidade energética	2020	2021
Sonae Capital	12 339	17 035

[em GJ/milhões de euros]

Nota: Intensidade energética calculada com base no Volume de Negócios [Unidades de Negócio].

302 – 4: Redução do consumo de energia

Vide «Desempenho Ambiental».

GRI 303 – Água e efluentes

303 – 1: Interacções com a água como um recurso compartilhado

A maioria da água consumida nas operações da Sonae Capital está relacionada com o uso humano.

Com o objectivo de reduzir o impacto ambiental dos seus negócios, as empresas da Sonae Capital estão empenhadas em reduzir a sua pegada hídrica, aumentando a eficiência das suas operações, inovando e aproveitando tecnologia para repensar a forma como a água é utilizada e gerida nas suas infraestruturas, em especial nos negócios cujo consumo é mais significativo.

Destacam-se, abaixo, as seguintes iniciativas:

- no negócio de Fitness, 100% dos contadores estão dotados de telemetria, o que possibilita uma monitorização apurada dos consumos de água;
- no negócio de Hotelaria, procedeu-se em 2021 a uma auditoria com o objectivo de avaliar e classificar o nível de eficiência hídrica de 4 das 5 unidades hoteleiras em operação. Desta auditoria resultou um conjunto de medidas de melhoria que irão ser executadas;
- no Tróia resort, está a ser desenvolvido o projecto de reformulação da ETAR de Tróia, que possibilitará a reutilização dos efluentes para rega, nomeadamente do campo de golfe.

303 – 2: Gestão de impactos relacionados com efluentes

A Sonae Capital não dispõe de medições quantitativas de efluentes líquidos rejeitados nas suas operações/instalações. Assim, e de acordo com as melhores práticas da Engenharia, assumimos que 80% da água consumida acaba rejeitada como efluente líquido, e os 20% restantes são consumidos.

Relativamente aos destinos, a maioria dos efluentes líquidos produzidos são rejeitados para as redes públicas de águas residuais domésticas, e todas as rejeições de efluentes líquidos para linhas de água naturais são sujeitos a pré-tratamento em instalações dedicadas [ETAR´s] e realizada a respetiva monitorização da qualidade.

303 – 3: Captação total de água, por fonte	2020	2021
A Sonae Capital encontra-se actualmente a desenvolver um estudo acerca dos impactos que as suas actividades podem apresentar nos ecossistemas, ao nível da captação de água e ao nível dos efluentes. Para tal, estamos a mapear os sites nos quais desenvolvemos actividades e a analisar a sua classe de stress hídrico por tipo de fonte. Na Sonae Capital, 100% da água captada trata-se de água doce [*freshwater*].		
Sonae Capital		
Água de terceiros [m³]	508 428	507 947
Tróia Operações		
Água pluvial [m³]	4 759	3 821
No Troia Resort, existem dois lagos que recebem água pluvial [Golfe e UNOP2], que é posteriormente utilizada na rega.		
Total [m³]	**513 187**	**511 768**
303 – 4: Descarga de água, por fonte		
Sonae Capital		
Água de terceiros [m³]	406 742	406 358
Tróia Operações		
Água pluvial [m³]	3 807	3 057
Total [m³]	**410 550**	**409 415**
Quando os dados não estão directamente disponíveis, a Sonae Capital assume um pressuposto de que 80% da água retirada é descarregada e 20% é consumida.		
303 – 5: Consumo de água, por fonte		
Sonae Capital		
Água de terceiros [m³]	101 686	101 589
Tróia Operações		
Água pluvial [m³]	952	764
Consumo de água em áreas de stress hídrico	**0**	**0**
Total [m³]	**102 637**	**102 354**
Quando os dados não estão directamente disponíveis, a Sonae Capital assume um pressuposto de que 80% da água retirada é descarregada e 20% é consumida.		

GRI 304 – Biodiversidade

304 – 1: Localização em áreas protegidas ou adjacentes, e áreas de elevado índice de biodiversidade fora das áreas protegidas

O Troia Resort compreende uma área total de 486 hectares de terreno, correspondentes a 380.000 metros quadrados de área de construção. O Plano de Urbanização de Tróia divide o território em várias unidades operativas de planeamento e gestão, designadas UNOPs.

A UNOP 4, denominada Ecoresort, desenvolve-se numa área total de 264 hectares e destina-se à fruição de uma zona de elevado valor ambiental e cultural, em torno de uma área de sapal – a Caldeira – e integrando as Ruínas Romanas de Tróia. Esta UNOP encontra-se inserida no Sítio PTCON0011 – Estuário do Sado da Rede Natura 2000. Parte importante da UNOP 4 está, ainda, inserida na Zona Exterior de Influência da Reserva Natural do Estuário do Sado.

Em 2016, foi instalado na UNOP 4 o ONE TROIA JOSÉ MOURINHO TRAINING CENTRE, um centro de estágios destinado à prática de futebol. Este Centro é constituído por dois campos de futebol, uma zona de treino para guarda-redes [ocupando uma área de 15.460 metros quadrados] e um edifício de apoio, com cerca de 354 metros quadrados.

Na UNOP 4 localiza-se, igualmente, o novo cais dos ferries em Tróia, ocupando uma área de cerca de 6.000 metros quadrados.

As áreas de intervenção das UNOPs 1, 2, 3 e 4 incluem áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional [nomeadamente na tipologia Praias, Dunas, Lagoas Estuários e respetivas faixas de protecção].

A ETAR de Tróia ocupa uma área de 22 hectares e localiza-se na UNOP 9, numa área com diversos estatutos de protecção:

- Sítio PTCON0011 – Estuário do Sado da Rede Natura 2000;
- Zona de Proteção Especial PTZPE0011 – Estuário do Sado;
- Reserva Natural do Estuário do Sado [RNES] que inclui a Reserva Botânica das Dunas de Tróia, em cuja área a ETAR está implantada, tendo essa implantação sido anterior à própria criação da RNES.

304 – 2: Impactes na biodiversidade

Na sequência do procedimento de avaliação de impacte ambiental da Marina e Novo Cais dos Ferries do TROIA RESORT, a monitorização efectuada anualmente tem evidenciado a eficácia das medidas de prevenção e minimização dos impactes previstos no estudo de impacte ambiental já que, à semelhança do que aconteceu nos anos anteriores, em nenhum dos factores alvo do programa de monitorização foram detectados impactes de magnitude superior à prevista ou mesmo significativos.

No caso do ONE TROIA JOSÉ MOURINHO TRAINING CENTRE, a monitorização ambiental efectuada já permitiu concluir que, até à data, o impacte do uso de fertilizantes e produtos fitossanitários nos freático é essencialmente nulo e, também, que não se assinalam diferenças no estado de conservação de parcelas na envolvente directa e indireta do Centro, no que respeita a Flora e Habitats.

304 – 3: *Habitats* protegidos ou restaurados

Descrição dos *habitats* [312 hectares]:

Na UNOP 4, existem 15 *habitats* com estatuto de conservação [264 hectares].

A área de Reserva Ecológica Nacional [REN], na UNOP2, abrange uma área de praia e dunas, com cerca de 1.200 metros de comprimento e uma largura, aproximada, entre 280 metros e 500 metros, a partir da linha de costa, abrangendo uma área com cerca de 48 hectares. Na área de REN da UNOP 2 foram assinalados 5 *habitats* com estatuto de conservação.

Descrição das medidas implementadas:

As medidas referidas encontram-se em curso há vários exercícios.

UNOP2:

Construção de percursos sobrelevados em passadiços de madeira, longitudinais à área verde de reserva natural [extensão total de 1,248 km], para conduzir os visitantes ao longo de percursos pré determinados, permitindo a minimização de danos sobre a vegetação dunar.

UNOP4:

Demolição e remoção de construções dispersas, em situação de ruína, espalhadas no território;

Abate fitossanitário de pinheiro-bravo [Pinus pinaster] no âmbito da eliminação do nemátode do pinheiro que levou à eliminação de um número substancial de árvores, doentes ou mortas, em grande parte já substituídas por exemplares jovens de pinheiro-manso [Pinus pinea] e pinheiro bravo [Pinus pinaster];

Controlo da intrusão humana indiferenciada através do condicionamento da circulação pedonal e de veículos, com o objectivo de diminuir o nível de perturbação das áreas sensíveis [pinheiro-manso, estrato arbustivo, herbáceo e líquenes], e o risco de incêndio;

Controlo e erradicação de espécies invasoras ou de espécies desadequadas à qualidade do espaço.

GRI 305 – Emissões	2020	2021
305 – 1: Emissões Directas de Gases com Efeito de Estufa [Âmbito 1]		
Emissões associadas ao consumo de Gás Natural [t CO_2e]	183 654	471 894
Emissões associadas ao consumo de Gasóleo [t CO_2e]	3 321	3 276
Emissões associadas ao consumo de Gasolina [t CO_2e]	72	74
Emissões totais de Âmbito 1 [t CO_2e]	**187 047**	**475 244**

305 – 2: Emissões Indirectas de Gases com Efeito de Estufa [Âmbito 2]	2020	2021
Emissões associadas ao consumo de electricidade – location based [t CO_2e]	5 892	2 891
Emissões associadas ao consumo de entalpia – location based [t CO_2e]	85	254
Emissões associadas ao consumo de frio – location based [t CO_2e]	203	187
Emissões associadas ao consumo de electricidade – market based [t CO_2e]	3 889	6 524
Emissões associadas ao consumo de entalpia – market based [t CO_2e]	3	9
Emissões associadas ao consumo de frio – market based [t CO_2e]	7	6
Emissões totais de Âmbito 2 – Location based [t CO_2e]	**6 181**	**3 331**
Emissões totais de Âmbito 2 – Market based [t CO_2e]	**3 899**	**6 539**
Emissões totais de GEE [t CO_2e]	**190 946**	**481 783**
Nota: Emissões totais calculadas com base nas emissões de Âmbito 2 market based.		
305 – 4: Intensidade carbónica		
[em tCO_2e/milhões de euros]	698	965
Nota: Intensidade carbónica calculada com base no Volume de Negocios [Unidades de Negócio].		
305 – 6: Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono por peso		
Não foram emitidas substâncias com capacidade de destruição da camada de ozono.		
305 – 7: Óxidos de nitrogénio [NOx], óxidos de enxofre [SOx] e outras emissões significativas		
Emissões NOx – Consumo de gasóleo [t]	72,8	70,8
Emissões NOx – Consumo de gasolina [t]	0,3	0,3
Emissões totais de NOx [t]	**73,1**	**71,1**
Emissões SO2 – Consumo de gasóleo [t]	18,0	17,5
Emissões SO2 – Consumo de gasolina [t]	0,0002	0,0002
Emissões totais de SO2 [t]	**18,0**	**17,5**

GRI – 306 Efluentes e Resíduos

306 – 1: Produção de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos

Na Sonae Capital, os negócios de Energia, Engenharia Industrial e Tróia Operações submetem, numa base anual, um Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR).

O MIRR é constituído por um conjunto de formulários (E-Gar), onde são registados os dados sobre produção e gestão de resíduos, previsto do n.º 1 do Artigo 98º do novo Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), estabelecido no Anexo I do Decreto-Lei n.º 102-D/2020. Este registo de dados é constituído pela informação prevista no Artigo 99.º do mesmo diploma.

Os dados a registar dependem do enquadramento MIRR seleccionado e incluem: (i) as origens discriminadas dos resíduos, (ii) a quantidade, classificação e destino discriminados dos resíduos, (iii) a identificação das operações efectuadas e, (iv) a identificação dos transportadores.

306 – 2: Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos

A gestão de resíduos é uma das principais preocupações ambientais da Sonae Capital. Assim, para além de garantirmos um escrupuloso cumprimento da legislação, actuamos no sentido de adoptar as melhores práticas.

Em 2021, a taxa de valorização dos resídos produzidos (contabilizados através do MIRR) situou-se muito próxima de 100%. Valorizar os resíduos produzidos permite que as matérias que os constituem sejam usadas para outros fins e, deste modo, impede que estas tenham como destino imediato a deposição em aterro ou incineração. Este processo é fundamental para a sustentabilidade dos recursos. Adicionalmente, a percentagem de resíduos perigosos é relativamente reduzida, totalizando 1% em 2021.

Por fim, de destacar que a Capwatt Portugal e a Atlantic Ferries possuem um sistema certificado de gestão integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança, de acordo com os referenciais normativos ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018, respectivamente.

O negócio da Engenharia Industrial, em particular, possui certificação no Sistemas de Gestão da Qualidade: ISO 9001:2015.

306 – 3: Resíduos produzidos	2020	2021
Resíduos perigosos [t]	**76**	**244**
Valorização [t]	58	201
Eliminação [t]	18	43
Resíduos não perigosos [t]	**8 993**	**24 025**
Valorização [t]	8 985	23 992
Eliminação [t]	9	33
Resíduos geridos totais [t]	**9 069**	**24 269**
Taxa de valorização dos resíduos	**100%**	**100%**

Informação inclui negócio de Energia, Engenharia Industrial, Hotelaria e Tróia Operações.

306-4: Resíduos produzidos não destinados a disposição final	2020	2021
Resíduos perigosos [t]	**58**	**201**
Preparação para reutilização [t]	n.a.	10
Reciclagem [t]	n.a.	0
Outros tipos de valorização [t]	n.a.	191
Resíduos Não perigosos [t]	**8 985**	**23 992**
Preparação para reutilização [t]	n.a.	0
Reciclagem [t]	n.a.	7 218
Outros operações de valorização [t]	n.a.	16 775
306-5: Resíduos produzidos destinados a disposição final		
Resíduos perigosos [t]	**18**	**43**
Incineração [t]	n.a.	0
Aterro [t]	n.a.	0
Outros operações de eliminação [t]	n.a.	43
Resíduos Não perigosos [t]	**9**	**33**
Incineração [t]	n.a.	0
Aterro [t]	n.a.	0
Outros operações de eliminação [t]	n.a.	33

Nota: a totalidade dos resíduos reportados é valorizada e eliminada fora das instalações das operações da Sonae Capital.

GRI – 307 Conformidade

307 – 1: Multas e sanções não monetárias pelo não cumprimento das leis e regulações ambientais

Não se registaram quaisquer multas ou sanções por não conformidade com as leis e regulamentos ambientais nos anos em análise.

GRI 400 – DIVULGAÇÕES SOCIAIS		
GRI 401 – Emprego		
GRI 401 – 1: Novas contratações e rotatividade de colaboradores	**2020**	**2021**
Total de colaboradores		
Faixa etária [nº]	**1 202**	**1 366**
< 30 anos	295	409
Dos 30 aos 50 anos	709	747
≥ 50 anos	198	210
Localização [nº]	**1 202**	**1 366**
Portugal	1 083	1 245
Internacional	119	121
Género [nº]	**1 202**	**1 366**
Masculino	688	760
Feminino	514	606
Novas contratações		
Faixa etária [nº]	**465**	**658**
< 30 anos	223	341
Dos 30 aos 50 anos	172	236
≥ 50 anos	70	81
Localização [nº]	**465**	**658**
Portugal	180	629
Internacional	285	29
Género [nº]	**465**	**658**
Masculino	259	331
Feminino	206	327

Taxa de novas contratações	2020	2021
Faixa etária [nº]	**39%**	**48%**
< 30 anos	19%	25%
Dos 30 aos 50 anos	14%	17%
≥ 50 anos	6%	6%
Localização [nº]	**39%**	**48%**
Portugal	15%	46%
Internacional	24%	2%
Género [nº]	**39%**	**48%**
Masculino	22%	24%
Feminino	17%	24%
Saída de colaboradores		
Faixa etária [nº]	**553**	**507**
< 30 anos	254	228
Dos 30 aos 50 anos	193	205
≥ 50 anos	106	74
Localização [nº]	**553**	**507**
Portugal	553	483
Internacional	0	24
Género [nº]	**553**	**507**
Masculino	238	264
Feminino	315	243

Taxa de rotatividade	2020	2021
Faixa etária [nº]	**46%**	**37%**
< 30 anos	21%	17%
Dos 30 aos 50 anos	16%	15%
≥ 50 anos	9%	5%
Localização [nº]	**46%**	**37%**
Portugal	46%	35%
Internacional	0%	2%
Género [nº]	**46%**	**37%**
Masculino	20%	19%
Feminino	26%	18%

GRI 401 – 3 Licença parental			
2021	**Masculino**	**Feminino**	**Total**
Total de colaboradores com direito a licença parental [n.º]	31	29	60
Total de colaboradores que usufruíram a licença parental [n.º]	31	29	60
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental [n.º]	30	29	59
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental e que continuam na Empresa após 12 meses de terem retornado [n.º]	19	21	40
Taxa de usufruto [%]	**100%**	**100%**	**100%**
Taxa de retorno [%]	**97%**	**100%**	**98%**
Taxa de retenção [%]	**54%**	**68%**	**61%**

2020	Masculino	Feminino	Total
Total de colaboradores com direito a licença parental [n.º]	31	35	66
Total de colaboradores que usufruíram a licença parental [n.º]	31	35	66
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental [n.º]	31	33	64
Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental e que continuam na Empresa após 12 meses de terem retornado [n.º]	29	30	59
Taxa de usufruto [%]	**100%**	**100%**	**100%**
Taxa de retorno [%]	**100%**	**94%**	**97%**
Taxa de retenção [%]	**88%**	**88%**	**88%**

GRI 403 – Saúde e segurança ocupacional

GRI 403 – 1: Sistema de Gestão de Segurança e saúde ocupacional

A Sonae Capital não possui um sistema certificado formal de gestão de segurança e saúde no trabalho. No entanto, é de destacar que a Capwatt Portugal e a Atlantic Ferries possuem um sistema certificado de gestão integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança, de acordo com os referencias normativos ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018, respectivamente. O negócio da Engenharia Industrial, em particular, possui certificação no Sistema de Gestão da Qualidade: ISO 9001:2015.

GRI 403 – 2: Identificação de perigos, avaliação de risco e investigação de incidentes

Na Sonae Capital, os procedimentos de identificação de perigos e avaliação de riscos são realizados por equipas de técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho [SST], internos ou externos. A avaliação de risco é revista sempre que se justifique, quer por alteração de âmbito, quer por alteração do contexto de negócio. O procedimento de investigação de incidentes é baseado na metodologia dos 3C's [análise do caso, identificação das causas e implementação de contramedidas], que é então traduzido num plano de acção.

Acreditamos que a sensibilização e comunicação dos riscos e das medidas que os colaboradores devem tomar, para eliminar ou reduzir os riscos para níveis controláveis, são um passo decisivo para a melhoria das condições existentes e, consequentemente, para a melhoria do ambiente de trabalho.

Assim, para além da formação em SST e da informação partilhada com os colaboradores, é assegurada uma consulta aos colaboradores sobre questões de SST, de acordo com a legislação em vigor [que corresponde, no mínimo, a uma consulta anual], através de um questionário no qual os colaboradores comentam todos os temas relacionados com a mesma. As respostas dos colaboradores são analisadas como forma de avaliar a sua percepção sobre as condições de trabalho e nível de segurança. Os trabalhadores também podem relatar incidentes por meio de auditorias, plataformas e aplicações internas, ou através do contacto direto com os técnicos ou trabalhador designado de SST.

GRI 403 – 3: Serviços de saúde ocupacional

A Sonae Capital disponibiliza funções de serviços de saúde ocupacional, que contribuem para a identificação e eliminação de perigos e minimização de riscos. Esses serviços, encontram-se em estrito cumprimento do previsto na lei. São também realizados exames ocasionais a pedido do colaborador ou da empresa, sendo a obrigação de todos os colaboradores que estiveram ausentes por mais de 30 dias, após retorno, comparecerem a exame periódico.

Outros serviços incluem formações, procedimentos e acções de sensibilização em matérias de saúde e bem-estar, assim como visitas de profissionais de saúde aos postos de trabalho. Na actividade de auditoria interna, numa lógica de prevenção, detecção, correcção e formação, são avaliadas de forma sistemática e independente as actividades dos negócios, com o objectivo de garantir a eficácia dos sistemas e processos de gestão e de controlo interno.

GRI 403 – 4: Participação do trabalhador, consulta e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho

Na Sonae Capital, é assegurada uma consulta aos colaboradores sobre questões de SST, de acordo com a legislação em vigor [no mínimo, numa base anual], na qual os colaboradores comentam questões genéricas relacionadas com SST e/ou sobre alterações nas unidades produtivas ou procedimentos e ferramentas de trabalho. O questionário é adaptado e actualizado periodicamente.

GRI 403 – 5 Formação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho

Durante o processo de admissão, os colaboradores recebem informação sobre os riscos no seu local de trabalho, assim como organização e resposta a emergências. As empresas da Sonae Capital, nos seus manuais de acolhimento e integração, possuem diversas informações relacionadas com matérias de SST. Anualmente, são organizadas de forma periódica, acções de formação e/ou sensibilização em matérias de SST.

GRI 403 – 6: Promoção da saúde do trabalhador

No que diz respeito à facilitação do acesso dos trabalhadores aos serviços médicos e de saúde não ocupacionais, a Sonae Capital promove diversas iniciativas.

Em 2021, no âmbito do programa Heart, o plano de acção incluiu o lançamento de uma *newsletter* com o objectivo de contribuir para a felicidade no trabalho, ambicionando o bem-estar emocional, físico, financeiro e social. Em paralelo, todos os colaboradores da Sonae Capital gozam de livre acesso ao ginásio online [da SC Fintess]. Por fim, foi lançado no Sonae Campus [onde se localizam as instalações de várias empresas do Grupo], o *Health & Nutrition Lab*, que presta serviços de análises clínicas e enfermagem, assim como de nutrição.

De destacar, ainda, que os colaboradores de quadro da Sonae Capital dispõem um seguro de saúde como parte integrante do pacote de benefícios, que lhes permite ter acesso a uma rede de cuidados de saúde especializados.

GRI 403 – 7: Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho directamente associados a relações de negócio

Os impactos na saúde e segurança atribuíveis às relações comerciais não são considerados relevantes.

GRI 403 – 9: Acidentes de trabalho	2020	2021
Saúde e seguranda dos trabalhadores		
Horas trabalháveis pelo total de colaboradores [h]	2 521 587	2 359 855
Horas trabalhadas pelo total de colaboradores [h]	2 374 712	2 229 147
Total de óbitos [n.º]	0	0
Índice de óbitos [%]	0	0
Total de Acidentes de Trabalho de comunicação obrigatória [n.º]	31	36
Total de Acidentes de Trabalho com consequência grave [n.º]	0	0
Taxa de acidentes de trabalho [%]	**0,001%**	**0,002%**
Total de dias de ausência por acidente de trabalho [d]	858	831
Taxa de dias perdidos por acidente de trabalho [%]	**0,036%**	**0,037%**
Índice de Acidentes de Trabalho de comunicação obrigatória [%]	13	16
Índice de Acidentes de Trabalho com consequência grave [%]	0	0
Total de dias de ausência por acidente de trabalho [d]	1 985	831
Taxa de dias perdidos [%]	**0,084%**	**0,037%**
Total de horas de absentismo [h]	146 875	130 708
Taxa de absentismo [%]	**5,825%**	**5,539%**
GRI 403 – 10: Doenças Ocupacionais		
N.º de óbitos por doença profissional [n.º]	0	0
N.º de doenças profissionais [n.º]	9	7
Total de dias de ausência por doenças profissionais [d]	1 127	561
Taxa de doenças profissionais [%]	**0,047%**	**0,025%**

GRI 404 – Formação e educação			
404 – 1: Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua			
2021	**Masculino**	**Feminimo**	**Total**
Total de colaboradores por categoria funcional			
Top Executives	4	0	4
Management & Senior Management	62	25	87
Middle Management	69	32	101
Technicians/highly specialized technicians	386	320	706
Representatives	239	229	468
Total	**760**	**606**	**1 366**
Total de horas de formação [h]			
Top Executives	49	0	49
Management & Senior Management	1 530	495	2 025
Middle Management	2 064	1 190	3 254
Technicians/highly specialized technicians	9 691	10 907	20 598
Representatives	5 347	8 058	13 405
Total	**18 681**	**20 650**	**39 332**
Média de horas de formação por categoria e género [h/colaborador]			
Top Executives	12,3	-	12,3
Management & Senior Management	24,7	19,8	23,3
Middle Management	29,9	37,2	32,2
Technicians/highly specialized technicians	23,0	34,1	28,0
Representatives	22,4	35,2	28,6
Total	**23,5**	**34,1**	**28,2**

2020	Masculino	Feminimo	Total
Total de colaboradores por categoria funcional			
Top Executives	4	0	4
Management & Senior Management	54	23	77
Middle Management	79	31	110
Technicians/highly specialized technicians	357	315	672
Representatives	194	145	339
Total	**688**	**514**	**1 202**
Total de horas de formação [h]			
Top Executives	30	0	30
Management & Senior Management	1 353	405	1 758
Middle Management	1 588	2 340	3 929
Technicians/highly specialized technicians	20 625	22 624	43 249
Representatives	3 132	3 393	6 525
Total	**26 727**	**28 762**	**55 489**
Média de horas de formação por categoria e género [h/colaborador]			
Top Executives	7,4	-	
Management & Senior Management	25,1	17,6	22,8
Middle Management	20,1	75,5	35,7
Technicians/highly specialized technicians	57,8	71,8	64,4
Representatives	16,1	23,4	19,2
Total	**38,8**	**56,0**	**46,2**

404 – 2: Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua	2021
HOLDING E CENTRO CORPORATIVO	**Nº de Horas [h]**
ACCELERATED DEVELOPMENT PROGRAMME	110
APED SPRING CONFERENCE	4
BOOSTING DIGITAL TRANSFORMATION	46
COMÉRCIO INTERNACIONAL	15
CYBERSECURITY	4
ESPANHOL	110
FIT SUMMIT	12
FITSUMMIT	11
GESTÃO ORGANIZACIONAL	1
IOW :: PROJECT MANAGEMENT BASICS – TEMPLATE A3	15
IOW DAILY :: KEY CONCEPTS	3
IOW DAILY: BASIC ELEMENTS FOR A GOOD TEAM MANAGEMENT	2
IOW DAILY: TEAM PROBLEM SOLVING	2
LEADING FOR RESULTS	57
MASTERCLASS IOW	4
PLANO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	120
VIDEOS SONAE_TIPOLOGIAS	0
	514
ENERGIA	**Nº de Horas [h]**
ADVANCED MANAGER IN ENERGY	96
ADVANCED NEGOTIATION SKILLS	48
AUTOCONSUMO COLETIVO E COMUNIDADES DE ENERGIA RENOVÁVEL	5
BRIGADAS DE INCENDIO	56
CAP U – LICENCIATURA EM ENGENHARIA MECÂNICA	897

	Nº de Horas [h]
CAP U – CURSO TÉCNICO SUPERIOR PROFISSIONAL DE AUTOMAÇÃO E ENERGIA	793
CHOICES 2021	1
COGEN DAY O IMPACTO DO HIDROGÉNIO COMO ENERGIA PARA A INDÚSTRIA	14
COMBATE A INCÊNDIOS	128
COMUNICAÇÃO ACIDENTES/INCIDENTES TRABALH	50
CONFªHYDROGEN IN SOCIETY-BRIDGING GAPS	18
CONVERSAS COM SIGNIFICADO – WELLBEING	2
CURSO EUROPEU DE PRIMEIROS SOCORROS	72
CYBERSECURITY	1
DATA PROTECTION NÍVEL 1 E 2	3
DIRECTIVA ATEX	48
ESPANHOL	467
ESTABILIDADE BÁSICA / GESTÃO VISUAL	12
FIT SUMMIT	12
FITSUMMIT	11
GESTÃO DA MANUTENÇÃO	16
GESTÃO ORGANIZACIONAL	1
GWO – TRABALHOS EM ALTURA EÓLICAS	160
H2 – SEGURANÇA E MANUSEAMENTO DE HIDROGÉNIO	16
IBERCLEAR – SESIÓN INFORMATIVA 2021 | TELEMÁTICA JORNADA ENTREGA DE DERECHOS 2020	4
INST. MAN. CARREGADORES VEICULOES ELECTR	16
IOW :: PROCESS MAPPING BASICS	2
IOW | AWARENESS	23
IOW DAILY :: KEY CONCEPTS	33
JORNADA SOBRE ACCESO Y CONEXION	4

	Nº de Horas [h]
LIDERAR NA INCERTEZA	3
MASTERCLASS RECRUTAMENTO INCLUSIVO	3
MBA	288
METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO DE AVARIAS	20
MULTIPLATAFORMA DA CAPWATT | ASSETSTACK	90
O MERCADO DIÁRIO OMIE, O MERCADO DE DERIVADOS OMIP E A CÂMARA DE COMPENSAÇÃO OMICLEAR	12
OP. DA EEGO MERCADOS DE GARANTIAS ORIGEM	6
PLANO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	16
PLANO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO | ENC	73
PLANO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO |PLANT OPERATOR	8
PLANO DE ACOLHIMNETO E INTEGRAÇÃO | OPERATIONS SUPPORT SPECIALIST	13
PREÇOS E CUSTOS DA ENERGIA	24
PROCEDIMENTOS DE SEG – TRABALHOS A QUENTE	1
PROGRAMA GERAL DE GESTÃO	240
PROGRAMA GESTÃO INICIAL	160
QSP SUMMIT	25
QUALIDADE DA ENERGIA ELÉCTRICA	21
REGRAS BÁSICAS DE SEGURANÇA	2
SAPHETY – WORKFLOW FACTURAS E DESPESAS	1
SEGURANÇA E VERIFICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO	84
SESSÃO DE ESCLARECIMENTO NOVAS REGRAS DO ISP PARA COGERAÇÕES A GÁS NATURAL	3
SHALL WE TALK ABOUT | SAÚDE MENTAL	2
SMILE – SHORT VERSION	86
VBA – EXCEL MACROS AVANÇADAS	20
VIDEOS SONAE_TIPOLOGIAS	0

	Nº de Horas [h]
WEBINAR – NUEVOS CAMBIOS REGULATORIOS SUMINISTRO ELÉCTRICO EN ESPAÑA	2
WEBINAR AMEG – NEW ENERGY CONSUMER	2
WEBINAR DECARBONIZATION TECHNOLOGIES	72
XXIII SIMPÓSIO LUSO-ALEMÃO DE ENERGIA	4
	4 284

ENGENHARIA INDUSTRIAL	Nº de Horas [h]
ACCELERATED DEVELOPMENT PROGRAMME	110
ADVANCED NEGOTIATION SKILLS	24
BOAS PRÁTICAS PARA A GESTÃO DOS SEGUROS DAS EMPRESAS	4
BOOSTING DIGITAL TRANSFORMATION	92
COMÉRCIO INTERNACIONAL	75
ESPANHOL	60
IOW :: PROJECT MANAGEMENT BASICS – TEMPLATE A3	3
IOW DAILY :: KEY CONCEPTS	8
IOW DAILY: BASIC ELEMENTS FOR A GOOD TEAM MANAGEMENT	6
IOW DAILY: BASIC TOOLS	6
IOW DAILY: TEAM PROBLEM SOLVING	10
LEADING FOR RESULTS	57
ONLINE TRAINING IN NEW A75 CONTROL	92
OPERAÇÃO DE PONTES ROLANTES	138
POWER BI	25
PROGRAMA GESTÃO INICIAL	280
SEGURANÇA E AMBIENTE EM INSTALAÇÕES DE FABRICO ADITIVO – PROCESSO PBF-LB	28
SENSIBILIZAÇÃO SEPARAÇÃO RESÍDUOS	52
SMILE – SHORT VERSION	2

	Nº de Horas [h]
SOLID EDGE – MÓDULOS ESPECÍFICOS	172
SOLID EDGE FUNDAMENTALS	36
	1 279

FITNESS	**Nº de Horas [h]**
15 HABITS OF HAPPY PEOPLE ☺ HAPPINESS HABITS TO IMPROVE YOUR LIFE	15
3ª CONVENÇÃO SC FITNESS	1 936
ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	7
ACTIVE AGEING COMMUNITIES	3
ACTUALIZAÇÕES ICI	11
ADESÃO – PROCESSO DE INSCRIÇÃO STEP BY STEP	1
BE A BETTER NEGOTIATOR: THE ESSENTIAL PLAYLIST _ PLAYLIST | 7 VIDEOS	28
BUILDING A STRONG RELATIONSHIP WITH YOUR FITNESS TEAM	9
COBRANÇA DE ARTIGOS – PRODUTOS UNITÁRIOS	2
COMO INSERIR O SERVIÇO DE NUTRIÇÃO NA FICHA DE SÓCIO	0
COMO RESOLVER PROBLEMAS COMPLEXOS	21
COMO SER INSTRUTOR DE SUCESSO E DE EXCELÊNCIA	13
COMO SER MAIS PRODUTIVO?	14
COMUNICAÇÃO	53
CONEXÃO	90
CONEXÃO I	30
CONEXÃO I E II	83
CRIAR UM MAPA DE AULAS MAIS RENTÁVEL E QUE LEVE AO CRESCIMENTO DO CLUBE	5
CURSO IEFP – ATENDIMENTO-TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO	550
CURSO IEFP – CORTESIA, ETIQUETA E PROTOCOLO NO ATENDIMENTO	700
CURSO IEFP – TÉCNICAS DE VENDAS	500

	Nº de Horas [h]
CYBERSECURITY	22
DATA PROTECTION NÍVEL 1 E 2	1
DESENVOLVIMENTO PESSOAL: THE ART OF THINKING CLEARLY	21
DIGITAL MARKETING COURSE/ONLINE	42
ENERGIAS	13
ESTILO E AUTENTICIDADE	16
ESTILO INSTRUTOR	6
ESTRATÉGIA SOCIAL MEDIA – SOLINCA 2021	8
FERRAMENTAS PARA COMUNICAR MELHOR NAS AULAS ONLINE	9
FI´S INTERACÇÃO TÉCNICA	26
FIT SUMMIT	5 913
FIT SUMMIT – MAIO 2021	293
FITSUMMIT	5 986
FORMAÇÃO ADAPTAÇÃO AO MEIO AQUÁTICO E TÉCNICAS ALTERNADAS	48
FORMAÇÃO DE AULAS DE GRUPO	6
FORMAÇÃO ENGAGMENT	8
FORMAÇÃO GESTÃO DE RECLAMAÇÕES – METODOLOGIAS	950
FORMAÇÃO INICIAL – MANZ [LES MILLS]	374
FORMAÇÃO INICIAL BB	80
FORMAÇÃO INICIAL DE BODY ATTACK	132
FORMAÇÃO INICIAL DE BODY BALANCE	66
FORMAÇÃO INICIAL DE BODY PUMP	176
FORMAÇÃO INICIAL DE BODY STEP	22
FORMAÇÃO INICIAL DE CORE	22
FORMAÇÃO INICIAL DE POWER JUMP	22

	Nº de Horas [h]
FORMAÇÃO INICIAL DE RPM	66
FORMAÇÃO INICIAL VIDEOS	3
FORMAÇAO PROCEDIMENTOS FITNESS	22
FORMAÇÃO RECEPÇÃO	12
FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO TENNANT	7
GESTÃO ORGANIZACIONAL	239
GYM MEMBERSHIP SALES & RETENTION	19
GYMSALES	27
HIDROTERAPIA	140
HOW TO ACCELERATE CLUB RECOVERY	14
HOW TO MAKE $1 MILLION IN PERSONAL TRAINING IN YOUR BUSINESS WITH JEFF RUSSO	7
IHRSA QUICK TIPS: BUILD TRUST WITH YOUR MEMBERS	7
IMPORTÂNCIA DA AFI E CONTORNO OBJECÇÕES	4
INSTRUTOR DE SUCESSO E VENDAS	74
IOW :: PROCESS MAPPING BASICS	2
IOW DAILY :: KEY CONCEPTS	2
IOW DAILY: BASIC ELEMENTS FOR A GOOD TEAM MANAGEMENT	3
IOW DAILY: BASIC TOOLS	3
IOW DAILY: PROCESS CONFIRMATION	2
IOW DAILY: TEAM PROBLEM SOLVING	4
LES MILLS – RELATÓRIO GLOBAL DE FITNESS 2021	19
MOVIMENTAÇÃO MÁQUINAS	7
NET PROMOTER SCORE	5
O NOVO SIGNIFICADO DO TRABALHO	5
O QUE É RESILIÊNCIA E COMO DESENVOLVÊ-LA!	29

	Nº de Horas [h]
OFICINA 3B – VIDEO	72
ORGANIZAÇÃO DE AULAS E LIDERANÇA	31
PLANO ACOLHIMENTO	1 400
PLANO DE ACOLHIMENTO ESPECIFICO PARA A FUNÇÃO	3 320
PLANO DE ACOLHIMENTO FITNESS	819
PLANO DE SEGURANÇA	207
PLANO DESENVOLVIMENTO	120
PLANOS DE DESENVOLVIMENTO	256
POWER TO THE PEOPLE WITH TRENT THOMAS	13
PRODUTIVIDADE – 4 TECHNIQUES THAT WILL MAKE ANY TEAM MORE CREATIVE AND PRODUCTIVE	0
PRODUTIVIDADE – HOW TO WRITE EMAILS THAT MAKE YOUR TEAM MORE PRODUCTIVE	8
PROGRAMA RECUPERAÇÃO PÓS-COVID	190
PROGRAMA SILHUETA	15
PROGRAMA SILHUETA_EQUIPAS	72
PROJECTO IT	19
PUTTING LOGIC, SWEAT, AND EMOTION INTO SALES PROCESS	6
QSP SUMMIT	26
QUARTERLY 2	341
QUARTERLY 3	47
QUARTERLY 4	366
QW1	379
REACTIVAÇÃO DE PROGRAMAS LES MILLS	1
RECICLAGEM 1 3B – 39	40
RETENTION CONVENTION 2021	198
SEELING WITH EVENTS	4

	Nº de Horas [h]
SERVIÇOS SECUNDÁRIOS ADD-ON´S	0
SESSÕES PARALELAS – CONVENÇÃO SC FITNESS	82
SMILE – SHORT VERSION	2
SOLINCA CONNECTED_PRESCRIÇÃO COMO CRIAR SESSÃO DE TREINO	19
STYKU – RGPD COMPLIANCE	49
SUCESSO NA CARREIRA PROFISISONAL	20
THE 4 PRINCIPLES OF VALUES	18
TRAB. EM ALTURA., MÁQ. E EQUIP. DE TRAB	1
TRABALHO EQUIPA E VENDAS	6
TUTORIAL – OUR CAPITAL	5
UMA ENTREVISTA ESPECIAL DO CÍRCULO DE LIDERANÇA	8
VENDAS E MARKETING, UM CASAMENTO PERFEITO	15
VENDAS EM TREINO PERSONALIZADO	8
VENDAS PT	52
VIDEOS 33/34	20
VIDEOS SONAE_TIPOLOGIAS	87
WEBINAR PORTUGAL ACTIVO A IMPORTÂNCIA DO EXERCÍCIO NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA DOENÇA	6
WEBINAR PORTUGAL ACTIVO ESTRATÉGIAS COMERCIAIS E VENDAS NA NOVA NORMALIDADE	22
	27 422
HOTELARIA	**Nº de Horas [h]**
ADVANCED NEGOTIATION SKILLS	48
CONTEÚDOS PARA REDES SOCIAIS	1
CUSTOMER EXPERIENCE	252
CYBERSECURITY	7
DATA PROTECTION NÍVEL 1 E 2	1

	Nº de Horas [h]
DOING BUSINESS ONLINE	8
EVENTO DE TEAM BUILDING – JUMP	342
FORMAÇÃO CONDOMÍNIOS	12
GESTÃO VISUAL	87
HACCP	22
INFRASPEAK	6
INFRASPEAK – FORMAÇÃO DIRECT	48
INFRASPEAK – PERFIL GESTOR	23
INFRASPEAK – PERFIL TÉCNICOS	29
INFRASPEAK – RELATORIOS E ANALISES	4
IOW :: PROCESS MAPPING BASICS	2
IOW :: PROJECT MANAGEMENT BASICS – TEMPLATE A3	21
IOW DAILY :: KEY CONCEPTS	2
IOW DAILY: BASIC TOOLS	2
LEADING FOR RESULTS	57
LEGIONELLA	236
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	64
MANUSEAMENTO DO INFRASPEAK	9
PLANO DE ACOLHIMENTO AQUALUZ LAGOS_F&B	75
PLANO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	1 347
PLANO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO_AQUALUZ LAGOS_CHEFIA	69
PLANO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO_TESOUREIRA	177
PROGRAMA DE FORMAÇÃO UPGRADE	2
PROGRAMA GERAL DE GESTÃO	235
PROGRAMA GESTÃO INICIAL	72

	Nº de Horas [h]
REFRESH PLANO DE CONTINGÊNCIA | COVID-19	3
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	5
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL E SST	1
SENSIBILIZAÇÃO COVID – 19 | REGRESSO	44
SENSIBILIZAÇÃO COVID-19 | PLANO CONTINGÊNCIA E PROTOCOLO	90
SKILLS E MINDSET COMERCIAL	240
	3 641

Tróia Operações	**Nº de Horas [h]**
ANGARIAR PARA VENDER	35
ATUALIZAÇÃO EM SEGURANÇA BÁSICA	48
CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT	2
CYBERSECURITY	17
EVENTO DE TEAM BUILDING – JUMP	6
FORMAÇÃO CONDOMÍNIOS	20
GESTAO DE TURISMO_2º ANO_1º SEMESTRE	66
GESTÃO DO RISCO	2
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS	8
GESTÃO EMOCIONAL	4
INFRASPEAK – FORMAÇÃO DIRECT	455
INFRASPEAK – PERFIL GESTOR	2
INFRASPEAK – PERFIL TÉCNICOS	16
INFRASPEAK – RELATORIOS E ANALISES	5
INGLÊS	10
INOV ESTRATÉGICA E INTELIGÊNCIA COMPETIT	2
IOW :: PROCESS MAPPING BASICS	8
IOW DAILY :: KEY CONCEPTS	8

	Nº de Horas [h]
IOW DAILY: BASIC ELEMENTS FOR A GOOD TEAM MANAGEMENT	6
IOW DAILY: BASIC TOOLS	8
IOW DAILY: PROCESS CONFIRMATION	3
IOW DAILY: TEAM PROBLEM SOLVING	4
LEGIONELLA	24
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	72
MANUSEAMENTO DO INFRASPEAK	24
MIND4TIME – OPTEAM ENERGY	4
O VIRTUAL É O NOVO REAL	2
PLAN ACOLHIM GESTOR CONDOMINIO	37
PLANO ACOLHMENTO E INTEGRAÇÃO MARINHEIRO	94
PLANO DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	765
PLANO DE ACOLHIMENTO_CHEFE DEPARTAMENTO MANUTENÇÃO	50
PROGRAMA GESTÃO INICIAL	40
REFRESH PLANO DE CONTINGÊNCIA | COVID-19	28
REUNIÕES VIRTUAIS EFICAZES COM TEAMS	8
REVENUE MANAGEMENT	2
SEMINARIOS APHORT	4
SEMINARIOS HIGH PLAY	1
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	1
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL / ACOLHIMENTO AMBIENTAL E SST	5
SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL E SST	2
SENSIBILIZAÇÃO COVID-19 | REGRESSO	4
SENSIBILIZAÇÃO COVID-19 | PLANO CONTINGÊNCIA E PROTOCOLO	138
SENSIBILIZAÇÃO/ACOLHIMENTO AMB. TROIA	120
SISTEMA DE REGA	4

	Nº de Horas [h]
TECNICAS RECRUTAMENTO AVANCADO| LINKEDIN	21
TURISMO NAUTICO EM PORTUGAL	3
WEBINAR TURISMO DE LUXO	2
WEBINAR: O DIREITO A FÉRIAS	2
WHAT MAKES AN EFFECTIVE TEAM	3
	2 192
Número total de horas de formação	**39 332**

404 – 3: Percentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira	**2020**	**2021**
	92%	93%

Nota: Apenas os colaboradores com pelo menos seis meses de antiguidade são alvo do processo de avaliação de desmpenho.

GRI 405 – Diversidade e Igualdade de Oportunidade				
405 – 1: Diversidade dos órgãos de *governance* e dos colaboradores				
2021				
Colaboradores	**Faixa etária**	**Masculino**	**Feminimo**	**Total**
Top Executives	< 30 anos	0	0	0
	Dos 30 aos 50 anos	4	0	4
	≥ 50 anos	0	0	0
	Total	**4**	**0**	**4**
Top Executives [%]	< 30 anos	0%	-	0%
	Dos 30 aos 50 anos	100%	-	100%
	≥ 50 anos	0%	-	0%
	Total	**100%**	**-**	**100%**

	Faixa etária	Masculino	Feminimo	Total
Management & Senior Management	< 30 anos	0	1	1
	Dos 30 aos 50 anos	45	23	68
	≥ 50 anos	17	1	18
	Total	**62**	**25**	**87**
Management & Senior Management [%]	< 30 anos	0%	4%	1%
	Dos 30 aos 50 anos	73%	92%	78%
	≥ 50 anos	27%	4%	21%
	Total	**100%**	**100%**	**100%**
Middle Management	< 30 anos	6	2	8
	Dos 30 aos 50 anos	53	23	76
	≥ 50 anos	10	7	17
	Total	**69**	**32**	**101**
Middle Management [%]	< 30 anos	9%	6%	8%
	Dos 30 aos 50 anos	77%	72%	75%
	≥ 50 anos	14%	22%	17%
	Total	**100%**	**100%**	**100%**
Technicians/highly specialized technicians	< 30 anos	111	132	243
	Dos 30 aos 50 anos	223	172	395
	≥ 50 anos	52	16	68
	Total	**386**	**320**	**706**
Technicians/highly specialized technicians [%]	< 30 anos	29%	41%	34%
	Dos 30 aos 50 anos	58%	54%	56%
	≥ 50 anos	13%	5%	10%
	Total	**100%**	**100%**	**100%**

	Faixa etária	Masculino	Feminimo	Total
Representatives	< 30 anos	72	85	157
	Dos 30 aos 50 anos	104	100	204
	≥ 50 anos	63	44	107
	Total	**239**	**229**	**468**
Representatives [%]	< 30 anos	30%	37%	34%
	Dos 30 aos 50 anos	44%	44%	44%
	≥ 50 anos	26%	19%	23%
	Total	**100%**	**100%**	**100%**
2021				
Órgãos de Governance	**Faixa etária**	**Masculino**	**Feminimo**	**Total**
Órgãos de Governance	< 30 anos	0	0	0
	Dos 30 aos 50 anos	1	2	3
	≥ 50 anos	6	2	8
	Total	**7**	**4**	**11**
Órgãos de Governance [%]	< 30 anos	0%	0%	0%
	Dos 30 aos 50 anos	14%	50%	27%
	≥ 50 anos	86%	50%	73%
	Total	**100%**	**100%**	**100%**
2020				
Colaboradores	**Faixa etária**	**Masculino**	**Feminimo**	**Total**
Top Executives	< 30 anos	0	0	0
	Dos 30 aos 50 anos	4	0	4
	≥ 50 anos	0	0	0
	Total	**4**	**0**	**4**

	Faixa etária	Masculino	Feminimo	Total
Top Executives [%]	< 30 anos	0%	-	0%
	Dos 30 aos 50 anos	100%	-	100%
	≥ 50 anos	0%	-	0%
	Total	**100%**	**-**	**100%**
Management & Senior Management	< 30 anos	0	1	1
	Dos 30 aos 50 anos	38	21	59
	≥ 50 anos	16	1	17
	Total	**54**	**23**	**77**
Management & Senior Management [%]	< 30 anos	0%	4%	1%
	Dos 30 aos 50 anos	70%	91%	77%
	≥ 50 anos	30%	4%	22%
	Total	**100%**	**100%**	**100%**
Middle Management	< 30 anos	3	1	4
	Dos 30 aos 50 anos	64	23	87
	≥ 50 anos	12	7	19
	Total	**79**	**31**	**110**
Middle Management [%]	< 30 anos	4%	3%	4%
	Dos 30 aos 50 anos	81%	74%	79%
	≥ 50 anos	15%	23%	17%
	Total	**100%**	**100%**	**100%**
Technicians/highly specialized technicians	< 30 anos	94	107	201
	Dos 30 aos 50 anos	210	191	401
	≥ 50 anos	53	17	70
	Total	**357**	**315**	**672**

	Faixa etária	Masculino	Feminimo	Total
Technicians/highly specialized technicians [%]	< 30 anos	26%	34%	30%
	Dos 30 aos 50 anos	59%	61%	60%
	≥ 50 anos	15%	5%	10%
	Total	**100%**	**100%**	**100%**
Representatives	< 30 anos	35	54	89
	Dos 30 aos 50 anos	94	64	158
	≥ 50 anos	65	27	92
	Total	**194**	**145**	**339**
Representatives [%]	< 30 anos	18%	37%	26%
	Dos 30 aos 50 anos	48%	44%	47%
	≥ 50 anos	34%	19%	27%
	Total	**100%**	**100%**	**100%**
2020				
Órgãos de Governance	**Faixa etária**	**Masculino**	**Feminimo**	**Total**
Órgãos de Governance	< 30 anos	0	0	0
	Dos 30 aos 50 anos	1	2	3
	≥ 50 anos	10	4	14
	Total	**11**	**6**	**17**
Órgãos de Governance [%]	< 30 anos	0%	0%	0%
	Dos 30 aos 50 anos	9%	33%	18%
	≥ 50 anos	91%	67%	82%
	Total	**100%**	**100%**	**100%**

405 – 2: Rácio do salário e remuneração entre feminino e masculino, discriminado por categoria profissional e unidades operacionais relevantes		
Rácio do salário base médio por categoria profissional	**2020**	**2021**
Top Executives	-	-
Management & Senior Management	0,78	0,96
Middle Management	0,75	0,81
Technicians/highly specialized technicians	0,77	0,86
Representatives	0,83	0,86
Rácio da remuneração média por categoria profissional	**2020**	**2021**
Top Executives	-	-
Management & Senior Management	0,83	0,83
Middle Management	0,81	0,79
Technicians/highly specialized technicians	0,80	0,82
Representatives	0,73	0,65

Nota: No segmento Top Executives, a amostra não possui dimensão suficiente para serem apresentados dados com leitura.

GRI 406 – Não discriminação

406 – 1: Casos de discriminação e medidas tomadas

Não se verificaram casos de descriminação.

GRI 407 – Liberdade de Associação e Negociação Colectiva

407 – 1: Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação colectiva pode estar em risco

Não foram identificadas operações ou fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação colectiva pudesse estar em risco.

GRI 408 – Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil
408 – 1: Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil
Na Sonae Capital, por regra, não se admitem menores de idade. Só excepcionalmente se admitem menores, entre os 16 e 18 anos de idade, e sempre em cumprimento da lei. A Sonae Capital adoptou um Código de Conduta para Fornecedores, que elenca um conjunto de princípios de Sustentabilidade, Ética, Justiça e Honestidade, que deverão ser cumpridos por todos os Fornecedores do Grupo. O trabalho infantil e qualquer forma de exploração infantil são proibidos. Qualquer fornecedor da Sonae Capital deverá comprometer-se a cumprir toda a legislação aplicável ao trabalho infantil e a manter registos que comprovem a data de nascimento de cada colaborador.
GRI 409 – Trabalho forçado ou análogo ao escravo
409 – 1: Operações e fornecedores com risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo
Na Sonae Capital não existe qualquer trabalho forçado. A Sonae Capital adoptou um Código de Conduta para Fornecedores, que elenca um conjunto de princípios de Sustentabilidade, Ética, Justiça e Honestidade, que deverão ser cumpridos por todos os Fornecedores do Grupo. Os fornecedores da Sonae Capital não podem utilizar qualquer tipo de trabalho escravo ou forçado, bem como actividades que envolvam tráfico de seres humanos, nomeadamente o transporte, recrutamento, transferência ou recebimento de pessoas por meio de ameaças ou fraude.
GRI 412 – Avaliação em Direitos Humanos
412 – 1: Operações submetidas a avaliações de Direitos Humanos ou avaliações de impacto
Não foram identificadas operações que carecessem de tal avaliação.
GRI 413 – Comunidades Locais
413 – 1: Operações com programas implementados de envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local
3 – Desempenho social – Desigualdades e desenvolvimento inclusivo – Apoio à comunidade

Factores de Emissão

Energia	Unidade	Fatores de Conversão [2020]	Fatores de Conversão [2021]	Fonte
Gás Natural	PCI [GJ/Nm³]	0,03844	0,03844	Agência Portuguesa do Ambiente [APA] [2013] [http://www.apambiente.pt/_zdata/DPAAC/CELE/tabela_PCI_FE_FO_2013.pdf]
Gás Propano [GPL]	PCI [GJ/ton]	46	46	APA [2017] Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2015
Gasóleo	PCI [GJ/ton]	42,6	42,6	APA [2017] Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2015
	Densidade [ton/l]	0,000837	0,000837	APA [2014] http://www.apambiente.pt/_zdata/DPAAC/CELE/tabela_densidades_combustiveis_2013.pdf
Gasolina	PCI [GJ/ton]	44	44	APA [2017] Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2015
	Densidade [ton/l]	0,0007475	0,0007475	Decreto-Lei nº 142/2010, de 31 de dezembro
Eletricidade	[GJ/MWh]	3,6	3,6	–
Entalpia	[GJ/MWh]	3,6	3,6	–
Frio	[GJ/MWh]	3,6	3,6	–

Energia	Unidade	Fator de Conversão [2020]	Fator de Conversão [2021]	Fonte
Gás Natural	[kg CO_2/GJ]	56,4	56,4	2020: APA [2020] Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2018 [p.119] 2021: APA [2021] Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2019 [p.116]
Gás Propano	[kg CO_2/GJ]	63,1	63,1	
Gasóleo	[kg CO_2/GJ]	74,1	74,1	
Gasolina	[kg CO_2/GJ]	69,3	69,3	
Eletricidade – Location Based	[kg CO_2/GJ]	78,2	35,8	2020: International Energy Agency [2015]. CO_2 Emissions from Fuel Combustion, 2015 Edition. 2021: https://www.apren.pt/contents/publicationsreportcarditems/boletim-renovaveis-dezembro-2021.pdf.
Eletricidade – Market Based	[kg CO_2/GJ]	56,1	80,8	2020: Média do factor de emissão do fornecedor de electricidade, tal como indicado nas facturas, actualizado de forma trimestral. 2021: Média do factor de emissão do fornecedor de electricidade, tal como indicado nas facturas, actualizado de forma mensal.
Entalpia – Location Based	[kg CO_2/kWh]	0,1726	0,1726	DEFRA 2020
Entalpia – Market Based	[kg CO_2/kWh]	0,0060	0,0060	O fator de conversão de energia primária para emissões de CO_2 a aplicar quando o fornecimento de energia térmica é realizado através da rede urbana de frio e calor da CLIMAESPAÇO é de 0,006 kgCO_2/kWh. https://www.sce.pt/wp-content/uploads/2019/11/Perguntas_e_respostas_SCE-V4.Out_.2019.pdf
Frio – Location Based	[kg CO_2/kWh]	0,1726	0,1726	DEFRA 2020
Frio – Market Based	[kg CO_2/kWh]	0,0060	0,0060	O fator de conversão de energia primária para emissões de CO_2 a aplicar quando o fornecimento de energia térmica é realizado através da rede urbana de frio e calor da CLIMAESPAÇO é de 0,006 kgCO_2/kWh. https://www.sce.pt/wp-content/uploads/2019/11/Perguntas_e_respostas_SCE-V4.Out_.2019.pdf

Factores de Emissão				
Energia	**Unit**	**NOx**	**SO2**	**Fonte**
Gasóleo	kg/GJ	0,8	0,21	IPCC 2006
Gasolina	kg/GJ	0,600	0,075	IPCC 2006



Nuno Tavares
Energia

06 Considerações Finais

01 A Sonae Capital
02 Desempenho Ambiental
03 Desempenho Social
04 Desempenho Societário
05 GRI, Global Reporting Initiative

O Conselho de Administração agradece a todos os *stakeholders* da Sonae Capital o apoio e confiança demonstrada ao longo de todo o ano, salientando a cooperação e acompanhamento por parte do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas.

Aos nossos colaboradores, agradecemos o sentido de compromisso, o seu inequívoco contributo e o esforço partilhado na prossecução das metas traçadas.

Reafirmamos que continuamos a acreditar estarem cada vez mais firmes as bases para o crescimento sólido da Sonae Capital, acreditando no sucesso e sustentabilidade da estratégia definida.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo,
Presidente do Conselho de Administração

Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata,
Presidente da Comissão Executiva, CEO

Ivone Pinho Teixeira,
Membro da Comissão Executiva, CFO

Pedro Manuel Bruno,
Membro da Comissão Executiva

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo,
Membro do Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério,
Membro do Conselho de Administração

Carlos Moreira da Silva,
Membro do Conselho de Administração



Cristiano Duarte
Engenharia Industrial

07 Anexos

01 A Sonae Capital
02 Desempenho Ambiental
03 Desempenho Social
04 Desempenho Societário
05 GRI, Global Reporting Initiative

7.1 TCFD, *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*

A TCFD é uma iniciativa que visa desenvolver e fornecer orientação às organizações para que estas divulguem os riscos e oportunidades relacionados com o clima de forma consistente e transparente. O seu objectivo é de que as empresas estejam mais capacitadas para integrar os riscos e oportunidades relacionados com o clima, quer na gestão de risco, quer no ciclo de planeamento estratégico. Ao fazê-lo, o nível de conhecimento acerca das implicações associadas às alterações climáticas será substancialmente superior, permitindo decisões informadas e canalizando o investimento para produtos, serviços e modelos de negócios sustentáveis e resilientes.

Este é o primeiro ano em que reportamos em linha com a TCFD, com o objectivo de apresentar de forma sistemática os impactos das alterações climáticas nos negócios da Sonae Capital. Para além deste relatório e da gestão recorrente do Risco Reputacional, Falha na mitigação e adaptação às alterações climáticas, o Grupo Consultivo de Gestão de Risco tem vindo a liderar e acompanhar um projecto que visa identificar e avaliar, nas empresas do Grupo Efanor, os Riscos e Oprtunidades associados às Alterações Climáticas.

Tal como recomendado pela TCFD, estruturamos o reporte de informação em quatro áreas: modelo de governo, estratégia, processo de gestão de risco e métricas e objectivos.

Modelo de Governo

O Conselho de Administração é o responsável máximo pelo processo de Gestão de Risco, no qual se incluem os Riscos e Oportunidades relacionados com o clima.

O Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital co-supervisiona o Grupo Consultivo de Sustentabilidade, no qual foram definidos cinco eixos de acção estratégicos, um dos quais CO_2 e Alterações Climáticas. O Grupo Consultivo de Sustentabilidade tem feito um acompanhamento regular dos progressos de cada empresa do Grupo nos *Roadmaps* de redução de emissões, com vista a atingir as metas a que se propuseram.

O Grupo Consultivo de Gestão de Risco supervisiona o exercício de avaliação de Riscos e Oportunidades associados às Alterações Climáticas, em cada uma das empresas do Grupo.

Estratégia

Ao longo de 2021, foi realizada uma avaliação dos riscos climáticos por cada uma das empresas da Sonae Capital, de acordo com a seguinte categorização:

RISCOS TRANSITÓRIOS

A transição para uma economia de baixo carbono implica alterações nas políticas e regulação, na tecnologia e nos mercados para atender aos requisitos de mitigação e adaptação relacionados com as Alterações Climáticas.

CATEGORIZAÇÃO

- Riscos Políticos e Legais
- Riscos Tecnológicos
- Riscos de Mercado
- Riscos Reputacionais

RISCOS FÍSICOS

Os riscos Físicos resultantes das Alterações Climáticas podem ser derivados por eventos específicos [agudos] ou por alterações a longo prazo [crónicas] nos parâmetros físicos do clima.

CATEGORIZAÇÃO

- Riscos Agudos
- Riscos Crónicos

A análise efectuada passou por uma avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do grau de impacto nos objectivos de negócio e probabilidade de ocorrência. Em resumo, enfrentamos potenciais riscos físicos decorrentes dos efeitos das alterações climáticas, incluindo riscos físicos decorrentes de condições climáticas extremas e do aumento médio da temperatura, assim como potenciais riscos transitórios, decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono, incluindo mudanças nas preferências dos consumidores e alterações nas políticas e regulação. Ao longo de 2022, será efectuado um exercício análogo para as Oportunidades.

O próximo passo será estimar o potencial impacto financeiro da materialização destes riscos, recorrendo a uma análise de cenários. A análise, já em curso, avalia os impactos financeiros actuais e futuros, nos anos de 2030 e 2050, em dois cenários climáticos, de acordo com as boas práticas e em linha com as recomendações do TCFD: IPCC RCP 2,6 e IPCC RCP 8,5.

- **IPCC RCP 2,6:** único cenário do IPCC em conformidade com o objetivo declarado de limite de 2°C/1,5°C do Acordo de Paris. Esse RCP é consistente com a redução ambiciosa das emissões de GEE, que atingem o pico em meados de 2020, depois diminuem de forma linear e tornam-se negativas antes de 2100.
- **IPCC RCP 8,5**: Cenário de altas emissões, consistente com um futuro sem mudanças nas políticas públicas para reduzir emissões e caracterizado pelo aumento das emissões de GEE, que levam a altas concentrações atmosféricas de GEE.

Estes cenários facilitam a compreensão dos impactos climáticos em duas circunstâncias muito distintas: o primeiro, consistente com a redução ambiciosa de emissões de GEE, no qual os riscos de Transição são mais significativos e o segundo, consistente com um futuro sem mudanças nas políticas de redução de emissões, no qual os riscos Físicos são muito elevados.

Processo de Gestão de Risco

A Sonae Capital adopta a *Enterprise Wide Risk Management* [EWRM], uma estrutura abrangente que apoia e integra a gestão de riscos em todo o portefólio e avalia todos os riscos, tanto ao nível da *holding*, quanto ao nível das Unidades de Negócio. Como parte dessa estrutura, as nossas políticas e processos de gestão de risco são regularmente revistas e ajustadas. Este processo é despoletado anualmente e ocorre a par do exercício de ciclo de planeamento estratégico.

Mais informação sobre este processo é divulgada no capítulo 4. Desempenho Societário [Controlo interno e gestão de riscos].

Métricas e Objectivos

Empenhados em contribuir para uma descarbonização efectiva, definimos objectivos de redução das emissões de GEE, de âmbito 1 e de âmbito 2, de acordo com a metodologia da *Science Based Target Initiative*, de acordo com o objectivo global de limitar o aumento médio da temperatura em 1,5°C. Fruto desse exercício, assumimos um compromisso de redução até 2030, face ao registado em 2018: reduzir as emissões específicas de âmbito 1 em 31% [na Capwatt, em toneladas equivalentes de CO_2, por MWh de energia produzida] e as emissões consolidadas de âmbito 2 em 100%.

Em paralelo, a Sonae Capital tem como compromisso atingir a neutralidade carbónica em 2040. Este compromisso exclui a componente de emissões de âmbito 1 decorrente da operação de cogeração da Capwatt, onde estamos a actuar no sentido de aumentar a eficiência, entre outras medidas de inovação tecnológica. Apesar do *Roadmap* prever a neutralidade das emissões de âmbito 2 em 2030, o plano estabelecido permite-nos atingir a neutralidade carbónica já em 2025.

Por fim, cada uma das Unidades de Negócio está a progredir no levantamento das suas emissões de âmbito 3, com o objectivo de estabelecer metas de redução.

A tabela abaixo descreve a evolução da Sonae Capital nas emissões de GEE:

	2020	2021
Emissões Absolutas		
Emissões Âmbito 1 [t CO_2e]	187.047	475.244
Emissões Âmbito 2 [t CO_2e]	3.925	6.539
Emissões Relativas		
Emissões Âmbito 1 [t CO_2e/MWh produzido]	0,214	0,222
Emissões Âmbito 2 [t CO_2e/m²]	0,010	0,020

As emissões de âmbito 1 aumentaram de forma significativa face a 2020, em virtude da aquisição, pela Capwatt, de seis centrais de cogeração com uma capacidade global instalada de 88 MW, no final de 2020. De destacar que o consumo de gás natural associado à operação de cogeração da Capwatt representa, em 2021, cerca de 99% das emissões totais da Sonae Capital.

Estas centrais, nas regiões nas regiões da Catalunha, Aragon e Castilla y Leon, em Espanha, actuam no tratamento de resíduos provenientes de suiniculturas, desempenhando uma importante função ambiental. Todas as cogerações laboram em exclusivo com gás natural, sendo a energia térmica produzida consumida, na totalidade, no tratamento dos resíduos. Os activos adquiridos possuem uma capacidade global instalada de 88 MW, correspondente a aproximadamente 24% da capacidade de cogeração instalada em Espanha no sector do tratamento de resíduos provenientes de suiniculturas.

As emissões relativas de âmbito 1 situaram-se em 0,222 t CO_2e/MWh produzido, ligeiramente acima do objectivo de redução estabelecido no âmbito do *Roadmap*.

As emissões de âmbito 2 aumentaram 66% face a 2020. Esta evolução deveu-se à combinação de um maior consumo de energia em 2021 [em parte, porque o ano de 2020 foi abaixo do esperado dada a redução de actividade no contexto da pandemia Covid-19] e de um aumento do factor de emissão em 2021. Quanto às emissões relativas de âmbito 2, estas permaneceram em 0,020 t CO_2e/m²], também ligeiramente acima do objectivo de redução estabelecido no âmbito do *Roadmap*.

Próximos passos

Tal como indicado, ao longo do próximo ano iremos consolidar o trabalho descrito acima, quer na avaliação de riscos, quer na avaliação de oportunidades, e avançar na quantificação do respectivo impacto financeiro.

DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
ACTIVO NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis	10	207 538 091	265 962 490
Activos detidos para uso	10	99 600 590	78 172 032
Activos intangíveis	11	8 838 043	20 436 417
Goodwill	12	61 427 093	61 680 212
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	6	1 637 777	1 586 147
Outros activos financeiros	7	507 521	488 911
Activos por impostos diferidos	19	27 752 898	26 547 041
Outras dívidas de terceiros	13	1 672 671	1 768 489
Total de activos não correntes		**408 974 684**	**456 641 739**
ACTIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	48 748 967	46 370 611
Clientes	15	31 485 274	44 413 095
Outras dívidas de terceiros	16	5 524 040	6 777 695
Imposto sobre o rendimento a receber	17	3 125 727	2 042 264
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	17	9 047 655	10 740 431
Outros activos correntes	18	11 139 443	13 375 822
Instrumentos financeiros	24	87 480 829	12 543 921
Caixa e equivalentes de caixa	20	100 528 352	43 413 607
Total de activos correntes		**297 080 287**	**179 677 446**
Activos detidos para venda		**-**	**94 563**
TOTAL DO ACTIVO	47	**706 054 971**	**636 413 747**

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	21	250 000 000	250 000 000
Acções próprias	21	(1 021 930)	(1 021 930)
Prestações suplementares	21	50 000 000	-
Reservas	21	(126 076 305)	(36 143 816)
Resultados transitados		(19 363 509)	3 781 885
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		(5 891 072)	(37 911 670)
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		147 647 184	178 704 469
Interesses que não controlam	22	677 107	1 493 975
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		**148 324 290**	**180 198 443**
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de longo prazo	23	90 795 850	15 985 733
Empréstimos obrigacionistas	23	90 723 281	55 142 600
Passivos da locação	32	99 769 502	76 892 276
Outros empréstimos	23	2 000 000	-
Outras dívidas a terceiros não correntes	25	10 930 410	6 898 825
Passivos por impostos diferidos	19	14 673 296	12 456 008
Provisões	30	5 478 624	5 535 094
Total de passivos não correntes		**314 370 963**	**172 910 536**
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	23	51 723 770	122 709 900
Empréstimos obrigacionistas	23	4 650 000	17 000 000
Passivos da locação	32	10 956 858	10 336 568
Outros empréstimos	23	713 847	146 132
Instrumentos financeiros	24	48 593 339	11 927 984
Fornecedores	27	27 745 153	18 651 125
Outras dívidas a terceiros	28	58 160 879	45 504 377
Imposto sobre o rendimento a pagar	17	2 485 339	802 675
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	17	6 116 552	6 160 925
Outros passivos correntes	29	29 380 721	47 141 835
Provisões	30	2 833 259	2 831 623
Total de passivos correntes		**243 359 718**	**283 213 145**
Passivos associados a activos detidos para venda		**-**	**91 624**
TOTAL DO PASSIVO		**557 730 681**	**456 215 305**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		**706 054 971**	**636 413 747**

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Vendas	33	475 907 394	233 345 045
Prestações de serviços	33	46 127 835	45 440 285
Outros rendimentos e ganhos	34	53 929 905	8 368 600
Custo das vendas	14	(381 422 954)	(190 698 261)
Variação da produção	35	(7 585 759)	(1 937 113)
Fornecimentos e serviços externos	36	(49 379 905)	(37 452 505)
Gastos com o pessoal	37	(37 236 863)	(33 954 284)
Amortizações e depreciações	10 & 11	(37 446 704)	(34 646 188)
Provisões e Perdas por imparidade de activos não financeiros (Aumentos)/Diminuições	30	2 077 440	1 414 606
Perdas por imparidade de activos financeiros (Aumentos)/Diminuições	30	(15 888 182)	(592 152)
Outros gastos e perdas	38	(40 012 149)	(10 224 653)
Resultados operacionais		**9 070 058**	**(20 936 620)**
Rendimentos e ganhos financeiros	39	88 004	1 885 043
Gastos e perdas financeiras	39	(11 825 701)	(8 190 585)
Resultados Financeiros		**(11 737 698)**	**(6 305 542)**
Resultados relativos a empresas associadas e conjuntamente controladas	6	**150 131**	**130 154**
Resultados relativos a investimentos	40	**(614 020)**	**(8 780 120)**
Resultado antes de impostos		**(3 131 530)**	**(35 892 129)**
Imposto sobre o rendimento	41	2 574 982	929 419
Resultado consolidado do exercício - operações continuadas		**(5 706 511)**	**(36 821 548)**
Resultado consolidado do exercício - operações descontinuadas		**(9 312)**	**(118 814)**
Resultado consolidado do exercício	42	**(5 715 823)**	**(36 940 362)**
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa-Mãe		(5 891 072)	(37 911 670)
Interesses que não controlam	22	175 249	971 308
Resultados por acção - operações continuadas			
Básico	44	(0,02383)	(0,15321)
Diluído	44	(0,02383)	(0,15321)
Resultados por acção - operações descontinuadas			
Básico	44	(0,00004)	(0,00048)
Diluído	44	(0,00004)	(0,00048)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Resultado líquido consolidado do período	**(5 715 823)**	**(36 940 362)**
Rubricas que posteriormente poderão ser reclassificados para Resultado Líquido:		
Variação nas reservas de conversão cambial	12 145	16 160
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	(103 873)	
Imposto relativo às componentes do Outro rendimento integral		
Outro rendimento integral do período - operações continuadas	-	-
Outro rendimento integral do período - operações descontinuadas	**(91 728)**	**16 160**
Total rendimento integral consolidado do período	(5 807 551)	(36 924 202)
Atribuível a:		
Accionistas da Empresa-Mãe	(5 982 800)	(37 895 510)
Interesses sem controlo	175 249	971 308

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADOS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Atribuível aos Accionistas da Sonae Capital											
	Capital Social	Acções próprias	Prestações suplementares	Reserva de cisão (Nota 15)	Reservas de conversão	Outras reservas	Subtotal reservas	resultados transitados	Resultado líquido	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	**250 000 000**	**(1 105 573)**	**-**	**132 638 253**	**145 508**	**(156 084 399)**	**(23 300 640)**	**3 781 885**	**(13 581 680)**	**215 793 992**	**2 184 277**	**217 978 269**
Total rendimento integral consolidado do período	-	-	-	-	16 160	-	16 160	-	(37 911 670)	(37 895 510)	971 308	(36 924 202)
Aplicação do resultado liquido de 2019:												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	(13 581 680)	(13 581 680)	-	13 581 680	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 042 737)	(1 042 737)
(Aquisição) / Alienação de acções próprias	-	83 642	-	-	-	-	-	-	-	83 642	-	83 642
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	526 538	526 538	-	-	526 538	(626 538)	(100 000)
Aplicação IFRS16	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	195 804	195 804	-	-	195 804	7 664	203 468
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**250 000 000**	**(1 021 930)**	**-**	**132 638 253**	**161 668**	**(168 943 737)**	**(36 143 818)**	**3 781 885**	**(37 911 670)**	**178 704 469**	**1 493 975**	**180 198 444**
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	**250 000 000**	**(1 021 930)**	**-**	**132 638 253**	**161 668**	**(168 943 737)**	**(36 143 818)**	**3 781 885**	**(37 911 670)**	**178 704 469**	**1 493 975**	**180 198 444**
Total rendimento integral consolidado do período	-	-	-	-	12 145	(103 873)	(91 728)	-	(5 891 072)	(5 982 800)	175 249	(5 807 551)
Aplicação do resultado liquido de 2020:										-		
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	(14 766 276)	(14 766 276)	(23 145 394)	37 911 670	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(25 000 000)	(25 000 000)	-	-	(25 000 000)	(960 032)	(25 960 032)
Distribuição reservas livres						(50 000 000)	(50 000 000)			(50 000 000)		(50 000 000)
Prestações suplementares	-	-	50 000 000	-	-	-	-	-	-	50 000 000	-	50 000 000
(Aquisição) / Alienação de acções próprias	-			-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Aplicação IFRS16	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-		(74 484)	(74 484)		-	(74 484)	(32 085)	(106 569)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**250 000 000**	**(1 021 930)**	**50 000 000**	**132 638 253**	**173 813**	**(258 888 371)**	**(126 076 305)**	**(19 363 509)**	**(5 891 072)**	**147 647 184**	**677 107**	**148 324 290**

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		529 196 190	305 833 387
Pagamentos a fornecedores		(495 033 126)	(259 736 036)
Pagamentos ao pessoal		(36 179 079)	(34 747 848)
Fluxos gerados pelas operações		(2 016 015)	11 349 503
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(1 708 005)	(584 277)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(18 913 638)	4 744 136
Actividades descontinuadas		**-**	**(36 971)**
Fluxos das actividades operacionais (1)		**(22 637 658)**	**15 546 333**
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	45	2 553 553	8 859 756
Activos fixos tangíveis		80 934 731	29 326 208
Activos fixos intangíveis		1 781	-
Juros e proveitos similares		45 772	508 319
Dividendos		98 508	211 466
Outros		3 486	-
		83 637 831	38 905 749
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	45	(7 393 617)	(61 921 002)
Activos fixos tangíveis		(25 001 160)	(20 889 388)
Activos intangíveis		(712 116)	(644 455)
		(33 106 893)	(83 454 845)
Fluxos das actividades de investimento (2)		**50 530 938**	**(44 549 096)**
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	23	97 192 040	103 614 267
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		50 000 000	33 673
Venda de acções próprias		-	183 672
Variações de empréstimos obtidos		30 714 394	
		177 906 434	103 831 612
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	23	(68 959 383)	(33 417 906)
Juros e custos similares		(5 797 292)	(4 434 139)
Reduções de capital e prestações suplementares		-	(160)
Dividendos		(76 066 440)	(1 051 013)
Outros		(71 572)	(2 319 692)
		(150 894 687)	(41 222 910)
Actividades descontinuadas			**98 213**
Fluxos das actividades de financiamento (3)		**27 011 747**	**62 510 489**
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**54 905 027**	**33 507 726**
Variação de perímetro		-	**2 336 473**
Efeito das diferenças de câmbio		(17 953)	17 947
Caixa e seus equivalentes no início do período	20	43 413 607	7 587 355
Caixa e seus equivalentes no fim do período	20	98 336 587	43 413 607

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE CAPITAL, SGPS, SA («Empresa», «Grupo» ou «Sonae Capital») tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 5 a 7 («Grupo Sonae Capital») e foi constituída por escritura pública de 14 de Dezembro de 2007 em resultado do destaque da participação da SC, SGPS, SA (anteriormente denominada Sonae Capital, SGPS, SA) através de cisão simples da Sonae, SGPS, SA, cujo projecto foi aprovado pelo Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA em 8 de Novembro de 2007 e pela Assembleia Geral de 14 de Dezembro de 2007.

Reflectindo a actual estrutura de gestão, os segmentos de reporte, replicam as áreas de negócio estratégicas identificadas no Grupo:

- Troia Resort Operações
- Hotelaria
- Fitness
- Energia
- Engenharia Industrial
- Activos Imobiliários
- Holding & Outros

Os activos não estratégicos são para efeitos de reporte incluídos no segmento «Holding & Outros».

Os valores mobiliários da Sonae Capital eram transacionados na Lisbon Euronext Stock Exchange até à data de 20 de Novembro de 2020, nesta data foi deliberada pela CMVM deferir, com efeitos a esta data, o pedido de perda da qualidade de sociedade aberta da Sonae Capital, SGPS, S.A., requerido pela Efanor Investimentos, SGPS, S.A. Neste momento a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. é a única acionista.

Os accionistas têm capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS» – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – «IAS») emitidas pelo «International Accounting Standards Board» («IASB») e Interpretações emitidas por IFRS Interpretation Committee («IFRIC») ou pelo anterior «Standing Interpretations Committee» («SIC») adotadas pela União Europeia, em vigor em 1 de Janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das suas subsidiárias, ajustadas no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações Na preparação das demonstrações financeira, o Grupo seguiu a convenção do custo histórico modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) activos financeiros ao justo valor através de resultados e ii) activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de activos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2021:

Descrição	Alteração	Data efetiva
• IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021
• IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência ("IBOR"), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados. Exigência de divulgação acerca da exposição à alteração das taxas de juro de referência	1 de janeiro de 2021

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2022, já endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva
• IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
• IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
•		
• IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022

• IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
• IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária	1 de janeiro de 2023
• IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações	1 de janeiro de 2023
• Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não se estima impactos nas demonstrações financeiras relativos às alterações apresentadas para 1 de janeiro de 2021.

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2022, ainda não endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data efetiva
• IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de "liquidação" de um passivo	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas	1 de janeiro de 2023
• IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
• IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
• IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do poder exercido sobre a Entidade. (definição de controlo utilizada pelo Grupo) foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros

nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica Interesses que não controlam. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

O rendimento integral e as restantes rubricas de capitais próprios são atribuídas aos detentores de interesses que não controlam mesmo que essas rubricas assumam valores negativos.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados quando ocorrem em resultados do exercício.

Os activos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, podendo tal mensuração ser concluída num prazo de 12 meses após a data de aquisição. Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do goodwill ou badwill. Qualquer excesso do preço de aquisição da participação acrescido do valor de interesses que não controlam face ao justo valor dos activos e passivos adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c). Caso o diferencial entre o custo de aquisição acrescido do valor de interesses que não controlam e o justo valor de activos, passivos e passivos contingentes adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos adquiridos. Os interesses que não controlam são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas/vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, consoante o caso.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas consideradas como um indicador de imparidade para o activo transferido.

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo excluídas da consolidação são apresentados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade (Nota 6).

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 5.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em outros instrumentos de Capital próprio.

Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas nas quais o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da participada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor do investimento financeiro (Nota 2.2.c). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do exercício na rubrica Resultados relativos a empresas associadas, após reconfirmação do justo valor atribuído aos activos líquidos adquiridos.

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir, sempre que a participação financeira inclua goodwill e/ou empréstimos/financiamentos implícitos. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada, excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a participada, ou caso em que tenha feito pagamentos a favor das participadas, registando o Grupo perdas adicionais.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada ou no empreendimento conjunto por contrapartida do investimento nessa mesma associada ou empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 6.

As políticas contabilísticas das associadas e dos empreendimentos conjuntos são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Grupo.

Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empreendimentos conjuntos e associadas e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, foram registadas na rubrica Goodwill (Nota 12) ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos (Nota 6).

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição encontram-se registadas na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. Para efeitos da realização dos testes de imparidade, o Goodwill é alocado às unidades geradoras de caixa a que pertence, correspondendo estas ao menor Grupo de activos identificável que gera fluxos de caixa independentes entre si. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão do Grupo ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade de Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o goodwill, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do Goodwill às

novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo, das novas unidades geradores de caixa que resultam da reorganização.

Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação da Sonae Capital.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio da data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de Gastos e perdas financeiros e Rendimentos e ganhos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas, para todos os outros saldos/transações.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluindo o valor de Goodwill são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados transitados.

O valor de Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira que se qualifica como uma subsidiária é alienada na sua totalidade, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação. Caso a subsidiária seja parcialmente alienada, sem perda de controlo, a diferença cambial é desreconhecida na sua quota-parte por contrapartida de interesses que não controlam. Caso a subsidiária seja parcialmente alienada, com perda de controlo, a diferença cambial é reciclada por completo por resultados do exercício.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Final do período	Média do período	Final do período	Média do período
Metical Moçambicano	0,01377	0,01302	0,01092	0,01268
Dólar Americano	0,88292	0,84602	0,81493	0,87704
Peso Mexicano	0,04321	0,04171	0,04096	0,04103

Fonte: Bloomberg

2.3. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

As depreciações são calculadas, após os bens se encontrarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica Amortizações e depreciações da demonstração consolidada de resultados.

As perdas por imparidade, detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica Provisões e perdas por imparidade da demonstração consolidada de resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis dos activos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos activos são reconhecidos no custo do activo. As despesas com reparação e manutenção de activos são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos activos, quando constituam montantes significativos.

2.4. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

Após a contabilização inicial, o Grupo mensura os seus activos intangíveis de acordo com o modelo do custo.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do goodwill, os activos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

Os Activos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os Activos Intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como Activos Intangíveis.

O Grupo passou a adoptar a partir do exercício de 2009 o «IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços», nas situações em que uma entidade pública atribui, sob a forma de concessão, o fornecimento de serviços públicos. A única concessão detida pelo Grupo enquadrável nesta norma é a exploração da Marina de Tróia, sendo que o Grupo segue o modelo do activo intangível, uma vez que recebeu o direito de debitar aos utentes o serviço público, não lhe sendo dada no entanto, por parte do concedente, garantia sobre o nível de rédito a ser recebido durante o período de concessão, suportando o Grupo o risco de procura. De acordo com este modelo, todos os custos relacionados com a respectiva infraestrutura dedicada à prestação de serviços públicos são reconhecidos como Activos Intangíveis e amortizados linearmente ao longo do período de concessão. Estes Activos Intangíveis são adicionados dos montantes acordados com o concedente para a construção/aquisição de activos para a exploração da concessão, quando estes se traduzem em investimentos de expansão ou requalificação nas infraestruturas.

As amortizações dos Activos Intangíveis são calculadas, após se encontrarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde geralmente a um período compreendido entre 3 a 6 anos, e registadas por contrapartida da rubrica Amortizações e depreciações da demonstração consolidada de resultados, com excepção dos activos associados à concessão da Marina de Tróia, registados na rubrica «Activos Intangíveis» ao abrigo do «IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços», os quais são amortizados durante o período da concessão (50 anos).

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos intangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

2.5. LOCAÇÕES

A empresa avalia à data de início de cada contrato se o mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, a empresa avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

A IFRS 16 distingue locações e contratos de serviços tendo em consideração se é identificado um activo que passe a ser controlado. As distinções de locações operacionais (fora do balanço) e as locações financeiras (incluídas no balanço) são eliminadas ao nível do locatário e são substituídas por um modelo em que é contabilizado um activo identificado com um direito de uso e um passivo correspondente para todos os contratos de locação, excepto para os contratos de curto prazo (até 12 meses) e de baixo valor (< 5.000 USD).

O «Ativos sob direito de uso» é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O passivo da locação é inicialmente mensurado a com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pela actualização financeira do referido valor, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Reconhecimento

A empresa reconhece um ativo sob direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

Os ativos sob direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, adota-se a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao prazo de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

Os ativos sob direito de uso de um ativo é sujeito a testes de imparidade quando existam indícios de imparidade, sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Sempre que a Entidade incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no ativo sob direito de uso relacionado.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato de locação, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa participada. Na maioria das situações, o Grupo utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de juro a aplicar no cálculo acima referido.

Os pagamentos de locação considerados na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificam: (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato; (ii) uma alteração na estimativa da Empresa do montante que deverá ser pago a título de garantia de valor residual, ou (iii) caso a Empresa altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão, ou o contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, sendo o passivo da locação remensurado com base nas novas rendas e a taxa incremental de financiamento determinada à data da modificação.

Durante o ano de 2020, com a aplicação da alteração da norma IFRS16 pelas bonificações Covid-19, o Grupo registou como proveito do ano as rendas que se inseriam nos critérios definidos nessa alteração, tendo um impacto de cerca de 1,3M€ nos resultados.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo da locação, nem do ativo sob direito de uso. Tais pagamentos são reconhecidos enquanto gastos no período no qual o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

Quando o passivo de locação é remensurado, o valor do direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho ou uma perda na demonstração consolidada dos resultados.

2.6. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos, são incluídos na rubrica Outros passivos correntes e são creditados na demonstração dos resultados, na rubrica Outros proveitos operacionais em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos activos subsidiados.

2.7. IMPARIDADE DOS ACTIVOS NÃO CORRENTES, EXCEPTO GOODWILL

São efectuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados em Provisões e perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica formam parte do custo desse ativo. Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente ou indirectamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos ou projectos imobiliários classificados em inventários são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida quando aqueles activos estão disponíveis para utilização ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado principalmente através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como detidos para venda. Os activos com vida útil definida deixam de ser depreciados / amortizados, a partir da data em que são classificados como detidos para venda, até a data em que a transação de venda ocorre, ou a realização da transação deixa de ser provável.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do Grupo, os activos não correntes, e/ou Grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para ser classificados como detidos para venda, estes activos e/ou Grupos para alienação serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos activos e serão remensurados pelo menor entre i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação / amortização, ou valores de reavaliação que tenham sido reconhecidos, caso esses activos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificadas de acordo com a sua

natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício, excepto o efeito do Método de Equivalência Patrimonial.

2.10. INVENTÁRIOS

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido dos valores dos descontos obtidos ou estimados obter ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio. O valor registado em mercadorias corresponde fundamentalmente a terrenos para desenvolvimento imobiliário.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as amortizações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização). A rubrica de Produtos e trabalhos em curso inclui fundamentalmente o valor de imóveis em desenvolvimento para venda no curso normal da actividade. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos como produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso durante o exercício é reconhecido como variação da produção na demonstração dos resultados.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em «Imparidades de inventários», em Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a inventários de mercadorias e matérias-primas ou a inventários de produtos acabados e semiacabados e trabalhos em curso.

2.11. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais em que o Grupo é réu. O Grupo reconhece esta provisão quando estima, com base na informação prestada pelos consultores legais sobre a evolução do processo, que é mais provável do que não que o Grupo tenha de pagar.

Provisões para rendimento garantido

Provisões referentes à estimativa do valor actual dos potenciais encargos para a totalidade do período do Rendimento Garantido nas vendas imobiliárias no Troia Resort.

2.12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço consolidado conforme identificado na Nota 9.

a) Activos Financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em activos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o activo.

Classificação

A classificação dos activos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo Grupo na gestão dos activos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos activos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, excepto quanto aos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os activos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Activos financeiros ao custo amortizado: inclui os activos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir activos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade): a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os activos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contractuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o Grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o Grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Activos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os activos que não cumprem com os critérios de classificação como activos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A 31 de dezembro de 2021, a classificação dos activos financeiros do Grupo por categoria encontra-se divulgada na Nota 9.

Mensuração

Os activos financeiros são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor nessa data, incluindo despesas de transacção, com excepção dos activos financeiros ao justo valor através de resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os activos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes activos financeiros são incluídos em «Juros obtidos de activos ao custo amortizado», nos rendimentos financeiros.

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade

O Grupo avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos activos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas «Clientes» e «Outras dívidas de terceiros» e aos Activos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível («on demand»); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for «baixo» ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do activo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do activo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece os activos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o Grupo entrega dinheiro ou fornece bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 9.

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de Clientes e as Outras dívidas de terceiros são registadas inicialmente pelo seu justo valor e sendo mensuradas subsequentemente ao custo amortizado e apresentadas no balanço consolidado deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica Provisões e perdas por imparidade em contas a receber, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto para o momento actual.

A Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, tendo por base o histórico do recebimento dos saldos devedores do Grupo relativamente às vendas e prestações de serviços dos últimos três anos, e as perdas efectivas incorridas nesse período. As perdas de créditos históricas apuradas são ajustadas por factores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro.

Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e

ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria «Passivos financeiros ao custo amortizado» inclui os passivos apresentados nas rubricas «Empréstimos obtidos», «Fornecedores» e «Outros credores». Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2021, o Grupo apenas tem reconhecidos passivos classificados como «Passivos financeiros ao custo amortizado» e instrumentos derivados classificados como «justo valor através de resultados».

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões e outros gastos de montagem do financiamento com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados nas rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.17. A parcela do juro efectivo relativa a comissões e outros gastos de montagem do financiamento com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo.

Os itens que compõem a rubrica serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário serão classificadas como passivos não correntes.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o Grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de «Fornecedores» serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são registados incialmente pelo seu justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, estes itens são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou optimizar os custos de funding.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e instrumentos de cobertura do risco de preço resultantes da atividade de venda de direitos de licenças. Relativamente aos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

Relativamente aos instrumentos de cobertura de risco de preço os mesmos são registados ao justo valor, sendo os ganhos ou perdas reconhecidas de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo.

Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registados por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor dos activos e passivos cobertos ou grupo de activos e passivos cobertos que seja atribuíveis ao risco coberto. Quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente até à maturidade do item coberto.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada a partir da data em que os critérios de qualificação deixam de estar preenchidos, ou seja, quando o relacionamento de cobertura deixou de cumprir o objetivo de gestão do risco; o instrumento se vence ou é vendido; ou já não existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura.

Nos instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais o Grupo não aplicou hedge accounting, são registados pelo seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contractos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contractos e nas situações em que os contractos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada de resultados.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Se esta cobertura deixar de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do instrumento coberto, para o qual o método da taxa de juro efetiva é utilizado, são amortizadas por via de resultados, ao longo do período de maturidade do instrumento coberto. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica Empréstimos bancários de curto prazo no balanço consolidado.

2.13. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução dos capitais próprios da Sonae Capital, SGPS, SA e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (após a realização da Assembleia Geral anual) e é posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções ou opções sobre acções atribuídas e do justo valor destas à data de reporte (ajustado em função de distribuição de dividendos ou movimentos no capital social). A responsabilidade é registada em Gastos com pessoal e Outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro, sendo portanto um instrumento composto em que a sociedade se reserva ao direito de entregar, em substituição das acções, o numerário equivalente ao seu valor de mercado à data do respectivo exercício.

2.14. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que um dos critérios de reconhecimento de provisões não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, verifica-se a existência de um passivo

contingente. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes são «possíveis» activos gerados por eventos passados, cuja existência deriva da confirmação da ocorrência futura de um ou mais eventos incertos, sobre os quais o Grupo não tem controlo. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida. O imposto corrente é calculado de acordo com as regras fiscais em vigor, ou com as regras fiscais substancialmente consideradas como estando em vigor à data de balanço.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação ou dos Grupos de empresas no caso de opção pelo regime de tributação especial de Grupos de sociedades, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e são passíveis de correção por parte das autoridades fiscais durante um periodo de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuizos fiscais, tenham sido concedidos beneficios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações judiciais, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo as declarações fiscais das empresas, dos anos de 2018 a 2021, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios anteriormente referidos seja significativa para as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021.

No exercício fiscal de 2021, as empresas encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas («IRC») à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,5% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros; 5% sobre a parte superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros; e 7% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000 euros.

Nos termos do Artigo 88º do Codigo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autonoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A taxa de IRC em vigor para 2021 é de 21%.

No exercício de 2021 de acordo com a legislação, os prejuízos fiscais apurados em 2020 e 2021 podem ser deduzidos ao lucro tributável por um prazo de 12 anos (em vez dos 5 anos actualmente previstos). Para além disso prejuízos de 2020 e 2021 podem ser deduzidos até ao limite de 80% da matéria colectável (elevando assim o limite normal em 10 p.p.) e não contam para efeitos de caducidade dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de 01-01-2020.

2.16. RÉDITO

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e prestação de serviços no decurso normal da atividade do Grupo.

Na determinação do valor do rédito, o Grupo avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa.

Vendas de produtos e serviços – O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

Prestação de serviços – Os rendimentos dos projetos desenvolvidos, são reconhecidos, em cada exercício, de acordo com a obrigação de desempenho a que respeitam, em função da percentagem de desempenho dos mesmos. Ou seja, no que respeita a cada obrigação de desempenho o Grupo reconhece o rédito ao longo do tempo através da mensuração do progresso no sentido do cumprimento total de tal obrigação de desempenho.

Contractos de construção – O rédito dos contractos de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada no contrato. Quaisquer variações nos trabalhos realizados /a realizar, apenas são consideradas após o acordo com o cliente. Estas variações são registadas como um novo contrato quando estas correspondam a um novo âmbito e as condições financeiras negociadas sejam independentes do atual contrato. Nos casos em que estas condições não se verificam o Grupo procede ao recálculo da percentagem de acabamento acumulada do contrato.

As penalidades e incentivos associados aos contratos de construção são reconhecidos atendendo à natureza dos termos negociados com base no método do valor mais provável ou valor esperado, desde que não seja provável a sua reversão.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma continua ao longo do período contratual definido.

2.17. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças

entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas «Outros activos correntes» e «Outros passivos correntes».

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que o direito ao seu recebimento é estabelecido.

2.18. SALDOS E TRANSACÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registados como proveitos e custos na demonstração dos resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registado directamente em capital próprio.

2.19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço, e antes da data de emissão das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data do balanço, e antes da data de emissão das demonstrações que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.20. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Julgamentos

O Grupo concede empréstimo a entidades que qualificam como associadas ou empreendimentos conjuntos do Grupo sob diferentes regimes/modalidades contratuais. A sua classificação enquanto elementos/componentes das participações financeiras, ou enquanto outros activos financeiros depende das condições de reembolso e de remuneração associadas, e

da intenção da Administração quanto a fazer cumprir as cláusulas contratuais acordadas com as participadas. Regra geral, os financiamentos com caráter de permanência e sem remuneração são classificados como uma parcela do investimento nas participadas do Grupo.

Estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas, destacando-se abaixo a imparidade de activos financeiros e reconhecimento do rédito de contratos.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis:
  As principais fontes de incerteza resultam do período em que os ativos estarão em condições para uso, as previsões dos seus fluxos de caixa, estimativas dos seus montantes recuperáveis, obtenção de comparáveis de mercado, taxas de crescimento, taxas de desconto e pressupostos de sensibilidade (Notas 10 e 11);

- Análises de imparidade do Goodwill e de outros activos fixos tangíveis e intangíveis:
  A complexidade e nível de julgamento inerente ao modelo adotado para o cálculo de imparidade e a identificação e agregação das unidades geradoras de caixa (UGC's) implica considerar este tema como uma estimativa contabilistica significativa (Notas 10, 11 e 12);

- Registo de ajustamentos aos valores dos activos e provisões:
  Estimativas relevantes dada a complexidade e o grau de julgamento inerente às contingências, bem como o nível de incerteza associado ao desfecho de processos em cursos (Nota 30);

- Estimativas de lucros tributáveis futuros e recuperabilidade de activos por impostos diferidos:
  O grau de julgamento associado à avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, requer a utilização de estimativas na projeção de resultados tributáveis futuros e na determinação dos valores necessários à sua recuperação, cujo acontecimento apresenta sempre um grau de incerteza (Nota 19);

- Percentagem de acabamento do reconhecimento do rédito:
  O mapa de obras que sustenta o reconhecimento do rédito com base na percentagem de acabamento dos contratos de construção tem diversos pressupostos, essencialmente no que diz respeito ao orçamento global de gastos da obra, gastos já incorridos e gastos a incorrer. O grau de incerteza inerente a estimativas desta natureza, e aos pressupostos inerentes, implica que estas estimativas sejam relevantes (Nota 33).

- Imparidade de activos financeiros:
  A determinação da imparidade sobre activos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, o Grupo avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes activos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de «Empréstimos

concedidos a entidades relacionadas», «Clientes» e «Outras dívidas de terceiros» são avaliados para factores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas, como descrito na Nota 2.12 c).

- Pressupostos relativos aos contratos de locação:

Em 2019 foi considerada a isenção prevista na IAS 12 na alínea a) do parágrafo 15 face à ausência de certezas sobre o tratamento fiscal e contabilístico a ser dado ao tema em questão. Pelo facto da Carta circular n.º 7/2020 estar em revisão e considerando que o Grupo discorda do conteúdo da carta circular emitida em 2020 e da sua consistência com os fundamentos da lei e da lei fiscal, e uma vez que o projeto de alteração à IAS 12 do IASB ainda não se encontra concluída, O Grupo Sonae Capital manteve o seu julgamento relativo à incerteza quanto ao tratamento fiscal a adotar, mantendo assim a política contabilística definida em 2019.

É tido em consideração que quando a posição da Administração Fiscal se tornar pública e/ou o IASB publicar a alteração à IAS 12, poderão existir alterações ao tratamento contabilístico adotado na primeira aplicação da IFRS 16.
Adicionalmente são ainda efetuados julgamentos relevantes na determinação da taxa de juro incremental bem como no período a considerar para determinação do passivo de locação e direito de uso.

A pandemia Covid-19 trouxe uma imprevisibilidade acrescida sobre as premissas a considerar no exercício de avaliação de activos. De facto, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte.
As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de relato, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

- O grupo analisou se existiam indícios de imparidade decorrentes dos impactos da Covid-19, de acordo com as actuais previsões, baseadas nas projeções do crescimento do PIB e da inflação em Portugal, de acordo com o FMI e Banco de Portugal, que poderiam indiciar a existência de imparidade do Goodwill. Não foram identificados indícios de imparidade sobre o Goodwill, existindo uma folga substancial face ao valor contabilístico das unidades geradoras de caixa (nota 12).

- Recuperabilidade, vida útil e depreciação de ativos fixos tangíveis e recuperabilidade inventários: O Grupo viu-se obrigado a encerrar ginásios e hoteis, durante o período de confinamento, pelo que imediatamente adaptou políticas de forma a preservar o seu fundo de maneio. Apesar do impacto apurado, decorrente do lock-down obrigatório, os preços de venda e as avaliações imobiliárias dos ativos fixos tangíveis e a diferença dos mesmos face aos valores contabilísticos dos ativos, não indiciam a existência de imparidades sobre esses mesmos ativos fixos tangíveis para além dos já registados. Por outro lado, o grupo considera que face às margens praticadas durante a pandemia e ao valor das avaliações imobiliárias obtidas, o valor realizável líquido dos seus inventários é superior ao valor contabilístico, tendo concluído que não são necessários quaisquer ajustamentos aos valores escriturados para além dos já registados.

- Recuperabilidade de saldos de clientes e de outros valores a receber: As perdas por imparidade são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9 registando as perdas esperadas até à maturidade. Assim, o Grupo avalia periodicamente as perdas com crédito esperadas e os impactos em todos os ativos financeiros

mensurados pelo custo amortizado. Neste sentido, o Grupo o avaliou a atual exposição ao risco de crédito e o eventual impacto das previsões económicas futuras, tendo concluído que o impacto desta componente é reduzido.

2.21. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A informação financeira ao nível dos segmentos operacionais identificados é incluída na Nota 47.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O objectivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae Capital, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae Capital decorrentes de tais riscos. A posição da Sonae Capital em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a actividade operacional da Sonae Capital, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a actividade dos seus negócios.

O Departamento de Finanças Corporativas da Sonae Capital é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros do Grupo para efeitos de reporte e monitorização sendo também responsável pela apresentação de proposta e implementação de estruturas de cobertura para gestão individual do risco cambial, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efectuado quer ao nível de cada negócio quer numa base consolidada. No que respeita à gestão de risco de crédito de clientes e parceiros, o Departamento de Risco de Contraparte, integrado na Direcção Financeira é responsável pela avaliação e monitorização do perfil de risco de clientes e parceiros de todas as unidades de negócio bem como pela implementação de estruturas de mitigação desses riscos e reporte de exposições e qualidade da carteira de crédito.

3.1. RISCOS DE MERCADO

a) Risco de Taxa de Juro – Política

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu balanço consolidado, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, o Grupo está exposto ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- A volatilidade nos resultados do Grupo, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- Em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;

A contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política do Grupo relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real

exposição do Grupo, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados consolidados do Grupo.

Face ao exposto, a política do Grupo relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- Os derivados não são utilizados com objectivos de trading ou fins especulativos;
- Os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente por forma a evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- O custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente devem ser sempre conhecidos e limitados desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos, considerado nos planos de negócios;
- A contratação de derivados tem como contrapartes autorizadas apenas instituições financeiras de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, privilegiando-se as instituições de relacionamento bancário do Grupo;
- Todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras, de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- Todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (ISDA - International Swaps and Derivatives Association), com schedules negociados com cada uma das Instituições;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de fluxos de caixa futuros, com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc.) prevalecentes à data de balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;
- Todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de Taxa de Juro – Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;

- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afectam os resultados do Grupo (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores/inferiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos do Grupo em 31 de Dezembro de 2021 seria inferior/superior em 1.144.468 euros (em 31 de Dezembro de 2020 seria inferior/superior em 955.328 euros). O capital próprio sem resultado líquido resultante da análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2021 seria inferior/superior em cerca de 0 euros (em 31 de Dezembro de 2020 seria inferior/superior em cerca de 0 euros).

Em baixo são apresentados os saldos expostos a risco de taxa de juro:

	31/dez/21	31/dez/20
Suprimentos Parceiros	-	-
Empréstimos obrigacionistas	-95 373 281	-72 142 600
Papel comercial	-89 257 079	-88 250 000
Empréstimos MLP	0	-3 735 733
Depósitos a prazo	-	-
Outros empréstimos	-55 976 388	-46 856 032
Passivos da Locação	-100 970 914	-87 228 844
Média Depósitos a ordem	46 859 152	19 540 163
	-294 718 510	**-278 673 046**

Risco de Taxa de Câmbio

O Grupo Sonae Capital apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio.

As demonstrações consolidadas de posição financeira e a demonstração de resultados encontram-se assim expostas a risco de câmbio de conversão (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio) e as subsidiárias encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio de transacção (risco associado às transacções comerciais). O risco de transacção emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com cash flows denominados em divisa que não a divisa funcional de cada uma das subsidiárias. Os cash flows das subsidiárias são largamente denominados nas respectivas divisas locais. Isto é válido independentemente da natureza dos cash flows, ou seja, operacional ou financeira, e permite um grau considerável de hedging natural, reduzindo o risco de transacção do Grupo. Em linha com este princípio, as subsidiárias apenas contratam dívida financeira

denominada na respectiva divisa local. Por seu lado, o risco de conversão monetária (translação) emerge do facto de, no âmbito da preparação das contas consolidadas do Grupo, as demonstrações financeiras das subsidiárias com moeda funcional diferente da moeda de relato das contas consolidadas (Euro), terem de ser convertidas para Euros. Uma vez que as taxas de câmbio variam entre os períodos contabilísticos e uma vez que o valor dos activos e passivos das subsidiárias não são coincidentes, introduz-se volatilidade nas contas consolidadas.

Como regra, sempre que é possível e economicamente viável, as empresas do Grupo procuram compensar os cash flows positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira, mitigando dessa forma os riscos cambiais. Também como regra geral, em situações em que exista risco cambial relevante em resultado da actividade operacional envolvendo divisas que não a divisa local de cada subsidiária, o risco cambial deve ser mitigado através da utilização de derivados cambiais de curto prazo contratados pela subsidiária exposta ao referido risco. As subsidiárias da Sonae Capital não contratam derivados cambiais com objectivos de trading, geração de proveitos ou fins especulativos. Como política, o risco de translação em resultado da conversão de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro não é coberto, uma vez que estes investimentos são considerados de longo prazo. Os ganhos e as perdas relacionados com a conversão a diferentes taxas de câmbio de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro são contabilizados na rubrica de «outro rendimento integral acumulado».

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira, não foram efectuadas análises de sensibilidade á variação da taxa de câmbio.

Risco nos mercados de energia

Em resultado da atividade de venda de energia, o Grupo tem uma carteira de operações relativas a energia elétrica, emissões de CO2 e combustíveis (gás). A gestão desta carteira é efetuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras e físicas, nos mercados energéticos a prazo. Estas operações têm como objetivo reduzir a volatibilidade do impacto económico proveniente das posições geridas e, acessoriamente, aproveitas oportunidades de arbitragem ou «positioning» dentro dos limites de negociação. Os instrumentos financeiros negociados incluem «swaps» (electricidade e gás) e de futuros para fixação de preços.

A actividade de venda de energia está sujeita a um conjunto de variáveis que são identificadas e classificadas em função das suas características de incerteza (ou risco) comuns. Destes riscos, destacam-se os relacionados com a evolução dos preços de mercado (electricidade e combustíveis) e com a variabilidade dos volumes de produção hídrica (risco de preço e volume), assim como o risco de crédito das contrapartes.

A monitorização dos riscos, tanto de preço e volume como de crédito, passa pela sua quantificação em medidas associadas a posições em risco passíveis de serem ajustadas através de operações de mercado. Esta quantificação é realizada por modelos específicos que valorizam as posições de forma a avaliar a perda máxima que se pode incorrer com uma dada probabilidade e num determinado horizonte de tempo.

O acompanhamento dos riscos é efectuado através de um conjunto alargado de acções que envolvem a monitorização diária dos diferentes indicadores de risco, das operações caracterizadas nos sistemas e dos limites prudenciais atribuídos por área de gestão e componentes de risco, e também de exercícios regulares de análise de variações de preço. Este acompanhamento permite, não só assegurar a efectividade da implementação das estratégias seguidas, como também proporcionar elementos que possibilitam a tomada de iniciativas para, caso seja necessário, proceder à sua correcção.

3.2. RISCOS DE CRÉDITO

O risco de crédito, na Sonae Capital, resulta maioritariamente (i) dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a actividade operacional, (ii) do seu relacionamento com instituições financeiras, no decurso normal da sua actividade, e (iii) do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.

Crédito sobre Clientes

A gestão de risco de crédito da Sonae Capital está estruturada nas necessidades próprias dos negócios que integram o Grupo tendo, em constante consideração:

- A avaliação do risco dos clientes em momento prévio à operação, bem como a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil de cada cliente. A análise é efectuada tendo em conta modelo pré-estabelecido e automático, o que permite garantir um cumprimento rigoroso dos princípios;
- Uma monitorização automática e diária do risco dos clientes, adoptando medidas preventivas sempre que exista uma alteração do mesmo;
- A mitigação do risco de crédito através do seguro de crédito e da obtenção de garantias adicionais;
- Um acompanhamento das contas de cliente com incidência progressivamente proporcional ao nível de risco;
- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

A adopção de todos estes mecanismos tem permitido um rigoroso cumprimento da política de risco de crédito e a obtenção de uma taxa de incumprimento de clientes bastante abaixo da média de mercado.

A Sonae Capital tem estabelecido um processo de gestão de risco de credito baseado em metodologia de scoring da empresa. A politica de gestão de risco de credito, e respectiva metodologia de classificação permitiram à Sonae Capital obter, no ano de 2021 uma media de incumprimento de 0.2% substancialmente inferior á média de incumprimento de clientes em Portugal, que segundo estudo da Intrum Justitia, situou-se nos 2,2% do volume de negócios. Assim não se antecipa risco de incumprimento material dos valores registados nas contas a receber a 31 de Dezembro de 2021.

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes o Grupo analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos assim que o risco de crédito não excede as perdas por imparidade registadas.

Considera-se que os saldos de «Empréstimos concedidos a entidades relacionadas» têm risco de crédito baixo, pelo que, consequentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes activos financeiros são considerados como tendo «risco de crédito baixo» quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de «Clientes» e «Outras dívidas de terceiros». De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de Clientes e «Outras dívidas de terceiros» foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso.

Instituições Financeiras

O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de instituições financeiras, com as quais o Grupo tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados. Para mitigar este risco, o Grupo:

- Só executa operações com contrapartes de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional, baseada nas respectivas notações de rating, sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo;
- Diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito;
- Define um conjunto restrito de instrumentos elegíveis (visando a não contratação de instrumentos complexos cuja estrutura não esteja completamente conhecida), sendo necessária autorização expressa por parte do Conselho de Administração para utilização de outros alternativos;
- Regularmente monitoriza as exposições totais a cada contraparte, de forma a garantir o cumprimento da política estabelecida.

Operações de Compra/Venda de participações

No desenvolvimento da sua actividade o Grupo está exposto ao risco de crédito das contrapartes com as quais estabelece operações sobre participações sociais. Nestes casos, os mecanismos de mitigação de risco a implementar são determinados casuisticamente, de forma a acomodar as características da operação em estruturação, com a supervisão constante do Conselho de Administração. Apesar da variabilidade dos mecanismos utilizados, existe sempre o recurso a métodos normalmente utilizados no mercado, nomeadamente a realização de due dilligences, obtenção de informação financeira relativa à contraparte da operação, entrega do activo condicionado à liquidação financeira da operação, exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros.

As disponibilidades do Grupo incluem essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerados pelas operações. Por geografia, os depósitos e aplicações financeiras distribuem-se como segue:

Depósitos e Aplicações Financeiras	
Espanha	28%
Holanda	0%
México	0%
Moçambique	0%
Portugal	72%
Reino Unido	0%

Apresentam-se de seguida os ratings (notação das principais agências de Rating) das principais Instituições de Crédito onde o Grupo Sonae Capital tinha depósitos e outras aplicações financeiras a 31 de Dezembro de 2021:

Rating	%
A	0.05%
B	0.01%
BB	55.31%
BBB	44.56%
NR	0.08%

No cumprimento da política estabelecida, O Grupo Sonae Capital só constitui depósitos e outras aplicações financeiras de curto prazo e com instituições financeiras de elevado prestígio e reconhecimento nacional e/ou internacional, baseada nas respectivas notações de rating, sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo com posição credora de montante igual ou superior à aplicação que se pretende concretizar.

3.3. RISCOS DE LIQUIDEZ

A Sonae Capital tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua actividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito.

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, o Grupo mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Para este efeito, o Grupo pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seio do Grupo compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- Gestão centralizada de liquidez (excedentes e necessidades de fundos) ao nível da Holding, procurando optimizar a função financeira no seio do Grupo;
- Planeamento financeiro baseado em previsões de fluxos de caixa quer ao nível individual quer ao nível consolidado, e para diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo (baseado em sistemas de Treasury e Cash Management), que permita, atempadamente identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida;
- Contratação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito committed (de pelo menos seis meses) e programas de papel comercial, com prazos de aviso de cancelamento suficientemente confortáveis e prudentes, procurando obter um nível adequado de liquidez optimizando o montante de comissões de commitment suportadas;
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade de vencimento antecipado dos seus financiamentos.

O Grupo mantém uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os compromissos, sem ter que se refinanciar em condições desfavoráveis conforme discriminado na nota 23. Adicionalmente, no final do ano, o Grupo dispunha de uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa.

O Grupo espera assim cumprir com os seus compromissos de curto prazo, quer seja através de libertação de fundos gerados pelos negócios, quer seja com recurso às suas aplicações financeiras ou se necessário recorrendo às linhas de crédito existentes ou pela contratação de novos financiamentos.

À data de 31 de dezembro de 2021 a empresa apenas tem instrumentos financeiros com taxas de juros associadas à Euribor. A empresa está atenta a todos os riscos e não considera existirem riscos materiais. Contudo a gestão de risco da entidade encontra-se em constante análise ao mercado e revisão da sua estratégia.

3.4. RISCOS DE CAPITAL

A gestão do capital é efectuada no âmbito do processo de gestão de riscos financeiros do Grupo.

O objetivo do Grupo relativamente à gestão de capital é o de salvaguardar a continuidade do Grupo, crescer sustentavelmente de forma a cumprir os objetivos estabelecidos e manter uma estrutura óptima de capital de forma a reduzir o custo do capital.

Em conformidade com outros Grupos que operam neste sector, o Grupo controla a sua estrutura de financiamento com base em diversos mecanismos e rácios de controlo.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As alterações às normas internacionais de relato financeiro que entraram em vigor em ou após 1 de Janeiro de 2021 (nota 2.1.), não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021.

5. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 Dezembro de 2021 e de 2020, são as seguintes:

			Percentagem de capital detido			
			31 Dezembro 2021		31 December 2020	
Firma		Sede Social	Directo	Total	Directo	Total
Sonae Capital, SGPS, S.A.		**Maia**	**Mãe**		**Mãe**	
Hotelaria						
Porto Palácio Hotel, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SC Hospitality, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
The Artist Porto Hotel & Bistrô - Actividades Hoteleiras, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
The Editory Boulevard Aliados - Exploração Hoteleira, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
The House Ribeira Hotel – Exploração Hoteleira, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imobeauty, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Aqualuz Tróia, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2ndRoom - Exploração Hoteleira, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Aqualuz -Turismo e Lazer, Lda.	a)	Lagos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tróia Resort Operações						
Atlantic Ferries - Tráf. Loc. Flu. e Marít., S.A.	a)	Grândola	95,77%	95,77%	95,77%	95,77%
Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marina de Tróia, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tróia Market, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tróia Natura, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Troiaresort-Investimentos Turísticos, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Troiaresort, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Golf Time - Golfe e Invest. Turísticos, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fitness						
Acrobatic Title, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Solinca Classic, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SC Fitness, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Solinca Light, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Urban Fit Ermesinde - Gestão de Health Clubs, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Urban Fit Foz - Gestão de Health Clubs, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
E-Fit, Unipessoal, Lda	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Urban Fit Maia - Gestão de Health Clubs, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Energia						
Atelgen - Produção Energia, ACE	a)	Barcelos	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Capwatt Services, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capwatt – ACE, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capwatt Colombo - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capwatt Retail Gás PT, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capwatt Retail Electricidade PT, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capwatt Hectare - Heat Power, ACE	a)	Alcochete	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capwatt Évora – Solar Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capwatt Decentralized Solar Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capwatt IV – Heat Power, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capwatt Maia - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Capwatt Martim Longo - Solar Power, S.A.	a)	Alcoutim	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt Vale do Caima - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt Vale do Tejo - Heat Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt Estuário – Heat Power, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt Lousado – Heat Power, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt Alrota – Wind Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Capwatt Biometano Aljustrel, Unipessoal Lda	a)	Maia	100,00%	100,00%		
1)	Capwatt Biometano Seia, Unipessoal Lda	a)	Maia	100,00%	100,00%		
1)	Capwatt Biometano Tomar, Unipessoal Lda	a)	Maia	100,00%	100,00%		
	Capwatt Chamusca – Bio Power, Unipessoal, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt Ferreira – Solar Power, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt Graciosa – Green Storage, S.A.	a)	Santa Cruz da Graciosa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Carvemagere - Manutenção e Energias Renováveis, Lda.	a)	Barcelos	65,00%	65,00%	65,00%	65,00%
	Companhia Térmica Serrado, ACE	a)	Maia	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
	Companhia Térmica Tagol, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soternix - Produção de Energia, ACE	a)	Barcelos	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
	Suncoutim - Solar Energy, S.A.	a)	Alcoutim	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
	Sociedade de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais - Energia, S.A.	a)	Mangualde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt México, S. de R. L. de C.V	a)	Cidade do México	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cogeneración Huasteca I, S. de R. L. de C.V	a)	Cidade do México	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cogeneración Pericu I, S. de R. L. de C.V	a)	Cidade do México	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	ENC Zapopan SA DE CV	a)	Cidade do México	100,00%	100,00%		
1)	ENC Power México SA DE CV	a)	Cidade do México	100,00%	100,00%		
1)	ENC Medellin SA DE CV	a)	Cidade do México	100,00%	100,00%		
1)	Cogen Tepetlaoxtoc, S.A.P.I. de C.V.	a)	Cidade do México	100,00%	100,00%		
1)	CHPA Holding, S.A.P.I. de C.V.	a)	Cidade do México	100,00%	100,00%		
	Futura Energía Inversiones, S.L.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Futura Carbono, S.L.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Futura Energía y Gas, S.L.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Futura Green Renovables, S.L.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Ecofutura Luz Energía, S.L.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt España, S.L.U.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt DDP, S.L.U.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Capwatt Services DDP, S.L.U.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cyclicus DDP Uno S.L.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cyclicus Norte S.L.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Desimpacte de Purins Alcarrás, S.A.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Desimpacto de Purines Altorricón, S.A.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Desimpacte de Purins Corcó, S.A.	a)	Madrid	95,00%	95,00%	95,00%	95,00%
	Desimpacto de Purines Eresma, S.A.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Desimpacte de Purins Voltregá, S.A.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Desimpacto de Purines Turegano, S.A.	a)	Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Activos Imobiliários						
	Bloco Q - Soc. Imobil, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Casa da Ribeira - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cinclus Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Country Club da Maia - Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Empreend. Imob. Quinta da Azenha, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Fundo Esp. Inv. Imo. Fec. WTC	a)	Maia			100,00%	100,00%
2)	Imohotel - Emp. Turist. Imobiliários, S.A.	a)	Maia			100,00%	100,00%
	Imoponte - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imosedas - Imobiliária e Seviços, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Implantação – Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Porturbe - Edifícios e Urbanizações, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Praedium II - Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predisedas - Predial das Sedas, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC Assets, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sete e Meio Herdades - Inv. Agr. e Tur., S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Soira - Soc. Imobiliária de Ramalde, S.A.	a)	Maia			100,00%	100,00%
	Sótaqua - Soc. de Empreend. Turisticos	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Spinveste - Gestão Imobiliária SGII, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Urbisedas - Imobiliária das Sedas, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Vistas do Freixo - Emp. Tur. Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soltróia - Imob. de Urb. Turismo de Tróia, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Tulipamar - Expl. Hoteleira Imob., S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Marmagno - Expl. Hoteleira Imob., S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Marvero - Expl. Hotel. Im.. S.A.	a)	Grândola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	TROIAMED – Sociedade Mediação Imob., S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Engenharia Industrial						
	SC Industrials, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Adira - Industrial Engineering Forming Solutions, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Guimadira - Máquinas e Ferramentas, Lda.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Holding & Outros						
	SC - Sociedade de Consultadoria, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC Finance BV	a)	Amesterdão	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Spinarq Moçambique, Lda.	a)	Maputo			70,00%	70,00%
	Praedium – Serviços, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Inparvi, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Société de Tranchage Isoroy, S.A.S.	a)	Honfleur	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Legenda:

1) Empresa adquirida no exercício;;
2) Empresa liquidada no exercício;;
3) Operações descontinuadas;;

a) Controlo detido por maioria dos votos.

As empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a.

6. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais, principais agregadores financeiros e proporção do capital detido em 31 Dezembro de 2021 e de 2020 são as seguintes:

31 Dezembro 2021												
			Percentagem de capital detido									
	Firma	Sede Social	Directo	Total	Total Activos	Total Passivos	Total Custos	Total Proveitos	Capital Próprio	Resultado Líquido	% Resultado Líquido	Valor de Balanço
	Empresas Associadas					-						
	Holding & Outros											
a)	Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	Vila do Conde	24,50%	24,50%	16 163 981	6 176 421	13 738 479	14 186 648	9 987 560	488 912	119 783	1 391 215
	Energia											
b)	Feneralt - Produção de Energia, ACE	Barcelos	25,00%	25,00%	1 257 970	1 119 240	1 610 926	1 749 656	138 730	138 730	34 683	246 562
a) Dados de Março 2020					**17 421 951**	**7 295 661**	**15 349 405**	**15 936 304**	**10 126 290**	**627 642**	**154 465**	**1 637 777**

31 Dezembro 2020										
	Percentagem de capital detido									
Firma	Sede Social	Directo	Total	Total Activos	Total Passivos	Total Custos	Total Proveitos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Valor de Balanço
Empresas Associadas										
Holding & Outros										
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	Vila do Conde	24.50%	24.50%	14 926 601	5 278 408	13 648 427	14 367 318	9 648 194	718 890	1 369 933
Energia										
Feneralt - Produção de Energia, ACE	Barcelos	25.00%	25.00%	1 334 055	447 262	1 146 227	2 033 020	886 793	886 793	216 214
				16 260 656	**5 725 670**	**14 794 654**	**16 400 338**	**10 534 987**	**1 605 683**	**1 586 147**

As empresas associadas foram incluídos na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Saldo em 1 de Janeiro	**1 586 147**	**1 667 459**
Aquisições durante o período	-	-
Liquidação durante o período	-	-
Equivalência patrimonial	150 130	130 154
Dividendos recebidos	(98 500)	(211 466)
Mudança de método de consolidação	-	-
Saldo em 31 Dezembro	**1 637 777**	**1 586 147**
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 22)	-	-
	1 637 777	**1 586 147**

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial foi de 150.130 euros em resultados relativos a empresas associadas (130.154 euros em 31 de Dezembro de 2020), e não teve impacto em reservas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram recebidos dividendos que totalizam cerca de 98 500 euros (211.500 em 31 de dezembro de 2020) liquidados pelas participadas Lidergraf - Artes Gráficas, Lda e Feneralt - Produção de Energia, ACE.

Não existem compromissos passivos contingentes nem restrições significativas quanto à capacidade de se transferirem fundos a favor da Sonae Capital pelas associadas e empreendimentos conjuntos.

7. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

As empresas incluídas em Outros Activos Financeiros são as empresas cujas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 Dezembro de 2020 são as seguintes:

		Percentagem de capital detido					
		31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020		Valor de Balanço	
Firma		Directo	Total	Directo	Total	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Troia Resort Operações							
Infratróia - Infraestruras de Tróia, E.M.	Grândola	25,90%	25,90%	25,90%	25,90%	64 747	64 747
Outros Ativos							
Net, SA	Lisboa			0,98%	0,98%		23 034
Outros Investimentos						442 774	401 130
Total						**507 521**	**488 911**

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido no valor dos investimentos, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Investimentos a custo				
Saldo em 1 de Janeiro	**737 738**	**-**	**746 229**	**-**
Aquisições durante o período	85 413	-	88 226	-
Alienações durante o período	(68 280)	-	(96 865)	-
Transferências	1 477	-	-	-
Variação de perímetro	-	-	148	-
Saldo em 31 de Dezembro	**756 348**	**-**	**737 738**	**-**
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 31)	(248 827)	-	(248 827)	-
	507 521	**-**	**488 911**	**-**
Outros investimentos	**507 521**	**-**	**488 911**	**-**

8. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 foram incluídas as seguintes empresas:

		Percentagem de capital detido na data da aquisição da participação	
Firma	**Sede Social**	**Directo**	**Total**
Capwatt Biometano Aljustrel, Unipessoal Lda	Maia	100.00%	100.00%
Capwatt Biometano Seia, Unipessoal Lda	Maia	100.00%	100.00%
Capwatt Biometano Tomar, Unipessoal Lda	Maia	100.00%	100.00%
ENC Zapopan SA DE CV	Cidade do México	100.00%	100.00%
ENC Power México SA DE CV	Cidade do México	100.00%	100.00%
ENC Medellin SA DE CV	Cidade do México	100.00%	100.00%
Cogen Tepetlaoxtoc, S.A.P.I. de C.V.	Cidade do México	100.00%	100.00%
CHPA Holding, S.A.P.I. de C.V.	Cidade do México	100.00%	100.00%

Durante o ano de 2021 a Sonae Capital adquiriu indiretamente várias empresas localizadas no méxico, conforme mapa em cima.

Ainda em Dezembro foram constituídas as seguintes empresas: Capwatt Biometano Aljustrel, Unipessoal Lda, Capwatt Biometano Seia, Unipessoal Lda e Capwatt Biometano Tomar, Unipessoal Lda.

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

	À data de aquisição da participação	31 Dezembro de 2021
Activos líquidos adquiridos		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 10 e 11)	-	-
Investimentos Financeiros	-	-
Outros ativos correntes	32 475	82 984
Caixa e equivalentes de caixa	12 057	12 331
Outros passivos	(946 940)	(1 052 236)
	(902 407)	**(956 921)**
Capitais próprios	**(902 407)**	**(956 921)**
Demonstração de Resultados das empresas adquiridas		
Custo das vendas	-	-
Variação da Produção	-	-
Fornecimentos e Serviços Externos	686 498	9 244
Gastos com pessoal	-	-
Gastos de depreciação e de amortização	-	-
Provisões e Perdas por Imparidade	-	-
Outros gastos e Perdas	14 977	2 144
Total de gastos operacionais	**701 475**	**11 389**
Vendas	-	-
Prestações de serviços	-	-
Outros rendimentos e ganhos	89	113
Total de rendimentos operacionais	89	113
Resultados operacionais	**(701 386)**	**(11 276)**
Rendimentos e ganhos financeiros	-	1 616
Gastos e perdas financeiras	21 838	17 885
Resultados financeiros	**(21 838)**	**(16 269)**
Resultados relativos a investimentos	-	-
Resultados relativos a investimentos	**-**	**-**
Resultado antes de impostos	**(723 224)**	**(27 544)**
Impostos	-	-
Resultado líquido	**(723 225)**	**(27 544)**
Ganho na aquisição	900 319	
Preço de aquisição	6 541	
Pagamentos efectuados	6 541	
Fluxo de caixa liquido decorrente da aquisição		
Pagamentos efectuados	6 541	
Caixa e equivalente de caixa adquiridos	12 057	
	18 598	

9. CLASSE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2021, os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.1., foram classificados como segue:

		Classe de instrumentos financeiros					
Activos financeiros		Activos/ Passivos ao custo amortizado	Activos ao justo valor através do outro rendimento integral	Activos /Passivos ao justo valor através de resultados	Sub-total	Outros activos/ passivos não financeiros	Total
A 31 Dezembro 2021							
Activos não correntes							
Outros Ativos financeiros	7	507 521	-	-	507 521	-	507 521
Outras dívidas de terceiros não correntes	13	1 672 671	-	-	1 672 671	-	1 672 671
		2 180 192	**-**	**-**	**2 180 192**	**-**	**2 180 192**
Activos correntes							
Clientes	15	31 485 274	-	-	31 485 274	-	31 485 274
Outras dividas de terceiros	16	5 524 040	-	-	5 524 040	-	5 524 040
Caixa e equivalentes de caixa	20	100 528 352	-	-	100 528 352	-	100 528 352
		137 537 666	**-**	**-**	**137 537 666**	**-**	**137 537 666**
		139 717 858	**-**	**-**	**139 717 858**	**-**	**139 717 858**
A 31 Dezembro 2020							
Activos não correntes							
Outros Ativos financeiros	7	488 911	-	-	488 911	-	488 911
Outras dívidas de terceiros não correntes	13	1 768 489	-	-	1 768 489	-	1 768 489
		2 257 400	**-**	**-**	**2 257 400**	**-**	**2 257 400**
Activos correntes							
Clientes	15	44 413 095	-	-	44 413 095	-	44 413 095
Outras dividas de terceiros	16	6 777 695	-	-	6 777 695	-	6 777 695
Caixa e equivalentes de caixa	20	43 413 607	-	-	43 413 607	-	43 413 607
		94 604 397	**-**	**-**	**94 604 397**	**-**	**94 604 397**
		96 861 797	**-**	**-**	**96 861 797**	**-**	**96 861 797**

A 31 de Dezembro de 2020, os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.1., foram classificados como segue:

Passivos financeiros		Activos/ Passivos ao custo amortizado	Activos ao justo valor através do outro rendimento integral	Activos /Passivos ao justo valor através de resultados	Sub-total	Outros activos/ passivos não financeiros	Total
A 31 Dezembro 2021							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários	20 e 23	90 795 850	-	-	90 795 850	-	90 795 850
Empréstimos obrigacionistas	23	99 732 591	-	-	99 732 591	-	99 732 591
Outros empréstimos	23	2 000 000	-	-	2 000 000	-	2 000 000
Passivos da locação	32	99 732 591			99 732 591		99 732 591
Outras dívidas a terceiros não correntes	26	10 322 225	-	-	10 322 225	608 186	10 930 410
		302 583 257	**-**	**-**	**302 583 257**	**608 186**	**303 191 442**
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	20 e 23	51 723 770	-	-	51 723 770	-	51 723 770
Empréstimos obrigacionistas	23	4 650 000	-	-	4 650 000	-	4 650 000
Outros empréstimos	23 e 24	713 847	-	-	713 847	-	713 847
Passivos da locação	32	10 336 568			10 336 568		10 336 568
Fornecedores	28	27 745 153	-	-	27 745 153	-	27 745 153
Outras dívidas a terceiros	29	24 797 463	-	-	24 797 463	33 363 416	58 160 879
		119 966 801	**-**	**-**	**119 966 801**	**33 363 416**	**153 330 217**
		422 550 058	**-**	**-**	**422 550 058**	**33 971 602**	**456 521 659**
A 31 Dezembro 2020							
Passivos não correntes							
Empréstimos bancários	23	15 985 733	-	-	15 985 733	-	15 985 733
Empréstimos obrigacionistas	23	55 142 600	-	-	55 142 600	-	55 142 600
Outros empréstimos	23	-	-	-	-	-	-
Passivos da locação	32	76 892 276			76 892 276	-	76 892 276
Outras dívidas a terceiros não correntes	26	6 511 882	-	-	6 511 882	386 943	6 898 825
		154 532 492	**-**	**-**	**154 532 491**	**386 943**	**154 919 434**
Passivos correntes							
Empréstimos bancários	20 e 23	122 709 900	-	-	122 709 900	-	122 709 900
Empréstimos obrigacionistas	23	17 000 000	-	-	17 000 000	-	17 000 000
Outros empréstimos	23 e 24	146 132	-	-	146 132	-	146 132
Passivos da locação	32	10 336 568			10 336 568	-	10 336 568
Fornecedores	28	18 651 125	-	-	18 651 125	-	18 651 125
Outras dívidas a terceiros	29	41 858 932	-	-	41 858 932	3 645 445	45 504 377
		210 702 657	**-**	**-**	**210 702 657**	**3 645 445**	**214 348 102**
		365 235 149	**-**	**-**	**365 235 148**	**4 032 388**	**369 267 536**

10. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Activos fixos tangíveis							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamentos	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Activos Fixos Tangíveis em Curso	Total dos Activos Fixos Tangíveis
Activo bruto:								
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	**45 127 661**	**155 610 110**	**260 976 402**	**628 204**	**4 735 765**	**3 129 759**	**47 887 660**	**518 095 561**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	877 222	16 845 809	92 421 042	-	139 715	5 352 428	111 930	115 748 146
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações descontinuadas								-
Investimento	324 375	1 486 536	997 646	-	10 673	42 178	23 800 556	26 661 964
Desinvestimento	(4 225 977)	(25 697 007)	(14 246 383)	(50)	(30 927)	(3 702)	(11 550)	(44 215 596)
Variações cambiais	-	-	-	(2 578)	(73)	-	(6 377)	(9 028)
Transferências	6 743	158 872	57 043 637	2 578	234 610	351 767	(56 936 076)	862 131
Saldo inicial a 1 Janeiro 2021	**42 110 024**	**148 404 320**	**397 192 344**	**628 154**	**5 089 763**	**8 872 430**	**14 846 143**	**617 143 178**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	(219)	-	-	(219)
Transferência de locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimento	531 017	158 359	505 729	-	2 904	1 424	18 720 386	19 919 819
Desinvestimento	(18 358 879)	(70 749 268)	(27 458 637)	(13 900)	(228 732)	(260 175)	(157 626)	(117 227 217)
Variações cambiais	-	-	-	1 534	-	-	2 962	4 496
Transferências	-	71 062 635	(63 021 730)	7 976	43 873	(2 912 584)	(9 495 747)	(4 315 577)
Saldo final a 31 Dezembro 2021	**24 282 162**	**148 876 046**	**307 217 706**	**623 764**	**4 907 589**	**5 701 095**	**23 916 118**	**515 524 480**
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	-	**48 783 512**	**171 082 721**	**536 490**	**3 795 902**	**2 283 945**	-	**226 482 570**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	8 802 226	62 825 605	-	122 667	877 764	-	72 628 262
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações do período	-	3 212 980	22 113 666	25 050	360 195	229 728	-	25 941 619
Desinvestimento	-	(7 080 327)	(7 324 244)	(50)	(30 259)	(3 702)	-	(14 438 582)
Variações cambiais	-	-	-	(2 578)	(53)	-	-	(2 631)
Transferências	-	-	-	2 578	435	-	-	3 013
Saldo inicial a 1 Janeiro 2021	**-**	**53 718 391**	**248 697 748**	**561 490**	**4 248 887**	**3 387 735**	**-**	**310 614 252**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	(219)	-	-	(219)
Transferência de locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações do período	-	4 929 331	19 232 940	19 133	291 891	506 866	-	24 980 161
Desinvestimento	-	(38 469 720)	(21 523 516)	(29 478)	(160 583)	(198 043)	-	(60 381 340)
Variações cambiais	-	-	-	1 534	-	-	-	1 534
Transferências	-	29 629 817	(32 974 068)	24 950	(1 489)	(110)	-	(3 320 900)
Saldo final a 31 Dezembro 2021	**-**	**49 807 819**	**213 433 102**	**577 629**	**4 378 487**	**3 696 448**	**-**	**271 893 485**
Perdas por imparidades acumuladas:								
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	**4 203 164**	**21 377 354**	**5 478 404**	**-**	**-**	**-**	**-**	**31 058 922**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	634 186	10 264 136	-	-	-	-	-	10 898 322
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade do período	20 646	6 449	251 579	-	-	-	-	278 674
Reversão de perdas de imparidade	(24 263)	(1 645 221)	-	-	-	-	-	(1 669 484)
Saldo inicial a 1 Janeiro 2021	**4 833 733**	**30 002 718**	**5 729 983**	**-**	**-**	**-**	**-**	**40 566 436**
Perdas de imparidade do período	12 821	-	1 457 584	-	722	333 798	-	1 804 925
Reversão de perdas de imparidade	(1 056 630)	(5 221 831)	-	-	-	-	-	(6 278 461)
Variações cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final a 31 Dezembro 2021	**3 789 924**	**24 780 887**	**7 187 567**	**-**	**722**	**333 798**	**-**	**36 092 898**
Valor líquido								
A 31 Dezembro 2020	**37 276 291**	**64 683 211**	**142 764 613**	**66 664**	**840 876**	**5 484 695**	**14 846 143**	**265 962 490**
A 31 Dezembro 2021	**20 492 238**	**74 287 340**	**86 597 037**	**46 135**	**528 380**	**1 670 849**	**23 916 118**	**207 538 091**

As principais aquisições realizadas durante o exercício de 2021 e 2020 estão associadas essencialmente ao segmento de Energia referente a reconstrução e remodelação de fábricas e projectos de gestão e do segmento de Fitness com a abertura de novos ginásios e remodelação de outros já existentes.

As principais alienações são referentes a imóveis pertencentes à Troiaresort.

As perdas por imparidade acumuladas registadas no exercício de 2020 e 2021 resultam das avaliações do património imobiliário do Grupo, efectuadas pela empresa de referência Cushman & Wakefield – Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda. A avaliação foi realizada de acordo com os «RICS Valuation January 2014 – Professional Standards» publicado por «The Royal Institution of Chartered Surveyors».

As avaliações tiveram como objectivo a determinação do justo valor dos activos em causa, de acordo com as seguintes definições:

1) Valor de Mercado (montante mais provável pelo qual uma propriedade poderá ser transaccionada) de parte do património e;
2) Opinião de Valor (quando os parâmetros normais da avaliação não se encontram reunidos e como tal o valor reportado não poderá ser considerado como sendo o valor de mercado) dos restantes activos imobiliários do Grupo.

O julgamento da empresa Cushman & Wakefield – Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda. das avaliações obtidas em 2020 baseou-se nas circunstâncias resultantes da pandemia Covid-19, pelo que consideramos manter a análise dos imóveis sob revisão frequente, dada a menor certeza e o maior grau de cautela que atribuimos às avaliações obtidas, quando comparado com as avaliações que seriam obtidas caso não estivessemos face a uma "pandemia global". Não obstante estas circunstâncias, o avaliador imobiliário esclarece que estas consideração não prejudicam a fiabilidade do relatório das avaliações efectuadas em 2020.

O impacto na simulação da valorização, considerando como pressupostos variações de valor de mercado de +- 10% e +- 15% para a opinião de valor para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 são as seguintes:

AVALIAÇÃO C&W	31 Dez.2021 (OV)	31 Dez.2021 (VM)	31 Dez.2021 Valor Contabilístico
Tróia	**2 810 400**	**15 317 159**	**12 604 806**
Residencial	0	0	0
Projectos	0		
Outros	2 810 400	15 317 159	12 604 806
Hotelaria	**16 970 200**	**66 685 304**	**45 059 581**
Hotelaria	16 970 200	66 685 304	45 059 581
Outros Activos	**311 900**	**6 186 937**	**4 128 966**
>2M€	311 900	6 186 937	4 128 966
Total	**20 092 500**	**88 189 400**	**61 793 353**
Simulação de Valorização			
Valor de Mercado	+/- 10%	8 818 940	
Opinião de valor	+/- 15%	3 013 875	
Total Variação		**11 832 815**	

Em 2021, as avaliações efectuadas compreenderam 72 imóveis dos quais 45 estão afectos aos activos fixos tangíveis. Os restantes estão afectos a inventários conforme Nota 14.

O custo de aquisição dos Activos Fixos Tangíveis detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2021 ascendia a 39.566.608 euros (em 31 de Dezembro de 2020, ascendia a 36.305.684 euros), sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 13.265.944 euros e de 15.209.959 euros, respectivamente (Nota 32).

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Activos Fixos Tangíveis em curso referem-se aos seguintes projectos:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Troiaresort	2 042 573	1 901 177
Reconstrução / Remodelação de fábricas e projectos de gestão	5 110 565	6 743 226
Renovação / Aberturas Segmento Hotelaria	12 633 885	3 596 434
Remodelação / Aberturas de Health Clubs	1 235 527	1 487 327
Ecoresot (UNOP4)	579 034	-
Renovação / Manutenção Segmento Troia Resort Operações	1 038 392	510 099
Renovação / Manutenção Marmagno + Aqualuz de Tróia	453 497	366 474
Engenharia Industrial	562 837	224 388
Outros	259 808	17 018
	23 916 118	**14 846 143**

Os montantes sobre Reconstrução / remodelação de fábricas e projectos de gestão incluem o projecto da Central de Cogeração que está a ser desenvolvido no segmento da Energia.

O valor dos ativos sob direito de uso a 31 de dezembro de 2021, fruto da adopção da IFRS 16 é o seguinte:

	Edifícios e Outras Construções	Equipamentos	Equipamento de Transporte	Total
Activo bruto:				
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	**56 140 702**	**36 184 678**	**1 841 276**	**94 166 656**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-
Transferência de locação financeira	-	-	-	-
Operações descontinuadas	-	-	-	-
Investimento	21 157 836	165 087	862 219	22 185 142
Desinvestimento	(2 659 896)	-	(571 619)	(3 231 515)
Variações cambiais	-	-	-	-
Transferências	51 537	-	-	51 537
Saldo inicial a 1 Janeiro 2021	**74 690 179**	**36 349 765**	**2 131 876**	**113 171 820**
Adopção IFRS16				-
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-
Investimento	31 679 654	642 686	479 812	32 802 152
Desinvestimento	(412 954)	-	(190 775)	(603 729)
Variações cambiais	-	-	-	-
Transferências	(2 038)	3 309 402	(11 923)	3 295 441
Saldo final a 31 Dezembro 2021	**105 954 841**	**40 301 853**	**2 408 990**	**148 665 684**
Depreciações acumuladas:				
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	**6 377 275**	**21 133 074**	**440 226**	**27 950 575**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-
Transferência de locação financeira	-	-	-	-
Operações descontinuadas	-	-	-	-
Depreciações do período	6 836 709	6 734	594 305	7 437 748
Desinvestimento	(147 846)		(240 689)	(388 535)
Variações cambiais	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo inicial a 1 Janeiro 2021	**13 066 138**	**21 139 808**	**793 842**	**34 999 788**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-
Depreciações do período	7 642 080	2 559 866	599 544	10 801 490
Desinvestimento	-		(132 026)	(132 026)
Variações cambiais	-	-	-	-
Transferências	51 441	3 336 235	8 168	3 395 844
Saldo final a 31 Dezembro 2021	**20 759 660**	**27 035 910**	**1 269 529**	**49 065 099**
Valor líquido				
A 31 Dezembro 2020	**61 624 041**	**15 209 957**	**1 338 034**	**78 172 032**
A 31 Dezembro 2021	**85 195 181**	**13 265 943**	**1 139 461**	**99 600 590**

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Activos Intangíveis				
	Propriedade Industrial e Outros Direitos	Software	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em Curso	Total dos Activos Intangíveis
Activo bruto:					
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	**9 518 925**	**5 135 664**	**5 053 641**	**1 651 814**	**21 360 044**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	154 253	2 924 231	-	3 078 484
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-		-		-
Operações descontinuadas					-
Investimento	-	6 990	7 420 267	807 692	8 234 949
Desinvestimento	-		(1 527 380)		(1 527 380)
Variações cambiais	-	-	-	-	-
Transferências	226 389	459 678	2 227 674	(453 580)	2 460 161
Saldo inicial a 1 Janeiro 2021	**9 745 314**	**5 756 585**	**16 098 433**	**2 005 926**	**33 606 258**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	-	-	-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-
Operações descontinuadas					-
Investimento	-	-	-	1 036 079	1 036 079
Desinvestimento	(19 144)	(98 998)	(1 286 777)	(680)	(1 405 599)
Variações cambiais	-	-	-	-	-
Transferências	402 885	589 618	(9 837 621)	(807 140)	(9 652 258)
Saldo final a 31 Dezembro 2021	**10 129 055**	**6 247 205**	**4 974 035**	**2 234 185**	**23 584 480**
Amortizações acumuladas					
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	**3 431 455**	**4 421 252**	**3 232 481**	**-**	**11 085 188**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-	82 722	-	-	82 722
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-
Operações descontinuadas				-	-
Amortizações do período	395 380	529 387	388 199	-	1 312 966
Desinvestimento	-	-	-	-	-
Variações cambiais	-	-	-	-	-
Transferências	-	(571)	-	-	(571)
Saldo inicial a 1 Janeiro 2021	**3 826 835**	**5 032 790**	**3 620 680**	**-**	**12 480 305**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)	-		-	-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-		-	-	-
Operações descontinuadas				-	-
Amortizações do período	769 705	603 616	291 733	-	1 665 054
Desinvestimento	(499)	(89 947)	(6 880)	-	(97 326)
Variações cambiais	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo final a 31 Dezembro 2021	**4 596 041**	**5 546 459**	**3 905 533**	**-**	**14 048 033**
Perdas por imparidade					
Saldo inicial a 1 Janeiro 2020	**89 536**	**-**	**600 000**	**-**	**689 536**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)		-		-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade do período	-	-	-	-	-
Reversão de perdas de imparidade	-	-	-	-	-
Variações cambiais	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo inicial a 1 Janeiro 2021	**89 536**	**-**	**600 000**	**-**	**689 536**
Variações do perímetro (entradas) (Nota 8)		-		-	-
Variações do perímetro (saídas) (Nota 8)	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade do período	-	8 868	-	-	8 868
Reversão de perdas de imparidade	-	-	-	-	-
Variações cambiais	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo final a 31 Dezembro 2021	**89 536**	**8 868**	**600 000**	**-**	**698 404**
Valor líquido					
A 31 Dezembro 2020	**5 828 943**	**723 795**	**11 877 753**	**2 005 926**	**20 436 417**
A 31 Dezembro 2021	**5 443 478**	**691 878**	**468 502**	**2 234 185**	**8 838 043**

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, não foram registadas perdas por imparidade, relativas a Activos Intangíveis.

Em Dezembro de 2021, os Activos Intangíveis da Marina de Tróia ascendem ao montante líquido de 5.017.220 euros (5.165.931 euros em 31 de Dezembro de 2020).

Foi atribuído em 2007 pela APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) ao Grupo o contrato de construção e exploração, em regime de serviço público de uma marina e serviços de apoio em Tróia, durante um período de 50 anos a partir da data de entrada em exploração da marina, podendo o prazo de concessão ser prorrogado por um período máximo de 10 anos por acordo entre as partes. Cessando a concessão reverterá gratuitamente para a concedente (APSS) o estabelecimento da concessão, com algumas excepções previstas no contrato.

O Grupo tem o direito de cobrar tarifas pelos serviços a prestar no âmbito da concessão, tendo os limites máximos de ser aprovados pela concedente sob proposta do concessionário.

Durante o período da concessão o Grupo obriga-se a manter em bom estado de funcionamento e conservação os meios que constituem o estabelecimento da concessão, e como contrapartida da concessão paga uma verba fixa anual e uma variável indexada à receita pela prestação de serviços.

A concedente poderá resgatar a concessão sempre que motivos de interesse público o justifiquem, desde que decorrido pelo menos o prazo da concessão e com aviso de pelo menos 1 ano de antecedência, tendo o Grupo direito a uma indemnização pelo valor da quota-parte do estabelecimento não amortizado, e uma indemnização pela receita perdida calculada de acordo com os termos do contrato.

O Grupo efectuou um teste de imparidade ao valor recuperável dos activos da Marina de Tróia.

A determinação do valor recuperável consistiu em efectuar projecções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 50 anos para esta unidade geradora de caixa e actualizadas à data de encerramentos das presentes demonstrações financeiras. As taxas de desconto utilizadas correspondem ás taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC), calculadas através da metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model), antes de impostos. Estas taxas consideram especificidades do mercado, incorporando diferentes factores de risco, bem como as taxas de juro sem risco das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

Os fluxos de caixa considerados têm por base o plano de negócios do Grupo que inclui projecções actualizadas anualmente por forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos nos mercados em que actua.

Em 31 de Dezembro de 2021, dos testes de imparidade realizados, não resultou qualquer perda por imparidade a registar em activos intangíveis.

12. GOODWILL

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido no valor do Goodwill, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Valor Bruto:		
Saldo inicial	**92 658 362**	**62 858 391**
Aquisição adicional de partes de capital em filiais	-	-
Aumentos por aquisições de filiais	900 319	30 082 876
Diminuições por alienações de filiais	-	282 905
Abates	-	-
Saldo final	**93 558 681**	**92 658 362**
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 22):		
Saldo inicial	30 978 150	29 221 018
Aumentos	1 153 439	1 757 132
Diminuições	-	-
Saldo final	**32 131 589**	**30 978 150**
Total Acumulado	**61 427 093**	**61 680 212**

O montante do valor bruto verificado é relativo às sociedades que integram o período de consolidação de 2021 conforme nota 6.

A 31 de Dezembro de 2021 o aumento registado durante o ano refere-se à aquisição da CHPA Holding, S.A.P.I. de C.V.

A 31 de Dezembro de 2020 o aumento registado durante o ano refere-se à aquisição da Capwatt Power España e suas subsidiárias e a diminuição verificada corresponde à correção de preço variável de uma sbsidiária do grupo Futura.

O aumento por perdas de imparidade em 2020 está associado à avaliação de activos imobiliários, na medida que o Goodwill gerado na aquisição da empresa que detém os imóveis, deixa de ser suportado pelo diferencial positivo do justo valor desses imóveis face ao seu valor contabilístico e ainda à avaliação de negócio da área da energia. Em 2021 o aumento da imparidade de 2021 está também associado a vendas de imóveis.

Os testes de imparidade realizados aos montantes registados na rubrica Goodwill, foram calculados com base em projecções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 5 anos, posteriormente extrapolados através de uma perpetuidade (com taxa de crescimento nula) e actualizados à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas. O crescimento médio assumido para o uFCF é de -1,0%, motivado pela recuperação extraordinária de investimento em fundo de maneio em 2021 (ano base do Plano), não obstante os ganhos de escala e a aposta nos segmentos estratégicos de maior margem. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC). As taxas WACC utilizadas, foram calculadas em função da especificidade de cada um dos negócios e das suas respectivas estruturas de capital objectivo, em particular:

Real Estate	6,35%
Operational Troia Resort Operações	7,52%
Energy	[4,74% – 8,22%]
Fitness	8,12%
Hospitality	[7,72% – 10,34%]
Indutrial Engineering Portugal	8,81%

Nos testes de imparidade efectuados aos valores do Goodwill, através de avaliações por DCF (Discounted Cash Flow), fazendo a WACC e a taxa de crescimento do negócio variar em 1 p.p, o Goodwill mantêm-se sem imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Goodwill tinha a seguinte composição:

	30 Setembro 2021	31 Dezembro 2020
Troia Resort Operações	1 223 235	1 223 235
Hotelaria	-	-
Fitness	8 828 704	8 828 704
Energia	37 112 676	36 212 357
Engenharia Industrial	8 075 960	8 075 960
Holding & Outros	6 186 518	7 339 957
	61 427 093	**61 680 212**

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS NÃO CORRENTES

O detalhe dos Outras dívidas de terceiros não correntes em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, é o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas		
Outros	-	34 916
	-	**34 916**
Perdas por imparidade (Nota 30)	-	(34 916)
	-	**-**
Clientes e outros devedores		
Devedores por alienação de Investimentos Financeiros	420 750	420 750
Outros	1 117 903	1 117 903
Perdas por imparidade (Nota 30)	-	-
	1 538 653	**1 538 653**
Outros activos financeiros	**134 018**	**229 836**
Gastos a reconhecer		
Comissões bancárias	-	-
	-	**-**
Total de instrumentos financeiros	**1 672 671**	**1 768 489**
Outras dívidas de terceiros não correntes	**1 672 671**	**1 768 489**

O valor apresentado em outros corresponde maioritáriamente a um valor a receber do estado.

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a antiguidade de Outros devedores pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Não vencido	**-**	**-**
Vencido mas sem registo de imparidade		
< 6 meses	-	-
6 - 12 meses	-	-
> 1 ano	1 538 653	1 538 653
	1 538 653	**1 538 653**
Vencido com registo de imparidade		
> 1 ano	-	-
	1 538 653	**1 538 653**

Os valores incluídos em Outras dívidas de terceiros não correntes vencem na sua generalidade juros a taxas de mercado e estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respectivo valor de balanço.

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os valores incluídos em Outros activos de Clientes e Outros Devedores é relativo essencialmente a adiantamento para cobrança de impostos em processo de amnistia fiscal em 2002 (803 milhares de euros) e outros.

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de Outros Devedores. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. As perdas por imparidade a 31 de dezembro de 2021 são determinadas da seguinte forma: as perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospectivas.

	31 Dezembro 2021
Valor bruto contabilístico	1 538 653
0 - 90 dias	-
+ 90 dias	1 538 653
Perdas por imparidade acumuladas	-
0 - 90 dias	-
+ 90 dias	-
Taxa de perdas estimadas	
0 - 90 dias	0%
+ 90 dias	0%

14. INVENTÁRIOS

O detalhe dos Inventários em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 é o seguinte, explicitando os valores correspondentes a empreendimentos imobiliários:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Total	dos quais empreendimentos imobiliários	Total	dos quais empreendimentos imobiliários
Mercadorias	19 297 592	8 268 962	10 718 577	8 317 249
Mercadorias em poder de terceiros	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 116 166	-	1 720 181	-
Produtos acabados e intermédios	2 462 178	1 620 603	5 574 979	4 524 508
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	(1 016)	-	455 314	-
Produtos e trabalhos em curso	28 088 280	27 491 851	31 981 848	30 489 530
Adiantamentos por conta de compras	-	-	300	-
	51 963 200	**37 381 416**	**50 451 199**	**43 331 287**
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 30)	(3 214 232)	(2 513 187)	(4 080 588)	(2 513 187)
Total Acumulado	**48 748 967**	**34 868 229**	**46 370 611**	**40 818 100**

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 ascendeu a 381.422.954 e 190.698.261 euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Inventários iniciais	12 438 758	14 501 758
Efeito da conversão cambial	-	(497)
Variações de perímetro	-	102 498
Compras	381 298 928	189 136 387
Regularizações de inventários	9 649 317	(57 699)
Inventários finais	21 413 758	12 438 758
	381 973 245	**191 243 689**
Perdas por imparidade (Nota 30)	(162 046)	1 474 407
Reversão por perdas de imparidade (nota 30)	(388 246)	(2 019 834)
Actividades Continuadas	**381 422 954**	**190 698 261**
Actividades Descontinuadas	**-**	**-**
Total Acumulado	**381 422 954**	**190 698 261**

O valor de regularização de inventários corresponde a licenças CO2 que são consideradas em outros gastos e perdas.

As perdas por imparidade e as reversões de perdas por imparidade do exercício de 2021 e 2020 resultam das avaliações do património imobiliário do Grupo Sonae Capital, efectuadas pela empresa de referência Cushman & Wakefield – Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda. (Nota 10) e das alienações de imóveis que ocorreram durante o exercício corrente.

As avaliações tiveram como objectivo a determinação do justo valor dos activos em causa, de acordo com as seguintes definições:

1) Valor de Mercado (montante mais provável pelo qual uma propriedade poderá ser transaccionada) de parte do património e;

2) Opinião de Valor (quando os parâmetros normais da avaliação não se encontram reunidos e como tal o valor reportado não poderá ser considerado como sendo o valor de mercado) dos restantes activos imobiliários do Grupo.

O julgamento da empresa Cushman & Wakefield – Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda. das avaliações obtidas em 2020 baseou-se nas circunstâncias resultantes da pandemia Covid-19, pelo que consideramos manter a análise dos imóveis sob revisão frequente, dada a menor certeza e o maior grau de cautela que atribuimos às avaliações obtidas, quando comparado com as avaliações que seriam obtidas caso não estivessemos face a uma "pandemia global". Não obstante estas circunstâncias, o avaliador imobiliário esclarece que estas consideração não prejudicam a fiabilidade do relatório das avaliações efectuadas em 2020.

O impacto na simulação da valorização, considerando como pressupostos variações de valor de mercado de +- 10% e opinião de valor de +- 15% para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 são as seguintes:

AVALIAÇÃO C&W	31 Dez.2020 (OV)	31 Dez.2020 (VM)	31 Dez.2021 Valor Contabilístico
Tróia	**5 876 200**	**32 143 070**	**11 562 819**
Residencial	5 876 200	32 143 070	11 562 819
Projectos	0	0	0
Outros	0	0	0
Hotelaria	**0**	**0**	**0**
Hotelaria	0	0	0
Outros Activos	**674 450**	**21 167 124**	**15 394 992**
>2M€	674 450	21 167 124	15 394 992
Total	**6 550 650**	**53 310 194**	**26 957 811**
Simulação de Valorização			
Valor de Mercado	*+/- 10%*	5 331 019	
Opinião de valor	+/- 15%	982 598	
Total Variação		**6 313 617**	

15. CLIENTES

O detalhe de Clientes em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 é o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Clientes correntes		
Troia Resort Operações	1 726 648	1 823 419
Hotelaria	496 029	310 547
Fitness	405 079	282 300
Energia	75 157 747	40 866 289
Real Estate	8 919 855	171 374
Holding & Outros	168 882	543 077
Engenharia Industrial	2 994 823	3 287 272
	49 909 958	**47 284 278**
Clientes, conta letras	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	325 584	325 584
	50 235 541	**47 609 861**
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 30)	(18 750 269)	(3 196 767)
Total Acumulado	**31 485 274**	**44 413 095**
Actividades Descontinuadas	-	-
Total Acumulado	**31 485 274**	**44 413 095**

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade normal. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que

foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica. O Grupo entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de Dezembro 2021 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Real Estate	Holding e Outras	Engenharia Industrial	Total
31 Dezembro 2021								
Não vencido	**538 499**	**166 465**	**72 639**	**15 266 814**	**21 407**	**10 414**	**1 240 909**	**17 317 147**
Vencido mas sem registo de imparidade								
0 - 30 dias	57 494	16 402	2 249	1 816 165	8 760 467	32 570	43 677	10 729 024
30 - 90 dias	175 533	100 859	32 699	1 030 599	-	24 902	87 959	1 452 551
+ 90 dias	244 155	79 643	33 360	1 438 381	26 832	100 996	19 986	1 943 353
Total	**477 182**	**196 904**	**68 308**	**4 285 145**	**8 787 299**	**158 468**	**151 622**	**14 124 926**
Vencido com registo de imparidade								
0 - 90 dias	4 754	-	-	14 411 825	-	-	-	14 416 579
90 - 180 dias	7 439	-	4 460	-	-	-	-	11 899
180 - 360 dias	25 658	8 771	60 519	712 079	-	-	7 411	814 438
+ 360 dias	786 935	208 601	199 153	522 570	139 475	98 725	1 595 094	3 550 553
Total	**824 786**	**217 372**	**264 132**	**15 646 474**	**139 475**	**98 725**	**1 602 505**	**18 793 468**
Total acumulado antes de imparidades	**1 840 467**	**580 741**	**405 079**	**35 198 433**	**8 948 181**	**267 607**	**2 995 036**	**50 235 541**

	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Real Estate	Holding e Outras	Engenharia Industrial	Total
31 Dezembro 2020								
Não vencido	**609 710**	**52 139**	**6 477**	**36 237 837**	**5 997**	**9 581**	**1 317 815**	**38 239 556**
Vencido mas sem registo de imparidade								
0 - 30 dias	7 669	4 378	147 449	2 781 300	11 500	21 176	118 967	3 092 439
30 - 90 dias	184 547	41 529	12 561	1 438 055	7 442	-	70 552	1 754 686
+ 90 dias	327 875	37 469	102 260	306 770	119 901	512 321	76 055	1 482 651
Total	**520 091**	**83 376**	**262 270**	**4 526 125**	**138 843**	**533 497**	**265 574**	**6 329 774**
Vencido com registo de imparidade								
0 - 90 dias	-	1 802	13 554	-	-	-	-	15 356
90 - 180 dias	1 199	411	-	-	-	-	-	1 610
180 - 360 dias	11 100	13 655	-	-	-	-	23 290	48 045
+ 360 dias	795 139	243 878	-	102 327	54 860	98 725	1 680 592	2 975 521
Total	**807 438**	**259 746**	**13 554**	**102 327**	**54 860**	**98 725**	**1 703 882**	**3 040 531**
Total acumulado antes de imparidades	**1 937 239**	**395 261**	**282 301**	**40 866 289**	**199 700**	**641 803**	**3 287 271**	**47 609 861**

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes o Grupo analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito de clientes, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos assim que o risco de crédito não excede as perdas por imparidade registadas.

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de clientes. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim

como nos dias de atraso. As perdas por imparidade a 31 de dezembro de 2021 são determinadas da seguinte forma: as perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospectivas.

2021	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Real Estate	Holding e Outras	Engenharia Industrial	Total
Valor bruto contabilistico	**1 840 467**	**580 741**	**405 079**	**35 198 433**	**8 948 181**	**267 607**	**2 995 036**	**50 235 544**
0 - 90 dias	776 280	283 726	107 587	32 525 403	8 781 874	67 886	1 372 545	43 915 301
+ 90 dias	1 064 187	297 015	297 492	2 673 030	166 307	199 721	1 622 491	6 320 243
Perdas por imparidade acumuladas	**824 786**	**217 372**	**264 132**	**15 646 474**	**139 475**	**98 725**	**1 602 505**	**18 793 469**
0 - 90 dias	4 754	-	-	14 411 825	-	-	-	14 416 579
+ 90 dias	820 032	217 372	264 132	1 234 649	139 475	98 725	1 602 505	4 376 890
Taxa de perdas estimadas								
0 - 90 dias	0,61%	0,00%	0,00%	44,31%	0,00%	0,00%	0,00%	32,83%
+ 90 dias	77,06%	73,19%	88,79%	46,19%	83,87%	49,43%	98,77%	69,25%

O valor bruto contabilístico dos saldos acima reflecte o risco de crédito máximo do Grupo relativamente a estas rubricas.

16. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS CORRENTES

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, é o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Empréstimos concedidos e outros valores a receber de empresas relacionadas		
Outros	389 829	137 522
	389 829	**137 522**
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	3 041 034	1 622 198
Alienação de imobilizado	245 945	-
Alienação de investimentos financeiros	1 449 407	3 949 407
Outros devedores	2 318 294	2 707 987
	7 054 680	**8 279 592**
Outras Dividas de Terceiros	7 444 509	8 417 114
Perdas por imparidade acumuladas em Holding & Outros correntes (Nota 30)	(1 920 470)	(1 639 419)
Outras dívidas de terceiros	**5 524 040**	**6 777 695**

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas vencem juros a taxas de mercado.

Os principais saldos que compõe a rubrica de «Outros devedores» são os saldos a terceiros cedidos pelo Fundo WTC na sua liquidação à Sonae Capital (889.604 euros).

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a antiguidade de Outros devedores pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Não vencido	**764 928**	**2 026 879**
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	2 556 089	450 051
30 - 90 dias	993 252	259 330
+ 90 dias	1 009 953	3 904 004
Total	**4 559 294**	**4 613 385**
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	-	-
90 - 180 dias	168	13 911
180 - 360 dias	195 181	32 989
+ 360 dias	1 535 109	1 592 428
Total	**1 730 458**	**1 639 328**
Outros devedores antes de imparidades	**7 054 680**	**8 279 592**

A 31 de Dezembro 2021, não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e vencidos para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em Outras Dívidas de Terceiros aproximam-se do seu justo valor.

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, é o seguinte:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Valores devedores		
Estado e Outros Entes Públicos - Imposto sobre o rendimento		
Retenções na Fonte	105 457	667 658
Pagamentos por conta	2 732 369	1 327 438
Imposto sobre o rendimento (IRC)	287 901	47 167
	3 125 727	**2 042 264**
Estado e outros entes publicos - outros impostos		
Imposto sobre o valor acrescentado	5 574 184	7 248 671
Outros Impostos	3 473 471	3 491 761
	9 047 655	**10 740 431**
Total Acumulado	**12 173 382**	**12 782 695**
Valores credores		
Estado e Outros Entes Públicos - Imposto sobre o rendimento		
Estimativa de IRC	2 485 339	802 675
	2 485 339	**802 675**
Estado e outros entes publicos - outros impostos		
Imposto sobre o valor acrescentado	3 576 073	2 439 981
Retenção na fonte - Imposto sobre o rendimento	712 109	565 287
Contribuições para a Segurança Social	774 277	672 076
Outros Impostos	1 054 093	2 483 583
	6 116 552	**6 160 925**
Total Acumulado	**8 601 891**	**6 963 600**

O montante registado em valores devedores, na rúbrica de «Outros impostos» respeita essencialmente a valores de liquidações adicionais de impostos, impugnações e relamações com Autoridade Tributária Portuguesa.

18. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, é o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Acréscimo de rendimentos - Juros a receber	22	279 557
Acresc. De rendimentos - Facturação a emitir por prestação de serviços	3 759 780	2 942 314
Acresc. De rendimentos - Facturação a emitir por vendas	3 098 996	5 300 000
Outros acréscimos de rendimentos	1 047 631	1 837 916
Gastos a reconhecer - fornecimentos e serviços externos	2 021 422	1 534 260
Gastos a reconhecer - rendas	238 675	372 413
Gastos a reconhecer - encargos financeiros	51 483	122 708
Outros activos correntes	921 434	986 654
Total Acumulado	**11 139 443**	**13 375 822**

A rubrica de faturação a emitir por vendas é relativa a vendas de derivados de energia.

Os outros ativos correntes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 incluem (i) saldo referente a indemnização para arrendamento de ginásio 257.591 (269.344 € em 2020), (ii) gastos a reconhecer de comissões de vendas 126.418€ (312.702€ em 2020) e gastos antecipados de comições de financiamento no valor de 137.577€.

19. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Homogeneização de amortizações	498 673	347 452	3 487 043	3 969 016
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	4 867 256	4 726 280	-	-
Anulação de Activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	
Reavaliações de activos fixos tangíveis reintegráveis	-	-	-	34 902
Prejuízos fiscais reportáveis	20 739 476	20 189 965	92 545	-
Diferenças limites de amortizações	280 646	285 709	-	-
Diferenças temporárias tributáveis	-	-	9 957 142	6 456 560
Outros	1 366 848	997 635	1 136 567	1 995 530
	27 752 898	**26 547 041**	**14 673 296**	**12 456 008**

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi como segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Saldo inicial	**26 547 041**	**20 671 070**	**12 456 008**	**12 432 090**
Efeito em resultados (Nota 42):				
Homogeneização de amortizações	151 221	(14 716)	(481 973)	(227 695)
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente	(151)	(150)	-	-
Anulação de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	(71 250)	-	-
Reavaliações de activos fixos tangíveis reintegráveis	-	-	(34 902)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	1 233 629	-	92 545	-
Imparidade de Activos	140 976	(558 821)	-	-
Efeito de alteração de taxa de imposto	-	-	-	-
Outros	1 100 849	235 029	2 747 834	(116 254)
	2 626 524	**(409 908)**	**2 323 505**	**(343 949)**
Efeito em reservas:				
Instrumentos financeiros	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**
Variação de perímetro	**34 575**	**6 473 231**	**(106 216)**	**367 866**
Outros	**(1 455 242)**	**(187 351)**	**-**	**-**
Saldo final	**27 752 898**	**26 547 041**	**14 673 296**	**12 456 008**

O valor de outros passivos de 2021 corresponde a imposto diferido relativo a venda de imóvel.

De acordo com as declarações fiscais e estimativas de imposto sobre o rendimento das empresas que registam activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, utilizando para o efeito as taxas de imposto naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31 Dezembro 2021			31 Dezembro 2020		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2014	13 046 930	2 739 855	2026	13 193 576	2 770 651	2026
Gerados em 2015	43 839 192	9 206 230	2027	43 854 211	9 209 384	2027
Gerados em 2016	11 551 269	2 425 766	2028	12 439 172	2 612 226	2028
Gerados em 2017	5 200 878	1 092 184	2024	10 283 755	2 159 589	2022
Gerados em 2018	-	-	2025	-	-	2023
Gerados em 2019	-	-	2026	-	-	2024
Gerados em 2020	-	-	2032	-	-	2025
	73 638 269	**15 464 035**		**79 770 714**	**16 751 850**	
Sem data de utilização	21 101 762	5 275 441		20 930 641	3 438 113	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima				-	-	
	94 740 031	**20 739 476**		**100 701 355**	**20 189 963**	

A constituição de activos por impostos diferidos teve por base a análise da pertinência do seu reconhecimento, designadamente no que concerne à possibilidade de os mesmos virem a ser recuperados, atendendo às perspectivas de médio e longo prazo do Grupo.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais são registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro.

A avaliação dos activos por impostos diferidos baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Desde o exercício fiscal de 2014, a maioria das filiais do Grupo, sediadas em Portugal, integram o perímetro do Grupo de Sociedades tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), cuja sociedade dominante é a Sonae Capital, SGPS, S.A..

Da análise efectuada, em 31 de Dezembro de 2021, resultou que existe expectativa fundada de recuperação dos activos por impostos diferidos registados antes do respectivo prazo de caducidade.

Em 31 de Dezembro de 2021 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 107.496.026 euros (60.510.366 euros em 31 de Dezembro de 2020), cujos activos por impostos diferidos, numa óptica de prudência, não se encontram registados e que se detalham como segue:

	31 Dezembro 2021			31 Dezembro 2020		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2014	1 064 865	223 622	2026	1 064 865	223 622	2026
Gerados em 2015	1 912 800	401 688	2027	1 912 800	401 688	2027
Gerados em 2016	1 375 530	288 861	2028	1 375 530	288 861	2028
Gerados em 2017	15 930 483	3 345 401	2024	15 930 483	3 345 401	2024
Gerados em 2018	3 094 723	649 892	2025	3 220 811	676 370	2025
Gerados em 2019	3 356 518	704 869	2026	3 542 945	744 018	2026
Gerados em 2020	37 901 388	7 959 291	2032	32 229 082	6 768 107	2032
Gerados em 2021	22 634 925	4 753 334	2033	-	-	2033
	87 271 232	**18 326 958**		**59 276 516**	**12 448 067**	
Sem limite de data de utilização	-	-		-	-	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	1 779 295	395 737		1 233 851	259 109	
	1 779 295	**395 737**		**1 233 851**	**259 109**	
	89 050 527	**18 722 695**		**60 510 367**	**12 707 176**	

20. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Numerário	371 021	216 899
Depósitos bancários	100 152 612	43 191 989
Aplicações de tesouraria	4 719	4 719
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	100 528 352	43 413 607
Descobertos bancários (Nota 23)	(2 191 765)	-
Depósito caução	-	-
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	**98 336 587**	**43 413 607**

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos (Nota 23).

O valor apresentado em caixa e equivalentes de caixa em 2021 contém 31 milhões de euros que estão limitados na sua utilização por contratos de financiamento.

Os outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional da Demonstração de Fluxos de Caixa inclui essencialmente pagamentos e recebimentos de outros impostos e liquidação e recebimento de outros gastos e perdas e outros rendimentos e ganhos liquidados durante o exercício. O montante é relativo a comissões pagas dos hotéis e por venda de imóveis no valor de 2,5 milhões de euros (nota 37), outros imposto (nota 39) no valor de 5 milhões de euros e iva no valor de 3 milhões de euros em 2021. Para além disso, outros impostos no valor de 3 milhões de euros como IVPEE.

A análise de risco de crédito encontra-se conforme a nota 3.2.

21. CAPITAL PRÓPRIO

A Sonae Capital, SGPS. SA tem o capital social representado por 250.000.000 de acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de um euro.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 a Sonae Capital SGPS. S.A., detém 3.212.789 acções próprias (3.212.789 acções em 31 de Dezembro de 2020), registadas por 1.021.930 euros (1.021.930 euros em 31 de Dezembro de 2020).

Em outras reservas estão incluídos os montantes correspondentes a uma reserva de igual montante ao das acções próprias detidas pela sociedade mãe do Grupo, reserva esta indisponível enquanto a sociedade as mantiver.

As reservas e resultados transitados do Grupo Sonae Capital incluem as seguintes rubricas:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Reserva de Cisão	132 638 253	132 638 253
Reservas de conversão	173 813	161 668
Outras	(278 251 880)	(165 161 852)
Depósito caução	-	-
Outras Reservas e Resultados Transitados	**(145 439 814)**	**(32 361 931)**

Durante o ano de 2021 foram distribuidos 75 milhões de euros.

Reserva de Cisão

Em consequência do projecto de cisão, foi criada uma Reserva de Cisão no valor de 132.638.253 euros a qual é equiparável a Reserva Legal pelo que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não pode ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou pode ser incorporada em capital.

Reservas de conversão cambial

A reserva de conversão monetária, resulta da transposição para euros das demonstrações financeiras de subsidiárias expressas em outra moeda funcional e será reciclado por resultados quando as empresas forem liquidadas ou vendidas.

As variações ocorridas nas rúbricas que constituem o Capital Próprio estão detalhadas na Demonstração de Variações de Capitais Próprios.

22. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro 2021 e de 2020 foram os seguintes:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Saldo inicial em 1 de Janeiro	**1 493 975**	**2 184 277**
Variação de percentagem por aquisição / aumentos capital		
Variação das Reservas de Cobertura	-	-
Variação de percentagem em filiais	(417)	(626 538)
Variação resultante da conversão cambial	1 946	18 355
Distribuição de Dividendos	(960 032)	(1 042 737)
Outras variações	(33 614)	(10 691)
Resultado do período atribuível aos interesses sem controlo	175 249	971 308
Saldo final	**677 107**	**1 493 975**

Os interesses que não controlam, resultam essencialmente das sociedades do segmento de energia.

23. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Sonae Capital SGPS - papel comercial [a)]	-	-	13 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial [b)]	10 000 000	-	10 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial [c)]	500 000	9 500 000	2 000 000	4 000 000
Sonae Capital SGPS - papel comercial [d)]	31 250 000	-	16 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial [e)]	2 750 000	5 500 000	-	8 250 000
Sonae Capital SGPS - papel comercial [f)]	-	-	15 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial [g)]	-	-	20 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial [h)]	-	30 000 000	-	-
Custos de montagem de financiamentos		(242 921)	-	(10 201)
Outros	5 032 005	46 038 771	46 709 900	3 745 934
	49 532 005	**90 795 850**	**122 709 900**	**15 985 733**
Descobertos bancários (Nota 15)	2 191 765	-	-	-
Empréstimos bancários	**51 723 770**	**90 795 850**	**122 709 900**	**15 985 733**
Empréstimos por Obrigações				
Obrigações Sonae Capital 2016/2021 [i)]	-	-	15 000 000	-
Obrigações Sonae Capital 2019/2024 [j)]	-	15 000 000	-	15 000 000
Obrigações Sonae Capital 2019/2026 [k)]	2 000 000	11 000 000	2 000 000	13 000 000
Obrigações Sonae Capital 2019/2024 II [l)]	-	12 500 000	-	12 500 000
Obrigações Sonae Capital 2020/2024 [m)]	-	15 000 000	-	15 000 000
SIAF GREEN PROJECT BOND 2021-2033 [n)]	2 650 000	38 150 000		
Custos de montagem de financiamentos	-	(926 719)	-	(357 400)
Empréstimos por Obrigações	**4 650 000**	**90 723 281**	**17 000 000**	**55 142 600**
Outros empréstimos	713 847	2 000 000	146 132	-
	57 087 617	**183 519 131**	**139 856 032**	**71 128 333**

a) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial com garantia de subscrição, iniciado em 29 de Setembro de 2017 e válido até Setembro de 2021.

b) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 30 de Junho de 2017 com renovações anuais, salvo denúncia de qualquer uma das partes.

c) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 24 de Fevereiro de 2017, válido até Fevereiro de 2027, com amortizações semestrais a partir de 2022.

d) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, sem garantia de subscrição, iniciado em 20 de Dezembro de 2017 com renovações anuais. Emissões colocadas junto de investidores institucionais.

e) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 31 de Dezembro de 2013, válido até Fevereiro de 2024, com amortizações anuais a partir de 2022.

f) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 17 de Abril de 2020 e terminado em Outubro de 2021.

g) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 28 de Maio de 2020 e terminado em Outubro de 2021.

h) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 28 de Dezembro de 2021, válido até Dezembro de 2024.

i) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2016/2021 no valor de 15.000.000 euros, reembolsado ao fim de 5 anos numa única prestação em 29/Julho/2021.

j) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2019/2024 no valor de 15.000.000 euros reembolsável no 8º e 10º cupões, com fim em 26/Junho/2024. As obrigações vencem juros semestralmente.

k) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2019/2026 no valor de 15.000.000 euros reembolsável em prestações anuais a partir do 2º cupão, inclusive, com maturidade em 28/Junho/2026. As obrigações vencem juros semestralmente.

l) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2019/2024 II no valor de 12.500.000 euros reembolsável numa única prestação em 08/Agosto/2024. As obrigações vencem juros semestralmente.

m) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2020/2024 no valor de 15.000.000 euros reembolsável numa única prestação em 20 de Março de 2024. As obrigações vencem juros semestralmente.

n) Empréstimo Obrigacionista SIAF GREEN PROJECT BOND 2021-2033, no valor de 40.800.000 euros reembolsável em prestações semestrais com maturidade em Outubro/2033. As obrigações vencem juros semestralmente.

A taxa de juro dos empréstimos obrigacionistas e dos empréstimos bancários em vigor a 31 de Dezembro de 2021 era em média 1,86% (1,59% em 31 de Dezembro de 2020).

O valor apresentado em outros inclui mútuo na modalidade de project finance no montante de 43 M€ iniciado em Outubro de 2021, maturidade em Outubro de 2028 e com reembolsos semestrais.

Os empréstimos bancários mencionados vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor do respetivo prazo de cada emissão.

No caso de alguma instituição Bancária ou investidor titular de papel comercial emitido não renovar, nas datas de vencimento, as respetivas tomadas, o Grupo dispõe linhas de crédito disponíveis para fazer face a essas não renovações.

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	57 087 669	3 879 794	142 718 492	2 367 591
N+2	23 827 627	3 381 839	11 077 204	988 840
N+3	89 915 520	2 448 566	15 797 403	803 912
N+4	16 705 796	1 583 427	44 085 050	514 133
N+5	18 560 742	847 781	3 247 123	89 696
Após N+5	35 679 034	2 109 456	5 278 075	32 372
	241 776 388	**14 250 863**	**222 203 348**	**4 796 544**
Actividades descontinuadas	-	-	-	-
Total	**241 776 388**	**14 250 863**	**222 203 348**	**4 796 544**

À data de 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, as linhas de crédito disponíveis e os montantes de linhas contratadas são as seguintes:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis	37 261 536	10 227 520	20 149 467	42 043 500
Montantes de linhas contratadas	52 010 000	56 823 500	80 450 000	54 293 500

Em 31 de Dezembro de 2021 a reconciliação dos passivos cujos fluxos afectam as actividades de financiamento, são detalhadas da seguinte forma:

	31/dez/20	Numerário		Não Numerário			31/dez/21
		Recebimentos	Pagamentos	Transferências	Custo amortizado	Variação de Perímetro	
Descobertos bancários (Nota 20)	0	2 191 765	0				2 191 765
Empréstimos não correntes (Nota 23)	71 128 333			113 192 837	-802 039		183 519 131
Empréstimos correntes (Nota 23)	139 856 032	97 192 040	-68 959 383	-113 192 837	-	-	54 895 852
	210 984 365	**99 383 805**	**-68 959 383**	**-**	**-802 039**	**-**	**240 606 748**

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

A empresa detêm instrumentos financeiros derivados ao justo valor baseado em cotações de mercado de energia, gás, electricidade e licenças de CO2. A variação face ao ano passado em que o valor era nulo deve-se à aquisição do Grupo Futura.

	Activo	Passivo
Derivados de negociação	59 691 372	45 452 161
- Swaps de matérias primas	59 638 893	19 624 310
Gas	0	1 657 573
Eletricidade	59 638 893	17 966 737
- Futuros	52 479	25 723 978
Licenças CO2	52 479	25 723 978
- Derivados de cobertura	0	103 873
Swaps taxas de juro		103 873
Depósitos		
Outros instrumentos - garantias recebidas		3 141 178
Outros instrumentos - garantias prestadas	27 789 458	
	87 480 829	48 593 339

A valorização dos derivados é baseada em cotações indicadas por entidades externas, as quais são confrontadas em cada data de reporte, com cotações de mercado disponíveis em plataformas de informação financeira, pelo que de acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos derivados é classificado como de nível 2 não tendo ocorrido alterações entre

níveis no período. Estas entidades utilizam informação de mercados e técnicas de desconto de fluxos de caixa futuros geralmente aceites.

Todos os instrumentos financeiros contratados são para cobertura do preço. Estes instrumentos não vencem juros.

25. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica Outros dívidas a terceiros não correntes pode ser detalhada como segue:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Empréstimos obtidos e outros valores a pagar a empresas relacionadas		
Outros	216 645	216 645
	216 645	**216 645**
Outros credores		
Credores do processo de reestruturação Torralta	1 051 000	853 007
Fornecedores de activos fixos	8 763 581	4 961 911
Outros	290 998	345 157
	10 105 579	**6 160 075**
Proveitos diferidos		
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 26)	608 186	522 105
	608 186	**522 105**
Responsabilidades por pensões		
Outras dívidas de terceiros não-correntes	**10 930 410**	**6 898 825**
Actividades descontinuadas	**-**	**-**
Outras dívidas a terceiros não correntes	**10 930 410**	**6 898 825**

O Montante registado em outros credores diz respeito a valores em dívida com as aquisições de participações sociais do período.

A 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a maturidade dos saldos de Outros Credores pode ser analisada como segue:

31 Dezembro 2021	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
Fornecedores de activos fixos	8 051 670	711 911	-	-	-	8 763 581
Outras dívidas a terceiros não correntes	1 067 343	229 834	84 536	561 903	223 213	2 166 829
Total acumulado	**9 119 013**	**941 745**	**84 536**	**561 903**	**223 213**	**10 930 410**

31 Dezembro 2020	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
Fornecedores de activos fixos	265 000	485 000	711 911	3 500 000	-	4 961 911
Outras dívidas a terceiros não correntes	682 794	564 080	501 903	20 583	167 554	1 936 914
Total acumulado	**947 794**	**1 049 080**	**1 213 814**	**3 520 583**	**167 554**	**6 898 825**

26. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS EM ACÇÕES

O Grupo Sonae Capital concedeu em 2012 e nos anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções Sonae Capital SGPS, SA. a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae Capital na data de vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, o valor de mercado do total das responsabilidades decorrentes dos planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
				31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Acções					
	2017	2020	1	22 945	22 945
	2018	2021**	7	165 212	328 803
	2019	2022	14	383 870	383 870
	2020	2023	14	686 677	686 677
	2021	2024	14	386 292	-
Total				**1 644 996**	**1 422 295**

** o prazo de pagamento foi extendido para 2024

Os valores registados nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Registado em outros passivos não correntes (Nota 25)	608 186	522 105
Registado em outros passivos correntes (Nota 28)	550 390	330 111
Registado em reservas	(691 130)	(409 888)
Valor registado em gastos com pessoal (Nota 37)	**467 446**	**442 328**

27. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

		A pagar		
	31 Dezembro 2021	até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Fornecedores conta corrente				
Troia Resort Operações	552 102	484 379	8 461	59 262
Hotelaria	802 837	757 383	22 722	22 732
Fitness	1 310 261	1 195 350	52 137	62 774
Energia	11 649 236	11 420 088	34 293	194 855
Real Estate	69 912	46 849	18 858	4 205
Holding & Outros	511 692	484 807	765	26 120
Engenharia Industrial	2 343 122	2 220 416	83 578	39 128
	17 239 161	**16 609 272**	**220 814**	**409 076**
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	10 505 993	10 413 929	53 418	38 646
Total Acumulado	**27 745 153**	**27 023 201**	**274 232**	**447 721**
Actividades Descontinuadas	-			
Total Acumulado	**27 745 153**			

		A pagar		
	31 Dezembro 2020	até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Fornecedores conta corrente				
Troia Resort Operações	563 105	517 492	3 186	42 427
Hotelaria	335 311	296 482	14 946	23 883
Fitness	1 687 596	1 194 690	323 643	169 264
Energia	10 154 364	7 880 636	2 059 575	214 153
Real Estate	73 714	69 327	-	4 387
Holding & Outros	898 009	701 187	132 168	64 654
Engenharia Industrial	1 408 197	1 362 957	38 620	6 620
	15 120 296	**12 022 771**	**2 572 138**	**525 388**
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	3 530 829	3 090 571	421 409	18 849
Total Acumulado	**18 651 125**	**15 113 342**	**2 993 547**	**544 237**
Actividades Descontinuadas	-			
Total Acumulado	**18 651 125**			

O aumento tão significativo nas faturas em recepção e conferência corresponde ao segmento da energia.

28. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a maturidade das Outras dívidas a terceiros pode ser detalhada como segue:

		A pagar		
	31 Dezembro 2021	até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Outros credores				
Fornecedores de activos fixos	4 759 116	8 590 918	3 208 594	6 808 792
Outros	20 038 346	17 915 598	1 090 542	4 244 487
	24 797 462	**26 506 516**	**4 299 136**	**11 053 279**
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	2 404 366			
	27 201 828			
Empresas relacionadas	30 959 050			
Total Acumulado	**58 160 879**			

		A pagar		
	31 Dezembro 2020	até 90 dias	90 a 180 dias	mais de 180 dias
Outros credores				
Fornecedores de activos fixos	18 608 304	8 590 918	3 208 594	6 808 792
Outros	23 250 627	17 915 598	1 090 542	4 244 487
	41 858 931	**26 506 516**	**4 299 136**	**11 053 279**
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	2 828 513			
	44 687 444			
Empresas relacionadas	816 934			
Total Acumulado	**45 504 377**			

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de activos fixos e não incorpora juros. A rubrica inclui ainda valores de adiantamentos de clientes por conta de vendas futuras de inventários e activos fixos.

A rubrica de outros inclui também um montante aproximado de 14 milhões de euros euros referentes a compras de Licenças de CO2, do segmento da Energia. O aumento resulta das variações de perímetro.

O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de actualização não são materiais.

29. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Custos com o pessoal	7 936 045	6 889 893
Rendimentos a reconhecer de prestação de serviços	1 255 619	15 662 406
Acréscimos de gastos de Compras - segmento Energia	7 981 027	207 135
Encargos financeiros a liquidar	768 246	207 677
Outros	11 439 784	24 174 724
Total Acumulado	**29 380 721**	**47 141 835**
Actividades Descontinuadas	**-**	**-**
Total Acumulado	**29 380 721**	**47 141 835**

O montante considerado na rúbrica Outros inclui essencialmente montantes relativos a credores por acréscimos de gastos de Fornecimentos e Serviços Externos e rendimentos a reconhecer em exercícios futuros. A variação verificada nesta rubrica, face a 2020, teve o seu contributo mais relevante no segmento da Energia com valor de cerca de 14,6 milhões de euros em 2020.

A Energia é o segmento com contributo mais relevante no montante de rendimentos a reconhecer de prestações de serviços, cerca de 15 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2020.

30. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 1 Janeiro 2021	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2021
Perdas por imparidade acumuladas em:						
Activos fixos tangíveis (Nota 10)	40 566 436	1 720 088	(5 155 259)	(1 038 365)	-	36 092 900
Activos intangiveis (Nota 11)	689 536	8 868	-	-	-	698 404
Goodwill (Nota 12 e 41)	30 978 150	1 153 439	-	-	-	32 131 589
Outros investimentos (Nota 5, 6)	248 827	-	-	-	-	248 827
Outras dívidas de terceiros não correntes (Nota 13)	34 916	-	-	(34 916)	-	-
Clientes (Nota 15)	3 196 767	15 818 152	(206 277)	(58 374)	-	18 750 269
Outras dividas de terceiros (Nota 1)	1 639 419	280 016	-	-	1 035	1 920 470
Inventários (Nota 14)	4 080 588	188 864	(1 055 221)	-	-	3 214 232
Provisões não correntes	**5 535 094**	**-**	**(56 470)**	**-**	-	**5 478 624**
Provisões correntes	**2 831 623**	**19 808 651**	**(19 807 015)**	**-**	-	**2 833 259**
Total	**89 801 355**	**38 978 078**	**(26 280 242)**	**(1 131 655)**	**1 035**	**101 368 574**

Rubricas	Saldo em 1 Janeiro 2020	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2020
Perdas por imparidade acumuladas em:						
Activos fixos tangíveis (Nota 10)	31 058 922	11 176 997	(1 669 484)	-	-	40 566 436
Activos intangiveis (Nota 11)	689 536	-	-	-	-	689 536
Goodwill (Notas 12 e 41)	29 221 018	1 757 132	-	-	-	30 978 150
Outros investimentos (Notas 5, 6 e 41)	291 838	-	-	-	-	291 838
Outras dívidas de terceiros não correntes (Nota 13)	34 916	-	-	-	-	34 916
Clientes (Nota 15)	3 230 862	934 365	(342 213)	(656 020)	29 774	3 196 767
Outras dividas de terceiros (Nota 16)	1 669 193	-	-	-	(29 774)	1 639 419
Inventários (Nota 14)	4 423 970	1 932 299	(2 275 680)	-	-	4 080 588
Provisões não correntes	**3 123 285**	**2 414 196**	**(2 387)**	**-**	**-**	**5 535 094**
Provisões correntes	**2 907 863**	**509 200**	**(163 286)**	**(422 155)**	**-**	**2 831 623**
Total	**76 651 402**	**18 724 189**	**(4 453 050)**	**(1 078 175)**	**-**	**89 844 367**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os montantes registados em provisões e perdas por imparidade foram constituídos por prudência; a data em que se vão materializar não é previsível em termos de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 o valor do reforço e diminuição de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Provisões e perdas de imparidade (aumentos em resultado)	17 975 302	1 355 663
Provisões para imparidade registadas em custos das vendas (Nota 14) e em variação da produção (Nota 35)	188 864	1 398 873
Imparidade de investimentos financeiros (Nota 40)	-	-
Imparidade do goodwill	1 153 439	1 757 132
Variação do perímetro	-	13 380 314
Outros aumentos	19 660 473	832 207
Aumentos no Balanço	**38 978 078**	**18 724 189**
Reversões de perdas de imparidade e provisões em resultados	5 625 967	2 178 117
Provisões para imparidade registadas em custos das vendas (Nota 14) e em variação da produção (Nota 35)	1 055 221	509 461
Diminuições de Imparidade de investimentos financeiros (Nota 40)	-	-
Outra reversões de perdas de impariade e provisões em resultados	-	-
Variação de perímetro	-	-
Outras diminuições	19 599 054	1 765 472
Diminuições no Balanço	**26 280 242**	**4 453 050**

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 o detalhe das provisões para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Processos judiciais em curso	1 804 539	1 713 860
Provisões rendimento garantido	399 380	546 134
Outros	6 107 965	6 106 724
	8 311 883	**8 366 717**

O montante considerado em «Provisões rendimento garantido» corresponde à estimativa da diferença entre o valor a facturar através da exploração dos imóveis alienados em Tróia e o rendimento garantido aos proprietários dos imóveis. O valor a facturar através da exploração dos imóveis é estimado com base na média dos valores obtidos nos anos anteriores. É nossa estimativa que o montante de 146.754 relativo a «Provisões de rendimento garantido» reflita um exfluxo financeiro durante o exercício de 2021.

Os processos judiciais em curso dizem respeito essencialmente a litígios/indemnizações nas sociedades Inparvi SGPS, SA. e Societé de Tranchage Isoroy SAS.

A rúbrica de outros aumentou devido às variações de perímetro relativas provisões de desmantelamento de activos.

31. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Garantias prestadas:		
Em processos de recuperação de IVA	5 067 973	5 140 537
Em processos fiscais em curso	13 880 347	15 858 002
Em processos judiciais em curso	-	-
Em processos autárquicos em curso	9 769 239	11 083 145
Garantias bancárias	43 326 069	34 664 984
Outras	7 051 555	10 125 986

O valor de processos autárquicos em curso inclui as seguintes garantias:

- 7.051.555 euros em 31 de Dezembro de 2020 (10.125.986 em 31 de Dezembro de 2020 apresentadas em Outras) como garantias prestadas relativas a licenças de construção do negócio do Turismo.

O Grupo não registou provisões para os eventos/diferendos para os quais foram prestados estas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que dos referidos eventos não resultarão perdas para o Grupo.

32. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

Os compromissos de Locação presentes no Passivo têm as seguintes maturidades:

	31.12.2021	31.12.2020
Vencíveis em:		
N+1	10 956 858	10 336 568
N+2	9 655 320	11 112 268
N+3	9 003 680	10 685 681
N+4	9 055 061	7 581 363
N+5	9 606 398	6 841 810
Após N+5	62 449 043	40 671 154
	110 726 360	**87 228 844**

33. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foram como segue:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Vendas de mercadorias	458 523 122	222 828 017
Vendas de produtos	17 384 272	10 517 028
	475 907 395	**233 345 045**
Prestações de serviços	46 127 835	45 440 285
Actividades Continuadas	**522 035 229**	**278 785 330**
Actividades Descontinuadas	-	-
Total acumulado	**522 035 229**	**278 785 330**

Em Vendas de produtos estão incluídos montantes de alienação de fracções imobiliárias de 29 milhões euros em 31 de Dezembro de 2021.

Durante o ano de 2021, verificou-se um ligeiro aumento do valor de prestações de serviços, este impacto esteve diretamente relacionado com a pandemia Covid-19. Durante o ano de 2020 o segmento do fitness e hotelaria estiveram encerrados durante os períodos de confinamento e em 2021 já começaram a recuperar a atividade, ainda que com limitações.

O segmento de energia teve um aumento generalizado no nível de vendas, existindo ainda uma variação significativa das entradas no perímetro em novembro de 2020.

O detalhe do rédito por àrea de negócio é como segue:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Vendas de mercadorias e produtos		
Energia	438 439 850	218 946 472
Imóveis	29 021 120	5 735 500
Mercadorias e Produtos - Eng. Industrial	8 369 712	6 510 189
Outros	76 713	2 152 883
	475 907 395	**233 345 044**
Prestações de serviços		
Alojamento e Serviços conexos	15 409 962	10 446 929
Fitness	21 053 549	24 920 372
Resorts Operações	8 954 660	8 964 082
Contratos com clientes - Eng. Industrial	709 664	467 535
Outros		641 367
	46 127 835	**45 440 285**

34. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A repartição dos outros Rendimentos e Ganhos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 é a seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Trabalhos para a própria empresa	487 918	1 791 954
Ganhos na alienação de activos	48 782 901	2 778 608
Proveitos suplementares	437 775	595 863
Outros	4 221 311	3 202 175
Actividades Continuadas	**53 929 905**	**8 368 600**
Actividades Descontinuadas	**(766)**	**2 894**
Total acumulado	**53 929 139**	**8 371 494**

A rúbrica ganhos na alienação de ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 inclui a mais valia obtida na venda dos activos imobiliários localizados em Tróia, e a venda do imovél do Fundo WTC.

No valor de outros rendimentos e ganhos encontram-se os descontos covid associados aos contratos de IFRS16 no montante de 1,4 milhões de euros.

35. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 é a seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Produtos acabados	(3 476 578)	(2 889 012)
Produtos e trabalhos em curso	(4 421 536)	897 229
	(7 898 114)	**(1 991 783)**
Perdas por imparidade (Nota 30)	312 355	54 670
Actividades Continuadas	**(7 585 759)**	**(1 937 113)**
Actividades Descontinuadas	**-**	**-**
Total acumulado	**(7 585 759)**	**(1 937 113)**

A variação da produção foi apurada como segue:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Inventários iniciais	38 012 141	39 065 772
Efeito da conversão cambial	-	-
Variações de perímetro	-	256 786
Regularizações de existências	435 414	681 366
Inventários finais	30 549 441	38 012 141
	(7 898 114)	**(1 991 784)**
Perdas por imparidade (Nota 32)	(1)	(201 106)
Reversão de perdas por imparidade	312 356	255 776
Actividades Continuadas	**(7 585 759)**	**(1 937 113)**
Actividades Descontinuadas	**-**	**-**
Total Acumulado	**(7 585 759)**	**(1 937 113)**

36. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 é a seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Subcontratos	1 492 774	759 067
Trabalhos especializados	8 643 167	7 937 818
Rendas e alugueres	2 807 098	2 737 826
Honorários	1 210 267	1 160 945
Conservação e reparação	11 627 358	6 164 674
Limpeza, higiene e conforto	2 832 543	3 508 431
Electricidade	4 332 205	2 583 515
Deslocações e estadas	520 440	412 884
Publicidade e propaganda	1 171 035	1 434 170
Combustíveis	338 844	309 205
Vigilância e segurança	580 088	604 945
Comunicação	1 122 942	1 273 812
Comissões	2 447 518	2 503 744
Outros fluidos	4 083 488	1 008 634
Seguros	1 673 627	1 041 665
Outros	4 496 511	4 011 170
Actividades Continuadas	**49 379 905**	**37 452 505**
Actividades Descontinuadas	**-**	**19 367**
Total acumulado	**49 379 905**	**37 471 872**

A rubrica de «Trabalhos especializados» inclui essencialmente serviços de consultadoria, fees e subcontratação de mão-de-obra. A variação face ao ano anterior é na sua maioria explicada pelo incremento ao nível dos serviços de consultadoria associados aos projectos em curso, nos segmentos Energia e Metal, bem como pelo aumento da subcontratação de mão-de-obra pelo segmento do Fitness.

Nos «Honorários» incluem-se os serviços de advogados e pessoal externo (principalmente pessoal contratado no segmento de Fitness).

Na rubrica de «Comissões» estão incluídas as comissões de agência e de intermediação maioritariamente provenientes dos segmentos de Hotelaria, Resorts e Outros Activos. Verificou-se uma diminuição significativo devido ao confinamento que provocou o fecho de alguns dos hotéis e, diminuição significativa do número de reservas.

A variação da rubrica de «Deslocações e Estadas» traduziu-se na prospeção de novos negócios e acompanhamento de outros já existentes.

Em «Conservação e Reparação» estão incluídos serviços de reparação e manutenção feitos essencialmente a equipamentos na área da energia, metal e fitness. A aquisição no final de 2020 do grupo Cyclicus teve um impacto muito elevado nesta rubrica sendo que as centrais têm custos de manutenção e conservação elevados.

A rubrica de «Outros» abrange diversos serviços dos quais se destacam os serviços bancários, consumo de água, transporte de mercadorias, etc.

37. GASTOS COM PESSOAL

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 é a seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Remunerações	29 137 894	26 378 410
Encargos sobre remunerações	6 252 100	4 714 421
Seguros	598 378	686 719
Custos com acção social	215 797	146 550
Outros gastos com pessoal	1 032 694	2 028 184
Actividades Continuadas	**37 236 863**	**33 954 284**
Actividades Descontinuadas	-	-
Total acumulado	**37 236 863**	**33 954 284**

O número médio de colaboradores, repartido por segmentos de negócio pode ser analisado como segue:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Troia Resort Operações	214	137
Hotelaria	147	281
Fitness	630	601
Energia	236	94
Engenharia Industrial	83	120
Holding & Outros	87	92
	1 397	**1 325**

A rúbrica de Gastos com pessoal inclui 467.446 (422.328 em 31 de dezembro de 2020) relativos a responsabilidades por pagamentos em acções (nota 28).

A principal variação nos custos com pessoal deve-se à diminuição do número médio dos colaboradores e ao efeito da adesão ao lay off simplificado durante os meses de abril a junho na maior parte dos segmentos. Os benefícios da entrada em lay off foram uma diminuição do peso dos custos com pessoal para a empresa.

Nos diferentes segmentos a % de adesão ao lay off foi diferente mas teve um impacto significativo nos custos da empresa.

38. OUTROS GASTOS E PERDAS

A repartição dos Outros Gastos e Perdas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 é a seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Perdas na alienação de activos	24 624 191	3 194 497
Outros impostos	4 515 286	1 976 955
Imposto municipal sobre imóveis	614 060	977 592
Emissões CO2	9 649 318	1 581 061
Dívidas incobráveis	11 476	27 023
Outros	597 818	2 467 525
Actividades Continuadas	**40 012 149**	**10 224 653**
Actividades Descontinuadas	**4 668**	**706 340**
Total acumulado	**40 016 817**	**10 930 993**

Na rubrica Perdas na alienação de activos em 2020 foram registadas as perdas associadas à venda do imóvel Aqualuz e em 2021 a imóveis associados ao Fundo WTC.

O acréscimo registado na rubrica emissões de co2 deve-se essencialmente ao aumento de preço/tonelada a que foram valorizados os consumos nas empresas de energia.

O montante da rubrica de dividas incobráveis refere-se essencialmente a dividas da Troiaresort consideradas incobráveis no futuro.

39. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 têm a seguinte composição:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Gastos e perdas:		
Juros Suportados		
Relativos a descobertos e emprést. bancários	2 446 728	723 714
Relativos a obrigações não convertíveis	1 206 870	1 092 792
Relativos a contratos de locação financeira	151 246	328 310
Relativos a derivados de cobertura	-	-
Outros	103 776	61 062
	3 908 620	**2 205 878**
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 597	676
Descontos de pronto pagamento concedidos	14 539	-
Encargos com emissão de dívida	133 966	106 150
Relativos a passivos da locação	6 314 057	4 813 214
Outros custos e perdas financeiras	1 452 922	1 064 667
	11 825 701	**8 190 585**
Rendimentos e ganhos:		
Juros obtidos	86 370	186 664
Diferenças de câmbio favoráveis	-	11
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Ganhos na valor. de instrumentos deriv. de cobert.	-	568 023
Outros proveitos e ganhos financeiros	1 634	1 130 345
	88 004	**1 885 043**
Actividades Continuadas	**(11 737 698)**	**(6 305 542)**
Actividades Descontinuadas		**(25 884)**
Total acumulado	**(11 737 698)**	**(6 331 426)**

A 31 de dezembro de 2021 a rúbrica de Outros custos e perdas financeiras incluí essencialmente gastos com comissões bancárias.

40. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 têm a seguinte composição:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
Dividendos		-		-
Acerto Preço RACE	(630 685)		(7 000 000)	
Outras	(3 546)		-	
Saída de filiais	-		-	
Entradas de filiais	-		-	
Resultados obtidos de investimentos em filiais		**(634 231)**		**(7 000 000)**
Alienação da Sear - Sociedade Europeia de Arroz, SA	-		-	
Acerto do preço de venda da Sodesa, SA	-		-	
Resultados obtidos na alienação de investimentos em associadas e empresas conjuntamente controladas		-		-
Mais-valias associadas à venda das participadas (nota 6)	13 634		(22 988)	
Perdas por imparidade (nota 31)	6 577		(1 757 132)	
Resultados obtidos em outros investimentos		**20 211**		**(1 780 120)**
Perdas de imparidade de investimentos				
Outros				-
Resultados relativos a Investimentos		**(614 020)**	-	**(8 780 120)**
Operações Descontinuadas		-		-
Total Acumulado	-	**(614 020)**	-	**(8 780 120)**

Em 2020 e 2021 foram desreconhecidos os valor que tinhamos por receber da venda do Grupo Race relativos ao preço variável sendo que não se estima que os valores se venham a receber.

41. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 são detalhados como segue:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Imposto corrente	2 271 963	995 378
Imposto diferido	303 019	(65 959)
Actividades Continuadas	**2 574 982**	**929 419**
Operações Descontinuadas	**-**	**-**
Total acumulado	**2 574 982**	**929 419**

A reconciliação do resultado antes de imposto do exercício com o imposto sobre o rendimento do exercício, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Valor incidência	Valor imposto	Valor incidência	Valor imposto
Resultados antes de impostos (1)	**(3 131 530)**		**(35 892 129)**	
taxa de imposto	21%		21%	
Imposto apurado		(657 621)		(7 537 347)
Acréscimos/(Reduções) à matéria colectável:				
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(14 006 594)	(2 941 385)	(413 037)	(86 738)
Resultados relativos a empresas associadas	489 889	102 877	6 155 120	1 292 575
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	13 988 885	2 937 666	1 899 756	398 949
Outras diferenças permanentes	(2 062 752)	(433 178)	2 394 359	502 815
IFRS 16	1 325 148	278 281	1 278 273	268 437
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a activos por impostos diferidos	-	-	-	-
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	22 634 925	4 753 334	34 601 337	7 266 281
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes das que vigoram em Portug	-	241 760	-	740 905
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	-	303 019		(65 958)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos relativo a anos anteric	-	-	-	-
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos no ano	-	-	-	-
Derrama	-	340 375	-	237 663
Insuficiência / Excesso de estimativa de imposto	-	(2 550 145)	-	(2 419 826)
Tributação autónoma e benefícios fiscais	-	199 999	-	249 443
Outros	-	-	-	82 220
Imposto sobre o rendimento (2)	**19 237 972**	**2 574 982**	**10 023 679**	**929 419**

42. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO COM O RESULTADO INDIVIDUAL

A reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Resultados líquidos individuais agregados - operações continuadas	(69 438 784)	(53 704 748)
Resultados líquidos individuais agregados - operações descontinuadas	(9 810)	(118 814)
Homogeneização de critérios	30 202 321	(2 375 783)
Eliminação de dividendos intra-grupo	(6 300 731)	(14 437 878)
Equivalência patrimonial	150 131	130 154
Correcção das mais e menos valias na alienação de participações financeiras	21 076 934	7 690 737
Eliminação de imparidade intra-grupo		-
Correcção das mais e menos valias na alienação de activos		
Imparidade de Investimentos financeiros	18 603 981	25 875 970
Outros	136	-
Resultado consolidado do período - operações continuadas	(5 706 013)	(36 821 548)
Resultado consolidado do período - operações descontinuadas	(9 810)	(118 814)
Resultado consolidado do período	**(5 715 823)**	**(36 940 362)**

43. PARTES RELACIONADAS

Os fluxos e os saldos com empresas relacionadas são apresentados de seguida:

	31 de Dezembro de 2021		31 deDezembro de 2020	
Saldos	**Contas a receber**	**Contas a pagar**	**Contas a receber**	**Contas a pagar**
Empresa Mãe				
Empresas associadas	**16 742**	**5 739**	**16 920**	**-**
Feneralt - Produção de Energia, ACE	16 742	5 739	16 920	-
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	-	-	-	-
Entidades parceiras, accionistas e participadas	**2 934 626**	**3 315 482**	**3 792 306**	**4 117 649**
Águas Furtadas - Soc. Agricola, SA	279	(1 002)	273	(1 002)
Alpêssego - Sociedade Agrícola, SA	430	3 664	373	1 530
Arat Inmuebles, S.A.	7 769	-	7 585	-
NOS Technology-C.C. e Gest.Redes Com.,SA	-	143	(06)	-
BB Food Service, SA	8 272	-	-	-
BOM MOMENTO - Comércio Retalhista, SA	421	-	-	-
Casa Agrícola de Ambrães, S.A.	186	-	182	-
Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.	65 974	189 701	58 455	134 170
Continente Hipermercados, S.A.	139 213	1 923	136 608	1 013
Digitmarket-Sistemas de Informação,SA	165 017	9 508	62 237	9 702
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	13 171	-	13 705	-
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	-	1 891	187	328
Sonaerp - Retail Properties, SA	-	36 753	-	-
Go Well, S.A.	1 230	-	1 230	-
Iberosegur - Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda	-	-	300	-
Imoclub-Serviços Imobilários, SA	-	1 910	-	1 910
Imodivor - Sociedade Imobiliária, SA	43 950	7 374	-	7 374
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	2 050	55 653	71 479	69 972
Infofield-Informática,SA	1 683	-	-	-
Inovretail, S.A.	129	-	-	-
Insco Insular de Hipermercados, S.A.	2 172	-	-	-
S21SEC Portug-Cyber Security Services,S.A.	4 624	-	8 786	-
RCG - Risk Consulting Group, S.A.	-	2	23	927
MDS Corretor de Seguros, SA	70 576	76 519	65 020	157 097
MDS RE-Mediador de Resseguros, S.G.P.S., S.A.	(530)	-	(838)	-
Modalfa-Comércio e Serviços,SA	1 310	-	46	-
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	120	-	-	-
MCCARE, Serviços de Saúde, S.A.	-	536	-	-
Modelo Continente Hipermercados,SA	569 444	670 193	198 744	308 039
Modelo Hipermercados Trading, S.A.	150	-	150	-
Norteshopping-Centro Comercial, S.A.	23 489	-	22 649	-
NOS Sistemas S.A.	-	67 787	-	65 441
NOS Comunicações, S.A.	89 695	178 119	-	253 151
OPTIMUS - SGPS, S.A.	-	-	-	-
Parklake Shopping, S.A.	100 601	-	100 601	-
PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.	-	8 883	-	4
Prosa - Produtos e Serviços Agrícolas,S.A.	113 593	54 125	24 241	16 792
Público-Comunicação Social,SA	-	434	4 491	5 613
Rio Sul - Centro Comercial, SA	720	-	-	-
Grupo Salsa	-	-	(887)	-
SEKIWI, SGPS., S.A.	(25)	-	(25)	-
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	1 026	182 070	897	133 652
SFS - Financial Services, IME, S.A.	-	350	350	350
Sierra Management Portugal-Gest. CC,S.A.	18 041	32 700	5 063	17 325
SIRS-Soc.Ind.Radiodifusão Sonora,SA	-	642	4 920	8 095
Sonae Indústria - Management Services, S.A.	237	-	-	-
Sohi Meat Solut-Distr. Carnes	10	258	-	559
Sonae Arauco Portugal, S.A.	1 381 966	1 335 466	2 911 213	2 320 946
Sonae MC - Serviços Partilhados, SA	22 043	113 780	20 845	252 849
Sonae Industria de Revestimentos,SA	63 280	102 551	68 131	117 951
Sonae Indústria-SGPS,SA	141	-	94	2
Sonae SGPS, SA	19 299	110 214	4 427	33 835
Sonae Holdings, SA	718	55 336	-	176 106
SONAESR - Serviços e logistica, S.A.	423	-	92	3 262
SFS - Gestão de Fundos, SGFI, S.A.	85	-	-	18 019
Sport Zone-Comércio Art.Desporto,SA	-	15 440	638	4

Sonae Arauco, S.A.	158	-		-	-
Worten-Equipamento para o Lar,SA	1 666	2 559		-	2 633
ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA	(46)	-		-	-
Sonae Corporate, S.A.	(134)	-		27	-
	2 951 368	**3 321 221**	**#**	**3 809 226**	**4 117 649**

	31 de Dezembro de 2021		31 de Dezembro de 2020	
Transacções	**Vendas e prestação de serviços**	**Compras e serviços recebidos**	**Vendas e prestação de serviços**	**Compras e serviços recebidos**
Empresa Mãe				
Empresas associadas	**580 262**	**(8 617)**	**18 461**	**(19 788)**
Feneralt - Produção de Energia, ACE	580 262	(9 445)	18 461	(24 729)
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	-	828	-	4 941
Entidades parceiras, accionistas e participadas	**7 544 125**	**9 361 189**	**6 112 716**	**7 710 505**
Arat Inmuebles, S.A.	-	19 593	-	31 335
Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.	-	-	-	(3 520)
Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.	425 673	565 814	562 657	685 213
Continente Hipermercados, S.A.	-	6 321	-	6 338
Companhia Térmica Tagol, Lda.	-	-	-	(1 165 930)
Digitmarket-Sistemas de Informação,SA	-	243 043	-	459 627
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	267	-	6 024	(1 641)
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	5 934	397	67 897	-
Capwatt Lousado - Heat Power, Unipessoal, Lda.	-	-	-	(851 760)
Euroresinas-Indústrias Quimicas,SA	-	-	-	10 176
Futura Carbono, S.L.	-	(4 971 044)	-	-
Go Well, S.A.	-	-	-	(4 500)
Iberosegur - Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda	-	-	2 415	-
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	93 088	395 033	80 455	383 822
Inovretail, S.A.	204	-	-	-
Capwatt Descentralized Solar Power, SA	-	(259 008)	-	-
S21SEC Portug-Cyber Security Services,S.A.	-	4 162	-	5 549
NOS Sistemas S.A.	-	2 347	-	(5 120)
Modelo Continente Hipermercados,SA	(437 144)	1 118 798	88 911	927 998
Modelo Continente Hipermercados, Suc.	-	101	(141)	-
MDS Corretor de Seguros, SA	202 631	14 168	437 543	(9 469)
MDS RE-Mediador de Resseguros, S.G.P.S., S.A.	-	-	82	-
MDS Africa SGPS, S.A.	333	-	374	-
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	1 010	-	2 488	-
RCG - Risk Consulting Group, S.A.	7 487	32	12 049	631
Modalfa-Comércio e Serviços,SA	1 846	-	1 274	-
Norteshopping-Centro Comercial, S.A.	-	271 920	-	242 148
NOS Comunicações, S.A.	-	1 937 370	-	2 254 346
PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.	-	7 563	-	5 373
Prosa - Produtos e Serviços Agrícolas,S.A.	167 198	2 363	34 323	6 680
Público-Comunicação Social,SA	60	2 839	3 754	10 623
Grupo Salsa	1 193	-	1 844	-
Sonae Indústria-SGPS,SA	115	-	86	-
Sonae Indústria - Management Services, S.A.	218	-	-	-
Sonae Arauco Portugal, S.A.	6 646 510	8 587 299	4 372 031	3 255 836
Sonae Industria de Revestimentos,SA	349 744	313 487	401 622	345 402
SIRS-Soc.Ind.Radiodifusão Sonora,SA	4 000	16 567	3 950	21 431
Sierra Management Portugal-Gest. CC,S.A.	456	154 757	266	105 938
Sohi Meat Solut-Distr. Carnes	-	27 204	-	18 324
Solinca - Health & Fitness, S.A.	-	-	-	(98)
Sonae Holdings, SA	647	139 144	-	139 548
Sonae MC - Serviços Partilhados, SA	9 498	494 619	(12 079)	443 668
Sonae.com,SGPS,SA	-	3 300	-	-
SFS - Gestão de Fundos, SGFI, S.A.	40 088	-	-	223 210
Sonaerp - Retail Properties, SA	-	82 766	-	49 129
Sonae SGPS, SA	22 727	136 069	27 546	45 271
Sonae Arauco France SAS	145	-	-	-
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	-	(6 003)	262	19 508
Sport Zone-Comércio Art.Desporto,SA	145	37 575	643	37 938
Sonae Arauco, S.A.	145	-	171	-
Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,SA	-	1 951	-	1 951
Worten-Equipamento para o Lar,SA	-	10 642	(111)	(689)
Sonae Corporate, S.A.	(93)	-	16 380	16 219
	8 124 387	**9 352 572**	**6 131 177**	**7 690 717**

As remunerações atribuídas em 2021 aos membros em funções do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS. SA totalizaram 919.888 euros (1.252.750 euros em 31 de Dezembro de 2020), repartidas entre 571.188 euros de remuneração fixa (843.044 euros em 2020) e 348.700 euros relativos a remunerações variáveis (e 409.706 euros em 2020).

44. RESULTADO POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Resultados		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do período)	(5 891 072)	(37 911 670)
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	(5 891 072)	(37 911 670)
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	246 787 211	246 674 271
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado liquido por acção diluído	246 787 211	246 674 271
Resultado por acção (básico e diluído) - Actividades continuadas	**(0,02384)**	**(0,15321)**
Resultado por acção (básico e diluído) - Actividades descontinuadas	**(0,00004)**	**(0,00048)**
Resultado por acção (básico e diluído)	**(0,02387)**	**(0,15369)**

Não existem instrumentos convertíveis sobre acções da Sonae Capital, SGPS, SA. pelo que não existe diluição dos resultados.

45. RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 podem ser analisados como segue:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
	-	-	-	-
Ajuste preço urban fit	-	259 803	-	
Ajuste preço pump	164 433	-	-	
Aquisição de participação na Capwatt Power España	-	-	-	3 000
Aquisição da participação da Cyclicus	-	4 416 804	-	61 791 107
Ajuste preço Futura	-	738 516	-	27 095
Aquisição de participação na empresa Siaf Energia, S.A.	-	-	-	100 000
Aquisição Enc Power Mex, ENC Medelin e ENC Zapopan	-	30 000		-
Alienação Prédios Privados (2018)	2.500.000	-	7 500 000	-
Aquisição CHPA e CTE	-	1 017 809		-
Alienação Fundo Hiteck	-	-		-
Ajuste preço race	-	630.685	1 359 756	-
Aquisição de participação na empresa Suncoutim - Acrobatic.	-	-	-	-
Acerto de preço da alienação da Box Lines Navegação	-	-		-
Outros				
Total Acumulado	**2.664 433**	**7 093 617**	**8 859 756**	**61 921 202**

46. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foram identificados os seguintes segmentos:

- Troia Resort Operações
- Hotelaria
- Fitness
- Energia
- Activos imobiliários
- Engenharia Industrial
- Holding & Outros

Os contributos para a Demonstração de Resultados consolidada, por segmentos de negócios, dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 podem ser analisados como segue:

31 Dezembro 2021									
Demonstração de Resultados	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Volume de Negócios	11 449 978	14 998 351	21 156 028	440 296 328	9 070 376	33 287 578	4 514 582	(12 737 993)	**522 035 229**
Outros Rendimentos e ganhos	1 028 237	1 061 682	2 235 501	1 193 739	446 849	19 333 883	30 414	28 599 600	**53 929 905**
Total de rendimentos operacionais	**12 478 215**	**16 060 034**	**23 391 529**	**441 490 067**	**9 517 224**	**52 621 461**	**4 544 996**	**15 861 607**	**575 965 134**
Cash-flow operacional (EBITDA)	**2 103 951**	**1 155 876**	**75 096**	**8 262 952**	**(3 305 996)**	**16 103 061**	**(3 142 529)**	**25 264 353**	**46 516 763**

2020									
Demonstração de Resultados	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Volume de Negócios	8 602 266	10 636 208	25 021 798	220 595 385	6 977 724	13 243 958	4 371 953	(10 663 961)	**278 785 330**
Outros Rendimentos e ganhos	922 101	680 311	2 850 508	559 836	882 642	3 721 869	49 073	(1 297 740)	**8 368 600**
Total de rendimentos operacionais	**9 524 367**	**11 316 519**	**27 872 305**	**221 155 221**	**7 860 366**	**16 965 827**	**4 421 026**	**(11 961 701)**	**287 153 930**
Cash-flow operacional (EBITDA)	**1 421 683**	**(2 617 477)**	**4 032 834**	**20 053 848**	**(4 006 088)**	**3 925 465**	**(3 902 464)**	**(5 198 234)**	**13 709 567**

Os contributos para o Balanço consolidado, por segmentos de negócios, dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 podem ser analisados como segue:

31 Dezembro 2021									
Balanço	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Activos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Goodwill	37 837 077	71 848 068	90 219 025	155 294 676	15 930 035	34 583 550	(4 150 641)	(24 157 971)	**377 403 817**
Investimentos	164 280 501	119 328	128 191	309 877	55 678	11 516 687	160 177 949	(334 442 915)	**2 145 298**
Outros Activos	48 612 816	5 790 162	5 666 626	207 726 660	8 074 799	43 562 746	480 843 658	(473 771 610)	**326 505 857**
Total do Activo	250 730 393	77 757 558	96 013 842	363 331 213	24 060 512	89 662 983	636 870 966	(832 372 496)	**706 054 972**
Total Passivo	**152 611 417**	**85 915 387**	**102 743 478**	**349 566 126**	**42 353 959**	**114 938 271**	**186 242 279**	**(476 640 237)**	**557 730 681**
Investimento Técnico	**2 237 420**	**9 070 112**	**1 522 198**	**6 371 205**	**1 353 393**	**976 729**	**171 426**	**(206 959)**	**21 495 522**
Dívida Bruta	**8 993 088**	**50 794 050**	**58 428 889**	**94 313 581**	**1 227 284**	**10 601**	**145 007 934**	**(7 442 319)**	**351 333 108**
Dívida Líquida	**8 048 917**	**50 313 775**	**57 953 008**	**61 130 256**	**1 161 059**	**(57 332)**	**79 697 392**	**(7 442 319)**	**250 804 756**

31 Dezembro 2020									
Balanço	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Ajustamentos Intersegmentos	Consolidado
Activos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Goodwill	52 455 219	50 184 918	95 039 942	166 940 426	16 026 940	102 845 554	(3 062 213)	(54 179 635)	**426 251 151**
Investimentos	162 332 799	10 751 189	103 662	266 336	55 495	11 293 186	213 349 177	(396 076 787)	**2 075 057**
Outros Activos	63 112 377	3 800 372	5 014 914	107 093 786	7 156 651	43 823 471	453 292 999	(474 756 031)	**208 538 540**
Total do Activo	277 900 395	64 736 479	100 158 518	274 300 548	23 239 087	157 962 211	663 579 964	(925 012 454)	**636 864 748**
Total Passivo	**182 362 677**	**66 422 310**	**93 568 992**	**246 133 502**	**37 211 232**	**134 734 695**	**172 088 150**	**(478 480 922)**	**454 040 637**
Investimento Técnico	**1 726 674**	**5 426 725**	**2 393 590**	**14 452 530**	**919 228**	**2 256 358**	**28 742**	**7 345 373**	**34 549 221**
Dívida Bruta	**7 507 047**	**36 626 681**	**57 229 397**	**55 061 527**	**1 439 963**	**21 057**	**160 730 556**	**(20 403 019)**	**298 213 209**
Dívida Líquida	**6 751 135**	**36 539 422**	**56 513 547**	**36 142 304**	**1 358 698**	**(1 622 568)**	**139 465 158**	**(20 403 019)**	**254 799 602**

Os contributos para os Fluxos de caixa consolidados, por segmentos de negócios, dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 podem ser analisados como segue:

31 de dezembro de 2021								
Fluxos de Caixa	Troia Resort Operações	Hotelaria	Fitness	Energia	Engenharia Industrial	Activos Imobiliários	Holding & Outros	Consolidado
Actividades Operacionais	1 297 677,00	-3 439 008,00	- 9 472 360,00	- 18 189 021,00	- 4 590 353,00	15 036 915,00	- 1 557 469,00	**- 20 913 619,00**
Actividades de Investimento	21 197 444,00	- 156 025,00	- 262 095,00	- 16 402 089,00	- 746 488,00	69 760 306,00	58 220 292,00	**131 611 345,00**
Actividades de Financiamento	-33 729 483,00	4 711 183,00	9 494 845,00	46 874 015,00	5 285 550,00	- 78 950 936,00	- 13 294 132,00	**- 59 608 958,00**
Variação de caixa e equivalentes	**182 895,00**	**395 850,00**	**- 239 969,00**	**12 019 556,00**	**- 51 290,00**	**- 1 388 665,00**	**44 090 261,00**	**55 008 638,00**

47. ACTIVOS DETIDOS PARA VENDA E PASSIVOS ASSOCIADOS A ACTIVOS DETIDOS PARA VENDA

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2020
Clientes-correntes		28 112
Outras dívidas de terceiros -corrente		13
Estado e outros entes públicos cp		11 513
Outros activos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa		54 925
Activos detidos para venda	**0**	**94 563**
Estado e outros entes públicos cp		465
Outros passivos correntes		91 159
Passivos associados a activos detidos para venda	**0**	**91 624**

As unidades descontinuadas correspondiam à Spinarq Moçambique que foi liquidada durante o ano de 2021.

48. JUSTO VALOR

O justo valor apenas foi considerado para efeitos de avaliação dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e inventários da empresa, que apesar de registadas ao custo, foram sujeitos a avaliações de forma a testar a sua imparidade. As avaliações do património imobiliário do Grupo foram efectuadas pela empresa de referência Cushman & Wakefield– Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda.. de acordo com os «RICS Valuation january 2014 – Professional Standards» publicado por «The Royal Institution of Chartered Surveyors».

Relativamente à hierarquia de justo valor utilizada:

Nivel 1 - nada a referir;

Nível 2 - avaliações imobiliárias de ativos fixos tangíveis e de inventários (nota 14) , considerados nas tabelas respetivas na coluna (VM). De facto estes imóveis foram avaliados pelo seu valor de mercado, que é definido como o montante estimado para a transação de um ativo ou passivo à data de avaliação entre um comprador e um vendedor dispostos e sem qualquer relacionamento, após um período adequado de comercialização, e em que as partes tenham agido de forma consciente, prudente e sem coerção. Para efeitos das avaliações por valor de mercado foram utilizados, essencialmente, comparativos de mercado.

Nível 3 - avaliações imobiliárias de ativos fixos tangíveis e de inventários (nota 14) , considerados nas tabelas respetivas na coluna (OM). É definida como opinião de valor quando os parâmetros normais de avaliação não se encontram reunidos e como tal o valor reportado não poderá ser considerado como sendo o valor de mercado.

49. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-lei N.º 185/09 art.º 11

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020. foram pagas ao auditor externo da sociedade, as seguintes remunerações:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
Auditoria e Revisão Legal de Contas [1]	266 429	90,50%	249 553	91,34%
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade [2]	13 842	4,70%	17 344	6,35%
Consultoria Fiscal [2]	-	0,00%	-	0,00%
Outros Serviços [2]	14 115	4,79%	6 318	2,31%
Total	**294 386**	**100%**	**273 215**	**100%**

1 - Honorários atribuidos para o ano

2 - Montantes faturados

O montante de Outros Serviços de é relativo a Prestação de serviços de trabalho de garantia razoável de fiabilidade sobre o documento de prestação de contas relativo aos Direitos reais de habitação e aos Serviços de Utilização Turistica, a ser preparado pela Entidade Administradora do Empreenidmento para efeitos de apresentação aos titulares dos Direitos Reais de Habitação Periódica e aos condóminos.

O montante de «Outros serviços» é relativo a Formação prestadada aos colaboradores da Sonae Capital em regime aberto de inscrição para todo o mercado, formação em *Global Reporting Initiative* e apoio na elaboração do relatório de sustentabilidade.

50. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Não ocorreram eventos significativos após 31 de Dezembro de 2021 até esta data que necessitem ser divulgados.

51. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Fevereiro de 2022. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTES:			
Activos fixos tangíveis		40 371	69 561
Investimentos em subsidiárias	4	175 974 435	232 069 508
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	4	1 125 301	1 125 301
Outros activos financeiros	4	1 360	24 394
Activos por impostos diferidos	7	14 371 852	14 371 852
Outras dívidas de terceiros não correntes	5	322 693 842	361 447 548
Total de activos não correntes		**514 207 161**	**609 108 164**
ACTIVOS CORRENTES:			
Clientes		101 138	102 034
Outras dívidas de terceiros	6	64 386 486	36 703 992
Imposto sobre o rendimento a receber	6	-	387 661
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	6	98 441	98 224
Outros activos correntes	6	3 425 134	3 936 931
Caixa e equivalentes de caixa	8	65 187 165	21 122 801
Total de activos correntes		**133 198 364**	**62 351 643**
TOTAL DO ACTIVO		**647 405 525**	**671 459 806**
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	9	250 000 000	250 000 000
Acções próprias	9	(1 021 930)	(1 021 930)
Prestações Aceessórias		50 000 000	-
Reservas	10	207 718 062	282 719 317
Resultados Transitados		(23 145 394)	-
Resultado líquido do período		(13 579 727)	(23 145 394)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		**469 971 011**	**508 551 994**
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de longo prazo	11	44 995 943	12 239 799
Empréstimos obrigacionistas	11	53 238 136	55 142 600
Credores por locações financeira	11	-	14 760
Outras dívidas a terceiros não correntes	13	270 170	229 197
Total de passivos não correntes		**98 504 249**	**67 626 355**
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	11	44 500 000	76 000 000
Empréstimos obrigacionistas	11	2 000 000	17 000 000
Credores por locações financeiras	11	14 322	29 003
Fornecedores	13	187 490	221 527
Outras dívidas a terceiros	12	30 977 742	1 190 460
Imposto sobre o rendimento a pagar	13	441 300	-
Estado e outros entes públicos - Outros impostos	13	38 131	85 516
Outros passivos correntes	13	771 280	754 951
Total de passivos correntes		**78 930 265**	**95 281 457**
TOTAL DO PASSIVO		**177 434 514**	**162 907 813**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		**647 405 525**	**671 459 806**

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Vendas		-	-
Prestações de serviços		-	-
Outros rendimentos e ganhos	17	48 955	54 219
Custo das vendas			
Variação da produção			
Fornecimentos e serviços externos	14	(1 138 520)	(1 962 155)
Gastos com o pessoal	15	(1 351 953)	(1 552 513)
Amortizações e depreciações		(29 189)	(29 720)
Provisões e perdas por imparidade (Aumentos)/ Diminuições		(280 016)	-
Outros gastos e perdas	17	(37 894)	(39 326)
Resultados Operacionais		**(2 788 617)**	**(3 529 496)**
Rendimentos e ganhos financeiros	16	7 194 741	7 653 105
Gastos e perdas financeiras	16	(2 656 572)	(2 537 462)
Resultados Financeiros		**4 538 170**	**5 115 643**
Resultados relativos a empresas associadas e conjuntamente controladas		-	-
Resultados relativos a investimentos	16	**(17 740 505)**	**(26 073 979)**
Resultado antes de impostos		**(15 990 952)**	**(24 487 832)**
Imposto sobre o rendimento	18	2 411 225	1 342 439
Resultado do exercício		**(13 579 727)**	**(23 145 394)**
Resultados por acção			
Básico	19	(0,0551)	(0,0938)
Diluído	19	(0,0551)	(0,0938)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Resultado líquido do período	(13 579 727)	(23 145 394)
Total rendimento integral do período	**(13 579 727)**	**(23 145 394)**

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

SONAE CAPITAL

SONAE CAPITAL, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

	Atribuível aos Accionistas da Sonae Capital								
	Capital Social (Nota 9)	Acções próprias (Nota 9)	Reservas Legais (Nota 10)	Outras Reservas (Nota 10)	Prestações Acessorias	Resultados Transitados	Subtotal	Resultado líquido	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	**250 000 000**	**(1 105 573)**	**11 054 292**	**269 286 702**	**-**	**-**	**280 340 993**	**2 278 295**	**531 513 716**
Total rendimento integral do período	-	-	-	-	-	-	-	(23 145 394)	(23 145 394)
Aplicação do resultado liquido de 2019:			-	-			-		
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	113 915	2 164 380	-	-	2 278 295	(2 278 295)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(Aquisição) / Alienação de acções próprias	-	83 642	-	-	-	-	-	-	83 642
Outras variações	-	-	-	100 029	-	-	100 029	-	100 029
Adopção IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**250 000 000**	**(1 021 930)**	**11 168 207**	**271 551 111**	**-**	**-**	**282 719 316**	**(23 145 394)**	**508 551 994**
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	**250 000 000**	**(1 021 930)**	**11 168 207**	**271 551 111**	**-**	**-**	**282 719 316**	**(23 145 394)**	**508 551 994**
Total rendimento integral do período	-	-	-	-	-	-	-	(13 579 727)	(13 579 727)
Aplicação do resultado liquido de 2020:									
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	(23 145 394)	(23 145 394)	23 145 394	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(75 000 000)	-	-	(75 000 000)	-	(75 000 000)
(Aquisição) / Alienação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebimento prestações acessórias	-	-	-	-	50 000 000	-	50 000 000	-	50 000 000
Adopção IFRS 16	-	-	-	(1 255)	-	-	(1 255)	-	(1 255)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**250 000 000**	**(1 021 930)**	**11 168 207**	**196 549 856**	**50 000 000**	**(23 145 394)**	**234 572 667**	**(13 579 727)**	**469 971 011**

SONAE CAPITAL

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		-	-
Pagamentos a fornecedores		(1 230 213)	(1 770 316)
Pagamentos ao pessoal		(1 266 432)	(1 723 073)
Fluxos gerados pelas operações		(2 496 645)	(3 493 388)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		1 892 557	2 493 420
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(233 939)	1 379 499
Fluxos das actividades operacionais (1)		**(838 027)**	**379 531**
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	23	44 470 641	1 359 756
Juros e proveitos similares		7 644 066	7 640 763
Empréstimos concedidos	6	127 439 760	-
Dividendos	18	98 508	3 354 495
Outros		3 487	1 862 820
		179 656 462	14 217 834
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	23	(7 479 981)	(8 960 000)
Empréstimos concedidos	23	(113 959 790)	(7 549 900)
		(121 439 771)	(16 509 900)
Fluxos das actividades de investimento (2)		**58 216 691**	**(2 292 066)**
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:		-	-
Empréstimos obtidos	11	80 750 000	58 250 000
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		50 000 000	-
Venda de acções próprias		-	183 672
		130 750 000	58 433 672
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	11	(66 506 061)	(33 212 939)
Juros e custos similares		(2 558 239)	(2 572 091)
Reduções de capital e prestações acessórias		-	-
Dividendos		(75 000 000)	-
		(144 064 300)	(35 785 031)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		**(13 314 300)**	**22 648 641**
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**44 064 364**	**20 736 105**
Caixa e seus equivalentes no início do período	8	21 122 801	386 696
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8	65 187 165	21 122 801

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae Capital, SGPS, SA («Empresa» ou «Sonae Capital») tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 3053, 4471-907 Maia, Portugal, e, foi constituída por escritura pública em 14 de Dezembro de 2007, na sequência do destaque da Sonae, SGPS, SA, na modalidade de cisão simples conforme previsto na alínea a) do artº 118º do Código das Sociedades Comerciais, da participação correspondente à totalidade do capital social da sociedade anteriormente designada Sonae Capital, SGPS, SA, actual SC, SGPS, SA.

De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como aprovadas na União Europeia.

Os valores mobiliários da Sonae Capital eram transacionados na Lisbon Euronext Stock Exchange até à data de 20 de Novembro de 2020, nesta data foi deliberada pela CMVM deferir, com efeitos a esta data, o pedido de perda da qualidade de sociedade aberta da Sonae Capital, SGPS, S.A., requerido pela Efanor Investimentos, SGPS, S.A. Neste momento a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. é a única acionista.

A moeda funcional e de apresentação é o Euro.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras separadas são as seguintes:

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») emitidas pelo «International Accounting Standards Board» («IASB») e Interpretações emitidas pelo «International Financial Reporting Interpretations Committee» («IFRIC») ou pelo anterior «Standing Interpretations Committee» («SIC»), em vigor em 1 de Janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das suas subsidiárias, ajustadas no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações Na preparação das demonstrações financeira, a Empresa seguiu a convenção do custo histórico modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) activos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de activos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado activo para idênticos activos / passivos;

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras individuais anexas:

a) Em vigor durante o exercício de 2021 e sem impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2021:

Descrição	Alteração	Data de entrada em vigor [exercícios iniciados em ou após]
• IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	• Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023.	• 1 de janeiro de 2021
• IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência ("IBOR"), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados. Exigência de divulgação acerca da exposição à alteração das taxas de juro de referência.	1 de janeiro de 2021

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pela Empresa em 2021, no entanto os impactos não foram significativos nas demonstrações financeiras anexas.

b) Em vigor em exercícios posteriores a 1 de Janeiro de 2022, já endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data de entrada em vigor [exercícios iniciados em ou após]
• IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento.	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis.	1 de junho de 2022
• IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso.	1 de janeiro de 2021
• IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.	1 de junho de 2022
• IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021 [Esta alteração à IFRS 16 pode ser aplicada antecipadamente em 2021, caso a entidade tenha adotado a alteração que vigorou até 30 de junho de 2021. Nesse caso incluir este texto no capitulo a)]	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
• IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária	1 de junho de 2023
• IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da	1 de junho de 2023

	posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações.	
• Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.	1 de junho de 2022

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não se estima impactos nas demonstrações financeiras relativos às alterações apresentadas para 1 de janeiro de 2022.

c) Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2021, ainda não endossadas pela UE:

Descrição	Alteração	Data de entrada em vigor [exercícios iniciados em ou após]
• IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de "liquidação" de um passivo.	1 de janeiro de 2023
• IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas.	1 de janeiro de 2023
• IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas.	1 de janeiro de 2023
• IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais.	1 de janeiro de 2023
• IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023

2.2. LOCAÇÕES

A empresa avalia à data de início de cada contrato se o mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, a empresa avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

A IFRS 16 distingue locações e contratos de serviços tendo em consideração se é identificado um activo que passe a ser controlado. As distinções de locações operacionais (fora do balanço) e as locações financeiras (incluídas no balanço) são eliminadas ao nível do locatário e são substituídas por um modelo em que é contabilizado um activo identificado com um

direito de uso e um passivo correspondente para todos os contratos de locação, excepto para os contratos de curto prazo (até 12 meses) e de baixo valor.

O «direito de uso» é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O passivo da locação é inicialmente mensurado a com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pela actualização financeira do referido valor, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Reconhecimento

A empresa reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, adota-se a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao prazo de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

Sempre que a Entidade incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no ativo sob direito de uso relacionado.

O direito de uso de um ativo é sujeito a testes de imparidade quando existam indícios de imparidade, sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa participada. Na maioria das situações, a Empresa utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de juro a aplicar no cálculo acima referido.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificam: (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato; (ii) uma alteração na estimativa da Empresa do montante que deverá ser pago a título de garantia de valor residual, ou (iii) caso a Empresa altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão ou o contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, sendo o passivo da locação remensurado com base nas novas rendas e a taxa incremental de financiamento determinada à data da modificação.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo da locação, nem do ativo sob direito de uso. Tais pagamentos são reconhecidos enquanto gastos no período no qual o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

Quando o passivo de locação é remensurado, o valor do direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho ou uma perda na demonstração consolidada dos resultados.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

d) Activos financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(iv) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(v) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade): a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(vi) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos

resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em «Juros obtidos de ativos ao custo amortizado», nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível («on demand»); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for «baixo» ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.5. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Empresa manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de «Fornecedores» serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica «Fornecedores» são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Instrumentos derivados

A Sociedade utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou optimizar os custos de funding, de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida na Nota 3.1.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sociedade definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura do balanço, sendo transferidas para a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada a partir da data em que os critérios de qualificação deixam de estar preenchidos, ou seja, quando o relacionamento de cobertura deixou de cumprir o objetivo de gestão do risco; o instrumento se vence ou é vendido; ou já não existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura derem origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida na Nota 3.1, que a empresa não classifique como instrumentos de cobertura, são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e

posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afectam directamente a rubrica Resultados financeiros da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contractos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contractos e nas situações em que os contractos não sejam apresentados pelo seu justo valor, com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Em situações específicas, a Sociedade pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração de resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

2.4. INVESTIMENTOS EM SUBSÍDIARIAS E ASSOCIADAS

Os investimentos em subsidiárias e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição adicionado das despesas de compra ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas, ao valor nominal.

Na venda de participações financeiras é respeitado o critério de relevação por lotes. O desreconhecimento apenas ocorre quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou a empresa não mantem o controlo dos activos. As perdas por imparidade anuais são registadas na demonstração de resultados.

2.5. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de «Outros ativos correntes» e «Outros passivos correntes», são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.7. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Julgamentos

A Empresa concede empréstimo a entidades que qualificam como associadas ou empreendimentos conjuntos da Empresa sob diferentes regimes/modalidades contratuais. A sua classificação enquanto elementos/componentes das participações financeiras, ou enquanto outros ativos financeiros depende das condições de reembolso e de remuneração associadas, e da intenção da Administração quanto a fazer cumprir as cláusulas contratuais acordadas com as participadas. Regra geral, os financiamentos com caráter de permanência e sem remuneração são classificados como uma parcela do investimento nas participadas da Empresa

Estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

a) Análises de imparidade de investimentos em subsidiárias e associadas;

b) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;

c) Valorização a justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de atividades empresariais;

d) Imparidade de ativos financeiros;

e) Pressupostos relativos aos contratos de locação.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas, destacando-se abaixo a imparidade de ativos financeiros e reconhecimento do rédito de contratos.

Pressupostos relativos aos contratos de locação

Considerada a isenção prevista na IAS 12 na alínea a) do parágrafo 15 face à ausência de certezas sobre o tratamento fiscal e contabilístico a ser dado ao tema em questão. É tido em consideração que quando a posição da Administração Fiscal se tornar pública e/ou o IASB publicar a alteração à IAS 12, poderão existir alterações ao tratamento contabilístico adotado na primeira aplicação da IFRS 16.

Adicionalmente são ainda efetuados julgamentos relevantes na determinação da taxa de juro incremental bem como no período a considerar para determinação do passivo de locação e direito de uso.

Imparidade de ativos financeiros

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Empresa avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de «Empréstimos concedidos a entidades relacionadas», «Clientes» e «Outros devedores» são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

Imparidade de investimentos em subsidiárias e associadas

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir, sempre que a participação financeira inclua goodwill e/ou empréstimos/financiamentos implícitos. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

2.8. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente e é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a mesma, e seja possível fazer uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Empresa sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

2.9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A Empresa está sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS) previsto no Artigo 69.º e seguintes do Código do IRC, integrando o grupo de tributação cuja empresa mãe é a Sonae Capital SGPS, S.A.. As empresas que se englobam no perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual se positivo, sendo a economia de imposto gerada no RETGS registada na empresa mãe.

São registados impostos diferidos nas situações aplicáveis de acordo com o método de balanço, sendo que os activos por impostos diferidos apenas são constatados nas situações em que seja provável a sua recuperação.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O objectivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae Capital, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo de tais riscos. A atitude da Sonae Capital em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a actividade operacional da Sonae Capital, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a actividade da Empresa.

3.1. RISCOS DE MERCADO

e) Risco de Taxa de Juro – POLÍTICA

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash-flows de pagamento de juros, a Empresa está exposta ao risco de taxa de juro do Euro.

Considerando que:

- A volatilidade nos resultados da Empresa não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- Em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos cash-flows associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- A contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a politica da Empresa relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição da Empresa, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados.

Face ao exposto, a política da Empresa relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

i) os derivados não são utilizados com objectivos de trading, geração de proveitos ou fins especulativos;

ii) os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente por forma a evitar qualquer ineficiência na cobertura;

iii) o custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente deve ser sempre conhecido e limitado desde o inicio de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios;

iv) a contratação de derivados tem como contrapartes autorizadas Instituições Financeiras com rating mínimo de Investment Grade e/ou instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, privilegiando-se sempre que possível as Instituições de relacionamento bancário da Sociedade;

v) todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras, de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;

vi) todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (ISDA), com schedules negociados com cada uma das Instituições;

vii) na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de cash-flows futuros, com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc) prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;

viii) todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.

f) Risco de Taxa de Juro - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

ix) alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

x) alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juro fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juro fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

xi) no caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensadas quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;

xii) alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de cash-flows para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam

as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);

xiii) alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39, afectam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

xiv) alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os cash-flows futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;

xv) para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais inferiores ou superiores o resultado líquido antes de impostos da Sociedade em 31 de Dezembro de 2021 seriam 2.342.651 euros inferiores ou superiores respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2020 seriam inferiores ou superiores respectivamente em 2.112.045 euros.

Em baixo são apresentados os saldos expostos a risco de taxa de juro:

	31/12/2021
Suprimentos	340 923 722
Empréstimos obrigacionistas	-54 976 272
Papel comercial	-89 491 886
Operações financeiras	29 899 900
Depósitos a ordem	65 187 165

Risco de Taxa de Câmbio

A Sonae Capital não tem exposição a risco de taxa de câmbio.

g) Outros Riscos de Preço

A Sociedade está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras. Contudo, esses investimentos são geralmente efectuados com objectivos estratégicos e não de transacção activa desses investimentos.

3.2. RISCOS DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae Capital é uma holding, não tendo qualquer actividade comercial relevante para além das actividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias.

Assim, o risco de crédito, na Sonae Capital, resulta maioritariamente (i) do seu relacionamento com Instituições financeiras, no decurso normal da sua actividade, e (ii) do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.

(i) Instituições Financeiras: O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de Instituições financeiras, com as quais a Sociedade tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados.

Para mitigar este risco, a Sociedade:

a) Só executa operações com contrapartes que tenham sido seleccionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respectivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações, sendo que se privilegia as Instituições de relacionamento bancário da Sociedade;

b) Diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito;

c) Define um conjunto restrito de instrumentos elegíveis (visando a não contratação de instrumentos complexos cuja estrutura não seja completamente conhecida), sendo necessária autorização expressa por parte do Conselho de Administração para utilização de outros alternativos;

d) Regularmente monitoriza as exposições totais a cada contraparte, de forma a garantir o cumprimento da política estabelecida.

Apresentam-se de seguida os ratings (notação S&P) das Instituições de crédito onde a Sonae Capital tinha depósitos e outras aplicações financeiras a 31 de Dezembro de 2021:

Rating 2021	%	Valor
A	0,05%	46 498,07
B	0,01%	9 806,07
BB	55,31%	55 454 768,07
BBB	44,56%	44 673 681,66
NR	0,08%	75 450,74
	100,00%	**100 260 204,61**

No cumprimento da política estabelecida, a Sonae Capital só constitui depósitos e outras aplicações financeiras de curto prazo e com instituições financeiras de elevado prestígio e reconhecimento nacional e/ou internacional, baseada nas respectivas notações de rating, sendo que se privilegia as instituições de relacionamento bancário do Grupo com posição credora de montante igual ou superior à aplicação que se pretende concretizar.

(ii) Operações de Compra/Venda de Participações: No desenvolvimento da sua actividade a Sociedade está exposta ao risco de crédito das contrapartes com as quais estabelece operações sobre participações sociais. Nestes casos, os mecanismos de mitigação de risco são determinados casuisticamente, de forma a acomodar as características da operação em estruturação, com a supervisão constante do Conselho de Administração. Apesar da variabilidade dos mecanismos utilizados, existe sempre o recurso a métodos normalmente utilizados no mercado, nomeadamente a realização de due dilligences, obtenção de informação financeira relativa à contraparte da operação, entrega do activo condicionado à liquidação financeira da operação.

Face ao anteriormente referido bem como o facto de os saldos a receber serem essencialmente de empresas do grupo, o risco de crédito afigura-se bastante reduzido.

3.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A Sonae Capital tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua actividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito.

A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, a Sociedade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis: (i) cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e (ii) garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

Para este efeito, a Sociedade pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seu seio compreende os seguintes aspectos fundamentais:

xvi) Planeamento financeiro baseado em previsões de cash-flows, e para diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);

xvii) Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo (baseado em sistemas de Treasury e Cash Management), que permita, atempadamente, identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;

xviii) Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;

xix) Dispersão das maturidades de divida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida;

xx) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito committed (de pelo menos seis meses) e Programas de Papel Comercial, com prazos de aviso de cancelamento suficientemente confortáveis e prudentes, procurando obter um nível adequado de liquidez, optimizando o montante de comissões de commitment suportadas;

xxi) Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade de vencimento antecipado dos seus financiamentos.

A Sonae Capital mantém uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinanciar em condições desfavoráveis. Adicionalmente no final do ano a Sonae Capital dispunha de uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalente de Caixa.

A Sonae Capital considera que tem acesso a todos os recursos financeiros necessários e espera dessa forma cumprir com os seus compromissos de curto prazo, quer seja através de libertação de fundos gerados pelos negócios, quer seja com recurso às suas aplicações financeiras ou se necessário recorrendo às linhas de crédito existentes ou pela contratação de novos financiamentos.

4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 o detalhe dos Investimentos financeiros era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Investimentos em empresas do grupo e associadas	321 016 884	366 990 635
Investimentos em outras empresas:		
Sonae RE - (0,04%)	1 360	1 360
Matadouro Alto Alentejo, S.A. - (0,89%)	-	1
NET Novas Tecnologias, S.A. - (0,98%)	-	23 033
	321 018 244	367 015 029
Perdas por imparidade acumuladas	(143 917 148)	(133 795 825)
	177 101 096	233 219 203

4.1. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 o detalhe dos Investimentos em subsidiárias e Associadas era o abaixo indicado:

	31 Dezembro 2021			
	% de detenção	Valor de Aquisição	Capital Próprio	Resultado Líquido
Capwatt, S.A.	100%	28 225 000	29 431 790	656 395
Troiaresort, SGPS, S.A.	100%	167 132 793	77 319 146	(914 592)
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	25%	1 125 301	8 974 625	714 027
SC Assets S.G.P.S., SA	100%	44 134 728	(2 314 232)	(4 738 185)
SC Hospitality, S.G.P.S., S.A.	100%	5 857 175	4 126 585	(662 948)
SC Finance B.V.	100%	10 963 698	5 312 425	(101 556)
SC-Industrials, S.G.P.S., S.A.	100%	36 631 920	1 174 809	(581 781)
SC Fitness, S.A.	100%	26 946 268	24 350 498	(767 408)
		321 016 884		

	Valor Bruto	Perdas por imparidade	Perdas por imparidade
CAPWATT, S.G.P.S., S.A.	28 225 000	-	28 225 000
Troiaresort, SGPS, S.A.	167 132 793	52 317 116	114 815 678
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	1 125 301	-	1 125 301
SC Assets S.G.P.S., SA	44 134 728	44 134 728	-
SC Hospitality, S.G.P.S., S.A.	5 857 175	-	5 857 175
SC Finance B.V.	10 963 698	10 833 384	130 313
SC-Industrials, S.G.P.S., S.A.	36 631 920	36 631 920	-
SC Fitness, S.A.	26 946 268	-	26 946 268
	321 016 884	**143 917 148**	**177 099 736**

	31 Dezembro 2020			
	% de detenção	Valor de Aquisição	Capital Próprio	Resultado Líquido
Capwatt, S.A.	100%	25 725 000	26 275 395	(13 799)
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	74%	52 823 047	70 480 652	(362 882)
Troiaresort, SGPS, S.A.	100%	167 132 793	78 233 738	(892 310)
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	25%	1 125 301	8 974 625	714 027
SC Assets S.G.P.S., SA	100%	40 563 728	(1 147 046)	(7 199 050)
SC Hospitality, S.G.P.S., S.A.	100%	5 857 175	4 789 533	(391 275)
SC Finance B.V.	100%	10 963 698	5 413 981	(73 444)
SC-Industrials, S.G.P.S., S.A.	100%	35 853 624	978 294	(407 704)
SC Fitness, S.A.	100%	26 946 268	25 117 906	(949 724)
		366 990 635		

	Valor Bruto	Perdas por imparidade	Valor liquido
Capwatt, S.A.	25 725 000	-	25 725 000
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	52 823 047	307 918	52 515 129
Troiaresort, SGPS, S.A.	167 132 793	48 317 116	118 815 678
Lidergraf - Artes Gráficas, SA.	1 125 301	-	1 125 301
SC Assets S.G.P.S., SA	40 563 728	40 563 728	-
SC Hospitality, S.G.P.S., S.A.	5 857 175	-	5 857 175
SC Finance B.V.	10 963 698	8 753 440	2 210 258
SC-Industrials, S.G.P.S., S.A.	35 853 623	35 853 623	
SC Fitness, S.A.	26 946 268	-	26 946 268
	366 990 635	**133 795 825**	**233 194 810**

A variação relativa aos investimentos é devida aos reforços dos capitais nas empresas Capwatt, SA, SC Assets, SGPS, SA e SC Hospitality SGPS, SA.

Os investimentos registados ao custo de aquisição correspondem a investimentos não negociados em mercados regulamentados e para os quais o justo valor não é fiavelmente estimável.

Os investimentos financeiros foram sujeitos, em 2021, a testes de imparidade no sentido de aferir o justo valor dos mesmos, cujo cálculo teve em conta as avaliações externas obtidas do património imobiliário das participadas, ou avaliações na óptica de Discounted Cash Flows (DCF).

Estas avaliações utilizam taxas de desconto que correspondem às taxas médias ponderadas do custo de capital (WACC), calculadas em função da tipologia de negócio em que se inserem e das estruturas de capital objectivo, e situam-se no intervalo [4,74%- 10,34%]. Foram consideradas projecções de 5 anos e taxas de crescimento nulas na perpetuidade.

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020, o detalhe das imparidades registadas é o abaixo indicado:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020	Variação
Spred, SGPS, S.A.	-	-	-
SC Assets S.G.P.S., SA	(44 134 728)	(40 563 728)	(3 571 000)
Troiaresort, SGPS, S.A.	(52 317 116)	(48 317 116)	(4 000 000)
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	-	(307 918)	307 918
SC Finance BV	(10 833 384)	(8 753 440)	(2 079 944)
SC, Industrials, SGPS, S.A.	(36 631 920)	(35 853 623)	(778 296)
	(143 917 148)	**(133 795 825)**	**(10 121 323)**

5. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 o detalhe dos Outros Activos Não Correntes era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
Capwatt, S.A.	71 698 500	69 386 000
SC Assets, SGPS, S.A.	83 896 340	93 559 826
SC Finance BV	7 221 400	6 881 400
SC Fitness, S.A.	19 041 300	19 041 300
SC Hospitality, SGPS, S.A.	10 918 072	10 918 072
SC Industrials, SGPS, S.A.	29 058 000	28 511 000
Troiaresort, SGPS, S.A.	119 090 110	152 222 495
	340 923 722	380 520 092
Perdas por imparidade		
SC Assets, SGPS, S.A.	(13 234 202)	(13 298 570)
SC-Industrials, S.G.P.S., S.A.	(5 416 429)	(6 194 725)
SC Finance BV	-	-
	(18 650 631)	(19 493 295)
Custos de emissão ainda não amortizados	-	-
	322 273 092	**361 026 798**
Outros devedores	420 750	420 750
	420 750	**420 750**
	322 693 842	**361 447 548**

O saldo registado na rubrica Outros devedores refere-se ao montante a receber pela venda da Race SGPS, SA ocorrida em em 2019.

É entendimento da empresa que para além das imparidades registadas em 31 de Dezembro de 2021, não existem outras perdas potenciais.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 os empréstimos concedidos apresentavam a seguinte maturidade:

2021

2022	2023	2024	2025	2026	2027	2031	Total
10 065 000	22 973 740	88 651 000	168 944 910	50 249 072	50 000	40 000	340 973 722

2020

2021	2022	2023	2024	2025	Total
9 489 072	3 811 000	50 100 200	122 985 520	194 134 300	380 520 092

Estes empréstimos concedidos a empresas do grupo, vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo superior a 1 ano. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2021 era em média cerca de 1,82% (2020:1,82%).

6. OUTROS ACTIVOS CORRENTES E ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 o detalhe desta rubrica era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Empresas do grupo out. operações	3 019 014	1 812 353
Empréstimos concedidos	60 758 900	34 645 500
Outros Devedores	608 573	246 139
	64 386 486	**36 703 992**
Acréscimos de proveitos	3 341 906	3 761 844
Custos diferidos	83 228	175 088
	3 425 134	**3 936 931**
Estado e Outros entes públicos - Imposto sobre o rendimento	-	387 661
Estado e Outros entes públicos - Outros impostos	98 441	98 224
	67 910 061	**41 126 808**

O saldo registado na Empresas do grupo outras operações, diz respeito aos valores transferidos das subsidiárias relativos a IRC, por força da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica de empréstimos concedidos diz respeito a operações financeiras concedidas às seguintes empresas do grupo:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Emprestimos concedidos - Operações financeiras:		
Capwatt, S.A.	30 446 000	21 060 000
SC Assets, SGPS, S.A.	644 000	999 000
SC Fitness, S.A.	12 372 400	4 752 000
SC Hospitality, SGPS, S.A.	8 318 000	4 226 500
SC Industrials, SGPS, S.A.	5 430 000	627 000
SC SGPS, S.A.	1 516 000	1 567 000
Troiaresort, SGPS, S.A.	2 032 500	1 414 000
	60 758 900	**34 645 500**

Estes empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado e são exigíveis num prazo inferior a 1 ano. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2021 era, em média, cerca de 0,99% (2020: 0,99%).

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Outros Devedores inclui o saldo de 289 865 € (2020: 0 €) referente a créditos recebidos com a liquidação do Fundo WTC e ainda o saldo de 166 269 € referente a aquisição de créditos detidos pela Race, SA. (2020: 161.591€)

O montante registado na rubrica acréscimos de proveitos inclui 3.266.196€ relativos a juros de empréstimos concedidos a participadas (2020: 3.715.520€) bem como 75.710€ relativos a comissões de fianças prestadas a participadas (2020: 46.323€) (Nota 22).

Na rubrica Custos diferidos incluem 45.354€ relativos a comissões bancárias, que se encontram diferidas pelo período dos financiamentos (2020: 116.804€).

Estado e Outros entes públicos – imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e são passíveis de correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações judiciais, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2018 a 2021, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios anteriormente referidos seja significativa para as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021.

A Empresa está sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS) previsto no Artigo 69º e seguintes do Código do IRC, integrando o grupo de tributação cuja empresa mãe é a Sonae Capital SGPS, S.A..

No exercício fiscal de 2021, a Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas («IRC») à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,5% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000€ sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000€ e inferior a 7.500.000€; 5% sobre a parte superior a 7.500.000€ e até 35.000.000€; e 7% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000€.

Nos termos do Artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica Estado e Outros entes públicos – imposto sobre o rendimento, apresentava o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Retenções na Fonte	-	667 095
Pagamentos por conta	-	111 271
Imposto sobre o rendimento (IRC)	-	-
Estimativa IRC	-	(390 704)
	-	**387 661**
Outros impostos	98 441	98 224
	98 441	**98 224**

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Activos e Passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Prejuízos fiscais reportáveis	14 371 852	14 371 852	-	-

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 foi como se segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivo por impostos diferidos	
	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Saldo inicial	**14 371 852**	**14 371 852**	-	-
Efeito em resultados:				
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-
Efeito em reservas	-	-	-	-
Saldo final	**14 371 852**	**14 371 852**	**-**	**-**

De acordo com as declarações fiscais e estimativas de imposto sobre o rendimento, das empresas incluídas no RETGS, os prejuízos fiscais reportáveis que deram origem a impostos diferidos são os seguintes:

	31 Dezembro 2021			31 Dezembro 2020		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2014	13 046 930	2 739 855	2026	13 046 930	2 739 855	2026
Gerados em 2015	43 839 192	9 206 230	2027	43 839 192	9 206 230	2027
Gerados em 2016	11 551 269	2 425 766	2028	11 551 269	2 425 766	2028
	68 437 391	14 371 852		68 437 391	14 371 852	

A constituição de activos por impostos diferidos teve por base a análise da pertinência do seu reconhecimento, designadamente no que concerne à possibilidade de os mesmos virem a ser recuperados, atendendo às perspectivas de médio e longo prazo do Grupo.

Os activos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais são registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro.

A avaliação dos activos por impostos diferidos baseou-se nos planos de negócio das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Desde o exercício fiscal de 2014, a maioria das filiais do Grupo, sediadas em Portugal, integram o perímetro do Grupo de Sociedades tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), cuja sociedade dominante é a Sonae Capital, SGPS, S.A.. Os ganhos gerados pela aplicação deste regime de tributação ficam afectos à Sonae Capital SGPS.

Da análise efectuada, em 31 de Dezembro de 2021, resultou que existe expectativa fundada de recuperação dos activos por impostos diferidos registados antes do respectivo prazo de caducidade.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 o detalhe de Caixa e Equivalentes de Caixa era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Caixa	-	-
Depósitos bancários	65 187 165	21 122 801
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	**65 187 165**	**21 122 801**

9. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 o Capital Social está representado por 250.000.000 acções ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1€.

No período findo em 31 de Dezembro de 2021, a Sonae Capital SGPS, S.A. detém 3 212 789 acções próprias, representativas de 1,285% do capital social (3 212 789 acções em 31 de Dezembro de 2020), registadas por 1 021 930€ (1 021 930€ em 31 de Dezembro de 2020) (Nota 10).

10. RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 o detalhe de Outras Reservas era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Reservas legais	11 168 206	11 168 206
Reservas livres	62 892 275	137 892 275
Reserva - cisão **	132 635 651	132 636 906
Reserva - acções próprias	1 021 930	1 021 930
	207 718 062	**282 719 317**

** em 31 de Dezembro de 2021 esta rubrica inclui ajustamento da aplicação da IFRS 16 no montante de - 2 602,17 € (2020: -1 346,95 euro) .

Reservas Livres: Estas reservas resultam da transferência dos resultados positivos apurados nos exercícios transitados e podem ser distribuídas aos accionistas desde que não sejam necessárias para cobrir perdas.

Em 2021, conforme deliberado em Assembleia Geral de accionistas, realizadas em 30 de Junho de 2021 e 25 de Novembro de 2021, foram distribuidos aaos accionistas reservas no montante de 75.000.000 euros.

O valor global da reserva de cisão (Nota 1), corresponde ao diferencial entre o valor contabilístico da participação na SC, SGPS, SA (382.638.253€) que foi destacado da Sonae, SGPS, SA para a Sociedade e o valor do capital social da Sociedade (250.000.000€) a qual é equiparável a Reserva Legal pelo que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não pode ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou pode ser incorporada em capital.

Reserva Legal: De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado liquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de Dezembro de 2021 o valor desta rubrica ascende a 11.168.206 € (Dezembro 2020: 11.168.206 €).

Reserva acções próprias: Esta reserva, constituída nos termos do artº 342 do CSC, é de igual montante ao valor das acções próprias detidas pela sociedade, sendo indisponível enquanto as mesmas estiverem na posse da sociedade.

Conforme deliberado em Assembleia Geral Anual de accionistas, realizada em 14 de Maio de 2021, os resultados negativos gerados em 2020 foram aplicados em Resultados Transitados.

11. EMPRÉSTIMOS E PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários				
Sonae Capital SGPS - papel comercial a)	-	-	13 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial b)	10 000 000	-	10 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial c)	500 000	9 500 000	2 000 000	4 000 000
Sonae Capital SGPS - papel comercial d)	31 250 000	-	16 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial e)	2 750 000	5 500 000	-	8 250 000
Sonae Capital SGPS - papel comercial f)	-	-	15 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial g)	-	-	20 000 000	-
Sonae Capital SGPS - papel comercial h)	-	30 000 000	-	-
Custos de emissão ainda não amortizados	-	(4 057)	-	(10 201)
	44 500 000	44 995 943	76 000 000	12 239 799
Descobertos bancários (Nota 8)	-	-	-	-
	44 500 000	**44 995 943**	**76 000 000**	**12 239 799**
Empréstimos por Obrigações				
Obrigações Sonae Capital 2016/2021 i)	-	-	15 000 000	-
Obrigações Sonae Capital 2019/2024 j)	-	15 000 000	-	15 000 000
Obrigações Sonae Capital 2019/2026 k)	2 000 000	11 000 000	2 000 000	13 000 000
Obrigações Sonae Capital 2019/2024 II l)	-	12 500 000	-	12 500 000
Obrigações Sonae Capital 2020/2024 m)	-	15 000 000	-	15 000 000
Custos de emissão ainda não amortizados	-	(261 864)	-	(357 400)
	2 000 000	53 238 136	17 000 000	55 142 600
	46 500 000	**98 234 079**	**93 000 000**	**67 382 399**

a) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 04 de Janeiro de 2017 com renovações anuais, salvo denúncia de qualquer uma das partes.

b) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial com garantia de subscrição, iniciado em 29 de Setembro de 2017 e válido até Setembro de 2021.

c) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 30 de Junho de 2017 com renovações anuais, salvo denúncia de qualquer uma das partes.

d) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 24 de Fevereiro de 2017, válido até Fevereiro de 2023, com amortizações semestrais a partir de 2019.

e) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, sem garantia de subscrição, iniciado em 20 de Dezembro de 2017 com renovações anuais. Emissões colocadas junto de investidores institucionais.

f) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 31 de Dezembro de 2013, válido até Fevereiro de 2024, com amortizações anuais a partir de 2022.

g) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 17 de Abril de 2020, válido até Abril de 2021.

h) Programa de emissão de Títulos de Papel Comercial, com garantia de subscrição, iniciado em 28 de Maio de 2020, válido até Maio de 2021.

i) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2016/2021 no valor de 15.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos numa única prestação em 29/Julho/2021. As obrigações vencem juros semestralmente.

j) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2019/2024 no valor de 15.000.000 euros reembolsável no 8º e 10º cupões, com fim em 26/Junho/2024. As obrigações vencem juros semestralmente.

k) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2019/2026 no valor de 15.000.000 euros reembolsável em prestações anuais a partir do 2º cupão, inclusive, com fim em 28/Junho/2026. As obrigações vencem juros semestralmente.

l) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2019/2024 II no valor de 12.500.000 euros reembolsável numa única prestação em 08/Agosto/2024. As obrigações vencem juros semestralmente.

m) Empréstimo obrigacionista Sonae Capital SGPS – 2020/2024 no valor de 15.000.000 euros reembolsável numa única prestação em 20 de Março de 2024. As obrigações vencem juros semestralmente.

A taxa de juro dos empréstimos bancários e obrigacionistas em vigor a 31 de Dezembro de 2021 era em média cerca de 1,05%.

Os empréstimos bancários mencionados vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor do respetivo prazo de cada emissão.

O valor nominal dos empréstimos e a estimativa do valor nominal dos juros a liquidar, apresentam as seguintes maturidades:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	46 500 000	(1 355 396)	93 000 000	(1 504 485)
N+2	11 250 000	(1 130 406)	6 750 000	(839 323)
N+3	74 250 000	(574 705)	11 750 000	(711 823)
N+4	4 000 000	(128 194)	42 250 000	(466 455)
N+5	7 000 000	(54 097)	2 000 000	(75 694)
Após N+5	2 000 000	(7 500)	5 000 000	(31 597)
	145 000 000	(3 250 299)	160 750 000	(3 629 378)

À data de 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as linhas de crédito podem ser resumidas como segue:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Compromissos		Compromissos	
	inferiores a 1 ano	superiores a 1 ano	inferiores a 1 ano	superiores a 1 ano
Montante de linhas disponíveis	(37 250 000)	(10 000 000)	(37 261 536)	(10 227 520)
Montante de linhas contratadas	(50 500 000)	(35 000 000)	(52 010 000)	(56 823 500)

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a reconciliação dos passivos cujos fluxos afectam as actividades de financiamento, são detalhadas da seguinte forma.

	31/dez/20	Numerário		Não numerário		31/dez/21
		Recebimentos	Pagamentos	Custos amortizado	Transferências	
Empréstimos não correntes	67 382 399	35 500 000	-	(101 680)	(4 750 000)	98 234 079
Empréstimos correntes (Nota 12)	93 865 061	45 250 000	(66 506 061)	-	4 750 000	77 359 000
	161 247 460	**80 750 000**	**(66 506 061)**	(101 680)	-	**175 593 079**

12. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Outras dívidas a terceiros:		
Empréstimos obtidos	30 859 000	865 061
Outros credores diversos	118 742	325 400
	30 977 742	**1 190 460**

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica de empréstimos obtidos diz respeito a operações financeiras obtidas pelas seguintes empresas do grupo:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Efanor Investimentos, SGPS, SA	30 000 000	-
Inparvi, SGPS, S.A.	859 000	865 061
	30 859 000	**865 061**

Os empréstimos recebidos de empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado, e são exigíveis num prazo inferior a 1 ano. A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2021 era, em média, cerca de 0,289% (2020: 0,050%).

Na rubrica outros credores diversos, estão incluídos 72.082€ (2020: 5.805€) relativos às estimativas de IRC transferidos das subsidiárias, por força da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades. (Nota 22).

13. FORNECEDORES, ESTADO, OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES E OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores	187 490	-	221 527	-
	-		-	
Estado e outros entes publicos - imposto sobre o rendimento	441 300	-	-	-
Estado e outros entes publicos - outros impostos	38 131	-	85 516	-
Outros passivos correntes				
Acréscimos de custos:				
Remunerações a liquidar	626 379	270 170	526 768	229 197
Juros a liquidar	141 641	-	148 326	-
Outros acréscimos de custos	3 261	-	73 658	-
Proveitos diferidos	-	-	6 199	-
	771 280	**270 170**	**754 951**	**229 197**

Em 31 de Dezembro de 2021, as rubricas Fornecedores e Outros acréscimos de custos incluem saldos com entidades relacionadas no montante de 145,203€ e 0€ respectivamente (2020: 114.709€ e 33.333€) (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica Juros a liquidar apresentava o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Juros a liquidar:		
Empréstimos bancários	141 620	148 102
Empréstimos empresas do grupo	20	224
	141 641	**148 326**

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 a rubrica Estado e Outros entes públicos – outros impostos apresentava o seguinte detalhe:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Estado e outros entes publicos - Imposto s/ o rendtº		
Pagamentos por conta	(74 817)	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	(30 472)	-
Imposto sobre o rendimento (IRC)	(10 033)	-
Estimativa de IRC	556 622	-
	441 300	**-**
Estado e outros entes publicos - outros impostos		
Retenção de impostos sobre rendimentos	18 551	45 400
Imposto sobre o valor acrescentado (iva)	45	135
Contribuições para a segurança social	19 535	39 968
Outras tributações	-	1 014
	38 131	**85 516**

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 o detalhe de Fornecimentos e Serviços Externos era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Rendas e alugueres	(13 802)	(6 970)
Seguros	(46 910)	(35 248)
Deslocações e estadas	(12 035)	(9 158)
Trabalhos especializados	(1 004 409)	(1 827 575)
Outros fornecimentos e serviços	(61 363)	(83 205)
	(1 138 520)	**(1 962 155)**

Na rubrica Trabalhos especializados destacam-se os valores relativos à rubrica Fee de serviços partilhados com o valor de 101.034€ (2020: 226.675) e à rubrica custos com a Holding com o valor de752.259€ (2020: 758.847€), debitados pela participada SC Sociedade de Consultadoria, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos incluía transacções com entidades relacionadas no montante 1.046.688€ (2020: 1.099.756€) (Nota 22).

15. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020 o detalhe dos Custos com o Pessoal era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Remunerações dos orgãos sociais	(1 088 715)	(1 328 748)
Encargos sobre remunerações	(153 901)	(192 951)
Outros custos com o pessoal	(109 336)	(30 815)
	(1 351 953)	**(1 552 513)**

16. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020, o detalhe dos Resultados Financeiros era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Custos e perdas financeiras		
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(842 339)	(567 161)
Relativos a obrigações não convertíveis	(971 250)	(1 092 792)
Outros	(2 425)	(875)
Outros custos e perdas financeiras	(840 558)	(876 635)
	(2 656 572)	(2 537 462)
Proveitos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	7 194 741	7 653 105
	7 194 741	7 653 105
Resultados financeiros	**4 538 170**	**5 115 643**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o montante registado em Juros suportados – Outros, refere-se na sua totalidade a juros suportados com empréstimos correntes obtidos de empresas do grupo.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o montante registado em Juros obtidos é relativo a juros de empréstimos concedidos a empresas do grupo.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o valor registado em Outros custos e perdas financeiras refere-se a comissões suportadas com a montagem e gestão de empréstimos bancários e obrigacionistas.

17. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020, o detalhe dos Resultados Relativos a Investimentos era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Reversão e perdas imp. investimentos financeiros (Nota 4.1 e 5)	(9 278 658)	(24 268 294)
Dividendos obtidos	98 508	3 354 495
Perdas em Inv. Financeiros	(8 563 842)	(7 023 000)
Outros rendimentos e ganhos Investimentos financeiros	3 487	1 862 820
Resultados relativos a investimentos	**(17 740 505)**	**(26 073 979)**

Em 31 de Dezembro de 2020, o montante registado na rúbrica «Outros rendimentos e ganhos de Investimentos financeiros», respeita a rendimentos obtidos com investimentos e fundos imobiliários.

Conforme referido na nota 4.1, os investimentos financeiros foram objecto de avaliações. Na sequência desta análise foram registados em 2021 os seguintes ajustamentos nos investimentos financeiros:

	Partes de capital	Suprimentos	Total
Fundo Esp de Invest. Imob Fechado WTC	(307 918)	-	(307 918)
Troiaresort, SGPS, S.A.	4 000 000	-	4 000 000
SC Assets S.G.P.S., SA	3 571 000	(64 368)	3 506 632
SC Finance B.V.	2 079 944	-	2 079 944
SC-Industrials, S.G.P.S., S.A.	778 297	(778 297)	-
	10 121 323	**(842 665)**	**9 278 658**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o montante de dividendos obtidos respeita a dividendos distribuídos pelas seguintes participadas (Nota 22):

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Lidergraf, SA	98 508	-
Capwatt, SA	-	3 354 495
	98 508	**3 354 495**

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020, o detalhe destas rubricas era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Proveitos Operacionais		
Outros proveitos supl.- Comissões fianças	48 031	48 256
Outros	924	5 963
	48 955	**54 219**
Outros gastos e perdas		
Impostos indirectos	(24 822)	(29 542)
Outros	(13 072)	(9 784)
	(37 894)	**(39 326)**

19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de Dezembro de 2020, o detalhe do Imposto sobre o rendimento era o seguinte:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Imposto corrente	2 411 225	1 342 439
Imposto diferido (Nota 7)	-	-
	2 411 225	**1 342 439**

De acordo com o mencionado na Nota 6, a Sonae Capital SGPS SA é tributada em sede de IRC pelo regime RETGS.

19.1. RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFECTIVA DE IMPOSTO

A reconciliação do resultado antes de imposto do exercício, com o imposto sobre o rendimento do exercício, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, pode ser analisada como segue:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Valor incidência	Valor imposto	Valor incidência	Valor imposto
Resultados antes de impostos (1)	(15 990 952)		(24 487 832)	
taxa de imposto	21%		21%	
Imposto apurado		3 358 100		5 142 445
Acréscimos/(Reduções) à matéria colectável:				
Reversão de perdas de imparidade (Nota 17)	(307 918)	64 663	-	-
Dividendos (Nota 17)	(98 508)	20 687	(3 354 495)	704 444
Pagamento baseado em acções	152 477	(32 020)	39 629	(8 322)
Perdas por imparidade (Nota 17)	9 586 576	(2 013 181)	24 268 294	(5 096 342)
(Ganhos) / perdas invest Financeiros	2 225 727	(467 403)	7 023 000	(1 474 830)
Outros	18 709	(3 929)	(1 077)	226
Dedução perdas fiscais	-	-	511	(107)
Economia de Imposto (RETGS)		2 567 290		2 193 257
Prejuizo fiscal do periodo	4 413 889	(926 917)	-	-
Derrama Municipal e Estadual		-		(111 961)
Tributação autónoma		(11 904)		(6 370)
Insuficiencia de imposto do ano anterior		(144 161)		-
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	-	-		
Imposto sobre o rendimento (2)		**2 411 225**		**1 342 439**
Taxa efectiva		N/A		N/A

20. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	(9 579 727)	(23 145 394)
Efeito das acções potenciais	-	-
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	**(9 579 727)**	**(23 145 394)**
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	246 674 271	246 674 271
Resultado por acção (básico e diluído)	**(0,0388)**	**(0,0938)**

21. PARTES RELACIONADAS

Os Saldos e as Transacções com entidades relacionadas, durante o exercício de 2021 e de 2020, podem ser detalhados como segue:

	Custos suportados (Notas 14 e 16)		Proveitos obtidos (Notas 16,17 e 18)	
Transacções	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	1 049 112	1 100 639	7 337 670	11 046 732
	1 049 112	**1 100 639**	**7 337 670**	**11 046 732**

	Contas a pagar (Notas 12 e 13)		Contas a receber (Nota 6)	
Saldos	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	285 936	147 644	4 359	62 765
	285 936	**147 644**	**4 359**	**62 765**

	Empréstimos Obtidos (Nota 12)		Empréstimos Concedidos (Notas 5 e 6)	
Saldos	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2021	31 Dezembro 2020
Empresa - Mãe	30 000 000	-	-	-
Empresas do Grupo e associadas	859 000	865 500	399 958 770	413 438 741
	30 859 000	**865 500**	**399 958 770**	**413 438 741**

Em proveitos obtidos, em 2021, estão incluídos os dividendos recebidos de empresas do grupo no valor de 98 508 eur. (2020: 3.354.495 eur) (Nota 17).

22. RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os recebimentos e pagamentos de Investimentos financeiros, podem ser detalhados da seguinte forma:

	31 Dezembro 2021		31 Dezembro 2020	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
Fundo Esp de Invest. Imob WTC	44 462 086	-	-	-
SC Assets, S.G.P.S., S.A.	-	3 571 000	-	1 960 000
Capwatt, SA	-	2 500 000	-	6 500 000
SC Industrials, S.G.P.S., S.A.	-	778 296	-	500 000
NET	8 555	-	-	-
Terceiros		630 685	1 359 756	-
	44 470 641	**7 479 981**	**1 359 756**	**8 960 000**

23. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Artº 5º nº 4 do Decreto-Lei nº 495/88 de 30 de Dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de Dezembro.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram celebrados contratos de suprimentos com as empresas SC Finance, BV, Capwatt, SA e SC Industrials SGPS, SA.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram celebrados contratos de operações financeiras com as empresas:

2NDROOM-EXP.HOTEL.,S.A.
Adira - Metal Forming Solutions, S.A.
Aqualuz Tróia-Expl.Hoteleira e Imob., SA
AQUALUZ-Turismo Lazer Lda
Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marít,SA
Bloco Q-Soc.Imobiliária.SA
Companhia Térmica Tagol,Uni.Lda
The House Ribeira Hotel
Capwatt ACE, S.A.
Capwatt Alrota-Wind P.,SA
Capwatt Chamusca-Bi.U.Lda
Capwatt Colombo-HEA.P.,SA
Capwatt Estuário-He.U.Lda
Capwatt Évora-Solar P.,SA
Capwatt Ferreira-So.P.,SA
Capwatt IV-Heat P.,U.Lda
Capwatt Lousado-H.P.U.Lda
Capwatt Maia-HEAT POW.,SA
Capwatt Martim Longo-S.P.,SA
Capwatt Ret Elect PT, SA
Capwatt Retail Gás PT,S.A
Capwatt SERVICES, S.A.
Capwatt Vale Caima-H.P,SA
Capwatt Vale Tejo-H.P.,SA
Capwatt, S.A.
Carvemagere-M.En.Ren.,Lda
Centro Resid.Maia-Urb.,SA
Companhia Térmica Serrado,ACE
Empreendiment.Im.Q.Azenha
Golf Time-Golfe e Invest., SA
Imobeauty, SA
Imopeninsula-Sociedade.Imobiliária,SA
Imoresort-Soc.Imobili.,SA
Inparvi, SGPS, SA
Marina de Tróia, S.A.
Marmagno-Expl.Hot.Imob.SA
Marvero-Expl.Hotel.Im.,SA
Porto Palácio Hotel, SA
Praedium II-Imobiliária,SA
Predisedas-Predi.Sedas,SA
SC Assets, SGPS, S.A.
SC Fitness, SA
SC Hospitality, SGPS, S.A
SC Industrials,SGPS,S.A.
SIAF - Energia, S.A.
Soberana Invest.Imobil.SA
Solinca Classic, SA
Solinca Light, SA
Soltroia-Socied.Imobil.SA
Sotáqua-S.Em.Tu.Quarteira, SA
Soternix-Prod.Energia,ACE
Suncoutim - Solar Energy, SA
The Artist Porto Hotel &Bis., SA
Atelgen-Prod. Energia, ACE
Tróia Market - Supermercados, S.A.
Troiaresort, SGPS, S.A.
Troiaresort-Invest. Turísticos, SA
Tulipamar-Expl.Hot.Im.SA
Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imob.,SA

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2021 são as seguintes:

Suprimentos e Operações Financeiras Concedidas

Empresas	Saldo Final
CAPWATT, SGPS, S.A.	102 144 500
SC Assets, SGPS, S.A.	84 540 340
SC Finance BV	7 221 400
SC Fitness, S.A.	31 413 700
SC Hospitality, SGPS, S.A.	19 236 072
SC Industrials, SGPS, S.A.	34 488 000
SC SGPS, S.A.	1 516 000
Troiaresort, SGPS, S.A.	121 122 610
	401 682 622

As respectivas posições devedoras em 31 de Dezembro de 2021 são as seguintes:

Operações Financeiras Obtidas

Empresas	Saldo Final
Inparvi, SGPS,S.A.	859 000
Efanor Investimentos, SGPS, SA	30 000 000
	30 859 000

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de Dezembro de 2021 até esta data que necessitem ser divulgados

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 25 de Fevereiro de 2022.

O Contabilista Certificado

Rui Manuel Machado Morais

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Jorge Moreira da Cruz Gil Mata

Ivone Pinho Teixeira

Pedro Manuel Bruno

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Carlos Moreira da Silva

SONAE CAPITAL

Lugar do Espido, Via Norte
Apartado 3053
4471-907 Maia Portugal

T (+351) 22 010 79 03
F (+351) 22 010 79

www.sonaecapital.pt

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da
Sonae Capital, S.G.P.S., S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal apresenta o presente relatório e parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Fiscalização

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da empresa, a evolução da sua atividade e das suas participadas, tendo efetuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira, da auditoria interna e gestão de risco e do controlo de gestão. Mantivemos igualmente estreito contacto com o revisor oficial de contas e auditor externo que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções, o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da empresa, das empresas englobadas na consolidação, e do revisor oficial de contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação da informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da empresa, tendo recebido do revisor oficial de contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os balanços individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

O Conselho Fiscal verificou a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores interno e externo, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades, aprovou, com caráter prévio, a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria permitidos nos termos da lei, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como, à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

Sendo um órgão maioritariamente integrado por membros independentes à luz dos critérios legais e profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do revisor oficial de contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitido pelo Conselho de Administração, e a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

Capital Social 250.000.000 euros - CRC Maia (matrícula n.º 508 276 756 - Pessoa Colectiva n.º 508 276 756

SONAE CAPITAL

Lugar do Espido, Via Norte
Apartado 3053
4471-907 Maia Portugal

T (+351) 22 010 79 03
F (+351) 22 010 79

www.sonaecapital.pt

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que a informação constante das demonstrações financeiras em apreço foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Capital, S.G.P.S., S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração e dos serviços.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

a) O relatório de gestão, os balanços individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos;
b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de responsabilidade

Os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante de Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Maia, 25 de fevereiro de 2022

O Conselho Fiscal

António Monteiro de Magalhães

Manuel Heleno Sismeiro

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Capital Social 250.000.000 euros - CRC Maia (matrícula n.º 508 276 755 - Pessoa Colectiva n.º 508 276 756

pwc

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae Capital S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 que evidencia um total de 706.054.971 euros e um total de capital próprio de 148.324.290 euros, incluindo um resultado consolidado do exercício negativo de 5.715.823 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae Capital S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado nas notas 10 e 14 do anexo contendo as notas explicativas, nomeadamente ao facto do perito avaliador imobiliário concluir pela fiabilidade dos relatórios de avaliação imobiliária, apesar de considerar que existe maior incerteza na determinação do valor dos ativos devido aos efeitos extraordinários provocados pela pandemia do COVID-19.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

b) elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e

g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

25 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Nuno Miguel Costa Guimarães Cordeiro Tavares, R.O.C., n.º 1838
Registado na CMVM com nº 20200031

pwc

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae Capital S.G.P.S. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 647.405.525 euros e um total de capital próprio de 469.971.011 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 13.579.727 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae Capital S.G.P.S. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

25 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Nuno Miguel Costa Guimarães Cordeiro Tavares, R.O.C., n.º 1838
Registado na CMVM com nº 20200031



2021 Relatório ESG

Environmental, Social, Governance

SONAE CAPITAL